

ESPECIARIA

Cadernos de
Ciências
Humanas

ISSN: 1517-5081

Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas	Ilhéus	vs. 11 e 12	ns. 20 e 21	1-348	jul./dez. 2008 e jan./jun. 2009
--	--------	-------------	-------------	-------	------------------------------------

Direitos desta edição reservados à
EDITUS - Editora da UESC
Universidade Estadual de Santa Cruz
Rodovia Ilhéus-Itabuna, km 16 - 45662-000 - Ilhéus, Bahia, Brasil
Tel.: (73) 3680-5028 - Fax: (73) 3689-1126
www.uesc.br/editora

Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas na Internet:
www.uesc.br/revistas/especiarias/index.php

Governo do Estado da Bahia

Jaques Wagner - Governador

Secretaria de Educação

Oswaldo Barreto Filho - Secretário

Universidade Estadual de Santa Cruz

Antonio Joaquim Bastos da Silva - Reitor
Adélia Maria Carvalho de Melo Pinheiro - Vice-Reitora

Editus - Editora da UESC

Maria Luiza Nora - Diretora

Projeto Gráfico e Capa

Adriano Lemos
George Pellegrini

Diagramação

Álvaro Coelho

Revisão

Maria Luiza Nora
Genebaldo Pinto Ribeiro

Revisor dos Abstracts

Élida Paulina Ferreira

Imagem da Capa

Urna Marajora - foto Denise Schaan

Indexador: Sumários de Revistas Brasileiras

Especiaria – Cadernos de Ciências Humanas / Universidade
Estadual de Santa Cruz. Vol. 1, n. 1 (jan./jun.1998)- . -
Ilhéus, BA: Editus, 1998-
v.

Semestral.

Continuação de : Especiaria: revista da UESC.

Continua como: Especiaria – Cadernos de Ciências
Humanas.

Descrição baseada em: v. 11, n. 20 (jul./dez. 2008) ;
v.12, n. 21 (jan./jun. 2009).

ISSN 1517-5081

1. Ciências Sociais – Periódicos. I. Universidade Estadual
de Santa Cruz.

CDD 301

Conselho Editorial

Adriana Rossi (Universidade Nacional de Rosário)	Marc Dufumier (Institut National Agronomique de Paris - GRIGNON - INA - PG)
Ana Clara Torres Ribeiro (IPPUR/UFRJ)	Marcio Goldman (Museu Nacional/UFRJ)
Andre Moises Gaio (UFJF)	Marcos Bretas (UFRJ)
Antonio Carvalho Campos (UFV)	Michel Misse (IFCS/UFRJ)
Carlos Alberto de Oliveira (UESC)	Mione Salles (UERJ)
Edivaldo Boaventura (UFBA)	Moema Maria Badaró Cartibani Midlej (UESC)
Edmilson Menezes (UFS)	Pablo Rubén Mariconda (USP)
Eduardo Paes Machado (ISC/UFBA)	Paulo Cesar Pontes Fraga (UESC)
Elaine Behring (UERJ)	Pedro Cezar Dutra Fonseca (UFRGS)
Fernando Ribeiro de Moraes Barros (UESC)	Raimunda Silva D'Alencar (UESC)
Gentil Corazza (UFRGS)	Roberto Guedes (UFRRJ)
Jeferson Bacelar (UFBA)	Roberto Romano da Silva (UNICAMP)
João Reis (UFBA)	Sergio Adorno (USP)
José Carlos Rodrigues (PUC-RJ)	Susana de Mattos Viegas (Universidade de LISBOA)
José Vicente Tavares (UFRGS)	

Comitê Científico

Jorge Otávio Alves Moreno
Maria Elizabete Souza Couto
Marisa Carneiro de O. F. Donatelli
Moema Maria Badaró Cartibani Midlej
Paulo Tadeu da Silva
Sócrates Moquete
Erika Antunes Vasconcelos

Editor

Paulo Cesar Pontes Fraga

Organização deste número

Walter Fagundes Morales

Objetivo e política editorial

A revista *Especiaria – Cadernos de Ciências Humanas* está voltada para as grandes áreas de ciências humanas e sociais aplicadas, com periodicidade semestral. A revista é composta de quatro seções, a saber: artigos sobre o tema proposto para o dossiê; artigos; resenhas; e traduções. Poderão ser publicados artigos de colaboradores nacionais e internacionais.

O envio espontâneo de qualquer colaboração implica automaticamente a cessão integral dos direitos autorais aos *Cadernos de Ciências Humanas*. A revista não se obriga a devolver os originais das colaborações enviadas, mesmo quando não aprovadas pelo corpo de pareceristas.

Cada autor receberá três exemplares da Revista pela cessão dos direitos autorais.

A identificação do(s) autor(es) deverá ser feita em separado, com: nome do autor, titulação, endereço, telefone e *e-mail* e/ou fax dos autores, para encaminhamento de correspondência.

Editorial

Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas comemora, com este número, sua vigésima edição, que representa uma caminhada importante para sua continuidade enquanto revista científica voltada para a grande área das ciências humanas. Publicada ininterruptamente nesse período, os desafios não têm sido pequenos, porém, o constante reconhecimento da qualidade dos artigos e textos apresentados credencia a revista a continuar na direção trilhada.

A revista Especiaria-Cadernos de Ciências Humanas destaca, na presente edição, a arqueologia como objeto de análise de pesquisadores e estudiosos, brasileiros e estrangeiros, que se propõem a desvendar costumes, identidades e práticas culturais. “Arqueologia Hoje” é o sexto tema apresentado pela revista desde que assumiu o formato de dossiê, como parte principal de suas edições.

A publicação de um número voltado para o tema Arqueologia revela uma fina sintonia do conselho editorial da Revista Especiaria com o crescimento significativo das pesquisas arqueológicas em solo brasileiro, a necessidade de preservação do nosso patrimônio cultural e o potencial que essa ciência tem para auxiliar a construção das identidades sociais.

Em alguns textos, são lembrados instituições, cientistas pioneiros ou programas de pesquisa; em outros, fica evidente o quanto a diversidade das pesquisas desenvolvidas de norte a sul do Brasil tem revelado sobre o presente e o passado do continente americano. Os textos dos autores revelam o amadurecimento da própria disciplina em nosso país, intimamente relacionado ao maior contato entre as instituições de pesquisa nacionais e internacionais, à solidificação da Arqueologia no cenário nacional.

Dentro desse escopo, o primeiro artigo do *Arqueologia Hoje* é de Elvis Barbosa, professor da UESC e co-coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia (NEPAB / UESC). Em

Arqueologia na Bahia: uma História em construção, o autor nos oferece um histórico das pesquisas, pesquisadores e instituições que, ao longo do século XX e começo do XXI atuaram e atuam no Estado da Bahia. No transcorrer da leitura, surgem nomes de pioneiros como Vital Rego, Thales de Azevedo, Carlos Ott e Valentin Calderón, e de instituições tradicionais de pesquisa dentro do Estado, como o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia (MAE/UFBA), em Salvador, ao lado de outras mais recentes, como o já citado Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia (NEPAB/UESC) em Ilhéus, a ONG Acervo – Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa, localizada em Porto Seguro, e as pesquisas que têm sido realizadas na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), em Vitória da Conquista.

Na sequência, temos dois artigos voltados para a antiguidade da ocupação do território brasileiro e o grau de complexidade social das populações que aqui viviam antes da chegada dos europeus. A fim de comprovar a presença humana na América para além dos limites da transição final entre o Pleistoceno e o início do Holoceno, há 12.000 anos antes do presente, foram convidados Águeda e Denis Vialou, do Muséum National D’Histoire Naturelle de Paris. No artigo *Dos primeiros povoamentos às ocupações ceramistas em abrigos rupestres do Mato Grosso*, os Vialou apresentam datações de até 25.000 anos antes do presente que corroboram os dados de outros pesquisadores que argumentam que a ocupação do continente americano é mais antiga do que supunham as teorias tradicionais. Obtidas em contextos crono-estratigráficos rigorosos, onde vestígios da presença humana estão associados à megafauna extinta, os resultados oferecidos nessas escavações realizadas no centro geodésico da América do Sul são de fundamental importância para aqueles interessados na antiguidade e nos processos de povoamento do continente americano.

No campo da valorização de sistemas de ocupação regio-

nais, suas articulações sociopolíticas e crescente complexidade em tempos anteriores à colonização européia, estão os textos de Denise Pahl Schann, de Paulo De Blasis e Maria Dulce Gaspar e de Marisa Afonso Continho. No artigo *A Amazônia em 1491*, de Denise Pahl Schaan, presidente da Sociedade de Arqueologia Brasileira e professora da Universidade Federal do Pará, a autora sintetiza a história da ocupação indígena na Amazônia por meio de uma bibliografia atual, focada na discussão sobre a alta densidade populacional da região, sua significativa diversidade étnica e a complexidade social existente antes do ano 1491. Nesse percurso, perpassa uma ocupação humana que se iniciou há pelo menos 11.000 anos com pequenos grupos caçadores, coletores e pescadores, sociedades horticultoras de floresta tropical e os cacicados que surgiram em regiões como as dos rios Trombetas e Tapajós e a Ilha de Marajó.

Já Paulo De Blasis e Maria Dulce Gaspar, professores do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo e do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, respectivamente, com *Os sambaquis do Sul catarinenses: retrospectiva e perspectivas de dez anos de pesquisas* primam por oferecer um balanço das pesquisas sobre as populações sambaquieiras que ocuparam o litoral Sul de Santa Catarina entre 7.500 e 1.500 anos antes do presente. Ancorados em mais de dez anos de pesquisa que coordenam na citada área, os autores discutem aspectos sobre a formação dos sambaquis e o sistema de assentamento em torno do complexo lagunar do litoral sul catarinense, revelando resultados que evidenciam a paulatina complexidade social e demográfica ao longo do período e apontam, segundo os autores, que as práticas rituais funerárias teriam tido um papel estrutural nas formas de organização social dessas populações.

Em *Um painel da arqueologia pré-histórica no Estado de São Paulo: os sítios cerâmicos*, a professora Marisa Continho Afonso, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São

Paulo, reúne informações que permitem caracterizar o Estado de São Paulo como um território singular por reunir testemunhos arqueológicos de outras regiões do país. Para tanto, utiliza o estudo de sítios-chave para a discussão de fronteiras culturais entre os grupos ceramistas associados às grandes tradições arqueológicas conhecidas na literatura especializada como Tupiguarani, Itararé/Taquara, Aratu e Uru.

Os textos seguintes, de Loredana Ribeiro, de Flavia Prado Moi e Walter Fagundes Morales, de Andrés Zarankin e Melisa Anabella Salerno e de Cristoban Gnecco, apesar de fundamentados em contextos e situações bem distintas, são claros exemplos da crescente inserção política e social da atividade do arqueólogo, a cada dia mais consciente de que sua profissão, antes estritamente dedicada à construção (ou reconstrução) do passado, não pode estar dissociada do engajamento político e social dos pesquisadores nem dos desdobramentos e consequências que podem resultar de suas atividades.

No artigo *Sobre pinturas, gravuras e pessoas – ou os sentidos que se dá à arte rupestre*, Loredana Ribeiro, pesquisadora do Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais, apresenta uma síntese sobre a influência das duas vertentes interpretativas incorporadas aos estudos da arte rupestre em solo brasileiro nas últimas quatro décadas – a perspectiva Estruturalista das missões francesas, e a Classificatória, ancorada no difusionismo cultural europeu – e discute as possibilidades interpretativas dos registros rupestres na prática da Arqueologia e na vida cotidiana das comunidades atuais, indígenas e caboclas. Dentro desse escopo, Loredana Ribeiro percorre um caminho que mostra como os significados e os sentidos dos grafismos podem receber novas significações dentro dos novos contextos culturais a que são submetidos no campo das identidades sociais.

No texto *Arqueologia e Gestão de Recursos Culturais entre os Paresi da Chapada dos Paresi, MT*, Flavia Prado Moi e Walter Fa-

gundes Morales utilizam um estudo de caso, sobre os Paresi do Mato Grosso, para apresentar questões que vêm surgindo nas diferentes realidades dos povos indígenas brasileiros, que estão adquirindo crescente autonomia no manejo e gerenciamento dos recursos à sua disposição nos campos político, social, econômico e ambiental, e que envolvem uma crescente preocupação com o patrimônio arqueológico, por vezes identificado como herança cultural deixada por seus ancestrais.

Andrés Zarankin, professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG, e Melisa Anabella Salerno, professora do Departamento de Investigaciones Prehistóricas y Arqueológicas (IMHICIHU/CONICET), Argentina, tratam de um tema que tem despertado crescente interesse dentro da Arqueologia: a questão do gênero. Nesse trabalho, os autores oferecem um panorama dos estudos conhecidos como “Arqueologia de gênero”. Para tanto, em um primeiro momento discutem as origens desse campo de estudo e suas conexões com o movimento feminista para, na parte final do artigo, caracterizar os estudos de gênero e seu papel na ciência arqueológica, demonstrando como é possível pesquisar a pluralidade de identidades dentro de recortes de uma mesma sociedade.

O último artigo é de Cristoban Gnecco, professor da Universidad del Cauca, Colômbia. Em *Arqueologias Latino Americanas: de la modernidad a los Estados multiculturales*, Gnecco descortina as trajetórias das arqueologias na América Latina. Seu ponto de partida é histórico e descreve a rígida estrutura social e racial herdada de espanhóis e portugueses na formação dos estados nacionais e as formas de apropriação e valorização de um passado ancestral conforme os interesses de época. Nesse caminho, discorre sobre a modernidade nacionalista, a nova ordem multicultural e os papéis que a Arqueologia, o arqueólogo e outros atores sociais podem representar nesse processo de construções do passado a partir das realidades do presente.

Na sessão Artigos, André Ribeiro, da UESC, investiga como, no período que compreende o final do século XIX e a primeira metade do Século XX, foram construídas, na região Sul Baiana, relações da representação da morte como elemento importante da memória coletiva. André desenvolve uma análise que utiliza estudos necrológicos e de anúncios de funerais em jornais locais da época.

O número se completa com a resenha realizada por Marcélia Marques, professora da Universidade Estadual do Ceará, do livro *Brasil Rupestre: arte pré-histórica brasileira*, de Jorge Marcos, André Prous e Loredana Ribeiro, e com uma tradução do artigo de Thomas F. King *Environmental Impact Assessment, Cultural Resource Management and Historic Properties: Learning from the Errors of United States*, realizada por Rafael Brandi, mestrando da Universidade Federal de Santa Catarina.

Paulo Cesar Pontes Fraga
Editor

Walter Fagundes Morales
Organizador

SUMÁRIO

DOSSIÊ

Arqueologia na Bahia: uma história em construção Elvis Pereira Barbosa	15
Dos primeiros povoamentos às ocupações ceramistas em abrigos rupestres de Mato Grosso Àgueda Vilhena Vialou e Denis Vialou	33
A Amazônia em 1491 Denise Pahl Schaan	55
Os sambaquis do sul catarinense: retrospectiva e perspectivas de dez anos de pesquisas Paulo DeBlasis e Madu Gaspar	83
Um painel da arqueologia pré-histórica no Estado de São Paulo: os sítios cerâmicos Marisa Coutinho Alonso	127
Sobre pinturas, gravuras e pessoas – ou os sentidos que se dá à arte rupestre Loredana Ribeiro	157
Arqueologia e gestão de recursos culturais entre os Paresi da Chapada dos Pareci, MT (Brasil) Flávia Prado Moi e Walter Fagundes Morales	183
“Sobre bonecas e carrinhos”; desconstruindo as categorias “feminino” e “masculino” no passado Andrés Zarankin e Melisa Anabella Salerno	219
Arqueologias latinoamericanas: de la modernidad a los Estados multiculturales Cristóbal Gnecco	241

ARTIGO

- Cultura, memória e práticas relativas à morte
no Brasil cacauero
André Luiz Rosa Ribeiro275

TRADUÇÃO

- Estudo de impacto ambiental, gestão de patrimônio
cultural e bens históricos. Aprendendo com os
erros dos Estados Unidos da América
Thomas F. King
Por **Rafael Brandi**299

RESENHA

- Brasil rupestre: arte pré-histórica brasileira
Marcélia Marques309

RESUMOS/ ABSTRACTS/ RESUMÉN 317

COLABORARAM NESTE NÚMERO 331

Dossiê
Arqueologia hoje

1

Arqueologia na Bahia: uma história em construção

Elvis Pereira Barbosa

1 A arqueologia na Bahia

Falar sobre a arqueologia na Bahia é realizar uma viagem no tempo para tentar entender as origens desta ciência e o seu significado para os pesquisadores que atuaram no Estado no decorrer do século passado. Nomes como os dos professores Thales de Azevedo, Carlos Ott, Valentin Calderón e tantos outros tiveram um papel de destaque no processo de construção da ciência arqueológica na Bahia. Mais do que a relevância de seu trabalho, eles influenciaram outros arqueólogos a seguir seus passos.

Como em outras partes do mundo, a Bahia viveu nos seus primeiros momentos da pesquisa em arqueologia, um estágio que pode ser classificado – guardando as devidas proporções – como antiquarista (DANIEL, 1992; TRIGGER, 1992), mas que poderia ser citado como um entusiasmo romântico, conduzido por pessoas que não poderíamos chamar de profissionais – refiro-me ao sentido lato da expressão, como aquele que vive da profissão ou que, para um conceito mais contemporâneo, emprega métodos científicos ao seu objeto de estudo. Foi esta a situação dos primeiros pesquisadores que ousaram trabalhar com arqueologia na Bahia, mas que ainda não viam a arqueologia como uma ciência.

Mas até que ponto este cientificismo esteve ausente destas primeiras abordagens? A metodologia científica, parte integrante de uma pesquisa acadêmica, fez-se presente em quase todos os

trabalhos, mas o seguimento de correntes do pensamento arqueológico, como temos hoje, através de escolas específicas, não se deu de fato nos momentos iniciais.

Ironicamente, os primeiros grandes arqueólogos a terem um papel de destaque no Estado – Vital Rego, Thales de Azevedo e Carlos Ott – tiveram sua formação acadêmica em outras áreas do conhecimento que não a arqueologia ou até mesmo as ciências sociais. Aos poucos, migraram para a antropologia, inicialmente antropologia física e assuntos relacionados à história natural nos cursos de geografia, história e ciências sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade da Bahia, hoje Universidade Federal da Bahia.

O primeiro deles, Vital Rego, era médico em Salvador e montou uma pequena coleção de machados líticos coletados às margens do Rio São Francisco no início da década de 1940. Seu interesse pela arqueologia residia apenas na curiosidade. Consta da mesma época um artigo publicado pelo professor Thales de Azevedo no jornal *A Tarde* que descrevia a coleção do Professor Vital Rego (MAIO, 1996). Hoje, estes artefatos estão incorporados ao acervo do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA – MAE/UFBA e são conhecidos como Coleção Vital Rego.

Outro pesquisador de destaque para a arqueologia na Bahia foi o professor Thales de Azevedo. Nascido em 1904 e falecido em 1995, é considerado um dos precursores dos estudos sobre antropologia na Bahia e, conseqüentemente, sobre arqueologia. Médico de formação, o professor Thales de Azevedo teve contato com a antropologia a partir do convite para integrar o corpo docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 1941, na então Universidade da Bahia, ministrando a disciplina Antropologia Física e Etnografia do Brasil. Este passo foi fundamental para o desenvolvimento das ciências humanas na Bahia.

Assim como o professor Vital Rego, o professor Thales de Azevedo dedicou-se com afinco à coleta de artefatos e aos estudos

de antropologia, embora o professor Thales tenha uma contribuição mais expressiva, principalmente em decorrência do fato de ter sido um dos artífices do Laboratório de Arqueologia e Antropologia no Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (ETCHEVARNE, 2005a; THALES DE AZEVEDO, 2007). A coleção denominada Thales de Azevedo está incorporada ao acervo do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia (MAE/UFBA).

O primeiro pesquisador a dedicar-se integralmente à arqueologia na Bahia foi o professor Carlos Ott. Nascido na Alemanha, em 1908, na cidade de Biringen, Estado de Württemberg, Karl Borromaeus Ott chegou ao Brasil na década de 20, do século passado, vindo a fixar-se em Salvador onde abandonou a vida de frade franciscano, passando a dedicar-se ao estudo e à pesquisa na área de história, sendo também um dos fundadores da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia (MONTEIRO, 2007).

Os trabalhos do professor Carlos Ott na área da arqueologia ocorreram por conta de algumas investigações que hoje poderíamos chamar de “amadorísticas”, mas que resultaram nas primeiras informações de cunho científico sobre os sítios arqueológicos da Bahia. Estas investigações abrangeram estudos de arte rupestre na Serra do Mulato, na região de Juazeiro; no sítio Buraco D'Água, na região de Campo Formoso; e a Toca do Cachimbo, em Serrinha, onde não foram encontradas sinalizações rupestres, mas sim material cerâmico (COSTA, 2005).

Estes estudos fizeram parte de duas obras. A primeira, *Vestígios de cultura indígena no sertão da Bahia*, de 1945, e a segunda, *Pré-História da Bahia*, de 1958, tornou-se um clássico da arqueologia da Bahia. Nessa obra, o professor Carlos Ott fez a descreveu alguns sítios espalhados pelo interior do Estado, além de apresentar o desenho de peças cerâmicas da tradição Tupiguarani com decoração pintada e com decoração plástica, corrugada e

ungulada, de áreas diversas como Jequié, no sudoeste, e Campo Formoso, ao norte.

O professor Carlos Ott continuou ligado à arqueologia da Bahia até o fim de sua vida. Pouco antes de morrer, publicou dois outros livros que continham basicamente o resumo das suas ações no campo arqueológico e a sua contribuição para a consolidação da arqueologia na Bahia. A coleção de artefatos por ele constituída faz parte do acervo do MAE/UFBA.

Talvez um dos pioneiros com papel de destaque mais relevante para os estudos de arqueologia na Bahia tenha sido o professor Valentin Calderón. Valentin Raphael Simon Juaquin Calderón de La Vara nasceu na Espanha, em 25 de julho de 1921, na cidade de Comillas, província de Santander, e pode ser considerado, oficialmente, como o responsável pelos primeiros trabalhos científicos no campo da arqueologia no Estado. Por ter uma formação acadêmica ligada à arqueologia – o professor Calderón já era arqueólogo desde a Espanha – a sua análise e interpretação da cultura material diferenciava-o da abordagem que até então era encontrada na Bahia: a coleta de material arqueológico no campo e a montagem de coleções (BARBOSA; SOARES, 1996).

De sua ligação com o professor Thales de Azevedo, ocorrida no Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, surgiu o Laboratório de Arqueologia e Etnologia. Como primeiro trabalho deste Laboratório, o professor Calderón produziu aquele que é considerado o marco científico sobre a Pré-História da Bahia, os estudos relacionados ao Sambaqui da Pedra Oca. Este sítio, localizado no subúrbio de Salvador, teve os trabalhos iniciados ainda na década de 1940 e, devido ao detalhamento da escavação, tornou-se uma referência nas pesquisas arqueológicas fora do centro-sul do país (BARBOSA; SOARES, 1996).

No início dos anos sessenta e em conjunto com outros pesquisadores brasileiros, o professor Calderón integrou o primeiro grupo de arqueólogos designados para compor o PRONAPA

(Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas), com o apoio e financiamento do CNPq e do Smithsonian Institution dos Estados Unidos. Em suma, estes profissionais deram forma àquele que seria considerado, para a época, o mais arrojado programa de pesquisas na área das ciências humanas no Brasil. Basta lembrar que o período era delicado em relação às questões políticas internas, o país vivia sob uma ditadura militar e aquela era, de certa forma, uma oportunidade para abrir novos horizontes de pesquisa, embora os aspectos teóricos e metodológicos empregados sejam hoje questionáveis e vistos com ressalvas pela comunidade científica (DIAS, 1995; FUNARI, 2000).

O professor Calderón ficou responsável pelo registro e catalogação dos principais sítios arqueológicos do Estado. Graças ao PRONAPA, foram catalogados sítios na região norte, na Chapada Diamantina, no Recôncavo Baiano, no sul, no além São Francisco, na Região Sudoeste e no Extremo Sul. A sua contribuição é relevante, como mostra Carlos Costa (2005, p. 55):

[...] foi ele quem efetivamente assentou as bases para o desenvolvimento da arqueologia científica no estado; até hoje, quarenta anos depois, seus trabalhos são referências aos estudos das populações pré-coloniais do Nordeste. Muitas das classificações de tradições arqueológicas de cerâmica, de representação rupestre e de lítico devem-se aos estudos de Calderón; algumas, por exemplo, ainda são muito utilizadas, como a tradição lítica Itaparica e a tradição cerâmica Aratu. Na reserva técnica e arquivo do MAE a quantidade de documentos e materiais arqueológicos de seus trabalhos é imensa .

Em 1974, com o declínio das atividades do PRONAPA e ao lado de outros professores da UFBA, o professor Calderón criou a Associação de Arqueologia e Pré-História da Bahia – AAPHBa. Com esta Associação, conseguiu abrir novas frentes de trabalho no campo da arqueologia, como Sobradinho, Monte Pascoal, Itaparica

do São Francisco e Casa da Torre (BARBOSA; SOARES, 1996).

O professor Calderón ainda atuou na criação do Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia e foi presidente da Fundação Cultural da Bahia. Faleceu em 30 de outubro de 1980, aos 59 anos. Entre as suas últimas atividades ligadas à arqueologia, está a criação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia – MAE/UFBA que, em 1981, por intermédio de alguns dos seus colaboradores, os professores Maria Rosário G. de Carvalho e Pedro Agostinho, foi inaugurado no prédio da antiga Faculdade de Medicina, no Terreiro de Jesus.

A contribuição de Calderón para o desenvolvimento da arqueologia na Bahia é significativa, e como consequência imediata da sua ação no Estado temos alguns desdobramentos. Com a sua morte, os trabalhos no campo da arqueologia tiveram uma breve interrupção; iniciou-se um período de estagnação na produção de artigos e novas pesquisas.

Outros pesquisadores ligados a Calderón passaram a desenvolver ações individuais no campo da arqueologia. Esta foi a situação do professor Ivan Dórea. No início das atividades da AAPHBa, ele participou ativamente dos trabalhos de campo junto à equipe do professor Calderón – de quem era amigo pessoal. Posteriormente, passou a dedicar-se integralmente à Universidade Católica de Salvador - UCSal e à realização de trabalhos através do Centro de Estudos das Ciências Humanas. Ainda hoje está vinculado à arqueologia através de trabalhos em conjunto com empresas de Arqueologia de Contrato.

Entre o final dos anos 1980 e início de 1990, alguns pesquisadores do sul do Brasil se instalaram no Estado e deram início a alguns trabalhos sistemáticos, como a professora Maria Beltrão, do Museu Nacional do Rio de Janeiro, e suas pesquisas na região Central, entre o norte da Chapada Diamantina e o Médio São Francisco.

Na década de 1990, as ações no campo da arqueologia foram aos poucos retomadas, tendo o MAE/UFBA como principal

vetor do processo. Data deste período a participação de Carlos Etchevarne, como professor da UFBA e atuante no MAE/UFBA. Apesar de trabalhar com arqueologia desde meados dos anos 1980, somente nos anos 1990 é que o professor Etchevarne passou a atuar intensivamente na área.

No final da década e com as comemorações dos 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil, uma nova frente de trabalho foi aberta na Bahia através da construção da infra-estrutura da cidade de Porto Seguro. Desta forma, o MAE/UFBA criou o Núcleo Avançado de Pesquisas Arqueológicas – NAPAS e novos pesquisadores fixaram-se na cidade, contribuindo na produção de novos trabalhos arqueológicos. Inicialmente, o NAPAS teria a função de desenvolver a pesquisa arqueológica através da UFBA e novos núcleos seriam criados em outras cidades. Apenas Porto Seguro efetivou o NAPAS e levou a cabo o Programa de Mapeamento de Sítios Arqueológicos do Litoral Sul e Recôncavo Baiano (ETCHEVARNE, 2005b).

Com o início século XXI, um novo cenário se apresentou para a arqueologia na Bahia. O NAPAS, em Porto Seguro, teve suas atividades encerradas e a guarda do material arqueológico passou a ser mantida pela ONG Acervo – Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa, que estabeleceu uma nova perspectiva para a arqueologia no extremo sul do Estado. Comandando a Acervo, encontra-se o arqueólogo Luiz Viva, que expandiu as ações da nova organização através de convênios firmados com instituições de ensino superior e assumiu a responsabilidade dos acervos de empresas que trabalham com arqueologia de contrato dentro e fora do Estado.

Com o colapso do NAPAS, outro grupo foi constituído na Faculdade de Filosofia da UFBA, vindo a formar o atual Laboratório de Arqueologia da UFBA, abarcando alguns profissionais que tiveram formação inicial nas turmas dos cursos de Museologia e de Ciências Sociais. Posteriormente, sob a iniciativa do

professor Etchevarne, foi constituído um curso de Pós-Graduação voltado especificamente para a arqueologia, na Universidade Federal da Bahia.

As primeiras defesas em arqueologia deste novo curso foram de Henry Luydy Abraham Fernandes, com a dissertação *Os sepultamentos do Sítio Aratu de Piragiba-BA*, e de Ana Cristina de Sousa, com a tese *Povoados de Cachoeirinha e Massaranduba (Vale do Jequitinhonha, BA): a relação entre espaço, agentes e contexto sócio-econômico* (SOUSA, 2006).

Outros dois exemplos de novos pesquisadores oriundos das turmas de Museologia e Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, respectivamente, são Carlos Costa e Áurea Conceição Pereira Tavares, mestres em arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Eles, juntamente com os alunos de Ciências Sociais e Museologia da UFBA compõem a renovação na arqueologia baiana, a partir da cidade de Salvador.

Esta renovação, incentivada pelo MAE/UFBA, acontece em um momento especial, onde foi possível conciliar a captação de verbas oriundas de órgãos públicos, como foi no momento das comemorações dos 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil e dos 450 anos da cidade do Salvador, com projetos acertados e profissionais que estavam ligados, direta ou indiretamente, ao Museu, como, por exemplo, Clovês Macedo e Letícia Barros Motta, mestres em Arqueologia pela USP e Luiz Augusto Viva, mestre em Ciências Sociais pela UFBA.

Apesar de a arqueologia na Bahia ter sido conduzida durante muito tempo apenas pela UFBA, outras instituições de ensino superior passaram a ter interesse pela área. Esta é a situação da Universidade do Estado da Bahia – UNEB que, em meados da década de 1980, através do Centro de Estudos Euclides da Cunha – CEEC, manteve uma equipe interdisciplinar na região de Canudos, que escavou o Arraial de Belo Monte e as principais zonas onde se desenrolou o conflito de Canudos no final do século XIX

(ZANETTINI, 1996). As atividades de arqueologia de campo na região de Canudos foram retomadas, de forma emergencial, em 1997, em decorrência da seca e da consequente redução do nível de água do açude de Cocorobó.

Além da UNEB, a Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC vem desenvolvendo ações voltadas para a pesquisa de campo em arqueologia. Note-se que, durante a reforma curricular do curso de História, em 1996, foi criada a disciplina Introdução à Arqueologia, passando a ser oferecido a partir de 1999 como optativa aos seus alunos. No mesmo ano, o Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UESC (CONSEPE) aprovou a realização do primeiro projeto de pesquisa na área de arqueologia, *Mapeamento de sítios arqueológicos do município de Ilhéus* (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ, 1999). Em 2006, foi criado o Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia – NEPAB, ao tempo em que tiveram início as pesquisas com sambaquis na região de Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia (MORALES, 2006). Além desses projetos de pesquisa, o NEPAB, coordenado pelos professores Elvis Pereira Barbosa e Walter Fagundes Morales, tem estabelecido convênios com instituições e ONG para ampliar as possibilidades de trabalhos na área.

Outras instituições de ensino superior da Bahia iniciaram a elaboração de uma série de projetos de pesquisa em arqueologia. Foram os casos da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) com os trabalhos coordenados pela professora Marjorie Cseko Nolasco e sua equipe, através do mestrado em Tecnogênese, e do Núcleo de Pesquisas em Geologia; da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), com a realização isolada de pesquisas coordenadas pelo professor Joaquim Perfeito sobre as sinalações rupestres no sul da Chapada Diamantina.

2 A evolução das técnicas de abordagem de sítios arqueológicos na Bahia

No processo de consolidação da arqueologia na Bahia, enquanto ciência, alguns aspectos chamam a atenção, entre eles a evolução das técnicas de pesquisa. Os primeiros trabalhos de coleta de artefatos feitos pelos professores Vital Rego e Thales de Azevedo, apesar da importância que tiveram para a época, se concentraram apenas na montagem de coleções para expor ao público vestígios da Pré-História da Bahia. Estes pesquisadores são classificados como antiquaristas, haja vista os critérios utilizados por eles para a coleta de artefatos que diferem, totalmente, das atuais abordagens de campo.

Nos primeiros trabalhos sistemáticos desenvolvidos pelo professor Carlos Ott, observa-se uma preocupação em descrever a área do sítio e a sua inserção nos diversos compartimentos paisagísticos, dando ênfase à constituição do solo, às condições climáticas da região e à vegetação do entorno do sítio. No caso do professor Ott, esses trabalhos abordavam apenas os painéis rupestres, realizando uma descrição das figuras (COSTA, 2005).

No que tange ao professor Calderón, é possível encontrarmos um primeiro salto de qualidade na técnica de abordagem dos sítios, uma preocupação mais científica, pautada principalmente na metodologia dominante à época do PRONAPA - como a análise quantitativa dos fragmentos cerâmicos e o estabelecimento de fases e seriações, segundo os parâmetros estabelecidos por Ford nos anos 1960 (BROCHADO, 1969; ETCHEVARNE, 2005a).

Ao longo da década de 1980, a preocupação dos diversos pesquisadores era a de registrar o maior número de ocorrências arqueológicas e classificá-las imediatamente como sítios arqueológicos, evidenciando a quantidade de fragmentos (cerâmicos ou

líticos) recolhidos na superfície, as dimensões da área e a abertura de prospecções que variavam de 1m x 1m a 2m x 2m feitas de maneira aleatória no terreno (CALDERÓN et al., [20--]). Mas esta abordagem estava longe de ser uma análise processual ou pós-processualista. Neste sentido, da década de 1940 até meados de 1980, pouco se avançou nos aspectos teóricos e metodológicos para compreensão do sítio arqueológico e dos seus artefatos.

Da mesma maneira, as técnicas de identificação dos sítios consideravam os seguintes aspectos: informações de moradores, declives do solo, coloração do terreno, tipo de vegetação, objetos superficiais, rochas com vestígios de atividade humana e cacos de cerâmica encontrados na superfície (CALDERÓN et al., [20--]). Dentro do universo da pesquisa arqueológica desenvolvida no Brasil à época, não existia variação nas técnicas de abordagem dos sítios, mas esta situação persistiria por mais tempo devido à queda na produção científica e às limitações quanto ao número de arqueólogos dedicados aos trabalhos na Bahia.

Esta metodologia de abordagem dos sítios arqueológicos dominou o cenário baiano até meados de 1990, quando a entrada de novos arqueólogos e o emprego de novas técnicas de análise transformaram a maneira como eram tratados os sítios. De fato, ocorreu uma mudança de paradigma na metodologia arqueológica não apenas na Bahia, mas em grande parte dos centros de pesquisa em arqueologia no Brasil, com o advento dos intercâmbios internacionais e a constituição de novos grupos de pesquisadores no Centro-Sul do país.

Os intercâmbios e a formação de novos grupos de pesquisa alteraram os rumos da arqueologia brasileira a partir deste período, apontando para direções diferentes das abordagens consolidadas pelo PRONAPA. O advento de novos conceitos teóricos, principalmente a arqueologia processualista e pós-processualista, promoveu a alteração da metodologia de campo e um novo debate em torno da teoria arqueológica.

Paralelo a estas mudanças, o papel da UFBA, gradativamente, foi sendo modificado enquanto principal promotora da ciência no Estado. Ao longo do século XX, ela havia dominado o cenário da produção científica nas diversas áreas do conhecimento na Bahia e isto também é válido para a arqueologia. O advento de novos pesquisadores e a efetivação das universidades estaduais baianas como centros de pesquisa distantes da Região Metropolitana de Salvador deram um novo impulso à pesquisa de um modo geral e isso abriu novos campos de estudos.

Hoje encontramos o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas nas diversas regiões da Bahia, realizadas por um relativo número de pesquisadores e com a participação de profissionais oriundos de outros Estados, possibilitando um avanço significativo no aprimoramento dos aspectos teóricos e metodológicos da arqueologia. A abertura do mercado de trabalho aos novos profissionais possibilitou este avanço. Ademais, a descentralização das pesquisas e das fontes financiadoras contribuiu para o crescimento da arqueologia na Bahia.

3 À guisa de conclusão

A arqueologia conseguiu conquistar espaço em diversos setores que atuam com pesquisa. Apesar dos retrocessos ocorridos ao longo dos anos, dos debates intensos nos campos da teoria e da metodologia de campo e, em determinados momentos, da escassez de profissionais qualificados para atuarem nos projetos, a arqueologia tem conseguido se consolidar, enquanto ciência.

O cenário que se apresenta neste novo século é de abertura e de avanço na pesquisa em arqueologia para a Bahia. As novas frentes de trabalho, abertas nos anos 1990, têm proporcionado um incremento na qualidade das pesquisas e na incorporação de um acervo considerável ao patrimônio arqueológico baiano. O

que antes estava concentrado apenas no Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA como reserva técnica, tem se distribuído em, no mínimo, quatro direções distintas, além de Salvador: Feira de Santana, através do Núcleo de Pesquisa em Geologia da UEFS; Ilhéus, através do NEPAB/DFCH/UESC; Porto Seguro, através da ONG Acervo; Vitória da Conquista, através do trabalho iniciado na UESB.

O atual impulso nos trabalhos arqueológicos na Bahia deve-se, em parte, à Arqueologia de Contrato, que tem proporcionado a prospecção de novos sítios numa velocidade maior que a encontrada ao longo dos anos 1960-1970 durante a realização do PRONAPA. Este fato é um pouco contraditório, uma vez que a Arqueologia de Contrato é realizada por empresas com a finalidade de resgatar os vestígios arqueológicos em áreas que serão impactadas por obras de infra-estrutura ou empreendimentos que alterem a disposição das camadas do subsolo, mas, nem sempre estes trabalhos conseguem gerar uma produção científica consistente (FUNARI, 2000).

Atualmente, com os rigores da legislação ambiental e da específica para a arqueologia (LEI FEDERAL 3924/61; PORTARIA IPHAN nº 230/2007), os trabalhos arqueológicos conseguiram um espaço maior e, conseqüentemente, os centros de pesquisa não conseguem atender ao volume de trabalho que tem surgido ultimamente. Ao mesmo tempo, as empresas que se dedicam à Arqueologia de Contrato não têm a obrigação de fazer uma pesquisa nos moldes acadêmicos. É interessante a ocorrência deste impasse entre a existência de verbas para a realização de trabalhos promovida pela Arqueologia de Contrato, a pouca produtividade científica comparada ao volume de trabalhos de campo encontrados nestes resgates e a produção científica nos centros de pesquisas onde a arqueologia tem de disputar verbas com outras áreas do conhecimento.

Uma solução encontrada por algumas instituições de pesqui-

sa tem sido a formação de convênios para ter acesso ao material arqueológico resgatado no campo. Com isto, é possível a constituição e consolidação de grupos de pesquisa além da capacitação de novos profissionais para o mercado de trabalho. Na medida do possível, algumas das instituições de pesquisa encontradas na Bahia têm buscado esta saída. Pode não ser a melhor opção, mas é uma iniciativa viável em médio prazo, ainda mais no momento em que o mercado de trabalho apresenta sinais de crescimento. Para tanto, basta observar a constituição do curso de graduação em Arqueologia ofertado pela Universidade do Vale do São Francisco (UNIVASF), na cidade de São Raimundo Nonato, no Piauí. O curso tornou-se viável a partir do significativo trabalho desenvolvido na região pelos arqueólogos da Fundação Museu do Homem Americano - FUMDHAM.

O cenário para a arqueologia baiana apresenta-se em expansão, tanto do ponto de vista científico quanto do ponto de vista profissional. Trata-se de uma situação semelhante àquela encontrada no início do século passado, quando algumas pessoas passaram a se interessar pela arqueologia para tentar entender a origem do homem na Bahia. Os trabalhos seguem rumo à consolidação dos grupos de pesquisa, apontando para um futuro de crescimento. Falta agora abrir novas frentes, como a realização de novos cursos de pós-graduação em arqueologia, mas esta é uma etapa que está por se constituir e os arqueólogos que atuam hoje na Bahia têm esta responsabilidade em suas mãos.

Algumas dissertações e teses em Arqueologia defendidas por pesquisadores que foram formados ou atuam na Bahia

BARBOSA, E. P. **Significantes, significados e símbolos na interpretação da cerâmica arqueológica**. 1999. Dissertação (Mestrado em História)– Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

COSTA, C. **A influência do Colégio dos Jesuítas na configuração da malha urbana de Salvador-BA (1549-1760)**. 2005. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)– Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

ETCHEVARNE, C. A. **Sítios dunares: uma contribuição à arqueologia do sub-médio São Francisco**, 1991. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)– Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

_____. **Appropriation des ressources du milieu dans la Pré-Histoire du Cours Moyen du Fleuve São Francisco**. 1995. Tese (P. H. D.)– Institut de Paléontologie Humaine Muséum National D'histoire Naturelle, Paris, 1995.

FERNANDES, H. L. A. **Os sepultamentos do sítio Aratu de Piragiba-Ba**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)– Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003. 2 v.

MACÊDO NETO, C. **A linguagem dos seixos: tecnologia de debitagem sobre seixos em dois sítios sob abrigos no Sub-Médio São Francisco**. 1996. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)– Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

MOTTA, L. B. **A tralha doméstica e o processo de urbanização de Porto Seguro**. 1998. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)– Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

NASCIMENTO, L. A. V. **A primeira igreja do Brasil: Arqueologia e preservação**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)– Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SILVA, J. P. **Pinturas rupestres: estruturas e representação em Minas Gerais e Bahia**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)– Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SOUSA, A. C. **Povoados de Cachoeirinha e Massaranduba (Vale do Jequitinhonha, BA): a relação entre espaço, agentes e contexto sócio-econômico**. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)– Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

TAVARES, A. C. P. **Vestígios materiais nos sepultamentos da antiga Sé de Salvador: postura das instituições religiosas africanas frente à igreja católica em Salvador no período escravista**. 2006. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)– Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

Referências

BARBOSA, E. P.; SOARES, I. D. Valentin Calderón: vida e obra. In: REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 8., 1995, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. p. 151-154. (Coleção Arqueologia, v. 1, n. 1).

BRASIL. Decreto-Lei nº 3924/61, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. **Eric**, XOOFS, 2008. Disponível em: <[HTTP://www.sitiosãofrancisco.org.br/modules/smartsection/print.php?itemid=8](http://www.sitiosãofrancisco.org.br/modules/smartsection/print.php?itemid=8)>. Acesso em: 29 jul. 2008.

BROCHADO, J. P. et al. **Arqueologia brasileira em 1968**: um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1969. (Publicações Avulsas, 12).

CALDERÓN, V.; SOARES, I. D. C.; JÁCOME, Y. D. B. A. **Relatório do Projeto Sobradinho de Salvamento Arqueológico**. Salvador: CHESF, [20--].

COSTA, C. Sítios e representação rupestre da Bahia (1950-1990): levantamento dos dados primários das coleções arqueológicas do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia (MAE/UFBA). **Canindé – Revista do Museu de Arqueologia de Xingó**, Xingó, n. 6, p.139-157, dez. 2005.

DANIEL, G. **Historia de la Arqueologia**: de los anticuarios a V. Gordon Childe. 3 ed. Madrid: Alianza, 1992.

DIAS, A. S. Um projeto para a Arqueologia brasileira: breve histórico da implementação do PRONAPA. **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, n. 19, 1995.

ETCHEVARNE, C. A. As pesquisas arqueológicas no âmbito da Universidade Federal da Bahia. In: _____. **Memória do Seminário Arte Rupestre no Nordeste do Brasil**: pesquisa, preservação e gestão de sítios arqueológicos de pinturas e gravuras rupestres. Salvador: UFBA/FFCH, 2005a. p. 11-32.

_____. O patrimônio arqueológico na Bahia. Breves considerações sobre o estado atual da questão. In: _____. **Memória do Seminário Arte Rupestre no Nordeste do Brasil**: pesquisa, preservação e gestão de sítios arqueológicos de pinturas e gravuras rupestres. Salvador: UFBA/FFCH, 2005b. p. 33-39.

ETCHEVARNE, C. A. **Sítios dunares**: uma contribuição à arqueologia do sub-médio São Francisco, 1991. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)– Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

FUNARI, P. P. Como se tornar arqueólogo no Brasil. **Revista da USP**, São Paulo, n. 44, p. 74-85, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2007. Dispõe sobre os procedimentos para a obtenção de licenças ambientais referentes à apreciação e acompanhamento das pesquisas arqueológicas no país. **IPHAN**, Brasília, DF, [20--?]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=337>>. Acesso em: 28 jul. 2008.

MAIO, M. C. Thales de Azevedo: desaparece o último dos pioneiros dos antropólogos brasileiros de formação médica. **Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. III, n. 1, p. 133-171, mar.-jun. 1996. Fundação Osvaldo Cruz.

MONTEIRO, F. Carlos Ott (1908-1997): alemão radicado na Bahia foi pioneiro em estudos de Arqueologia e Pré-História. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, [2007?]. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=619>>. Acesso em: 16 dez. 2007.

MORALES, W. F. **Os sambaquis do Sul da Bahia**: um estudo sobre o uso e organização espacial inter e intra sítio no baixo curso dos rios Buranhém e João de Tiba, municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia, BA. Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz/FAPESB/CNPQ, 2006.

_____; BARBOSA, E. P. **Mapeamento arqueológico das bacias dos rios Cachoeira e Almada**: um estudo de Arqueologia Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia. Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2006.

THALES DE AZEVEDO. **Biografia**. [s.l.:s.n.:19--]. Disponível em: <<http://www.thalesdeazevedo.com.br/biografia.htm>>. Acesso em: 16 dez. 2007.

TRIGGER, B. G. **Historia del pensamiento arqueológico**. Barcelona: Crítica, 1992.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ. **Mapeamento de sítios arqueológicos do município de Ilhéus**. Ilhéus, 1999. 39 p.

ZANETTINI, P. **Arqueologia Histórica de Canudos - relatório preliminar**. Salvador: Centro de Estudos Euclides da Cunha / UNEB: Portfolium, 1996.

_____. Por uma arqueologia de Canudos e dos brasileiros iletrados. **O olho da História: Revista de História Contemporânea**, Salvador, v. 2, n. 3, p. 167-171, 1996.

Recebido em: 4 de fevereiro de 2008.

Aprovado em: 26 de fevereiro de 2008.

2

Dos primeiros povoamentos às ocupações ceramistas em abrigos rupestres do Mato Grosso

Águeda Vilhena Vialou
Denis Vialou

1 Introdução

O estudo da Pré-História no centro do continente sul-americano é bem tardio em relação ao de várias outras regiões do Brasil: iniciou-se de maneira regular somente no último quartel do século XX (MILLER 1987; SCHMITZ, 1986; VIALOU D., 1983/1984; VIALOU A., 1987; VIALOU A.; VIALOU D., 1989; WÜRST, 1987). Assim sendo, as pesquisas no centro-oeste brasileiro estão nos seus primórdios e seus resultados são ainda parciais.

Nossa experiência de 25 anos de campo no Estado do Mato Grosso em duas áreas distantes entre si apenas 250 km revelou presenças de ocupações de períodos diferentes.

Nosso objetivo, nessa síntese, é o de realçar as características notáveis de cada conjunto de ocupações e seus aspectos distintos em cronologias que praticamente não se superpõem: povoamentos antigos em abrigo rupestre calcário e povoamentos recentes em abrigos rupestres areníticos.

2 Localização e meio-ambiente

Área da Serra das Araras - localizada no sul do Estado de Mato Grosso - é constituída pelo dobramento sinclinal do pré-cambriano

de formação calcária com camadas intercaladas de arenito. O abrigo de Santa Elina (lat sul 15° 27', long. Oeste 56° 46'), 60 m de comprimento por 3 a 5 m de profundidade, com uma parede de inclinação de 70°, totalmente ornada de representações rupes- tres, encontra-se a apenas 50 m de um riacho, hoje intermitente em função do fluxo das nascentes provenientes da serra que fica em frente ao abrigo, deixando um espaço de vale sobre 200 m de largura. O abrigo está situado na primeira cortina dessa cadeia de formações calcárias e areníticas, orientada sudoeste-nordeste sobre 500 km de extensão e 50 km no sentido de sua largura.

Essa formação única no centro do continente propicia o desenvolvimento de uma flora serrana que se distingue da vegetação circundante do cerrado. De clima mais ameno que na bacia cuiabana, da qual os abordes dessa serra faz parte, e conseqüentemente do Pantanal, a apenas 80 km de distância, a serra das Araras constitui e constituiu um espaço de refúgio para a fauna de grandes mamíferos. A serra atinge 700 m de desnível já na segunda série dessa cadeia montanhosa. Sua travessia é quase impraticável, formando verdadeiros obstáculos, dificultando penetrações e contatos humanos.

A área da Serra São Jerônimo está situada na formação Furnas, correspondente aos depósitos sedimentares arenosos das cuevas em sua extensão máxima para o oeste pela bacia do Paraná em direção à bacia do Paraguai/Cuiabá. A **área da Cidade de Pedra** (lat. Sul 16° 30' e long. Oeste 54° 50' – 55°), por nós delimitada sobre 400 km², foi um território inocupado durante o século XX e ainda mesmo nos dias de hoje. Esse espaço se define de norte para sul pelo rio Vermelho que circunscribe a área. Pela sua margem esquerda, as formações areníticas são extremamente escarpadas, situadas por patamares, indo de altitudes inferiores a 200 m no nível do rio, até 600 m no platô. Os abrigos rupes- tres encontram-se em morros ruiformes, ora agrupados ora isolados, e também em formações maciças, nessa paisagem acidentada e inapropriada a qualquer

cultura moderna; daí o contraste dessa área de vegetação luxuriante com os grandes espaços cultivados das enormes fazendas agrícolas instaladas nas terras planas do planalto. As formações areníticas da serra constituem os últimos relevos que dominam a paisagem aberta para a planície sem limites do Pantanal próximo à área da Cidade de Pedra, em seu limite leste quando o rio Vermelho se encontra com o São Lourenço.

3 Arqueologia

Os sítios arqueológicos estudados dessas serras, **abrigo Santa Elina**, no município de Jangada, e os **abrigos da Cidade de Pedra**, no município de Rondonópolis, encontram-se em áreas não frequentadas atualmente por razões de improdutividade e de isolamento. Assim sendo, a preservação dos sítios manteve-se consideravelmente intacta de qualquer alteração humana ou animal. Somente as intempéries, os artrópodes e os microorganismos puderam afetar a conservação ou não das representações rupestres.

Os sítios, recobertos pelas pinturas, desenhos ou gravuras, são abrigos, em grande parte, com uma sedimentação que permitiu a conservação dos vestígios das passagens de seus moradores.

O registro das ocupações pré-históricas pelas escavações sistemáticas, pelo estudo do paleo-ambiente, da geologia, sedimentologia, botânica ... conferiu a esses abrigos um estudo estratigráfico minucioso associando o nível arqueológico à cronologia e à organização espacial do solo habitacional.

Foi possível efetuar a reconstituição de certas ocupações de tão distintos ambientes geológicos :

- o meio-ambiente cárstico de Santa Elina, a localidade privilegiada desse abrigo e a proteção dos depósitos sedimentares da área habitacional por duas paredes

calcárias permitiram a perfeita conservação de seus vestígios ósseos e vegetais. As escavações por decapagens em estratigrafia natural, efetuadas durante 20 anos de pesquisa no abrigo, retiraram 1 m de sedimento em uma área de 20 m de comprimento por 4 a 3 m de largura. Na totalidade desses 80 m²; foram identificados os níveis recentes de ocupação. Por outro lado, os níveis mais profundos, os mais antigos, foram escavados num espaço contíguo ao setor leste do abrigo, correspondente aos 10 metros iniciais (10 x 3 x 4 m de profundidade);

- o ambiente arenítico da Cidade de Pedra, as feições rui-niformes em espaços escalonados, a abertura da maior parte dos abrigos receptiva aos fenômenos pluviais de encharcamento dos solos, acrescido, em alguns casos, pela proximidade de riachos, conferem a esses sítios uma fraca possibilidade de conservação de vestígios orgânicos. Dois abrigos foram escavados, Vermelhos (DEBLASIS, 1997; 2006), Cipó (MARTINS, 2005; WESOLOWSKI, 2005), e quatro estão sendo escavados em Ferraz Egreja, Antiqueira, Arqueiros e Tocaçu dos Morcegos (VIALOU D., 1983/1984; VIALOU A., 2006). Em cinco desses abrigos verificou-se um depósito homogêneo, sempre de arenito, enquanto que os depósitos sedimentares da caverna-abrigo Antiqueira se mostraram com fases de encobrimentos vegetais de maneira constante em função dos períodos de pluviosidade e das estações do ano. Para todas as escavações da Cidade de Pedra, sempre por decapagens e em estratigrafia natural, a referência estratigráfica das ocupações foi estabelecida unicamente pelos vestígios, uma vez que as informações sedimentológicas revelaram, a cada vez, que se tratava de depósitos arenosos homogêneos.

4 Cronoestratigrafia e arqueologia

4.1 As ocupações pleistocênicas e do início do Holoceno referem-se unicamente ao abrigo de Santa Elina

- Pleistoceno - 25000 anos BP

Entre 400 e 260 cm de profundidade, as camadas sedimentológicas contêm blocos de grande tamanho num depósito coluvial arenoso e pedregoso. Ao redor de 300 cm, um nível arqueológico se destaca pelo aparecimento de vestígios ósseos de megafauna extinta: vértebras, costelas, fragmentos cranianos, metade de mandíbula, além de milhares de osteodermos de *Glossotherium Letsomi* (CARTELLE, 2005). Nesse mesmo nível, que se caracteriza por uma coloração levemente acinzentada e com presença de partículas de carvões, está presente um material lítico trazido para o abrigo e aí lascado e retocado.

A descoberta de fauna fóssil associada à presença humana, através de seus artefatos líticos e da transformação de um dos ossículos de sua derme - configurando um possível adorno pelo efeito da abrasão confeccionada nas suas duas faces, normalmente convexas, resultando em faces planas e com bordos simétricos – confere ao abrigo de Santa Elina um caráter excepcional entre os sítios arqueológicos brasileiros.

A fim de obter as idades desses períodos pré-históricos, recorreremos a três métodos de datações, de três diferentes laboratórios e correspondentes a três materiais de análise também distintos. Essa conjunção de diferentes competências fez com que pela primeira vez tenha havido no Brasil a obtenção de idades, todas elas concordantes, em torno de 25000 anos BP (*vide* Tabela 1). A datação do osso de glossotério foi feita pelo método de Urânio-Tório, U-Th, pelo laboratório do Muséum National d'Histoire Naturelle (França) (FALGUÈRES, 2005); a datação do sedimento, pelo quartzo, método de luminescência óptica esti-

mulada, OSL, pelo laboratório da Universidade de Washington, USA (FEATHERS, 2005), e a datação das partículas de carvão pelo método de carbono acelerado, SMA, pelo Laboratoire des Sciences du Climat et de l'Environnement – LSCEA (França) (VALLADAS, 2005).

Este nível arqueológico é notável não somente por seus vestígios excepcionais, utensílios líticos associados à fauna extinta, mas por sua posição estratigráfica bem definida. A fauna, representada exclusivamente pela parte dianteira de só um indivíduo, ocorre abundante unicamente nessa camada. O animal deve ter sido caçado ou recuperado nos arredores e a parte que interessava ao homem pré-histórico foi trazida ao hábitat, compreendendo a pele do animal (não conservada), mas identificada pelo posicionamento dos milhares de osteodermos distribuídos de forma organizada.

- Holoceno início – 10000 e 9000 anos BP

A 200 cm de profundidade e a 100 cm mais alto na sequência estratigráfica que o nível precedente, um novo nível arqueológico ocorre após um depósito arenoso composto de areias grosseiras, de pedras e de alguns blocos de calcário. Ocorre novamente a presença de fauna fóssil - ossos longos, ossos chatos, osteodermos por milhares -, mesma espécie que a do nível anterior, *Glossotherium Letsomi* (CARTELLE apud VIALOU A. et al., 1995) num sedimento marcado por uma película de 2 cm de cor cinza acentuada. A indústria lítica de rochas diversificadas, calcário, arenito, sílex e quartzo acompanha a fauna, assim como restos de fogueiras. A quantidade abundante de carvões desse nível estratigráfico permitiu datações radiocarbônicas pelo processo clássico ^{14}C (FONTUGNE, 2005; FONTUGNE apud VIALOU A. et al., 1995). Foi datada a fauna por U-Th, através de um osteoderma, como no nível de 300 cm de profundidade (FALGUÈRES,

2005; FALGUÈRES apud VIALOU A. et al., 1995). Embora esse período seja amplamente representado na Arqueologia brasileira, Santa Elina continua sendo o único sítio pré-histórico no Brasil onde a coexistência homem-fauna extinta é verificada em perfeita associação estratigráfica e contemporaneidade. As idades obtidas, antes do presente, foram de 10120 anos por ^{14}C , e de 13000 anos por U-Th, sabendo que a datação por Urânio-Tório estava no limite desse método e que, pelo seu sigma, essa idade está envelhecida em ao menos 2000 anos. Assim sendo, essas duas idades obtidas por ^{14}C e U-Th não apenas são referentes a vestígios do mesmo nível arqueológico, como são equivalentes.

As evidências dos vestígios fósseis desse período, considerados por alguns autores como transição Pleistoceno-Holoceno, mostram que mesmo tendo terminado o Pleistoceno, a preguiça gigante, megafauna do Centro-oeste que conviveu com o homem, se manteve na Serra das Araras e encontrou aí um refúgio ecológico já no Holoceno antigo.

Outras ocupações se sucedem com idades de 9000 anos até 7000 anos BP sem vestígios de fauna fóssil. O sedimento arenoso é extremamente móvel, sendo o nível de 7000 anos BP o final desse depósito coluvial. Existe uma presença reduzida de micro e macro-fauna da região (FIGUTI, 2005). Os restos vegetais se fazem presentes, frutos e folhas de palmeiras (CECCANTINI, 2005) e um material riquíssimo em carvões para a Antracologia (SCHEEL-YBERT; SOLARI, 2005). O material lítico é composto de artefatos especiais que não foram confeccionados in loco. Enquanto ocorrem excepcionalmente algumas plainas e raspadores em sílex, em arenito zonado e em calcário e também furador em cristal de rocha, as numerosas plaquetas de hematitas trabalhadas e uma dezena de blocos manchados de pigmentos testemunham o emprego intenso da cor vermelha no hábitat.

4.2 Holoceno Médio - Esse período agrupa as duas regiões:

- Cidade de Pedra

A caverna-abrigo Cipó teve a identificação muito reduzida, de uma passagem no local há 7000 anos atrás, sem ter havido, em seguida, nenhuma ocupação intermediária até a presença dos enterramentos em urnas, cerâmicas ou não, de 1000 anos atrás (WESOLOWSKI, 2003).

O abrigo Ferraz Egreja teve uma ocupação ainda não datada e que é inferior ao nível de 5.000 anos atrás, sendo que essa antiguidade não pode recuar muito mais, visto que não foram conservados sedimentos mais antigos. As escavações no abrigo, ainda em estudo, têm evidenciado a não conservação de sedimentos junto à laje bem próxima do abrigo, acerca de 1m de sedimentação, conforme o local.

Os Abrigos Vermelhos possuem também uma estratificação de ocupações que remontam a 4.200 anos atrás. Por enquanto, as informações obtidas sobre esses períodos são muito reduzidas, mas fica claro que o homem ocupou essas terras a partir de 7000-5000 anos atrás, podendo já ter marcado seu território rupestre desde esses tempos.

- Santa Elina

Nesses mesmos períodos, o abrigo de Santa Elina continua a ser ocupado de maneira intensa.

6000 anos BP distingue e diferencia o tipo de depósito. De uma sedimentação formada de depósito arenoso coluvial, o abrigo passa a ser constituído por um sedimento pulverulento, formado do pó de calcário, e o depósito não chega a ser pedogeneizado devido a uma sedimentação que é fortemente antropizada, formada de varvões, cinzas e perturbada pelos arranjos e pelas caminhadas de seus moradores.

- As ocupações de 6000 anos BP, várias vezes atestadas por datações ^{14}C , se distinguem pela organização realizada de seu espaço habitacional: sobre apenas cerca de 40 m² (10 x 4m) foram evidenciados 400 blocos de calcário, de forma que se assemelham aos paralelepípedos, distribuídos por todo esse espaço de habitação como uma pavimentação, tendo esses blocos (de medidas médias de 15x 10 x 8 cm) marcas de pigmentos vermelhos devido ao esfregamento das hematitas trazidas abundantemente à moradia para dar cores a objetos e certamente para a realização das centenas de pinturas de sua parede (VIALOU D., 2003; D'ERRICO; VIALOU A., 2007).
- Há evidências também de fogueiras cercadas de pedras, de carvões como refugio, de cinzas e de alguns ossos de pequenos roedores, de aves e mesmo de peixe, fora o número importante de grandes moluscos, *megalobuliminus*, associados às fogueiras.
- Há uma sucessão de ocupações ininterruptas até 2.000 anos atrás, sempre rica em hematitas, em fogueiras construídas por arranjos de pedras, em acúmulos de carvões bem organizados, em vegetais diversos, frutos agrupados e folhas transformadas em objetos de adorno (laços) ou de utilização (como as cestas) (BLANCHOT; AMENOMORI, 2005; TAVEIRA, 2005).
- Existe uma série de madeiras, única em nossa arqueologia brasileira, corresponde a arranjos de estacas. As madeiras, apontadas, finas e alongadas, se apresentam em posição vertical, e graças ao cuidado das escavações, estão fincadas nos solos das ocupações: 84 estacas foram contabilizadas, distribuídas quase que igualmente ao longo das duas paredes do abrigo, e em alguns trechos separando os longos 20 metros da área habitacional. O topo das estacas ocorre com a evidenciação das primeiras

estruturas de fogueiras, por volta de 2.000 anos atrás, sendo que existe uma estratigrafia de sua disposição, onde umas são retiradas e outras aparecem em níveis inferiores, não excedendo 4.000 anos atrás (CECCANTINI, 2002, 2005; KAMASE, 2005).

A sequência de Santa Elina se interrompe no tempo, não registrando a presença de ocupantes nesses últimos dois mil anos. Por essa razão, nada se pode saber sobre o povoamento recente dessas populações do abrigo, visto que ele não foi frequentado no Holoceno recente.

Apesar dos ceramistas encontrados no pediplano cuiabano, em sítios a céu aberto, Santa Elina não tem vestígios, nem dos ceramistas nem de uma continuidade de seus moradores que poderiam ter continuado a frequentar o abrigo e não serem povos ceramistas. O sítio foi abandonado há 2.000 anos atrás, antes ou no momento mesmo do advento da cerâmica na região. Suas últimas estruturas, as dos mais recentes ocupantes, se encontravam preservadas, praticamente intactas no momento de nossas primeiras escavações, apenas cobertas por uma ligeira camada de sedimento pulverulento, de folhas e de plaquetas provenientes da descamação da parede ornada e que abriga as ocupações.

4.3 Holoceno recente: esse período refere-se à totalidade dos abrigos rupestres da Cidade de Pedra e também aos sítios ribeirinhos a céu aberto

Considerando os sítios rupestres e de habitação, Abrigos Vermelhos e Ferraz Igreja, nota-se que não há separação, no sentido de interrupção de ocupações de cinco, quatro e três mil anos com as recentes de dois mil anos até o período sub-atual. A diferença entre esses dois períodos é baseada unicamente na

presença da cerâmica nos habitats. O momento de seu aparecimento foi há 2.200 anos, aproximadamente.

A cerâmica ocorre nas habitações desses abrigos com fragmentos de pequeno tamanho. Nos Abrigos Vermelhos, sua presença é reduzida a algumas dezenas de fragmentos; já em Ferraz Egreja, os dois milhares de fragmentos, nos dois mil anos de ocupações, em relação aos catorze mil líticos entre lascas, estilhas, fragmentos e utensílios representam, apesar de seu pequeno número, não só sua presença em todos esses níveis, como uma grande variedade de formas, estilos e decorações (MONTEIRO, 2006).

Surpreendente nessa relação classificatória de pré-ceramistas e de ceramistas é que nos abrigos onde ocorre essa continuidade de ocupações há igualmente a persistência de um certo modo de subsistência baseado na escolha de seus instrumentos líticos, mantendo o mesmo *savoir-faire* de tecnologia litica.

Evidentemente novos tipos de instrumentos são introduzidos e adaptados às atividades de uma horticultura incipiente, como as grandes peças, as lâminas de machado polidas ou simplesmente lascadas. Esses artefatos são diagnósticos de um período e de sua associação à presença da cerâmica. No entanto, a arte de lascar, de confeccionar raspadores com retoques em escamas, furadores e denticulados persiste ao longo de toda essa época nos abrigos de moradia, afetada ou não pelo advento da cerâmica. São notáveis também a proporção e a intensidade das ações de lascar, percebidas pelo número importante de todos os detritos do lascamento, presentes nos *habitat*. Graças a esse material temos os testemunhos de sua confecção local e da necessidade eminente do fabrico de objetos. Isso é detectado ainda mais pela exploração e aquisição da matéria-prima, arenito silicificado, quartzito, sílex e quartzo, que se encontra distante da área de habitação e de seu transporte ao abrigo rupestre uma vez selecionada, mas ainda em estado bruto. Nesses locais com evidências manifestas de atividades cotidianas nota-se que houve o preparo dos utensílios pelos restos conservados nos

solos habitacionais configurando as etapas de lascamento para a confecção e reparação de seus utensílios (SILVA, 2006).

A conjugação desses vestígios líticos e cerâmicos em Ferraz Egreja é forte e está associada a outros vestígios, hematitas trabalhadas, carvões espalhados, tições de grande tamanho (lenhas de 60 por 15cm) e fogueiras bem estruturadas com arranjos de pedras areníticas locais.

Num espaço de 150 m² escavado por decapagens naturais, foram identificadas superposições de ocupações revelando que para cada período de permanência no abrigo pelo menos uma estrutura de combustão bem organizada existia. A frequência no abrigo pode estar ligada às estações do ano, mas não houve tempo de se constituir uma espessura de sedimentação estéril entre os vestígios situados na parte mais interna do abrigo. A separação das camadas formadas por sedimento homogêneo arenoso (BENABDELHADI, 2005) se faz na parte mais ocupada, mais externa do abrigo, seguindo uma leve declividade em direção ao riacho e que acompanha a declividade da base rochosa, a laje.

As datações por 14C (FONTUGNE; HATTÉ; NOURY, 2005) corroboram a afirmação de uma frequência regular no abrigo, sem importantes fases de abandono.

Os sítios a céu aberto localizados às margens do rio Vermelho, como Fazendinha, Jatobá, Turbina e Baia, são sítios com ocupações de povos quase que exclusivamente ceramistas. Seus vestígios são superficiais e correspondem provavelmente a aldeamentos com as instalações de cabanas espalhadas por centenas de metros e mesmo até 2 km, como é o caso de Fazendinha. As diversas ocupações não foram encontradas estratificadas nos locais escavados, mas se distribuem separadamente por toda a área. Datadas, tanto através de carvões, por radiocarbono, como por termoluminescência, pelas cerâmicas, as idades são por volta de 300 a 650 anos BP (FIGUTI, 2005). Verificou-se que, nesses sítios, os rupestres e os a céu aberto, há uma diversidade nas confec-

ções das cerâmicas, dessas diferenças ou semelhanças chega-se a definir afinidades particulares entre um sítio a céu aberto e um de outro abrigo rupestre de período com cerâmica (MONTEIRO, 2006); No entanto, torna-se determinante a distinção entre abrigos e sítios a céu aberto no que se refere ao material lítico. De fato, não é o período cronológico, não é a aptidão ao lascamento, nem a presença da cerâmica que afetam o comportamento de confeccionar os utensílios de pedra dos habitantes da Cidade de Pedra. Mas é a localidade, a escolha do espaço habitacional, sítios em ambientes fechados (abrigo) ou sítios ao ar livre (a céu aberto) e voltados para o eixo da comunicação pelos rios, que vai orientar seus moradores para uma economia de subsistência que vai provocar a necessidade ou não de lascar.

Se nos abrigos estudados, Vermelhos e Ferraz Egreja, existe uma continuidade de lascamento que atravessa os períodos antes e durante a cerâmica (até 200 anos atrás), esse fenômeno não se produz nos sítios ribeirinhos a céu aberto. Aí a presença de objetos lascados é reduzida; é mais comum encontrar artefatos polidos, como mãos de pilão, lâminas de machado e adornos, tembetás. Pelas áreas escavadas, não se notam espaços dedicados ao lascamento. As fragmentações de rochas e lascas ocorridas no sítio são testemunhos de um trabalho grosseiro de rápido debastamento para a obtenção de um utensílio polido ou parcialmente polido.

A escolha de utensílios foi fundamental para as atividades econômicas de qualquer grupo humano. A diferenciação estabelecida de confecção de utensílios líticos praticada nos sítios em abrigo e nos sítios a céu aberto, nas mesmas épocas cronológicas, indica que as atividades não foram as mesmas.

Duas hipóteses de igual importância são levantadas:

- Seriam os mesmos grupos com moradias diferentes, de acordo com suas atividades temporárias, entre caça e agricultura?

ou

- Seriam grupos distintos que, apesar de contatos necessários entre êles, mantêm seus estilos de vida, seus comportamentos de subsistência bem demarcados?

De qualquer forma, seja uma seja outra hipótese, foram constatados modos de vida do cotidiano que seriam bem diferentes entre os dois grupos, os moradores de abrigos e os moradores de terras planas às margens de rio dos sítios a céu aberto.

5 Arte rupestre

A distância real que existe entre Santa Elina e a Cidade de Pedra não é grande, pois são cerca de 250 km, mas existem diferenças de paisagem e de culturas. O período do Holoceno recente (os dois últimos milênios) as diferencia quanto à presença (Cidade de Pedra) e ausência (Santa Elina) de ocupações. As representações rupestres dessas regiões são claramente muito diferentes.

As representações rupestres presentes nos sítios em abrigos podem ser semelhantes, o que corresponde a uma identidade simbólica comum (social), ou, ao contrário, bem diferentes quando pertencem a sociedades distintas. Santa Elina e Cidade de Pedra são dois mundos distintos também sob esse aspecto, e quase tudo os separa, tanto pela técnica como pelos temas.

Em Santa Elina, com mais ou menos novecentas representações, prevalece uma grande variedade de meios de expressão, pintura em tinta uniforme, desenho a traço com cores diversas, vermelho, violeta, laranja, amarelo, preto e também picoteamentos. Os temas são bem diversificados, com representações de grande variedade de animais, geralmente em movimento, com seres humanos e sinais de características simples, comuns a qualquer local, como pontuações. Existem também representações monstruosas, imaginárias, nem animais-nem humanas,

umas de grande tamanho (mais de 1 metro de comprimento).

Na Cidade de Pedra, com mais de cem abrigos rupestres e cerca de três mil representações, prevalece a técnica de desenhos a traço e com temas geométricos. É possível também distinguir a presença preponderante de gravuras em abrigos próximos do rio, situados em nível mais baixo em relação aos abrigos com pinturas que se encontram nos patamares superiores.

Seriam as questões relativas à cronologia e com isso um modo de vida e de cultura que distinguiriam esses povos? Os estudos da Cidade de Pedra mostram que há uma coerência entre certos tipos de temas, como os círculos concêntricos, os círculos feitos de pontuações e acoplados a outros círculos e de motivos específicos, como emblemas clânicos, que circunscrevem claramente identidades territoriais de frequência de uma mesma população. É claro também que existiram várias fases de realização das representações, que sugerem, por um lado, desde mudanças nas escolhas simbólicas consecutivas a trocas de ocupações territoriais e, por outro lado, diferenças entre as repartições espaciais das ocupações territoriais. No abrigo Santa Elina, três ou quatro fases podem ser distinguidas, o que significa mudanças de grupos morando no mesmo abrigo. Em Santa Elina, as fases se sucedem necessariamente no tempo (com lacunas ou não); na Cidade de Pedras, fases distintas podiam ocorrer no mesmo período, devido às ocupações contemporâneas em diferentes abrigos.

É principalmente pela arte rupestre que se poderá reconhecer grupos culturais, suas filiações e seus territórios, quando associada, evidentemente, aos elementos discriminantes de seus *habitat*.

6 Conclusão

Devido às diferenças tão marcantes entre as áreas desses sítios e às próprias características dos sítios não é possível estabe-

lecer entre eles analogias, nem sucessões ocupacionais. Mas nesse lapso de tempo determinado pela cronologia dos povoamentos na região, fica registrada uma presença humana em continuidade. Correspondem a espaços geográficos que foram atravessados e frequentados durante milênios, desde o Pleistoceno.

É de se notar que os fatores de preservação dos vestígios e a qualidade desses *habitat* possam configurar ocupações em espaço por populações tão distintas. A ausência, na Cidade de Pedra, de povoamento pleistocênico não é de surpreender, devido ao caráter totalmente excepcional de Santa Elina em relação a todo o Planalto Central brasileiro e ao continente sul-americano. Questões importantes de circulação e penetrações em todo o espaço geográfico são totalmente plausíveis para os outros períodos do Holoceno. No entanto, também se manifesta aí uma singularidade para a região e que pode ser o ocaso da pesquisa local. Em Santa Elina, não há de fato reais ocupações ceramistas e nem ocupações dessa época recente do Holoceno. Enquanto na Cidade de Pedra a densidade de povoamento é notável pela presença dessas ocupações ceramistas que sucederam as ocupações do Holoceno médio. Elas podem também corresponder às ocupações que se perpetuaram na região desde períodos pré-ceramistas, detectados a partir de 7000 anos BP. A proximidade de *habitat* em abrigo e *habitat* a céu aberto, entre 3 e 15 km na Cidade de Pedra, confere a esses sítios, quando ceramistas, uma característica particular: a de separar e diferenciar populações pelos seus modos de vida, apropriados a um tipo de localização.

Os *habitat* rupestres dessa Região Central da América do Sul, situados nas fontes dos grandes mananciais, a Bacia Amazônica, em direção ao norte, e para o sul, a Bacia Platina, encontram-se em posição privilegiada para as instalações de povoamentos humanos e suas várias vagas de deslocamentos.

Referências

ALVARENGA, C. J. de S. Contexto geológico da Serra das Araras. In: VIALOU, Á. Vilhena (Org.). **Pré-história do Mato Grosso**. São Paulo: EDUSP, 2005. (Santa Elina, 1).

AUBRY, T. Geologia. In: VIALOU, A. Vilhena (Org.). **Pré-história do Mato Grosso**. São Paulo: EDUSP, 2006. (Cidade de Pedra, 2).

BENABDELHADI, M. Cidade de Pedra – Ferraz Egreja. CONGRESSO INTERNACIONAL DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 13., 2005, Campo Grande, MT. **Anais ...** Campo Grande, MT: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2005.

_____. Santa Elina - Estratigrafia. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 13., 2005, Campo Grande, MT. **Anais ...** Campo Grande, MT: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2005.

BLANCHOT, H.; AMENOMORI, S. N. Levantamento dos vestígios vegetais do abrigo rupestre de Santa Elina. In: VIALOU, A. Vilhena (Org.). **Pré-história do Mato Grosso**. São Paulo: EDUSP, 2005. (Santa Elina, 1).

CARTELLE, C. A preguiça-terrícola de Santa Elina. In: VIALOU, A. Vilhena (Org.). **Pré-história do Mato Grosso**. São Paulo: EDUSP, 2005. (Santa Elina, 1).

CECCANTINI, G. C. T. A cobertura vegetal associada ao abrigo rupestre. In: VIALOU, Á. Vilhena. (Org.). **Pré-história do Mato Grosso**. São Paulo: EDUSP, 2005. (Santa Elina, 1).

CECCANTINI, G. C. T. **Madeiras arqueológicas do abrigo rupestre Santa Elina MT**. 2002. 130 f. Tese (Doutorado em Botânica)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. 1 CD-ROM.

DE BLASIS P. A. D. Abrigos Vermelhos: hábitat. In: VIALOU, A. Vilhena (Org.). **Pré-história do Mato Grosso**. São Paulo: EDUSP, 2006. (Cidade de Pedra, 2).

_____. Abrigos Vermelhos, Mato Grosso. Premiers résultats. **L'Anthropologie**, Paris, t. 101, n° 3, p. 546-552, 1997.

D'ERRICO, F.; VIALOU A. Vilhena. Reduction sequences of colorant materials: the rock art site of Santa Elina (Mato Grosso, Brazil). **Rock Art Research**, Melbourne, v. 24, n. 2, p.181-190, 2007.

FALGUÈRES, C. O. método por urânio-tório (U-Th). In: VIALOU, A. Vilhena (Org.). **Pré-história do Mato Grosso**. São Paulo: EDUSP, 2005. (Santa Elina 1).

FEATHERS, J. Datação por luminescência óptica estimulada. In: _____. São Paulo: EDUSP, 2005. (Santa Elina, 1).

FIGUTI, L. A arqueofauna do sítio de Santa Elina: nota preliminar. In: _____. São Paulo: EDUSP, 2005. (Santa Elina, 1).

_____. Considerações sobre a distribuição da megafauna em Santa Elina. In: _____. São Paulo: EDUSP, 2005. (Santa Elina, 1).

FIGUTI, F.; MONTEIRO, L. C. Aldeias e abrigos: sítios a céu aberto na Fazenda Verde. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 12., 2005, São Paulo. **Anais ...** São Paulo: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2005. p. 7.

FONTUGNE, M.; HATTÉ, C.; NOURY, Cl. Quadro cronológico. In: VIALOU, A. Vilhena (Org.). **Pré-história do Mato Grosso**. São Paulo: EDUSP, 2005. (Santa Elina, 1).

_____. Quadro cronológico. In: VIALOU, A. Vilhena. (Org.). **Pré-história do Mato Grosso**. São Paulo EDUSP, 2006. (Cidade de Pedra, 2).

KAMASE, L. M., 2005. As estacas de madeira. In: _____. São Paulo: EDUSP, 2005. (Santa Elina, 1).

MARTINS, G. R., 2005. Resumo do conhecimento acumulado sobre o passado arqueológico do processo de povoamento humano no Centro-Oeste do Brasil. In: _____. São Paulo: EDUSP, 2005. (Santa Elina, 1).

MILLER E. T. Pesquisas arqueológicas paleoíndigenas no Brasil Ocidental. **Estudos Atacameños**, San Pedro de Atacama, v. 8, p.37-61, 1987. Número especial.

MONTEIRO L. C. **Abrigos e aldeias**: análise dos contextos tecnológicos das ocupações de ceramistas na Cidade de Pedra, Rondonópolis, Mato Grosso. 2006. 170 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia.)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PAILLET, P. Abrigos Vermelhos. In: VIALOU, A. Vilhena (Org.). **Pré-história do Mato Grosso**. São Paulo: EDUSP, 2006. (Cidade de Pedra, 2).

ROSS, J. L. S. Contexto geomorfológico do sítio de Santa Elina. In: _____. _____. São Paulo: EDUSP, 2005. (Santa Elina, 1).

SHEEL-YBERT, R.; SOLARI, M. E. Análise dos macrorrestos vegetais do setor oeste: antracologia e carpologia. In: VIALOU, Á. Vilhena (Org.). **Pré-história do Mato Grosso**. São Paulo: EDUSP, 2005. (Santa Elina, 1).

_____; SOLARI, M. E.; FREITAS, F. de O. Arqueobotânica: integrando indícios sobre meio ambiente, uso de vegetais e agricultura à Arqueologia. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 12., 2003, São Paulo. **Anais ...** São Paulo: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2005. p. 7.

SCHMITZ, P. I. et al.. Arqueologia nos cerrados do Brasil Central: Caiapônia. **Publicações Avulsas**, São Leopoldo, n. 8, p. 334, 1986.

SILVA, V. C. Ferreira e. **A exploração dos recursos litológicos na região da Cidade de Pedra**, Rondonópolis – MT. 2006. 114 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

TAVEIRA, E. L. de M. Análise do material de fibras e palhas vegetais trabalhadas. In: VIALOU, A. Vilhena (Org.). **Pré-história do Mato Grosso**. São Paulo: EDUSP, 2005. (Santa Elina, 1).

VALLADAS, H. Aplicação do método por carbono 14 em espectrometria de massa por acelerador. In: _____. _____. São Paulo: EDUSP, 2005. (Santa Elina, 1).

VIALOU, A. Vilhena; VIALOU, D. Abrigo pré-histórico Santa Elina, Mato Grosso; habitats e arte rupestre. **Revista do Instituto de Pré-História da USP**, Sao Paulo, v. 8, p. 34-53, 1989.

_____. Hábitat e cronoestratigrafia. In: _____. **Pré-história do Mato Grosso**. São Paulo: EDUSP, 2005. (Santa Elina, 1).

_____. Santa Elina, fouilles dans un abri rupestre du Mato Grosso, Brésil. **Bull**, [S.l.], t. 84, n.10-12, p. 407-410, 1987.

_____. **Pré-história do Mato Grosso**. São Paulo: EDUSP, 2005. (Santa Elina, 1).

VIALOU, A. Vilhena; VIALOU, D. São Paulo: EDUSP, 2006. (Cidade de Pedra, 2).

_____; AUBRY, T; BENABDELHADI, M. et al. Découverte de Mylodontinae dans un habitat préhistorique daté du Mato Grosso (Brésil). L'abri rupestre de Santa Elina. **C.R. Acad. Sc. Paris**, Paris, t. 320, s. II a, p. 655-661, 1995.

_____; DE DEBLASIS, P. A. ; FIGUTI, L. ; PAILLET, P., VIALOU, D. Art rupestre et habitats préhistoriques au Mato Grosso (Brésil). In : CHEVALLIER, A. ; VELLARDE, L. ; CHENAL-VELARDE, I. (Ed.). **L'Amérique du sud** : des chasseurs-cueilleurs à l'Empire Inca. Oxford, UK : Archeopress, 1999. (BAR International series 746).

VIALOU, A. V. ; DE DEBLASIS, P. A. ; FIGUTI, L. ; PAILLET, P., VIALOU, D. Santa Elina rockshelter, Brazil: evidence of the coexistence of man and *Glossotherium*. In: MIOTTI, L.; SALEMME, M.; FLEGENHEIMER, N. (Ed.). **Where the south winds blow**: ancient evidence of Paleo South America. College Station: CSFA, 2003.

_____. Territórios, meios ambientes e culturas pré-históricas na Cidade de Pedras, Mato Grosso. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ARQUEOLOGIA, 12., 2003, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2003.

VIALOU, D. A arte rupestre da Cidade de Pedra. In: _____. _____. São Paulo: EDUSP, 2006. (Cidade de Pedra, 2).

_____. Representações rupestres. In: VIALOU, A. Vilhena (Org.). **Pré-história do Mato Grosso**. São Paulo: EDUSP, 2005. (Santa Elina, 1).

_____. Santa Elina, MT, Diachronie et synchronie du dispositif pariétal. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 12., 2003, São Paulo. **Anais ...** São Paulo: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2003.

_____. Symbolique rupestre et cultures préhistoriques au Brésil. In: GUILLAINE, J. (Dir.). **Arts et symboles du Néolithique à la Protohistoire**. Paris: Editions Errance, 2003.

_____. Territoires et cultures préhistoriques: fonctions identitaires de l'art rupestre. In: KERN, A. A. et al (Ed.). **Sociedades Ibéro-Americano**: reflexões e pesquisas recentes. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

_____. Un nouveau site rupestre au Mato Grosso, l'abri Ferraz Egreja. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. XXXIX, p. 39-53, 1983-1984.

VIALOU, D.; VIALOU, A. Vilhena. Modernité cérébrale – Modernité comportementale de homo sapiens. **Anthropologie**, Brno, v. XLIII, n. 2/3, p. 241-247, 2005.

WESOLOWSKI, V. Cidade de Pedra, MT. O espaço funerário da Caverna do Cipó, Nota prévia. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ARQUEOLOGIA, 12., 2003, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2003.

WÜST I. A pesquisa arqueológica e etnoarqueológica na parte central do território Bororó; primeiros resultados. **Revista de Antropología**, São Paulo, n. 30, p. 21-36, 1987.

Recebido em: 23 de janeiro de 2008.

Aprovado em: 1º de março de 2008.

3

A Amazônia em 1491

Denise Pahl Schaan

Conversando com um amigo que foi encarregado de fazer a curadoria de uma exposição sobre populações tradicionais amazônicas nos Estados Unidos, lhe sugeri que partisse de lendas e mitos para falar sobre o cotidiano e o imaginário das populações da região. Existem muitas narrativas orais que trazem elementos das culturas indígenas, ainda que transformadas com as novas roupagens adquiridas durante os séculos de colonização, podendo ser encontradas mesmo dentre as populações urbanas. A ideia lhe agradou, vindo-lhe à mente imediatamente a lenda das Amazonas, mulheres guerreiras e sem maridos, cujo encontro com Orellana e Carvajal, no século XVI, acabou por inspirar o batismo do grande rio. Adverti-o, entretanto, que essa não era necessariamente uma lenda amazônica, mas uma antiga lenda helênica que, no século XVI, animava o imaginário dos conquistadores do Novo Mundo. Argumentei, para meu interlocutor decepcionado, que, se ele a usasse, poderia estar impondo a visão do colonizador sobre as sociedades tradicionais amazônicas.

O evento acima descrito ilustra de forma bastante simples a maneira como nosso imaginário ocidental encontra-se totalmente povoado por visões estigmatizadas sobre os povos amazônicos e seu modo de vida na floresta tropical. Na Europa das grandes navegações, histórias fantásticas sobre povos exóticos e primitivos vivendo no além-mar fascinavam reis e plebeus. É fato que exemplares menos idílicos dessa fauna humana e animal chegavam juntamente com navios carregados das matérias-primas caras aos mercados europeus, corroborando, nos palácios e praças, tais

relatos epopéicos. O eurocentrismo serviu, no seu tempo, à dominação das populações nativas, tendo a crença na inferioridade dos nativos se convertido em justificativa para o domínio do imenso território americano, de norte a sul. Apesar da Bula Papal de 1537, na qual o Papa Paulo III afirmava que os índios eram homens e tinham alma, centenas de milhares de pessoas foram escravizadas e exterminadas durante os três primeiros séculos da conquista. Aqueles que, sobrevivendo aos confrontos armados, à disseminação de doenças e aos trabalhos forçados, quisessem escapar da sede de braços e almas, viram-se obrigados a aventurar-se mais profundamente na floresta, subindo os rios rumo às cabeceiras, contando com as dificuldades de acesso e a fragilidade do homem branco frente aos perigos naturais da região.

Durante os séculos XVIII e XIX, quando começam a ser produzidas as primeiras etnografias das populações indígenas, os viajantes vão encontrar já um cenário totalmente transfigurado pela presença ubíqua dos colonizadores, sua cultura material e as doenças para as quais os índios não possuíam defesas naturais. Ao longo dos rios e em torno de suas cabeceiras, populações que ali nasceram, juntamente com os remanescentes das migrações para o interior tinham composto outras nações, agora baseadas em novos territórios. Escravos africanos fugidos dos empreendimentos coloniais haviam também formado seus quilombos nas cachoeiras, acrescentando novas cores ao mosaico de povos da floresta que, por pressão do colonizador, tiveram eles mesmos que colonizar novas terras, expulsando, incorporando ou sendo incorporados pelos antigos moradores. Uma Amazônia de populações multiétnicas e multilinguísticas, vivendo em aldeias semi-autônomas um modo de vida predominantemente de sobrevivência se descortinou aos olhares curiosos dos primeiros viajantes e etnógrafos. A naturalidade com que os nativos lidavam com uma floresta povoada por animais peçonhentos e plantas venenosas remetia, aos olhos do homem branco, a um

cenário de perfeita harmonia entre seres humanos e natureza, fazendo reviver o mito Rosseauniano do bom selvagem.

Fossem apenas os relatos de viajantes desavisados a contar-se por um sentimento ingênuo de “simplicidade” e “naturalidade” das relações entre sociedade e natureza, a academia estaria livre de preconceitos que se instalariam de forma mais duradoura. Percebe-se, entretanto, que o imaginário europeu do século XVI persistiu até há pouco tempo na produção científica de neo-evolucionistas sobre o desenvolvimento cultural na região (HECKENBERGER, 2005). Na metade do século XX, o antropólogo James Steward publica o terceiro volume da série *Handbook of South American Indians* (STEWART, 1948), dedicado exatamente às “Tribos da Floresta Tropical”, categoria criada por ele para caracterizar o modo de vida que seria típico dos povos da floresta. Segundo Steward e seus colegas, na floresta tropical o desenvolvimento cultural estaria limitado por fatores ecológicos (solos inférteis e estresses climáticos cíclicos), obrigando as populações nativas a viver de uma economia de subsistência pobre em proteínas, sendo receptoras passivas de invenções como a cerâmica, a agricultura e as artes, que teriam se desenvolvido primeiro em outras partes do continente. Infelizmente, o modelo de áreas culturais de Steward veio a subsidiar uma arqueologia pouco crítica que se fez na Amazônia entre o final da década de 1940 e a metade dos anos 1980, reproduzindo estereótipos de longa data.

As populações indígenas amazônicas contemporâneas (estimadas entre 350 e 700 mil indivíduos) são de fato remanescentes das populações nativas que, em 1491, não advinhavam que suas vidas jamais seriam as mesmas a partir do ano seguinte, quando Colombo aportaria em Hispaniola, no Caribe. Fossem as transformações rápidas, pelo contato próximo nos litorais e várzeas, fossem as mesmas gradativas, pela penetração dos produtos europeus no interior do território através das rotas de trocas já existentes, a história indígena tomaria, em todo o continente, rumos até então insuspeitos.

A história indígena pré-colombiana, que pode ser reconstruída pela arqueologia, pouco pode se beneficiar dos relatos de viajantes dos séculos XVIII e XIX e das etnografias do século XX, a não ser que esses dados sejam usados como hipóteses a serem contrastadas com o registro arqueológico. Os dados arqueológicos estão isento das ideologias que defendem a incapacidade dos povos nativos de agir de maneira assertiva sobre o meio ambiente com o qual interagiram por milênios antes da chegada dos invasores. E o registro empírico mostra que a história indígena que a arqueologia e outras disciplinas afins têm revelado pouco tem a ver com a imagem proposta no *Handbook* e posteriormente refinada a partir da década de 1950 por Betty Meggers e seus colegas.

Com o intuito de trazer essa história à tona e contribuir para educar nosso olhar sobre a experiência humana na floresta tropical, esse artigo faz uma compilação sintética dos resultados de diversos trabalhos realizados na região, em sua maioria, a partir da década de 1980. Tais estudos representam o estado da arte no passado amazônico, contribuindo, dessa forma, para que o leitor possa formar uma outra imagem sobre a vida na região nos últimos dez mil anos.

1 Primitivos ou primeiros?

A ocupação humana do território amazônico data de 11.200 anos, sendo, portanto, contemporânea a outras populações ameríndias que nessa época são encontradas de norte a sul do continente. Até a década de 1950, pensava-se que a ocupação da Amazônia ter-se-ia dado somente no Holoceno médio, por meio de populações horticultoras. Mesmo para a América do Norte, onde a tese da colonização inicial por caçadores especializados predomina ainda entre os estudiosos (cultura Clóvis como sendo a primeira), a hipótese de uma colonização anterior de coletores e caçadores generalizados

responsável por definitivamente afastar qualquer dúvida sobre se a Amazônia teria sido ocupada por grupos humanos ao final do Pleistoceno. As populações que periodicamente visitaram e viveram na Caverna da Pedra Pintada por mais de 1.200 anos produziram e utilizaram artefatos de pedra bifaciais e unifaciais, pintaram as paredes da caverna com motivos antropomorfos, zoomorfos, geométricos e marcas de mãos e viveram da coleta de produtos da floresta e da várzea (Figura 2). Segundo Roosevelt, as pinturas, existentes também em diversos paredões de rocha nas imediações, tinham como motivação a necessidade de definir e defender territórios. A pesquisa estabeleceu a chegada dos primeiros ocupantes em torno de 11.200 A.P., tendo sido ocupada pelos paleoíndios até 9.800 A.P.



Figura 2 – Pintura rupestre representando um cometa (segundo Anna Roosevelt), Monte Alegre.

Fonte: Foto Denise Milan.

Na serra dos Carajás, sul do Pará, escavações realizadas em diversas grutas, a partir da década de 1980, por pesquisadores do Museu Goeldi, revelaram vestígios de indústrias líticas, fogueiras e restos de alimentação, como ossos de pequenos animais e sementes. As datações obtidas mostram uma ocupação inicial por volta de 9.000 AP, na Gruta do Pequiá, estendendo-se até 6.900 A.P., na Gruta do Gavião (SILVEIRA, 1994; MAGALHÃES, 2005). Escavações recentes realizadas em outras grutas por uma equipe da Scientia Consultoria encontraram, predominantemente, refugo de lascamento (lascas, estilhas e núcleos) realizado em matérias-primas externas aos sítios, como quartzo, sílex, arenito, quartzito, e outros (KIPNIS et al., 2005). Dez sítios foram datados, quatro deles com datas entre de 10.000 e 9.000 A.P. As ocupações foram de curta duração, mas as datas mostram ocupações esporádicas durante todo o Holoceno, com a presença de cerâmica apenas no Holoceno recente. Além das cavernas, sítios a céu aberto pesquisados no sudeste do Pará pela mesma empresa continham vestígios líticos datados entre 11.000 e 6.000 A.P. (CALDARELLI et al., 2005).

Pinturas encontradas sobre paredões de rocha, grutas e abrigos, assim como gravuras encontradas em blocos de rocha ao longo dos rios em várias partes da Amazônia são frequentemente associadas a populações caçadoras-coletoras, uma vez que são populações com grande mobilidade, cujas atividades de caça e coleta exigem o domínio de territórios extensos. Apesar de muitos registros rupestres terem já sido compilados por diversos autores (PEREIRA; 1999), destacando-se aí o bonito catálogo sobre arte rupestre do Pará produzido por Edithe Pereira (2004), não há, até o momento, nenhum estudo de interpretação desses vestígios no sentido de relacioná-los com o domínio de determinados territórios por uma população ou outra. Na Caverna da Pedra Pintada, pigmentos e pedaços de rocha pintada foram encontrados no estrato Paleoíndio, conferindo grande antiguidade às pinturas. Apesar de se supor que a arte rupestre amazônica como um

todo seja obra de grupos de caçadores-coletores, é possível que parte dela pertença também aos períodos Arcaico e Formativo, quando surge a coleta de fauna aquática, agricultura e cerâmica, e os espaços geográficos passam a ser marcados pela presença de assentamentos permanentes, ao mesmo tempo em que persistem as atividades de caça e coleta.

2 Das serras ao mar

A Amazônia é uma região rica em água, sabidamente a maior reserva de água doce do planeta, mas muita gente não se dá conta de que a Amazônia também tem mar. Da foz do rio Oiapoque, no Amapá, à baía de São Marcos, no Maranhão, são aproximadamente 1.500 km de litoral Atlântico, que compõem uma das maiores extensões contínuas de manguezais do planeta. Os manguezais amazônicos são ecossistemas extremamente ricos em biodiversidade, tendo sido ocupados há pelo menos 5.500 anos por populações que se dedicavam cotidianamente à pesca e coleta de fauna aquática.

A adaptação de populações amazônicas a uma dieta rica em produtos aquáticos abundantes veio a possibilitar a construção de assentamentos permanentes ou semipermanentes, há 7.000 anos no Baixo Amazonas, e um pouco mais tarde na costa nordeste do Pará, na região do Salgado. Devido às flutuações do nível do mar que ocorreram durante a transição do Pleistoceno para o Holoceno, é possível que haja sambaquis marítimos submersos, e, portanto, tão antigos quanto os fluviais, também na plataforma continental. Em ambos os locais – mar e rio – esses dados indicam um modo de vida sedentário bem antes da disseminação do cultivo de plantas (SILVEIRA; SCHAAN, 2005).

Os estudos de sambaquis na Amazônia foram historicamente prejudicados pelo saque a tais depósitos a partir do final do século

XIX com o intuito de retirar matéria-prima para a indústria de cal. Apesar disso, a pesquisa realizada no sambaqui da Taperinha, no Baixo Amazonas, ao final da década de 1980 por Anna Roosevelt, Maura Imazio da Silveira e outros, encontrou ainda cerca de seis metros de depósitos intactos, onde foi encontrada grande quantidade de carapaças de moluscos (espécies de água doce), carvão, ossos faunísticos, líticos e fragmentos de cerâmica (ROOSEVELT et al., 1991). Diversas amostras de carvão e conchas, assim como de cerâmica, foram datadas pelos métodos radiocarbônico, AMS e termoluminescência, proporcionando datas entre 7.600 e 7.335 anos A.P. para o nível com fragmentos de cerâmica, o que a colocou como a mais antiga cerâmica das Américas. Apesar disso, a cerâmica não parece ter sido muito importante em Taperinha, onde foram encontrados também poucos instrumentos líticos, entre eles percutores, lascas, moedores e pedras para cozinhar. Alguns instrumentos foram feitos de carapaças de moluscos e cascos de tartarugas, essas presentes também na alimentação, além dos peixes.

As investigações arqueológicas na região do litoral norte restringiram-se ao projeto Salgado, na década de 1980 (SIMÕES, 1981), apesar de ter havido algumas prospecções posteriores por parte de Maura Imazio da Silveira. As datas obtidas para a região situam-se entre 5.500 e 3.000 A.P. (ROOSEVELT, 2005; SIMÕES, 1981), e o registro arqueológico indica uma sobrevivência baseada em recursos do mar e do mangue, havendo também a produção de vasilhas de cerâmica utilitárias. Sambaquis encontrados na ilha de São Luís, no Maranhão, apresentam cerâmica semelhante à encontrada no Pará. Uma pesquisa ainda em andamento, realizada por Arkley Bandeira (Com. pess. 2007) no sambaqui do Bacanga, revelou ocupação ceramista embaixo dos níveis com restos de moluscos, sugerindo a possibilidade de uma ocupação sedentária antes dos sambaquieiros. Entretanto, não há datas disponíveis para esses níveis mais antigos. Os dados disponíveis, portanto, são poucos, e não permitem o esboço de um quadro geral sobre a

ocupação na região Atlântica e sua evolução com o tempo.

Sambaquis ribeirinhos foram também localizados na Ponta do Jauari, Lago Grande do Curuá, a oeste de Alenquer (HILBERT, 1959). No baixo rio Xingu, sambaquis contendo moluscos, ossos de animais e cerâmica com tempero de areia e conchas foram datados em 3.170 ± 120 A.P. e 1.650 ± 70 A.P. (PEROTA, 1992). Outros dois sítios, na mesma área, datados entre 2.255 ± 55 A.P. e 840 ± 60 A.P. caracterizar-se-iam ainda, segundo Perota (1992), pelo cultivo da mandioca, com o consumo concomitante de recursos malacológicos, caça e pesca.

Consumo expressivo de fauna aquática também foi identificado na Caverna da Pedra Pintada, após uma camada estéril de cerca de 30 cm que separava a ocupação Paleoíndia da camada Holocênica, que continha conchas, tartarugas, peixes, cerâmica, contas de conchas, e algumas poucas sementes carbonizadas (ROOSEVELT et al., 1996). A cerâmica, de vasilhas temperadas com areia e concha, e decoração com incisões e ponteados, pertence ao período entre 7.580 e 6.625 A.P. (foram datados ossos de tartaruga, concha e concha na cerâmica), e os vestígios de alimentação indicam exploração especializada de fauna ribeirinha.

No arquipélago do Marajó foram identificados dois sambaquis no centro e dois no sul da ilha de Marajó, onde é predominante a presença de Uruá, um gastrópode fluvial, e de cerâmica temperada com conchas. A população relata terem sido encontrados em tais sítios sepultamentos em urnas agrupadas, mas não houve, até o momento, nenhuma pesquisa nesses locais.

Apesar da escassez de estudos sobre sambaquis amazônicos, percebe-se que sua distribuição demarca uma vasta região, que vai desde a ilha de São Luís, no Maranhão, até as proximidades da embocadura do rio Tapajós. Trata-se, sem dúvida, de um primeiro ensaio de ocupação mais permanente de áreas ribeirinhas, que vai se realizar plenamente somente ao final do primeiro milênio da Era Cristã, como veremos ao final deste artigo.

3 Os horticultores da floresta tropical

Contrariamente ao que o leitor de Steward (1948) é levado a crer, o capítulo da história amazônica reservado aos horticultores de floresta tropical é o que menos se conhece, dada a falta de pesquisas arqueológicas que tenham se detido em outros aspectos do registro arqueológico que não a cerâmica. Supõe-se, a partir de evidências botânicas e genéticas, que o cultivo da mandioca amarga tenha iniciado em torno de 5.000 A.P., na área do alto rio Madeira, Estado de Rondônia, como a culminância de um processo longo de manejo de recursos botânicos que principia provavelmente no início do Holoceno (NEVES, 2006). Práticas de manejo bem documentadas entre populações etnográficas parecem vir de longa data, e sabe-se, pelo conhecido desenvolvimento do milho a partir de espécies selvagens, como o teosinte, que a domesticação de plantas é um processo demorado, que exige muitas gerações, sendo a adoção de novas práticas de subsistência uma opção realizada de maneira diferenciada por cada população humana. Na Amazônia, a domesticação de plantas não antecede a invenção da cerâmica, como seria de se esperar, e um desenvolvimento completo da agricultura enquanto modo de subsistência predominante nunca vem a se realizar. A cultura da mandioca, como fonte básica de carboidratos, parece ter sempre coexistido com a pesca e a caça de animais pequenos, que forneceriam, juntamente com a coleta de frutos de palmeiras e castanhas, a proteína necessária para a sobrevivência humana.

As sociedades do formativo amazônico eram provavelmente compostas por pequenas aldeias, de 2 a 4 casas e, às vezes, por casas isoladas com populações variáveis entre 40 e 300 pessoas (MYERS, 1981), localizadas próximas a fontes permanentes de água, mas nem sempre junto a um rio principal navegável (SCHAAN, 2004). Aldeias encontradas no sul do Pará, na região de Carajás, têm sido interpretadas como ocupações de grupos tupi-guarani que ali viveram a partir do primeiro milênio. No sítio Domingos, em Canaã

dos Carajás, foram encontrados sepultamentos (um deles, de criança de 3 anos com machado lítico), lâminas de machados e almofarizes, além de cerâmica com características tupi-guarani, tendo sido a ocupação datada, por termoluminescência, entre 1.300 ± 130 e 530 ± 55 A.P. Para outros sítios da área, as datas são mais recentes, em torno de 500 A.P.³ Já a 100 km ao sul da cidade de Santarém, na margem esquerda do rio Tapajós, aldeias de horticultores ceramistas foram datadas entre 3.800 e 3.600 A.P. (GOMES, 2005). Um horizonte formativo (4.000 a 2.000 A.P.) foi também detectado na Caverna da Pedra Pintada, que os pesquisadores relacionam à disseminação de cerâmica e horticultura de mandioca. Nesse horizonte foram encontrados fragmentos de cerâmica temperada com rocha triturada (tigelas e torradores de paredes espessas), sementes de frutas carbonizadas, resíduos de tartarugas e peixes e cinco sepultamentos pouco preservados (ROOSEVELT et al., 1996).

Na ilha de Marajó, aldeias de supostos horticultores surgem entre de 3.500 e 3.000 A.P., para ressurgir no início da Era Cristã (SCHAAN, 2004). O hiato ocupacional apontado por Meggers em Marajó, entre 3.000 e 2.000 A.P., e creditado a mudanças climáticas (MEGGER; DANON, 1988), foi observado também por Denise Gomes ao sul de Santarém, onde ela aponta hiatos entre 3.200 e 2.700 e 2.500 e 1.800 A.P. (GOMES, 2005).

4 A ascensão dos caciques

No início da Era Cristã, ocorre um aumento populacional na região, detectado principalmente pelo aumento do número de sítios, que crescem também em área e complexidade. Tais ocupações parecem ser mais densas e contínuas por produzirem maior quantidade de fragmentos de cerâmica, que, por sua vez, se complexificam em formas e decorações. Em tais sítios se identifica a presença de terra preta arqueológica (TPA), encontrada

frequentemente associada a feições culturais como montículos, sepultamentos, fogueiras e outros.

Estudos em sítios com TPA na Amazônia têm demonstrado que esses solos concentram elementos químicos como P, Ca, Mg, Zn e Mn em valores bastante elevados em relação aos solos originais, além de possuir pH elevado e altas concentrações de matéria orgânica, o que os tornam especialmente férteis (KERN; KAMPF, 1989; KERN et al., 1999; MCCANN et al., 2000). Esses elementos químicos foram possivelmente adicionados ao solo através da degradação de matéria orgânica relacionada à presença de populações humanas e suas atividades de descarte (EIDT, 1985; WOODS; MCCANN, 1999; MCCANN et al., 2000; KERN et al., 1999). Os altos valores de P, Ca e Mg nas TPAs podem ser atribuídos aos resíduos de origem animal (ossos, conchas, sangue, carapaças, fezes etc.) enquanto que resíduos de origem vegetal (palmeiras usadas na cobertura e paredes de casas, na confecção de camas, redes, balaios, cestos, esteiras para dormir ou sentar) adicionariam ao solo elementos como Zn e Mn.

A criação das terras pretas parece ter sido um fenômeno não intencional, geralmente entendido como consequência do crescimento populacional (mais gente descartando maior quantidade de restos orgânicos). Entretanto, sítios densos em vestígios são também encontrados durante o período Formativo, onde a quantidade de cerâmica não está diretamente relacionada ao desenvolvimento de solos escuros⁴. Por isso, é provável que o aparecimento das terras pretas esteja relacionado a uma mudança qualitativa nos padrões de subsistência. Uma explicação possível seria a de que a exploração intensiva de peixe, com maior descarte desse tipo de alimento, tanto durante o consumo quanto durante o processamento de peixe seco ou farinha de peixe para estocagem, teria provocado tais mudanças no solo. De qualquer maneira, as grandes extensões de terra preta teriam relação também com os padrões de descarte. Em sítios onde

existe limpeza constante das áreas das casas ou praças centrais há pouco acúmulo de vestígios e, portanto, é menor a formação de terras pretas (REBELLATO, 2007)⁵.

Ao longo das várzeas e terraços que acompanham o rio Amazonas e ao longo de seus principais tributários, como o Trombetas e o Tapajós, para falar das áreas mais conhecidas, grandes sítios de terras pretas guardam vestígios de centenas de anos de ocupação por sociedades com organização sociopolítica regional. São os chamados Cacicados das várzeas, descritos como reinos pelos cronistas dos séculos XVI e XVII (PORRO, 1995), que os viram já plenamente desenvolvidos. Sociedades estratificadas, governadas por chefes regionais que exerciam domínio político e simbólico em áreas que se estendiam por dezenas de quilômetros, em alguns casos, como a chefatura dos Tapajós, distribuía-se por regiões tão diversas ecologicamente como as savanas da ilha de Marajó e os campos elevados do Acre. Tendo surgido, muitas delas, ao final do primeiro milênio, lograram exercer influência inclusive sobre povoações mais autônomas e afastadas (SCHAAN; SILVA, 2004; GOMES, 2005). Os cacicados amazônicos mantinham redes de intercâmbio suprarregional, que integravam mercados onde se trocavam matérias-primas e produtos manufaturados, dentre eles machados e adornos líticos, sendo especialmente valorizados os adornos de pedra verde, tidos também como moeda na aquisição de esposas (LATHRAP, 1973; BOOMERT, 1987).

Os primeiros Cacicados amazônicos surgem na ilha de Marajó, onde técnicas de manejo de rios e lagos – com a construção de barragens e escavação de viveiros de peixes – buscavam maximizar a pesca em áreas onde inundações periódicas transformavam os campos em locais extremamente propícios para a piracema. Como resultado dessas obras de terra, foram construídas gigantescas plataformas de terra (chamadas localmente de tesos) de até 12 m de altura e 3 hectares de área para moradia das elites que controlavam os sistemas hidráulicos. Nesses locais, os nobres sepultavam seus mortos em belas urnas funerárias, decoradas com motivos

clânicos pintados, excisos e incisos, produzindo uma das mais sofisticadas tradições ceramistas das Américas (SCHAAN, 2007a) (Figura 3). Os Cacicados marajoaras eram comunidades regionais pequenas (provavelmente de até dois ou três mil habitantes) cuja economia política baseava-se sobretudo na capacidade dos chefes e pajés de garantir fartura de alimentos e objetos de prestígio obtidos por meio das redes de trocas com outras elites amazônicas. Tendo persistido por cerca de 900 anos, os Cacicados marajoaras certamente influenciaram outros desenvolvimentos culturais na região (SCHAAN, 2004). Exemplo disso são os sepultamentos encontrados no sítio Ilha de Terra, na Bacia de Caxiuanã, ao sul do Marajó, onde a decoração excisa e incisa em urnas lembra os motivos marajoaras. Um dos sepultamentos foi datado em 1050±50 AP (MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI, 2007).



Figura 3 – Urna marajoara, sítio Fortaleza, Projeto Goiapi, dezembro de 2007.

Fonte: Foto Denise Schaan.

Por volta do ano 900 d.C., surgem também Cacicados na Amazônia central, onde grandes sítios de terra preta aparecem associados a lagos e a uma impressionante quantidade de cerâmica decorada, por vezes utilizada na construção de montículos, resultado de episódios rituais. Por baixo de tais montículos são encontrados sepultamentos em urnas ou diretamente no solo (MACHADO, 2005). Em sua constituição, tais montículos apresentam terra preta e impressionante quantidade de cerâmica fragmentada, partes de pratos, vasos e objetos produzidos para festas. Machado (2005) sugere que tal padrão poderia tanto se relacionar a práticas funerárias particulares daquele grupo social como “uma mudança de poder político ou religioso que deveria ser marcada pela construção de um monumento”.

As pesquisas realizadas por Eduardo Neves e seus alunos na Amazônia Central têm proporcionado muitos dados interessantes para a compreensão do desenvolvimento da complexidade social na região. A equipe associa a emergência de Cacicados ao aparecimento da cerâmica policrômica da fase Guarita. No entanto, me parece que os primeiros indícios de complexidade aparecem antes, na fase Paredão, com a construção de montículos e aldeias circulares (MORAIS, 2006). Além disso, terras pretas começam a surgir mesmo antes, o que indica um longo processo de adensamento populacional e complexificação das relações sociais já no início da Era Cristã. Por exemplo, prospecções realizadas tanto em região de várzea quanto de terra firme, na área de confluência dos rios Negro e Solimões, mostram ocupações a partir de 2.300 A.P. em ambos os ambientes, com cerca de 2 sítios por km (LIMA, 2003). Lima (2003) supõe que havia uma simbiose econômica entre as populações de sítios localizados em terraços nas várzeas e aqueles de terra firme⁶.

Valas defensivas foram identificadas nos sítios Açutuba e Lago Grande (DONATTI, 2003), e montículos, estruturas habitacionais, contextos funerários e currais de tartarugas nos sítios do lago do Limão (MORAIS, 2006), mostrando que as construções de terra são a

tônica da época. Parece, ainda, ter, havido mudanças em padrões de assentamento ao final do primeiro milênio. Segundo Lilian Rebelatto (2007), que pesquisou as terras pretas do sítio Hatahara, a ocupação Paredão caracterizou-se por um padrão de aldeia circular, com datas entre 650 – 1000 DC, padrão este alterado na fase Guarita (1000 a 1300 DC), onde a aldeia seria linear, acompanhando o rio Solimões.

É possível que a subsistência nesses locais pesquisados fosse altamente dependente de peixe, tendo em vista a piscosidade de tais lagos situados em áreas de várzea. Ao longo do rio Trombetas, o desenvolvimento da complexidade social também parece estar relacionado à pesca intensiva, uma vez que extensos sítios de terra preta contendo cerâmica ritual são encontrados nas altas barrancas que circundam lagos que se conectam sazonalmente com o rio (HILBERT; HILBERT, 1980)⁷.

O domínio dos Tapajós na área onde é hoje a cidade de Santarém, na embocadura do rio Tapajós, foi descrito pelos cronistas do século XVI e depois pelo padre Betendorf, em 1661, com mais detalhes que qualquer outro escritor. Sabe-se que era uma sociedade estratificada, que possuía escravos e abundância de alimentos. Os principais vestígios encontrados hoje na cidade de Santarém, no bairro Aldeia e na região do Porto, atualmente sendo pesquisados por Anna Roosevelt e pesquisadores da Universidade Federal do Pará, são fragmentos de cerâmica, lítico, urnas funerárias contendo cinzas e ossos em decomposição, e bolsões rituais contendo cerâmica fragmentada e restos de alimentação. A cerâmica inciso-ponteadada cerimonial típica da fase foi datada entre 1.200 e 1.400 d.C., e os dados completos sobre esse trabalho estão em fase de publicação⁸. Nas escavações da área do Porto percebe-se ocupação contínua desde o período Formativo até a emergência dos Cacicados.

A cerâmica tapajônica distribui-se por sítios à margem direita do rio Tapajós até 75km ao sul da cidade de Santarém, tanto ao longo da várzea do Tapajós quanto na região adjacente ao *plateau* de Belterra, onde Nimuendaju já havia localizado sítios no início

Também na Caverna da Pedra Pintada foram encontrados vestígios de ocupações durante o último milênio. São indícios da prática de agricultura, grãos de milho e pedaços de cabaça decorada, além de frutas de espécies adaptadas à estação seca, como o caju, que parecem ter-se disseminado na área no momento em que aumentaram áreas abertas e foi reduzida a precipitação. Os vestígios de cerâmica temperada com cauixi encontrados e datados entre 1.000 e 1.600 pertencem ao horizonte inciso-pontado (1.000 a 1.600), relacionado à ocupação Tapajó. Em níveis mais recentes, aparecem alguns fragmentos temperados com caraipé e caco moído, relacionados ao horizonte policrômico (datado neste local entre 675 e 430 AP) (ROOSEVELT et al., 1996).

No alto Xingu, construções de terra aparecem entre 1.200 e 1.600 A.D., na forma de trincheiras construídas em torno de aldeias, compondo um sistema de fortificações, além de montículos lineares construídos às margens de estradas e praças circulares, e ainda reservatórios, barragens, canais e estradas que conectam assentamentos criando uma verdadeira paisagem urbana (HECKENBERGER, 2005; HECKENBERGER et al., 2003).

Na Amazônia Boliviana, desde a década de 1960, pesquisas em Llanos de Mojos têm revelado uma impressionante paisagem antrópica, composta de campos elevados para agricultura, canais em zigue-zague para a criação de peixes, com lagos e reservatórios (DENEVAN, 1966; ERICKSON, 2000, 2001).

No Amazônia ocidental, na bacia do alto rio Purus, ao que tudo indica, sociedades regionais teriam surgido ao final do segundo milênio (PÄRSSINEN et al., 2003), apesar de existirem datas anteriores de contextos não bem documentados (SCHAAN et al., 2007; SCHAAN, 2007b). Os sítios encontrados sobre uma imensa região que vai das proximidades da fronteira com a Bolívia – sobre altitudes de 100 a 200m – até a várzea amazônica, na confluência dos rios Acre e Purus, estendendo-se, a leste, sobre a Bolívia e atingindo o oeste de Rondônia são estruturas de terra

geométricas, compostas por valetas escavadas no solo argiloso da região (Figura 6). Os geoglifos, chamados assim por suas grandes dimensões, que os tornam visíveis somente do alto (diâmetros vão de 70 a 380m) parecem ter sido locais de encontro, de realização de cerimônias ou ainda centros de intercâmbio, tendo em vista a baixa densidade de vestígios (cerâmica, lítico, carvão) em vários deles. Por enquanto, cerca de 150 dessas estruturas foram encontradas, a maioria delas na forma de círculos perfeitos ou retângulos, havendo também figuras com vários lados ou ainda compostas de mais de uma forma geométrica. Ao que parece, um mesmo tipo de



Figura 6 – Geoglifo da Fazenda Colorada, Acre.

Fonte: Foto Sanna Saunaluoma.

comportamento e significados simbólicos acompanhavam todas essas construções, o que sugere a disseminação de uma mesma cultura, provavelmente característica de grupos com organização regional. A descoberta dos geoglifos em região de terra firme, por sua vez, teve o mérito de colocar em xeque a ideia de que sociedades densas e complexas eram prerrogativa de ambientes de várzea (SCHAAN et al., 2007) o que, de qualquer forma, já tinha sido questionado por Heckenberger

(2005) a partir de seus estudos no alto Xingu.

No Amapá, os vestígios arqueológicos encontrados indicam a presença de pelo menos quatro diferentes culturas a partir do segundo milênio, estendendo-se a ocupação até a chegada dos europeus. Em geral, os sítios estão associados com sepultamentos em urnas, havendo sepultamentos sob grandes blocos de granito associados com estruturas megalíticas com possível significado astronômico (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (AM), 2006, 2007). Dezenove desses sítios foram identificados no município de Calçoene e parecem estar relacionados à ocupação Aruaque.

Na região de Maracá, urnas funerárias antropomorfas representando homens e mulheres sentados sobre banquinhos, contendo ossos e oferendas são encontradas dentro de grutas, a curta distância dos prováveis sítios de habitação (GUAPINDAIA, 2001). Na região do rio Cunani, sepultamentos dentro de poços funerários em forma de bota lembram práticas semelhantes às da Colômbia, sugerindo uma relação entre tais ocupações. Certas práticas podem ter sido disseminadas por populações Aruaque que ocupavam a costa norte da América do Sul no século XVI (NUNES FILHO, 2005).

5 A Amazônia em 1491

As culturas amazônicas estavam, em 1491, em pleno desenvolvimento. No Marajó, o colapso das sociedades marajoaras, por causas ainda não totalmente compreendidas, por volta de 1350 d.C., acontece ao mesmo tempo em que grupos Aruaque vindos do norte começam a penetrar a ilha. A expansão Aruaque os havia espalhado pela periferia amazônica, partes do Amazonas, Negro, Solimões e Madeira, alcançando também as Antilhas, dominando boa parte do norte da América do Sul e do Caribe à época da conquista (HECKENBERGER, 2005). Grupos Tupi-guarani, cuja origem mais provável encontra-se em Rondônia, já se encontravam

na costa leste, tendo colonizado o litoral de norte a sul. Na bacia Amazônica, as chefaturas complexas se expandiam, sustentando longas redes de trocas que conectavam a região em todas as direções, proporcionando, juntamente com o fluxo de bens de prestígio e mercadorias, o intercâmbio de ideias e técnicas.

Foram essas sociedades dinâmicas, com sofisticado domínio sobre os mais diversos ecossistemas, que foram encontradas pelos conquistadores europeus no século XVI. Em nenhuma outra parte do país tinha o desenvolvimento de instituições sociopolíticas complexas chegado tão longe. Não cabe aqui especular se os Cacicados amazônicos teriam se tornado estados expansionistas, como o império Inca. Mas estavam, certamente, mais próximos de sê-lo do que qualquer outra do quadro de idílicas tribos de floresta tropical pintado no apagar das luzes da década de 1950.

A lenda das Amazonas nos traz imagens de um mundo de mistérios e seres fantásticos: mulheres de um só seio, extirpado para manusear o arco e flecha, carregando meninas geradas por pais estrangeiros que depois eram mortos ou expulsos, devolvidos às suas aldeias de origem. É possível que Carvajal tenha visto um grande grupo de homens semi-nus e de cabelos longos, e que a cobiça pelo ouro e as riquezas que, acreditava, estariam em locais recônditos na mata, os estimulasse a aceitar estórias mal traduzidas como verdades. Para além das lendas e dos mitos, sejam esses produzidos por leigos ou cientistas, existe o registro arqueológico. Uma vez que as sociedades amazônicas não foram registradas por observadores em 1491 e não deixaram testemunhos escritos, a única forma de estudá-las é através da arqueologia. E a boa prática arqueológica exige que se dê ao dado empírico – sujeito que está, obviamente, a interpretações subjetivas – o status de fiel da balança na verificação de hipóteses e teste de teorias.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer aos amigos Bill Woods, Per Stenborg, Denise Milan e Sanna Saunaluoma, que gentilmente me cederam mapas e imagens de sua autoria para esta publicação. Agradeço ainda ao CNPq-Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pela concessão de auxílio de pesquisa e bolsa de produtividade em pesquisa, que tornam possível minha dedicação ao estudo do passado amazônico.

NOTAS

- ¹ Vêr Tania Lima, 2006, para uma revisão.
- ² O termo paleoíndio é aplicado na América do Norte ao período que inicia em 13.500 anos AP e vai até 10.000 ou 9.000 anos AP, sendo dominado por caçadores-coletores nômades.
- ³ Cf. trabalho de Pereira et al. a ser editado em data oportuna.
- ⁴ Cf. trabalho de Denise P. Schaan et al. a ser editado em data oportuna.
- ⁵ Ibid.
- ⁶ Ver Denevan, 1996.
- ⁷ Nos últimos anos a arqueóloga Vera Guapindaia vem conduzindo pesquisas na região do rio Trombetas, como parte de sua Tese de Doutorado na USP. Os resultados desse trabalho ainda não estão disponíveis.
- ⁸ Roosevelt com. pess. 2007.

Referências

BOOMERT, Arie. Gifts of the Amazons: "Greenstone" Pendants and Beads as Items of Ceremonial Exchange in Amazonia. **Antropologica**, [S.l.], v. 67, p. 33-54, 1987.

CALDARELLI, Solange Bezerra; COSTA, Fernanda de Araújo; KERN, Dirse Clara. Assentamentos a céu aberto de caçadores-coletores datados da transição Pleistoceno final/Holoceno inicial no sudeste do Pará. **Revista de Arqueologia**, Belém, v. 18, p. 95-108, 2005.

DENEVAN, William M. **The aboriginal cultural geography of the Llanos de Mojos**. Berkeley: University of California, 1966.

_____. A Bluff Model of Riverine Settlement in Prehistoric Amazonia. **Annals of the Association of American Geographers**, Washington DC, vol. 86, ed.4, p. 654-681, 1996.

DONATTI, Patrícia. **A ocupação pré-colonial da área do Lago Grande, Iranduba**. 2003. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

EIDT, Robert C. Theoretical and practical considerations in the analysis of anthrosols. **Archaeological geology**. London: Yale University Press, 1985.

ERICKSON, Clark L. An artificial landscape-scale fishery in the Bolivian Amazon. **Nature**, Cambridge, MA, vol. 408, no. 6809, p. 190-193, 9 Nov. 2000.

_____. Pre-Columbian Fish Farming in the Amazon. **Expedition**, Philadelphia, vol. 43, no. 3, p. 7-8, Winter 2001.

GOMES, Denise Maria Cavalcante. **Análise dos padrões de organização comunitária no Baixo Tapajós: o desenvolvimento do Formativo na área de Santarém, PA**. 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

GUAPINDAIA, Vera L. C. Encountering the ancestors: the Maracá Urns. In: MC.EWAN, Colin; BARRETO, Cristiana; NEVES, Eduardo (Ed.) **Unknown Amazon**. Culture in nature in Ancient Brazil. London: British Museum, 2001.

HECKENBERGER, Michael J. **The ecology of power: Culture, Place, and Personhood in the Southern Amazon, A.D. 1000-2000**. New York: Routledge, 2005.

HECKENBERGER, Michael J.; KUIKURO, Afukaka; KUIKURO, Urissapá Tabata; RUSSEL, J. Christian;

SCHMIDT, Morgan; FAUSTO, Carlos; FRANCHETTO, Bruna. Amazonia 1492: Pristine Forest or Cultural Parkland? **Science**, Washington DC, vol. 301, no. 5635, p. 1710-1713, 15 Aug. 2003.

HILBERT, Peter Paul. **Achados arqueológicos num sambaqui do Baixo Amazonas**. Belém: Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará, 1959. (Publicação n. 10).

_____; HILBERT, Klaus. Resultados preliminares da pesquisa arqueológica nos rios Nhamundá e Trombetas. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 75, p. 68-81, 1980. (Série Antropologia).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (AM). **Relatório Semestral 1**. Projeto de Investigação Arqueológica na Bacia do Rio Calçoene e seu entorno - Amapá. Macapá, 2006.

_____. **Relatório Semestral 2**. Projeto de Investigação Arqueológica na Bacia do Rio Calçoene e seu entorno - Amapá. Macapá, 2007.

KERN, Dirse C.; KÄMPF, N. Antigos assentamentos indígenas na formação de solos de terra preta na região de Oriximiná, Pará. **Revista Brasileira Ciências do Solo**, Viçosa, v. 13, n. 1, p. 219-225, jan./abr. 1989.

_____; COSTA, Marcondes Lima; FRAZÃO, Juvenal Lima; JARDIM, Mario. A influência das palmeiras como fonte de elementos químicos em sítios arqueológicos com Terra Preta. In: SIMPÓSIO DE GEOLOGIA DA AMAZÔNIA 6., 1999, Belém. **Anais...** Belém: [s.n.], 1999.

KIPNIS, Renato; CALDARELLI, Solange Bezerra; OLIVEIRA, Wesley Charles de. Contribuição para a cronologia da colonização amazônica e suas implicações teóricas. **Revista de Arqueologia**, Belém, vol. 18, p. 81-93, 2005.

LATHRAP, Donald W. The Antiquity and Importance of Long-Distance Trade relationship in the Moist Tropics of Pre-Columbian South America. **World Archaeology**, London, vol. 5, no. 2, p. 170-186, Apr. / Jun. 1973.

LIMA, Luiz Fernando Erig. **Levantamento arqueológico das áreas de interflúvio na área de confluência dos rios Negro e Solimões, AM**. 2003. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

LIMA, Tânia Andrade. O povoamento inicial do continente americano: migrações, contextos, datações. In: SILVA, Hilton P.; RODRIGUES-CARVALHO, Claudia (Org.). **Nossa Origem**. O povoamento das Américas: visões multidisciplinares. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006.

MORAIS, Claide de Paula. **Arqueologia na Amazônia Central vista a partir de uma perspectiva da região do Lago do Limão**. 2006. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MACHADO, Juliana Salles. Processos de formação: hipóteses sobre a variabilidade do registro arqueológico de um montículo artificial no sítio Hatahara, Amazonas. **Revista de Arqueologia**, Belém, v.18, p. 9-24, 2005.

MAGALHÃES, Marcos. **A physis da origem**: o sentido da história na Amazônia. Belém: MPEG, 2005.

MCCANN, Joseph M.; WOODS, William I.; MEYER, Donald W. **Organic matter and anthrosols in Amazonia**: Interpreting the amerindian legacy. Londres: British Society of Soil Science, 2000.

MEGGERS, Betty J.; DANON, Jacques. Identification and implications of a hiatus in the archeological sequence on Marajo Island, Brazil. **Journal of Washington Academy of Sciences**, Arlington, vol. 78, no. 3, p. 245-53, 1988.

MYERS, Thomas. Hacia la reconstrucion de los patrones comunales de asentamiento durante la prehistoria de la cuenca amazonica. **Amazonia Peruana**, Lima, v. IV, n. 7, p. 31-63, 1981.

MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI. **Relatório de Pesquisa**. Projeto salvamento arqueológico no sítio Ilha de Terra, região de Caxiuanã, Melgaço, Pará. Belém, 2007. 1 CD-ROM.

NEVES, Eduardo. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

NUNES FILHO, Edinaldo Pinheiro. **Pesquisa arqueológica no Amapá**. 2. ed. Macapá: B-A-Bá, 2005.

PÄRSSINEN, Martti; RANZI, Alceu; SAUNALUOMA, Sanna; SIIRIÄINEN, Ari. Geometrically patterned ancient earthworks in the Rio Branco region of Acre, Brazil. **Renvall Institute Publications**, Helsinki, n. 14, p. 97-133, 2003.

PEREIRA, Edithe; SILVEIRA, Maura Imazio da; RODRIGUES, Maria Christina Leal; COSTA, Cíntia Jalles de Araújo; MACHADO, Christiane Lopes. **A tradição tupi-guarani na Amazônia**. Trabalho inédito.

PEREIRA, Edithe; SILVEIRA, Maura Imazio da; RODRIGUES, Maria Christina Leal; COSTA, Cíntia Jalles de Araújo; MACHADO, Christiane Lopes. Bibliografia sobre registros rupestres da Amazônia brasileira. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n.9, p. 269-277, 1999.

PEREIRA, Edithe; SILVEIRA, Maura Imazio da; RODRIGUES, Maria Christina Leal; COSTA, Cíntia Jalles de Araújo; MACHADO, Christiane Lopes. **Arte Rupestre na Amazônia**: Pará. São Paulo: Unesp, 2004.

PEROTA, C. Adaptação agrícola no Baixo Xingu. In: MEGGERS, B. (Org.). **Pre-historia Sudamericana**. Nuevas Perspectivas. Washington DC: Taraxacum, 1992.

PORRO, Antônio. **O povo das águas**. Ensaios de etno-história Amazônica. São Paulo: Edusp, 1995.

REBELLATO, Lilian. **Interpretando a variabilidade cerâmica e as assinaturas químicas e físicas do solo no sítio arqueológico Hatahara, AM**. 2007. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ROOSEVELT, Anna. Early pottery in the Amazon. Twenty years of scholarly obscurity. In: BARNETT, William; HOOPEES, John. **The emergence of pottery**. Technology and innovation in ancient societies. Washington DC: Smithsonian Institution, 2005.

_____.; Housley, R. A.; SILVEIRA, M. Imazio da; MARANCA, S.; JOHNSON, R. Eighth millenium pottery from a prehistoric shell midden in the Brazilian Amazon. **Science**, New York, vol. 254, no. 5038, p. 1557-1696, 13 Dec. 1991.

ROOSEVELT, A. C.; COSTA, M. Lima da; MACHADO, C. L.; MICHAB, M.; MERCIER, N.; VALLADAS, H.; FEATHERS, J.; BARNETT, W.; SILVEIRA, M. Imazio da; HENDERSON, A.; SILVA, J.; CHERNOFF, B.; REESE, D. S.; HOLMAN, J. A.; TOTH, N.; SCHICK, K. Paleindian Cave Dwellers in the Amazon: The Peopling of America. **Science**, New York, vol. 272, Ed. 5260, p. 372-384, 19 Apr. 1996

SCHAAN, Denise P. **The Camutins Chiefdom**: rise and development of complex societies on Marajó Island, Brazilian Amazon. 2004. Tese (P.H.D.)- University of Pittsburgh, Pittsburgh, 2004.

_____. **Diagnóstico do patrimônio arqueológico na área de influência da rodovia BR-163**: trecho Santarém-Rurópolis. Belém: UFPA, 2006. No prelo.

SCHAAN, Denise P. **Os filhos da serpente**: rito, mito e subsistência nos Cacicados da Ilha de Marajó. [S.l]: International Journal of South American Archaeology, 2007a. Disponível em: <<http://www.ijsa.syllabapress.com/issues/articles/ijsa00006.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2008

SCHAAN, Denise P. **Arqueologia do Acre**: do Pronapaba às pesquisas sobre os geoglifos. [S.l.]: Historiaehistoria, 2007b. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/indice.cfm?tb=arqueologia>>. Acesso em: 05 jan. 2008

SCHAAN, Denise P.; SILVA, Wagner Fernando da Veiga e. O povo das águas e sua expansão territorial: uma abordagem regional de sociedades pré-colônias na ilha de Marajó. **Revista de Arqueologia**, Belém, v. 17, p. 13-32, 2004.

_____; PÄRSSINEN, Martti; RANZI, Alceu; PICCOLI, Jacó César. Geoglifos da Amazônia ocidental: Evidência de complexidade social entre povos da terra firme. **Revista de Arqueologia**, Belém, v. 20, p. 67-82, 2007.

SCHAAN, Denise P; KERN, Dirse Clara; FRAZÃO, Francisco. An assessment of the cultural practices behind the formation (or not) of anthropogenic black earth in Marajo Island archaeological sites. In: WOODS, William (Org.). **Terra preta nova**: a tribute to Wim Sombroek. Trabalho inédito.

SILVEIRA, Maura Imazio da. **Estudo sobre estratégia de subsistência de caçadores-coletores pré-históricos do sítio Gruta do Gavião, Carajás, PA**. 1994. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____; SCHAAN, Denise P. Onde a Amazônia encontra o mar: estudando os sambaquis do Pará. **Revista de Arqueologia**, Belém, v. 18, p. 67-79, 2005.

SIMÕES, Mário Ferreira. Coletores-pescadores ceramistas do litoral do Salgado (Pará). Nota Preliminar. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 78, p. 1-26, 1981. (Série Antropologia).

STEWART, Julian H.. Cultural areas of Tropical Forest. In: _____ (Ed.). **The tropical forest tribes**. Washington DC: Smithsonian Institution, 1948. (Series Handbook of South American Indians, vol. 3).

WOODS, William I.; MCCANN, Joseph M. The Anthropogenic Origin and Persistence of Amazonian Dark Earths. In: CAVIDES, Cesar. **Yearbook 1999**: Conference of Latin Americanist Geographers. Austin: University of Texas Press, 1999. vol.25.

Recebido em: 26 de fevereiro de 2008.

Aprovado em: 12 de março de 2008.

4

Os sambaquis do sul catarinense: retrospectiva e perspectivas de dez anos de pesquisas

Paulo DeBlasis
Madu Gaspar

Este artigo reporta as atividades e faz um balanço dos resultados das pesquisas com sambaquis no litoral sul catarinense que vêm sendo conduzidas, nos últimos dez anos, por um grupo de pesquisadores coordenados pelos autores deste artigo. O objetivo geral do projeto pode ser sintetizado no interesse em estudar como e porque os sambaquis foram construídos, assim como delinear as características sociais, econômicas e demográficas da gente que os construiu. Mais ainda, considerando que os construtores de sambaquis daquela região ali viveram, de maneira contínua, ao longo de cerca de seis milênios, em um ambiente lagunar muito dinâmico e extremamente plástico, logo se percebeu a impossibilidade de entender o desenvolvimento daquele sistema social senão como uma longa história de interação entre fenômenos culturais e naturais, os quais não raro se apresentam de maneira virtualmente indissociável no registro sedimentológico. Enfim, esta narrativa acaba por historiar a evolução de um programa de pesquisas de longa duração que, ao longo dos anos, não apenas foi adquirindo diferentes designações como, ao mesmo tempo, foi refinando seu enfoque sem, no entanto, jamais perder sua orientação original¹.

Desde o início, este projeto exhibe uma abordagem multidisciplinar, em que o conhecimento tem sido construído de maneira

integrada por um conjunto de pesquisadores e seus alunos, eles próprios tornando-se pesquisadores no âmbito acadêmico do projeto. Como seria de se esperar, perspectivas e opiniões díspares, não raro conflitantes, despontam – e aqui, cremos, reside o maior trunfo da equipe de pesquisa: várias inteligências que, a partir de pontos de vista distintos, tentam juntas decifrar os mistérios contidos no complexo registro (geo)arqueológico associado aos povos sambaquieiros. Com todos estes colegas e companheiros, muito especialmente os professores Levy Figuti, Andreas Kneip, Rita Scheel-Ybert, Deisi S. de Farias e Paulo César Giannini, compartilhamos os esforços e muitas das ideias aqui sintetizadas. Sem esquecer os muitos alunos que têm tomado parte neste projeto: embora não caiba aqui listá-los, sua participação tem sido decisiva no crescimento do projeto e, de fato, a produção de vários deles encontra-se incorporada neste artigo de síntese.

Na sequência deste texto, examina-se o estado da arte da Arqueologia de sambaquis em meados dos anos 1990, apontando lacunas na pesquisa e problemas de investigação que funcionaram como *background* para este projeto de pesquisa. Em seguida, mostra-se a criação e a evolução do projeto de pesquisa que nasceu para lidar com esses problemas e que, implantado no litoral sul de Santa Catarina, entre 1996 e 1997, permanece bastante ativo até hoje. Seus resultados, e as interpretações que deles derivam, aparecem em seguida e, como se vai ver, apesar dos avanços alcançados neste período de dez anos, é certo que várias das questões aqui levantadas, senão todas, ainda permanecem na “lista de problemas a resolver”, sendo, por isso, possível considerar que se fala aqui de uma problemática de sambaquis para o novo milênio.

1 Questões para uma arqueologia de sambaquis na virada dos anos 1990

Os sambaquis² que ocorrem ao longo do litoral atlântico encontram-se entre os sítios arqueológicos mais estudados desde os primórdios da arqueologia neste país mas, apesar disso, permanecem um dos contextos arqueológicos brasileiros menos compreendidos até hoje. Isto se deve, em grande parte, a um modelo interpretativo que, criado nos anos 1950 e 1960 (com raízes no século XIX), se manteve hegemônico até bem recentemente – hoje, as bases nas quais se apoia vêm sendo demolidas de maneira irreversível.

Ao considerar o substrato conchífero que predomina nestes *mounds* como evidência direta e inequívoca de alimentação cotidiana (sendo, portanto, um indicador adequado para estudos de dieta), a maior parte dos pesquisadores que lidaram com os sambaquis, desde o século XIX, assumiu que se tratava de uma sociedade cuja subsistência se dava, sobretudo, a partir da coleta constante de moluscos. Como é evidente, esta perspectiva sugere grande mobilidade dos grupos sambaqueiros, reforçada pela estratigrafia complexa exibida pelos próprios sítios, interpretada (coerentemente com o pressuposto acima) como registro de sucessivos acampamentos de pequenos bandos distribuídos por todo o litoral, que o grande número de sítios, geralmente concentrados em regiões ecologicamente bastante produtivas, só fazia reforçar. Uma perspectiva evolucionista um tanto linear, também característica do século XIX, que predominou na Arqueologia brasileira até bem recentemente, apontava para sociedades com baixa demografia e padrões de organização social bastante simples, “bandos de coletores de moluscos”³ com grande mobilidade, sempre em busca de novas fontes de alimento.

As características tecnológicas da indústria lítica comumente presente nestes sítios, não raro referidas como “toscas” ou “primiti-

vas”, ajudaram a forjar o modelo predominante dos sambaquieiros como povos rudes e primitivos, apesar da presença inexplicável de esculturas sofisticadíssimas em pedra, os assim chamados *zoolitos* (PROUS, 1977). Nos sítios (ou camadas) com datações mais recentes, o aumento na frequência de uma indústria óssea tecnologicamente apurada ajudou a desenhar a interpretação de que estes coletores de moluscos, no período tardio da longa ocupação sambaquieira, teriam se tornado predominantemente pescadores e, eventualmente, cultivadores (BECK, 1972; DIAS, 1972; SCHMITZ, 1987; PROUS, 1992; LIMA, 1991; SOUZA, 1995)⁴. Este modelo, ao longo dos anos 60, consolidou a leitura evolucionista baseada nas variações macroscópicas do registro arqueológico presentes nos sambaquis do litoral sul/sudeste do Brasil.

Não que não tenha havido antecedentes. Para além desta nada trivial questão da origem antrópica ou natural dos sambaquis (GASPAR, 2000), vários pesquisadores, desde o final do século XIX, já adotavam uma perspectiva marcadamente evolucionista⁵. Mas havia também abordagens relacionadas, sobretudo, à geologia do Quaternário e à dinâmica da evolução das feições litorâneas (LOEFGREN, 1893; KRONE, 1914). A Antropologia física sempre foi uma frente de pesquisa importante,⁶ não faltando mesmo quem apontasse o caráter marcadamente simbólico dos sambaquis (WIENER, 1876). Mas a pesquisa arqueológica sistemática nos sambaquis começa mesmo apenas nos anos 1950 (FARIA, 1955; EMPERAIRE, 1955; EMPERAIRE; LAMING, 1956; ROHR, 1959), com certa intensificação nos anos seguintes. Nessa época, estudos com sambaquis foram conduzidos em várias regiões do Brasil, como Rio de Janeiro (DIAS, 1967, 1969), São Paulo (DUARTE, 1968; GARCIA, 1972; GARCIA; UCHOA, 1980), Paraná (BLASI, 1957, 1963; RAUTH, 1962, 1963, 1965, 1967, 1968), Santa Catarina (PIAZZA, 1966; BECK, 1968), e também no litoral nordeste e norte do Brasil, como na Bahia (CALDERÓN, 1964) e Pará (SIMÕES; CORREA, 1971), respectivamente. Nos anos 80, a

cronologia geral da cultura sambaqueira ficou bem estabelecida, com datações radiocarbônicas concentrando-se entre 6.000 e 500 aP⁷. Entretanto, a questão do contraste entre a grande quantidade de sepultamentos (e a presença de algumas sepulturas bastante elaboradas), sugerindo certa demografia e também certa estabilidade territorial, e a visão predominante destes grupos como “pequenos bandos de coletores de moluscos sujeitos às vicissitudes dos ambientes locais e, portanto, com grande mobilidade”, nunca foi equacionada de maneira apropriada. O mesmo se pode dizer do “estágio evolutivo” atribuído aos povos sambaqueiros e sua tecnologia, envolvendo os contrastes entre suas indústrias líticas “toscas e primitivas” e as sofisticadíssimas esculturas de pedra, uma contradição por si só misteriosa e intrigante.

Outra questão importante foi apontada pelo célebre casal Joseph Emperaire e Annette Laming (depois Laming; Emperaire), que estabeleceu uma das bases de referência conceitual e metodológica para a emergência de uma primeira geração de arqueólogos brasileiros. Estes pesquisadores apontaram, desde seus estudos e datações pioneiras nos sambaquis do litoral de São Paulo e do Paraná (EMPERAIRE; LAMING, 1956; LAMING, 1960; LAMING; EMPERAIRE, 1975), a longevidade da tradição sambaqueira e sua complexa interrelação com os eventos da geologia recente do Quaternário das regiões lagunares, mostrando que não seria possível entender os problemas relacionados à distribuição dos concheiros na paisagem litorânea, assim como indagar sobre suas origens, sem considerar, ao mesmo tempo, as vicissitudes e a dinâmica da evolução dos ambientes costeiros ao longo de todo o Holoceno, e mesmo ao final do Pleistoceno, considerando que os sítios mais antigos teriam sido tragados pela elevação do nível dos oceanos em praticamente toda a costa atlântica, onde uma parcela considerável da plataforma continental teria estado exposta e, possivelmente, abrigado culturas sambaqueiras mais antigas, sobretudo nos amplos estuários dos grandes rios, hoje afogados (LAMING, 1960).

Existem, de fato, pistas para estas culturas antigas que teriam existido no extenso litoral exposto da costa atlântica brasileira. Sítios concheiros bastante antigos em ambientes fluviais foram reportados na Amazônia (ROOSEVELT et al., 1991), no Pantanal e no Vale do Ribeira, sul do Estado de São Paulo (BARRETO, 1988). Neste último caso, as datações, de até 11.000 anos aP, sugerem relações com ambiente costeiro e a ocupação dos baixos vales interioranos a partir do litoral. Embora a elevação do nível do mar e a transgressão que teria ocorrido antes de 5.700 anos atrás (ANGULO et al., 2006), com o conseqüente remodelamento das paisagens costeiras façam supor que os sítios litorâneos mais antigos tenham desaparecido totalmente, alguns deles podem ter sobrevivido em certas “zonas protegidas” da ação destrutiva do oceano, o que teria ocorrido com os níveis profundos e mais antigos de Maratúá, abaixo da linha d’água quando escavado, nos anos 1950 (EMPERAIRE; LAMING, 1956, LAMING, 1960)⁸. Esta teoria parece estar se confirmando, após tantos anos de especulações, no litoral sul de São Paulo, onde um sambaqui foi datado em cerca de 8.000 anos aP (CALIPPO, 2004), e também em nossa própria área de pesquisa no litoral sul catarinense, onde as datações alcançaram em torno de 7.500 anos.

Se, de um lado, a origem dos grupos construtores de sambaquis permanece misteriosa, outro aspecto também pouco estudado se refere ao fim da era sambaquieira, que aparentemente desapareceu por volta de mil anos atrás, com a chegada de grupos agrícolas vindos do interior (e talvez também do sul) ao litoral meridional brasileiro. Sua cerâmica pode, às vezes, ser encontrada no topo dos sambaquis, associada com datações recentes. Estas transformações culturais e demográficas, entretanto, parecem ter ocorrido muito antes no litoral norte do Brasil, onde vestígios cerâmicos em sambaquis litorâneos começam a aparecer regularmente na faixa de 5.000 anos aP aproximadamente, ou mesmo um pouco antes disso (SIMÕES; CORREA, 1971). Roosevelt et al.

(1991) apresentam datações para a presença de cerâmica desde cerca de 8.000 anos em um sambaqui fluvial no baixo Amazonas, colocando assim interessantes perspectivas das relações entre as ocupações litorâneas e a dispersão da tecnologia cerâmica (e possivelmente da horticultura) pelo Brasil central e meridional.

Investigações recentes vêm trazendo novas perspectivas acerca dos padrões de subsistência e de assentamento dos grupos sambaquieiros. Análises zooarqueológicas (FIGUTI, 1992, 1993; BANDEIRA, 1992; FIGUTI; KLÖKLER, 1996) demonstraram que a subsistência das populações sambaquieiras baseou-se, sobretudo, na pesca, desde as primeiras fases da ocupação do litoral. Além disso, a análise de isótopos na constituição óssea dos sambaquieiros de Santa Catarina evidenciou não apenas a predominância dos pescados na dieta, mas também sua permanência no litoral durante todo o ano, descartando assim argumentos a favor da mobilidade sazonal destes grupos (DE MASI, 2001). De outro lado, com base, sobretudo, nas investigações antracológicas, alguns autores têm advogado uma importância cada vez maior para os produtos de origem vegetal, cultivados ou não (TENÓRIO, 1991; WESOLOWSKI, 2000; SCHEEL-YBERT, 1998, 2000, 2001; SCHEEL-YBERT et al, 2003), apontando que a horticultura, talvez ainda incipiente, parece ter tido um papel significativo na subsistência sambaquieira.

Em Santa Catarina, o padre João Alfredo Rohr tornou-se o mais importante nome na história da Arqueologia daquele Estado. Padre Rohr tornou-se famoso não apenas por sua intensa atividade como pesquisador de sambaquis (e outros tipos de sítio), mas também por sua incansável atuação no cadastramento e defesa de sítios arqueológicos ameaçados de destruição por todo o Estado (ROHR, 1960, 1961, 1962, 1966, 1968, 1969a, b)⁹. A partir dos anos 1960, muitos sítios do litoral sul do Brasil foram escavados (PIAZZA, 1966; BECK, 1968; HURT, 1974, 1984; BRYAN, 1961, 1977, 1993), com especial atenção para as relações dos sítios

com o ambiente (FAIRBRIDGE, 1976; HURT, 1974; KNEIP, 1977; KNEIP et al., 1994; GARCIA; UCHOA, 1980; GARCIA, 1984).

Gaspar (1991) apresentou uma primeira abordagem sistêmica de âmbito regional com sítios da Região dos Lagos, Rio de Janeiro, mostrando que os sambaquis só exibem sentido sociológico vistos em conjunto, não se podendo estudar esses sítios de maneira isolada. Kneip et al. (1991, 1992), Gaspar (1994) apresentam novos dados e reflexões acerca da distribuição intrassítio dos vestígios, áreas de atividade e funcionalidade, enquanto Gaspar e DeBlasis (1992), Afonso e DeBlasis (1994) e DeBlasis e Afonso (2000) focaram os processos formativos presentes nos sambaquis apontando a intencionalidade presente na construção desses sítios.

A análise da bibliografia acerca dos sambaquis brasileiros até os anos 1990 mostra alguns problemas, metodológicos e de enfoque. De caráter sobretudo arqueográfico, mostra ênfase na tecnologia, subsistência e antropologia física, guardando um ranço evolucionista bastante forte, influenciada pelas perspectivas tradicionais e normativas de se fazer História Cultural que, amplamente disseminada desde os anos 1960, teve influência profunda e marcante na Arqueologia brasileira (BARRETO, 2000).

Assim, apesar de alguns avanços importantes, as abordagens desse período tendem a não levar em conta os aspectos sociais embutidos na formação dos sambaquis, nem adotam procedimentos sistemáticos para analisar os processos formativos que tiveram lugar na construção destes sítios. Os estudos de inserção ambiental dos sambaquis têm um viés fortemente ecológico, não raro determinista, baseado na distribuição regional dos recursos identificados no registro arqueológico, dando pouca atenção aos aspectos relacionados à organização social e territorialidade. São ainda incipientes os estudos sobre demografia, e aqueles que focalizam os padrões de subsistência partem do pressuposto de que os restos encontrados são indicadores diretos dos padrões de alimentação da população sambaqueira. Esta população, por

sua vez, é mencionada na literatura como "grupos de coletores de moluscos", "bandos com grande mobilidade" (mudando-se sempre que se esgotam os recursos locais disponíveis) etc.

A maioria das pesquisas não reconheceu que estas estruturas são intencionalmente construídas, com importantes funções no âmbito dos sistemas de assentamento regionais, subestimando evidências de uma maior estabilidade locacional e uma maior complexidade social e demográfica das sociedades que deixaram esses grandes *mounds* como testemunho de sua existência. Assim, a orientação global do nosso projeto buscou preencher tais lacunas, de modo a abrir novas perspectivas para a Arqueologia de sambaquis no Brasil, focando em alguns pontos essenciais, discutidos a seguir.

2 Perspectivas teóricas e metodológicas

Os objetivos do projeto partem, desde o início, de duas perspectivas teóricas básicas, até hoje efetivas. De um lado, uma abordagem sistêmica de um conjunto de sambaquis em seu contexto ambiental e paisagístico, seu território, perspectiva esta até então ausente nos estudos com sítios litorâneos no Brasil. Os sítios arqueológicos não são entidades isoladas no tempo e no espaço, mas remanescentes de sistemas dinâmicos de relações socioculturais. Assim, compreender sua significação somente é possível a partir da análise de sua articulação, dinâmica e evolução em um espaço regional específico, um território¹⁰.

Por outro lado, são raros os casos (GASPAR; BARBOSA; BARBOSA, 1994) em que o sambaqui, como um todo, tenha sido tratado como objeto da pesquisa, uma unidade sociológica. Ao contrário, parcelas dos sítios têm sido escavadas sem maiores considerações sobre sua relação com o todo, sendo raras as análises acerca da ordenação do espaço intra-sítio, que contemplem

sua contextualização relacional e espacial. Apesar dos avanços feitos no litoral norte do Rio de Janeiro, onde Carvalho (1984), Kneip et al (1991, 1992), e ainda Gaspar (2000) e colaboradores construíram alguns modelos interpretativos para os sambaquis daquela região, muito pouco ainda se sabe acerca das características estruturais e funcionais dos sambaquis.

Este projeto explora, desde o início, o conceito de sambaqui enquanto estrutura intencionalmente construída, rejeitando a ideia, ainda hoje predominante, de que estes sítios são, simplesmente, produto do descarte dos subprodutos das atividades de subsistência das populações sambaqueiras. A maioria dos estudos até agora tem falhado em reconhecer que estes sítios, caracterizados por estruturas complexas e representando padrões de ocupação e de comportamento reiterados ao longo do tempo, são produto intencional de sociedades demograficamente expressivas, com padrões de organização social mais complexos do que se tem aventado até o presente (DEBLASIS et al., 1998b).

Os sambaquis foram, por muito tempo, considerados "jazidas arqueológicas", de onde se extrai o "conteúdo cultural" (tecnológico, econômico, adaptativo, "antropológico") que interessa ao pesquisador. O material básico que predomina na composição destes sítios, as conchas, tem sido considerado apenas lixo, resultado do descarte de restos de alimentação – daí uma de suas denominações habituais, *kitchenmidden*¹¹. Neste sentido, o sambaqui, particularmente sua estrutura colinar, seria apenas uma consequência daquelas atividades, resultado espontâneo de séculos seguidos desta prática. O que propusemos em 1996 – então como hipótese de trabalho, que hoje já se confirma plenamente – é a não casualidade deste processo, isto é, os sambaquis materializam uma intenção específica de construção, resultado de ações socialmente coordenadas segundo padrões culturais específicos, comuns às populações sambaqueiras, premissa que já havia sido postulada por Gaspar e DeBlasis (1992). Ou

seja, os sambaquis não são "acúmulos de lixo alimentar", mas estruturas intencionalmente edificadas, verdadeiros *landmarks* a "culturalizar" a paisagem das planícies costeiras. Variações de forma e tamanho refletiriam não apenas o tempo de ocupação e a densidade demográfica, mas também aspectos relacionados à hierarquização sociopolítica dos assentamentos em âmbito regional; testemunham, assim, uma população demograficamente expressiva e com significativa complexidade em termos de organização social (ARNOLD, 1996).

Perspectivas sociológicas foram, até bem recentemente, bastante subestimadas na Arqueologia de sambaquis no Brasil. De fato, estudos recentes têm trazido novas abordagens sobre concheiros (*shellmounds*), em estudos na América do Norte (CLASSEN, 1991; STEIN, 1992; ERLANDSON, 1994; LUBY; GRUBER, 1999), Austrália (HALL; MCNIVEN, 1999), Uruguai (MAZZ, 2001; IRIARTE, 2003), além de nossas próprias pesquisas no litoral meridional brasileiro. Vários autores têm chamado a atenção para a peculiaridade das culturas litorâneas, apontando, em muitas delas, padrões de estabilidade territorial e adensamento populacional associados a padrões de organização social e econômica que extrapolam em muito as expectativas clássicas para grupos de caçadores-coletores e pescadores, resultando no que veio a ser chamado de "caçadores-coletores (e pescadores) complexos".

Em síntese, a constatação que sustenta tal conceito é a de que muitas das sociedades rotuladas como "caçadoras-coletoras" não podem ser descritas como constituídas por pequenos grupos homogêneos, regidos por relações sociais simples e com grande mobilidade, parâmetros essenciais para as perspectivas antropológicas vigentes desde pelo menos os anos 1960¹². Ao contrário, pesquisas arqueológicas têm mostrado, geralmente em áreas de grande produtividade e abundância de recursos naturais, o surgimento de sociedades sedentárias, com territórios bastante estáveis e relativamente circunscritos, e índices demográficos sur-

preendentemente grandes. Estes grupos, muitas vezes, tendem a exibir estruturas de organização social em que algumas características consideradas típicas de sociedades plenamente agrícolas (classificadas usualmente como chefias ou cacicados), envolvendo desigualdade social, hierarquias, eventualmente lideranças formalmente estabelecidas e organização comunal do trabalho, já se encontram presentes¹³. Assim, uma hipótese de trabalho nuclear para este projeto de pesquisa é a de que os sambaquis, particularmente os maiores, representam um processo contínuo de sedentarização, adensamento demográfico e complexificação na organização social de uma população de pescadores-coletores que vai tomando forma a partir de pelo menos 8.000 anos atrás - provavelmente, desde o final do Pleistoceno.

Outra perspectiva teórica essencial presente no projeto original, que na verdade teve nestes primeiros anos um avanço discreto, pode ser chamada de *etnoarqueológica*. As comunidades de pescadores tradicionais desta vasta região lagunar ainda mantêm um modo de vida fortemente marcado pela especificidade do meio aquático, com uma tecnologia de pesca bastante tradicional. Nesse universo, as marés, os ventos, as correntes marítimas, a entrada dos cardumes influenciam fortemente as noções de tempo e distância, marcam as relações sociais. Assim, a ideia é investigar as características ambientais, tecnológicas e de organização social que, estruturando uma comunidade contemporânea, possam fornecer parâmetros qualitativos e quantitativos para examinar os processos de adensamento demográfico que ocorreram ao longo de cerca de, pelo menos, 7.000 anos de evolução das sociedades sambaquieiras no sul do Brasil.

Não se está, com isso, pleiteando qualquer tipo de continuidade histórica entre estas diferentes culturas. Apesar da ruptura histórica existente entre elas, no entanto, pescadores tradicionais e sambaquianos compartilham uma série de elementos, como a convivência com (e exploração de) grandes corpos d'água (mar

e lagoa), o meio de transporte (canoa), e ainda a base da dieta alimentar (peixes e moluscos), que tem presença marcante em sua percepção do mundo e sua organização social¹⁴. São estas perspectivas que podem ser usadas como referência na interpretação do modo de vida das populações sambaquianas que, afinal, partilham com as comunidades tradicionais contemporâneas um mesmo espaço, um mesmo ambiente (ou muito semelhante), um mesmo território; enfim, uma perspectiva da paisagem que, certamente, é comum às duas sociedades.

Estes estudos preliminares, centrados na comunidade de pescadores de Garopaba do Sul (GASPAR, 2002), serviram para fornecer alguns parâmetros qualitativos e quantitativos iniciais para a formulação de um modelo de ocupação regional para a área (DEBLASIS et al., 2007), envolvendo percepção da paisagem, sociabilidade e territorialidade a partir da navegação na lagoa, da relação pesca/coleta de moluscos na subsistência (e o uso das conchas como material de construção) e, principalmente, da representação simbólica envolvendo os sambaquis, que se destacam altaneiros na paisagem da planície de lagoas e cordões arenosos¹⁵.

Outro ponto importante é a relação com as ciências ambientais, particularmente Geologia e Paleoecologia, perspectivas estas que apareciam de maneira muito discreta no projeto original, ganhando vulto ao longo dos anos. Os sambaquis têm despertado grande interesse dos quaternaristas, sendo utilizados como indicadores cronológicos para o estudo das flutuações do nível do mar e dos processos relacionados à evolução geológica das formações costeiras do Quaternário Superior (MARTIN; SUGUIO; FLEXOR, 1986, 1993). No entanto, as perspectivas deste projeto vão muito além, tendo em vista a complexa interdigitação entre processos naturais e culturais na formação do registro arqueológico sambaquieiro. Trata-se, na verdade, de buscar uma abordagem articulada dos pontos de vista geológico e arqueológico, tanto em relação aos processos formativos dos próprios sítios, quanto

da evolução dos eventos sedimentológicos imediatos e também mais gerais, em uma escala regional (SCHIFFER, 1987; BUTZER, 1982; WASELKOVA, 1987; STEIN, 1992; GIANNINI, 1993).

Por fim, mas não menos importante, o projeto tem se esforçado em emular, sobretudo em âmbito local, medidas básicas de conscientização e preservação dos sambaquis enquanto patrimônio cultural e ambiental. Pretende-se integrar a produção de conhecimento científico aos circuitos de ensino da região, através de um programa específico de educação patrimonial que estimule o reconhecimento e a valorização do testemunho arqueológico enquanto patrimônio cultural (FARIAS, 2001). De fato, já na primeira versão deste projeto, em 1995, observa-se a convergência de duas iniciativas distintas, no entanto complementares. De um lado, o interesse científico na problemática dos sambaquis; de outro, o interesse em associar a pesquisa científica à preservação de bens culturais, de modo a transformar a pesquisa em um instrumento eficaz de difusão do conhecimento arqueológico, através de sua utilização em ações de educação patrimonial, levando em consideração seu impacto sobre o bem cultural e as formas adequadas para sua preservação, entendendo como essencial a interação entre pesquisador e comunidade, de modo a criar mecanismos que permitam que a proteção do sítio passe, também, a ser tarefa assumida conscientemente pelas comunidades locais¹⁶.

Neste sentido, vem-se trabalhando sistematicamente com o público escolar, tanto em sala de aula, como através de exposições, palestras, participação em vídeos educativos, reportagens e entrevistas aos veículos de comunicação regionais. Realizou-se também uma intervenção expositiva de longa duração no Museu de Jaguaruna, e exposições itinerantes têm levado a Arqueologia da área a todas as cidades da região (FARIAS; GASPAR; DEBLASIS, 2005).

Nos anos seguintes, os objetivos do projeto foram se tornan-

do bem mais específicos, centrados em problemas mais concretos, sem que, entretanto, estas perspectivas mais gerais tenham sido abandonadas. Os objetivos acima podem ser entendidos como aqueles que constituíram a motivação fundamental, de caráter mais amplo, deste projeto; de forma alguma esgotam o potencial de investigação que estes sítios possibilitam. Neste sentido, abordagens ou metodologias específicas de pesquisa, integrados no escopo mais geral do programa, foram se acoplando aos objetivos gerais acima listados, complementando-os, expandindo-os, ou simplesmente detalhando-os. Por esta razão, o projeto original, de cunho essencialmente arqueológico, deve ser considerado como o embrião de um projeto mais amplo, propriamente geoarqueológico, em uma abordagem realmente interdisciplinar que assumiu sua forma plena em 2004, através de um projeto temático que recebeu o nome de Sambaquis e Paisagem.

3 A área-piloto de atuação do projeto: a paleolaguna de Santa Marta

Considerando a inexistência de referências espaciais ou sociológicas concretas para a definição de limites regionais para um estudo de territorialidade do sistema de ocupação sambaquieiro, decidiu-se trabalhar com uma área-piloto de atuação configurada por um segmento do litoral lagunar que caracteriza a costa meridional daquele estado, entre os municípios de Jaguaruna, Tubarão e Laguna (Figura 1). Esta área-piloto foi delimitada arbitrariamente a partir de características geográficas, sendo suficientemente grande de modo a abranger considerável variabilidade ambiental, assim como um número considerável de sítios, de diferentes tipos e tamanhos, já anteriormente identificados. Foi intencional a escolha de uma área fortemente marcada pela presença de grandes corpos e ambientes lagunares, integrando-se

a outras características da paisagem, como planícies de restinga e elevações cristalinas.

A geologia da área de estudo é um bom ponto de partida para descrever a área de pesquisa. Encontra-se nesta região um complexo mosaico de processos deposicionais eólicos, lagunares e marinhos interdependentes: lagunar, barra-barreira, planície costeira e eólico (GIANNINI 1993, 2002). O sistema lagunar holocênico abrange um conjunto de lagunas intercomunicáveis, com destaque para as grandes lagoas de Santa Marta e Garopaba do Sul, e uma série de lagos residuais de antigas lagunas. Foi formado no âmbito da elevação do nível relativo do mar (NRM) holocênico, cujo máximo foi atingido entre 6000 e 5700 anos aP (MARTIN et al., 1988; ANGULO et al., 1999, 2006), formando-se uma baía-laguna através do desenvolvimento de uma barreira arenosa transgressiva correspondente ao sistema barra-barreira ao sul da entrada da barra (GIANNINI, 1993, 2002), onde se encontra o delta lagunar do rio Tubarão, maior delta interior ativo do país. O sistema deposicional eólico, de ocorrência generalizada, superpõe-se aos sistemas barra-barreira e planície costeira na maior parte da área, formando campos de dunas de, pelo menos, quatro diferentes gerações, cujas idades variam do Pleistoceno superior às dunas em atividade (GIANNINI, 1993, GIANNINI; SUGUIO, 1994; SAWAKUCHI, 2003; MARTINHO et al., 2003; MARTINHO, 2004; MARTINHO; HESP, 2006). Escolhida, entre outras razões, em função da quantidade de sítios já cadastrados anteriormente (ROHR, 1962, 1968, 1969b), a região não surpreende apenas por esta característica, mas também pela grande variedade de formas e tamanhos que estes sítios exibem, tornando-a ideal para estudos regionais sistemáticos.

Kneip (2004) exibe quatro aproximações para a configuração fisiográfica desta região lagunar em diferentes momentos do período de ocupação sambaqueira na área. Baseadas na cartografia disponível, estas simulações foram obtidas através da

elaboração de um SIG (Sistema de Informação Geográfica) para a região, modelando o processo progressivo de fechamento da paleolaguna, antes uma baía aberta, e o assoreamento das lagoas até a configuração atual. O processo consiste, em síntese, no progressivo alongamento das barreiras que, ao norte e ao sul da “paleoilha” de Santa Marta, dominante no centro da antiga baía, foi fechando e formando as lagoas, que concomitantemente foram sendo assoreadas pelo intenso aporte de sedimentos fluviais (GIANNINI, 1993). Estudos antracológicos realizados por Rita Scheel-Ybert no pequeno sambaqui Encantada III revelaram a presença de espécies características de mangue, de cerca de 5.000 anos atrás, um indicador confiável de que o clima era um pouco mais quente que o atual e/ou a lagoa mais salgada, mais aberta para o mar (DEBLASIS et al., 2007).

Com a paulatina regressão do nível do mar, o fechamento das barreiras litorâneas e o intenso assoreamento das lagoas, parece ter havido não apenas a redução geral dos corpos d’água, mas também sua progressiva dessalinização, o que talvez possa explicar o declínio da presença do mangue e a disponibilidade de algumas espécies malacológicas, como os berbigões e as ostras. Este processo, que teria se acentuado a partir de aproximadamente 2.000 anos atrás, pode estar associado à aparentemente súbita mudança do regime deposicional em alguns sambaquis da região (FISH et al., 2000). A presença de mangue e de certa diversidade de microambientes nos fundos e nos flancos da laguna (matizada pela inter-relação das formações de floresta, mangue, colinas e dunas) justifica a expectativa de um ambiente bastante produtivo para grupos pescadores e coletores. Tal perspectiva é reforçada pela grande produtividade econômica que, ainda hoje, bem mais assoreada e dessalinizada, a lagoa representa para as comunidades que habitam seu entorno e dela vivem – sem falar, é claro, da abundância de recursos que aparece no próprio registro arqueológico.

4 Estratégias de pesquisa e desenvolvimento do projeto

Tendo em mente os pressupostos teóricos acima discutidos, e definida a área de pesquisa, as abordagens metodológicas, desde a fase inicial do projeto, seguiram simultaneamente em duas direções paralelas e complementares, focando, de um lado, os processos formativos em alguns sambaquis, e, de outro, as prospecções em busca do sistema de ocupação regional. Após duas visitas exploratórias, em 1995 e 1996, o projeto evoluiu através de campanhas anuais, sempre no inverno, entre 1997 e 1999, sendo o foco principal o sambaqui Jabuticabeira II, realizando-se intervenções menores em vários outros sambaquis da região (DEBLASIS et al., 1998a; GASPAR et al., 1999, 2002). Após um intervalo, de 2003 até agora as pesquisas de campo foram retomadas, sendo que nos últimos anos, com a ampliação do grupo de pesquisa, vêm sendo realizadas também etapas de verão e outras etapas curtas, de atividades específicas ou de complementação.

A investigação estrutural dos sambaquis se deu através da análise de perfis extensos e contínuos, tirando proveito dos enormes cortes deixados em sítios previamente afetados pelas atividades extrativistas que impactaram muitos deles até bem recentemente. A idéia para uma abordagem inicial que possibilitasse investigar um sambaqui como um todo foi aproveitar estes cortes, planejando-os, limpando-os, transformando-os em grandes perfis que não raro atravessam amplas áreas dos sítios assim examinados. A análise e documentação sistemática e detalhada destes perfis, utilizando conjuntamente descrição textual, desenhos e fotografia, acompanhadas de rigoroso controle estratigráfico e cronológico e complementadas por pequenas escavações pontuais, tornaram possível estudar os processos de formação dos sítios com um mínimo de impacto sobre eles. Esta abordagem foi utilizada em larga escala, com muito sucesso, desde o primeiro trabalho de campo do projeto, em 1997, no

sambaqui Jabuticabeira II (Jab II), selecionado especialmente para que se examinassem em detalhe as características dos processos de construção dos sambaquis, estudos estes que, com alguma mudança de enfoque, prosseguem até hoje. Nas campanhas seguintes, intervenções semelhantes foram utilizadas também, em menor escala, em vários outros sambaquis da área, possibilitando um controle cronológico regional amplo e bem documentado.

Na seqüência da análise dos perfis, várias áreas de exposição horizontal, de diferentes tamanhos, foram abertas em Jab II, evidenciando várias áreas funerárias distintas (Figura 2). A análise conjunta dos perfis e das áreas de exposição horizontal mostra claramente que o crescimento do sambaqui se dá em torno e em função de diversas áreas funerárias que estiveram abertas em diferentes momentos da história de construção do concheiro. A formação dos pacotes estratigráficos nele presentes está, em todos os casos, relacionada diretamente com atividades associadas ao ritual funerário, um processo formativo incremental e recorrente, aparentemente ininterrupto, que promove a construção do sambaqui Jabuticabeira II ao longo de um período de aproximadamente 2 mil anos (FISH et al., 2000; KARL, 2000; BENDAZZOLI, 2007).

De maneira integrada ao estudo dos perfis estratigráficos e das escavações foram sendo feitas amostragens sedimentológicas sistemáticas envolvendo a análise dos macrocomponentes faunísticos para caracterização das unidades estratigráficas evidenciadas (FIGUTI, 1992), assim como outras abordagens zooarqueológicas a partir do registro faunístico¹⁷. Estas análises permitiram, em um primeiro momento, uma avaliação das principais espécies constituintes das diferentes camadas do sambaqui Jab II, e o balanço das atividades pesca/coleta (KLÖKLER, 2000). Paralelamente, amostras foram obtidas para análises antracológicas e sedimentológicas; assim, após alguma experimentação no que se refere aos padrões amostrais comuns apropriados para diversas análises,

foi possível elaborar um protocolo amostral padronizado, que vem sendo aplicado de maneira eficaz tanto neste projeto como em pesquisas no Rio de Janeiro (SCHEEL-YBERT et al., 2004a, b).

Por outro lado, iniciou-se uma série de levantamentos em âmbito regional, de modo a caracterizar os padrões de distribuição dos sambaquis e, ao mesmo tempo, identificar outras ocupações na área de pesquisa (DEBLASIS; GASPAR, 2001). A região vem sendo sistematicamente prospectada, de modo a se efetuar um levantamento tão completo quanto possível dos sítios ali presentes, possibilitando uma análise sistêmica e integrada. Todos os tipos de sítio ali encontrados estão sendo inventariados, privilegiando, na descrição, aspectos relacionados à localização, implantação, forma, dimensões, composição e estado de conservação. A sistematização dos dados geográficos está sendo feita através do uso de um SIG (Sistema de Informação Geográfica), utilizado no desenvolvimento de análises regionais (KNEIP A., 2004; DEBLASIS et al., 2007).

5 Resultados gerais

Os resultados até agora obtidos em nossas pesquisas alcançaram alguns avanços bastante significativos. Certamente um deles é o desenvolvimento de uma abordagem metodológica sistemática para lidar com os grandes sambaquis do sul do Brasil, baseada no registro topográfico e cronologicamente balizado da estrutura estratigráfica do sítio como um todo, complementado com escavações amostrais em trechos escolhidos das camadas associadas a paleossuperfícies e outras estruturas. Esta abordagem possibilita a análise articulada dos processos formativos do *mound* como um todo, abrindo caminho para a compreensão das características funcionais dos sítios e seu período de construção, elementos essenciais para desenhar os padrões de ocupação regional e territorialidade e sua variabilidade ao longo do tempo. Os estu-

dos desenvolvidos neste projeto mostram que os sambaquis do sul do Brasil são, definitivamente, edificações intencionalmente erigidas por seus construtores. Os espessos pacotes conchíferos aparecem ou na qualidade de materiais construtivos, para dar estabilidade e volume ao monumento (DILLEHAY, 1995; FISH et al., 2000, GASPAR et al. 2008; GASPAR, 2000), ou na qualidade de vestígios relacionados às atividades celebratórias associadas ao próprio ritual funerário (DIETLER; HAYDEN, 2001; KLÖKLER, 2008); ou a ambos, de maneira associada.

Fica, assim, demolida a ideia de que estes grandes sambaquis são formados por restos de cozinha e outras atividades cotidianas, acumulados casualmente ao longo dos milênios em função da sucessiva reocupação dos mesmos locais. Restam, entretanto, dúvidas acerca da camada escura que recobre alguns destes grandes *mounds*, assim como em relação aos sítios menores, ainda pouco explorados.

Quanto à primeira, que aparece a partir de cerca de dois mil anos atrás em alguns sambaquis, as análises de Nishida (2007) e Villagrán (2008) não deixam dúvidas acerca das características funerárias que definem sua formação, mostrando que se trata, na verdade, da continuidade do padrão construtivo presente no pacote conchífero. Aqui as conchas já não desempenham papel de destaque na estratigrafia, papel este assumido pelos ossos de peixe e um sedimento enegrecido pela presença de enorme quantidade de carvão e outros materiais orgânicos. A presença de restos alimentares redepositados, assim como uma quantidade significativamente maior de artefatos líticos e pedras queimadas sugerem a possibilidade de que se trate de sedimentos remanejados a partir de áreas de ocupação adjacentes, sejam eles provenientes de atividades cotidianas, ou especialmente gerados por intensas festividades funerárias. É possível que esta mudança no padrão deposicional no final da era sambaqueira esteja, de alguma forma, relacionada à chegada de grupos de língua Jê à

região; de fato, a partir de cerca de mil anos atrás, pequenos e poucos sítios funerários com vestígios cerâmicos típicos destes grupos despontam na área (FARIAS; DEBLASIS, 2007), sem que, no entanto, aldeias destes grupos tenham sido detectadas.

Vários novos sambaquis foram encontrados, sendo que aqueles localizados no fundo da antiga baía vêm exibindo as datações mais antigas, entre 6 e 7,5 mil anos atrás. Têm sido encontrados, também, numerosos assentamentos Guarani, o que indica que uma nova frente de pesquisa começa a se abrir. Estes levantamentos extensivos por toda a área de pesquisa vêm sendo complementados, mais recentemente, por levantamentos sistemáticos de varredura total (*full coverage*) em áreas selecionadas (ASSUNÇÃO; DEBLASIS, 2007), especialmente Campos Verdes e Garopaba do Sul, que vêm mostrando a presença de numerosos sítios novos de pequenas dimensões, um sistema de assentamento complexo e diversificado que apenas começa a ser mapeado.

Esses sítios menores permanecem um tanto elusivos. É certo que não configuram, de início, contextos funerários; pesquisas em Encantada III e em outros destes pequenos concheiros não revelaram sepultamentos, nem tampouco áreas de atividade, sendo raríssimos os artefatos presentes no pacote sedimentar, geralmente composto por um único extrato conchífero bastante queimado, consolidando um depósito arenoso inicial. Alguns sambaquis de tamanho mediano, já com alguns sepultamentos, sugerem a possibilidade de, em alguns casos, etapas de um processo de crescimento. Muitos pequenos sambaquis, entretanto, alguns com mais de 4 mil anos de idade, jamais foram incrementados, permanecendo sempre com apenas uma camada.

Em algumas áreas contíguas a estes sítios de menores dimensões, foi possível detectar amplas áreas de distribuição de vestígios líticos, cujo estudo apenas se inicia. Pode ser que se trate de áreas habitacionais, hipótese reforçada pela presença de lascas, pedras queimadas, carvão e almofarizes de proporções

consideráveis; entretanto, estes vestígios encontram-se bastante remobilizados pelo ambiente de dunas, e a hipótese terá de ser testada em contextos melhor preservados.

Desde o início das escavações grande número de sepultamentos foi sendo exumado, sobretudo nas áreas funerárias escavadas no sambaqui Jabuticabeira II (STORTO; EGGERS; LAHR, 1999; OKUMURA; EGGERS, 2001). Diversos estudos bioarqueológicos têm sido realizados com este material osteológico humano, desenvolvidos por Sabine Eggers e colaboradores, configurando-se aqui outro domínio importantíssimo deste projeto interdisciplinar. Um foco de análise primordial têm sido os processos de formação envolvidos no registro ósseo humano de JabII, tanto fatores tafonômicos como erosão, ação de insetos e roedores, mudanças de composição química do solo, dissolução etc., quanto fatores culturais, envolvendo intensa manipulação dos mortos, inclusive marcas intencionais deixadas nos ossos, predominância de sepultamentos secundários, procedimentos ritualizados de deposição, aplicação de ocre, entre outros (EDWARDS et al., 2001).

Vários trabalhos foram realizados com o objetivo de identificar diferenças entre os indivíduos sepultados no Locus II que, como se viu mais atrás, foram descritos como um “grupo de afinidade”, e os demais indivíduos de Jabuticabeira II. Testou-se a morfologia dentária (BARTOLOMUCCI, 2006), a degeneração óssea ou osteoartrite (PETRONILHO, 2005), as variáveis não-métricas cranianas (FILIPPINI, 2004), e ainda a presença e quantidade dos microfósseis vegetais observados (BOYADJIAN, 2007), sem que se observassem diferenças significativas entre estes indivíduos e os demais.

Outra linha de pesquisa bastante explorada visa elucidar a paleodieta dos sambaquiteiros, o que vem sendo feito a partir de diferentes abordagens. Uma delas é o estudo de microrrestos botânicos incrustados no cálculo dentário (tártaro) dos esqueletos escavados (BOYADJIAN, 2007; BOYADJIAN et al., 2007), muito útil no estudo

da alimentação dos povos sambaquieiros, já que a preservação de restos vegetais nestes sítios é extremamente rara. Estes estudos mostram que os recursos vegetais eram bastante significativos na dieta dos sambaquieiros (BOYADJIAN, 2007), concordando com dados de antracologia (SCHEEL-YBERT et al., 2003; SCHEEL-YBERT¹⁸). Outra abordagem, ainda em fase inicial, que vem sendo realizada em colaboração com Michael Richards (Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, Leipzig), envolve o estudo dos isótopos estáveis dos remanescentes ósseos humanos do sambaqui Jabuticabeira II. Dados preliminares, a partir de colágeno, parecem confirmar a prevalência dos recursos aquáticos.

Foram realizadas ainda contribuições para outras questões relacionadas às características biológicas e estilo de vida da população de Jab II e das populações sambaquieiras em escala mais ampla. Os materiais de Jab II foram incluídos em um conjunto de artigos recentes que questionam o significado da presença de exostose auditiva em sambaquis do sul-sudeste do país, habitualmente tido como um marcador ósseo de atividade (OKUMURA; EGGERS, 2005; BOYADJIAN et al., 2007; OKUMURA et al., 2006, 2007a, 2007b). Aparecem, também, em outro conjunto de trabalhos, inclusive em duas dissertações de mestrado, envolvendo comparações morfológicas cranianas e dentárias de escala mais ampla entre sítios do litoral paulista (FILIPPINI, 2004, FILIPPINI; EGGERS, 2006; BARTOLOMUCCI, 2006) e do litoral centro-sul do Brasil (NEVES et al., 2005). Constata-se que, de um modo geral, não parece haver diferenças morfológicas significativas entre os sambaquieiros mais recentes e os acampamentos conchíferos, sugerindo um fluxo gênico significativo entre os sítios costeiros mais recentes (EGGERS, no prelo).

Para concluir, um importantíssimo avanço promovido por este projeto foi a elaboração de uma robusta cronologia regional, inclusive com estudos para correção de datações de amostras conchíferas (EASTOE et al., 2002). O que se percebe é a ocupação contínua e sistemicamente articulada de todo o entorno da lagoa

ao longo de, pelo menos, 6 mil anos (aproximadamente de 7,3 a 1,3 mil anos A.P.), apontando também para uma significativa expansão no número de sítios por volta de 4.500 anos, e um declínio após cerca de 2.000 anos atrás (DEBLASIS et al., 2007). O grande número de sambaquis ocupados simultaneamente, e por tanto tempo, aponta claramente para o fato de que se está lidando com um sistema regional não apenas sedentário, mas também demograficamente bastante expressivo como, aliás, já haviam apontado Fish et al. (2000) e outros.

Assim, um aspecto definitivamente superado é a visão dos sambaqueiros como pequenos bandos com grande mobilidade, deslocando-se com intensidade pela zona litorânea em busca de recursos malacológicos suficientes para sua subsistência. Ao contrário, nossas pesquisas evidenciam um sistema de assentamento territorialmente estável de pescadores (e também caçadores e coletores), com grande densidade demográfica desde pelo menos 6.000 anos atrás, partilhando cemitérios em comum (onde aparecem indícios, ainda pouco estudados, de diferenciação e hierarquia social) e também certamente outras estruturas culturais e econômicas, um sistema descrito como “circum-lagunar” (DEBLASIS et al., 2007).

As pesquisas no litoral sul catarinense mostram que a tradição sambaqueira representa um padrão cultural persistente, de longa duração, com grande estabilidade econômica e política, que conheceu notável expansão demográfica e complexificação social a partir de cerca de cinco mil ou seis mil anos atrás. Tal complexidade transparece com vigor na intensidade e recorrência da prática do ritual funerário, vetor não apenas dos processos construtivos presentes nos sambaquis de grande porte, mas, de fato, das relações sociais dos assentamentos sambaqueiros no entorno da laguna. A organização do programa funerário sambaqueiro deixa entrever, por trás de aparente igualdade social, unidades sociológicas bem definidas cuja natureza, ainda pouco clara, podem, muito prova-

velmente, ser baseadas em um sistema de linhagens familiares.

A marcante homogeneidade dos padrões culturais dos grupos sambaquieiros, sua contemporaneidade e sua distribuição na laguna (DEBLASIS et al., 2007) sugerem, para além da evidente identidade cultural, uma estrutura de organização política igualitária, comunidades que partilham os recursos da lagoa através de um sistema de organização universalmente reconhecido. Tal sistema, de cunho aparentemente religioso, se expressa na forma de construções funerárias de caráter monumental, que hoje chamamos sambaquis. Estas estruturas, amplamente visíveis e perceptíveis no ambiente aberto da laguna, marcariam simultaneamente a identidade própria de cada comunidade, assim como sua integração e interdependência.

Os resultados até agora alcançados têm alimentado alguns trabalhos de reflexão e síntese acerca dos sambaquis, inclusive com impacto internacional (DEBLASIS et al., 1998a; GASPAR, 1998, 2000; OKUMURA; EGGERS, 2005; GASPAR et al., 2008). Para avançar na caracterização da complexidade social sambaqueira, as próximas questões a orientar este projeto de pesquisa deverão incluir uma caracterização demográfica mais precisa e sua evolução ao longo do tempo, assim como a definição de padrões de diferenciação social e de organização político-religiosa – sem falar das também elusivas áreas habitacionais.

NOTAS

- ¹ Este projeto de pesquisa arqueológica foi originalmente denominado Padrões de Assentamento e Formação de Sambaquis em Santa Catarina, mais conhecido como Projeto Arqueológico do Camacho. Foi formalmente constituído em 1996 e teve sua primeira etapa de campo sistemática em 1997, sob os auspícios de um *pool* de agências financiadoras, inclusive a FAPESP (processo 97/03831-6), mas também a Wenner-Gren Foundation, contando ainda com o apoio da Heinz Foundation, da Universidade de São Paulo, da University of Arizona (Tucson, USA), do Museu Nacional/UFRJ e do CNPq. Para as campanhas seguintes, além da WGF, outro auxílio FAPESP foi conseguido (98/8114-3). Em 2003, um terceiro auxílio foi obtido junto a esta agência para as intervenções de 2003 e 2004 (03/02059-0), sob o título Processos

- formativos nos sambaquis do Camacho, SC: padrões funerários e atividades cotidianas. Por fim, desde 2005, assumiu a forma de projeto temático interdisciplinar sob a denominação Sambaquis e paisagem: modelando processos formativos culturais e naturais no litoral sul de Santa Catarina (04/11038-0). Assim, apesar de outros auxílios e *grants* conseguidos, a FAPESP segue a patrocinadora maior do projeto.
- ² No início deste projeto, sambaqui foi pragmaticamente definido como qualquer tipo de estrutura ou vestígio antrópico litorâneo que contenha quantidades significativas de conchas em sua composição (para discussão e definições, assim como uma perspectiva abrangente acerca da história da pesquisa arqueológica com sambaquis no Brasil, ver Prous, 1992, Gaspar, 2000 e Lima, 2000). Gaspar (2000), entretanto, aponta para a importância da recorrência necessária de três aspectos na definição da identidade cultural dos construtores de sambaquis: a proximidade de grandes corpos d'água, a presença conspícua de sepultamentos e a construção intencional (envolvendo frequentemente materiais conchíferos) de estruturas monticulares (*mounds*). Assim, consideram-se aqui os sambaquis como artefatos, isto é, estruturas intencionalmente produzidas pela ação humana, com finalidades específicas. Trata-se de apontar com clareza o caráter intencional de sua construção, o fato de ter sido construído, edificado. Como mostram os estudos adiante citados, pode-se mesmo falar de uma arquitetura de sambaquis.
- ³ No sentido de Service, 1975.
- ⁴ Ver Lima, 2000, para uma síntese destas perspectivas.
- ⁵ Por exemplo: SERRANO, 1946.
- ⁶ Por exemplo: LADISLAO NETTO, 1882.
- ⁷ Antes do presente.
- ⁸ Ver revisão da datação em Garcia, 1984.
- ⁹ Vários sítios litorâneos de Santa Catarina trabalhados por Rohr foram recentemente retomados pela equipe do Instituto Anchieta de Pesquisas de São Leopoldo (P.E. SCHMITZ et al., 1993 e 1996).
- ¹⁰ Note-se que esta perspectiva regional já se encontrava presente em estudos anteriores dos coordenadores deste projeto (DEBLASIS, 1988, 1996; GASPAR, 1991).
- ¹¹ Aqui novamente resvalamos em um modelo interpretativo que remonta ao século XIX, aos *kjoelkenmoeddings* da literatura dinamarquesa citados por diversos autores mais antigos, e também por Duarte, 1968.
- ¹² Ver discussão em Price e Feinman, 1995.
- ¹³ Para diferentes perspectivas acerca deste tema ver Renfrew, 1973, Koyama e Thomas, 1982, Price e Brown, 1985, Keeley, 1988, McGuire e Paynter, 1991, Price e Feinman, 1995, Hayden, 1995 e Arnold, 1996; ver discussão em Chapman, 2003. Acerca dos sambaquis brasileiros, ver DeBlasis et al, 1998, Lima e Mazz, 1999, Gaspar, 1998 e 2000.
- ¹⁴ Ver Farias, 2001, Ângelo, 1990 e Nishida, 2001, sobre pescadores do sul do Brasil, Meehan, 1977, na Austrália e Legoupil, 1989, no Chile.
- ¹⁵ Para uma análise recente dos aspectos simbólicos envolvidos na construção dos sambaquis, ver Klökler, 2008.
- ¹⁶ Esta perspectiva inicial deriva, muito especialmente, da participação de Edna Morley, então superintendente do IPHAN em Santa Catarina, nos primeiros anos do projeto.
- ¹⁷ Ver Figuti e Klökler, 1996, e também Nishida, 2007, para os aspectos metodológicos.
- ¹⁸ Trabalho a ser publicado em data oportuna, vide referências.

Referências

AFONSO, Marisa C.; DEBLASIS, Paulo. Aspectos da formação de um grande sambaqui: alguns indicadores em Espinheiros II, Joinville, SC. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 4, p. 21-30, 1994.

ANGELO, Sueli. Picinguaba: três décadas numa vila de pescadores do litoral norte do Estado de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFOS, 8., 1990, Salvador. **Anais...** Salvador: [s.n.], 1990. v. 2, p. 455-463.

ANGULO, Rodolfo; GIANNINI, Paulo César F.; SUGUIO, Kenitiro; PESSENDA, LCR. Relative sea level changes during the last 5500 years in the Laguna-Imbituba region (Santa Catarina, Brazil) based on vermed radiocarbon ages. **Marine Geology**. [New York?], vol. 159, p. 323-339, 1999.

_____; LESSA, Guilherme C.; SOUZA, Maria Cristina de. A critical review of mid- to late-Holocene sea level fluctuations on the eastern Brazilian coastline. **Quaternary Science Reviews**, [New York?], vol. 25, ed. 5/6. p. 486-506, Mar. 2006.

ARNOLD, Jeanne E. The Archaeology of Complex Hunter-Gatherers. **Journal of Archaeological Method and Theory**, [S.l.], vol. 3, no. 2, p.77-126, June 1996.

ASSUNÇÃO, Danilo; DEBLASIS, Paulo. Em busca do contexto regional: levantamento arqueológico na paleolaguna de Santa Marta, litoral sul de Santa Catarina. In: ENCONTRO DO NÚCLEO REGIONAL DA SABsul, 5., 2007, Rio Grande. **Anais...** Rio Grande, [s.n.], 2007. 1 CD-ROM.

BANDEIRA, Dione da Rocha. **Mudança de estratégia de subsistência**. O sambaqui Enseada II – um estudo de caso. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

BARBOSA, Márcia; GASPAR, Maria Dulce; BARBOSA, Débora R. A organização espacial das estruturas habitacionais e distribuição dos artefatos no sítio Ilha da Boa Vista I, Cabo Frio, RJ. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 4, p. 31-38, 1994.

BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, v. 44, p. 33-51, 2000.

_____. **A ocupação pré-colonial do vale do Ribeira do Iguape, SP: os sítios concheiros do médio curso**. 1988. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

BARTOLOMUCCI, Ligia Benedetto Ghiardini. **Variabilidade biológica de sambaquieiros através de morfologia dentária**. 2006. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BECK, Anamaria. A cerâmica dos sambaquis do litoral norte de Santa Catarina. **Pesquisas**, São Leopoldo, v.18, p. 89-100, 1968. (Série Antropologia).

_____. **A variação do conteúdo cultural dos sambaquis, litoral de Santa Catarina**. 1972. Tese (Doutorado em Antropologia Social)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

BENDAZZOLI, Cíntia. **O processo de formação dos sambaquis: uma leitura estratigráfica do sítio Jabuticabeira II**. 2007. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BLASI, Oldemar. Cronologia absoluta e relativa do Sambaqui do Macedo. Alexandra 52. B. PARaná Brasil. **Arquivos do Museu Paranaense**. Curitiba: Museu Paranaense, 1963. (Nova Série, Arqueologia, 1).

_____. Notes on the shell mounds of the coast of Paraná, Brazil. **W. H. Over Museum News Letters**, Vermillion, no.18, p. 1-6, 1957.

BOYADJIAN, Célia Helena. **Microfósseis contidos no cálculo dentário como evidência do uso de recursos vegetais nos sambaquis de Jabuticabeira II (SC) e Moraes (SP)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Biologia)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____; EGGERS, Sabine; REINHARD, Karl. Dental wash: a new method of estimating microfossil content in prehistoric teeth. **Journal of Archaeological Science**, Maryland Heights, vol. 34, ed. 12, p.1622-1628, Dec. 2007.

BRYAN, Alan L. Excavation of Brazilian Shell Mound. **Science of man**, [S.l.], vol. 50, p.5, 1961.

_____. Resumo da arqueologia do sambaqui do Forte Marechal Luz. **Arquivos do Museu de História Natural**, Belo Horizonte, n. 2, p. 9-30, 1977.

_____. The Sambaqui at Forte Marechal Luz, State of Santa Catarina, Brazil. In:

BRYAN, A. L.; Gruhn, R. **Brazilian Studies**. Corvallis: Oregon St. University, 1993.

BUTZER, Karl W. **Archaeology as human ecology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982

CALDERÓN, Valentin. **O sambaqui de Pedra Oca**. Relatório de uma pesquisa. Salvador: Instituto de Ciências Sociais, 1964. n. 2.

CALIPPO, Flávio R. **Os sambaquis submersos de Cananéia**: um estudo de caso de arqueologia subaquática. 2004. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CARUSO JR., F. **Mapa geológico e de recursos minerais do sudeste de Santa Catarina**. Brasília, DF: Departamento Nacional de Produção Mineral, 1995. (Programa Cartas de Síntese e Estudos de Integração Geológica, 1).

CARVALHO, Eliana T. de. **Estudo arqueológico do sítio Corondó**, missão 1978. Rio de Janeiro: Instituto Arqueológico Brasileiro, 1984. (Série Monografias, 2).

CHAPMAN, Robert W. **Archaeologies of complexity**. London: Routledge, 2003.

CLAASSEN, C. Normative thinking and shell-bearing sites. In: SCHIFFER, M. (Ed.) **Archaeological method and theory 3**. Tucson: University of Arizona Press, 1991.

DEBLASIS, Paulo. **A ocupação pré-colonial do Vale do Ribeira de Iguape, SP**: os sítios líticos do médio curso. 1988. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

_____. **Bairro da Serra em três tempos**. 1996. Tese (Doutorado em Arqueologia)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

_____. **Os sambaquis vistos através de um sambaqui**. 2005. Tese (Livre Docência)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____; AFONSO, Marisa C. Indicadores de complexidade nos grandes sambaquis do litoral sul do Brasil: o caso de Espinheiros II, Joinville. In: COIROLO, A. D.; BOKSAR, R. B. (Ed.). **Arqueologia de las Tierras Bajas**. Montevideo: Comisión Nacional de Arqueología; Ministerio de Educación y Cultura, 2000.

_____; GASPAR, Maria Dulce. O sistema de assentamento dos sambaquis da região da Lagoa do Camacho, Santa Catarina: uma primeira aproximação. In: KERN, Arno A.; HILBERT, Klaus (Org.). **Arqueologia do Brasil meridional**. Porto Alegre: PUCRS, 2001. (Publicação digital).

_____; EGGERS, Sabine; LAHR, Marta et al. Padrões de assentamento e formação de sambaquis em Santa Catarina. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 8, p. 319-321, 1998a.

_____; KNEIP, Andreas; SCHEEL-YBERT, Rita et al. Sambaquis e paisagem: dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil. **Arqueologia Suramericana**, Papayán, v. 3, n.1, p. 29-61, jan. 2007.

_____; FISH, Suzanne K.; GASPAR, Maria Dulce; FISH, Paul R.. Some references for the discussion of complexity among the sambaqui moundbuilders from the southern shores of Brasil. **Revista de Arqueologia Americana**, Ciudad de México, D. F., n.15, p. 75-105, 1998b.

DE MASI, Marco Aurélio Nadal. Pescadores coletores da costa sul do Brasil. **Pesquisas**, São Leopoldo, n. 57, p.1-136, 2001. (Série Antropologia).

DIAS, Ondemar Ferreira. A fase Itaipu, sítios sobre dunas no Estado do Rio de Janeiro. **Pesquisas**, São Leopoldo, n. 20, p. 5-12, 1969.

_____. Notas prévias sobre pesquisas arqueológicas no Estado da Guanabara e Rio de Janeiro. In: **PRONAPA 1: resultados preliminares do primeiro ano de 1965-66**. Belém, PA: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1967. p. 89-100.

_____. Síntese da pré-história do Rio de Janeiro, uma tentativa de periodização. **Revista de História**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 75-83, 1972.

DIETLER, Michael; HAYDEN, Brian (Ed.). **Feasts**. Archaeological and ethnographic perspectives on food, politics and power. Washington DC: Smithsonian Institution Press, 2001.

DILLEHAY, Tom D. (Ed.). **Tombs for the living: Andean mortuary practices**. A symposium at Dumbarton Oaks. Washington DC: Dumbarton Oaks Research Library Collection, 1995.

DUARTE, Paulo. **O sambaqui visto através de alguns sambaquis**. São Paulo: Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo, 1968.

EASTOE, C. J.; FISH, S.; FISH, P.; GASPAR, M. D. ; LONG, A. Reservoir corrections for marine samples from the South Atlantic coast, Santa Catarina State, Brazil. **Radiocarbon**, Tucson, vol. 44, ed. 1, p.145-148, Jan. / Apr.2002.

EDWARDS, H.G.M.; FARWELL, D.W.; FARIA, D.L.A. de et al (Orgs.). Raman spectroscopic study of 3000-year-old human skeletal remains from a sambaqui, Santa Catarina, Brazil. **Journal of Raman Spectroscopy**, Hoboken, vol.32, ed. 1, p.17-22, Jan. 2001.

EGGERS, Sabine. Os grupos do litoral e seus vizinhos. In: RODRIGUES-CARVALHO, Cláudia; LESSA, Andréa (Ed.). **Paleoepidemiologia de populações costeiras do sul e sudeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, [20--?]. No prelo.

EMPERAIRE, Joseph. Informations préliminaires sur les sambaquis du littoral de São Paulo. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, 31., 1955, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Ed. Anhembi, 1955. p. 603-612, v. 2.

_____; LAMING, Annette. Les sambaquis de la côte meridionale de Brésil: compagnes de fouilles (1954-1956). **Journal de la Société de Américanistes**, Paris, tome 45, p. 5-163, 1956.

ERLANDSON, Jon M. **Early Hunter-Gatherers of the California Coast**. New York: Plenum Press, 1994.

FAIRBRIDGE, Rhodes W. Shellfish-eating preceramic indians in coastal Brazil: radiocarbon dating discloses a relationship with Holocen sea level oscillations. **Science**, Washington DC, vol. 191, p. 353-359, Jan./ Mar. 1976.

FARIA, Luiz de Castro. A formulação do problema dos sambaquis. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, 31., 1955, São Paulo. **Atas...** S. Paulo: Anhembi, 1955. p. 569-577.

FARIAS, Deisi S. A Educação Patrimonial e os sambaquis de Jaguaruna, Santa Catarina, Brasil In: *Ética e Educação Brasil outros 500*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO COLÉGIO CORAÇÃO DE JESUS, 2., 2000, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Palotti, 2000. v. 1, p. 124-126.

_____. Criando interfaces entre Educação Patrimonial e Arqueologia: as atividades desenvolvidas no projeto arqueológico do Camacho - 1999-2003. In: CONGRESO NACIONAL DE ARQUEOLOGÍA, 11., 2005, Salto. **Resumos...** Salto: [s.n.], 2005. p. 47.

_____. Educação Patrimonial e Arqueologia - o papel da pesquisa acadêmica na difusão do conhecimento arqueológico. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, 51., 2003, Santiago de Chile. **Anais...** Santiago de Chile: [s.n.], 2003.

_____. Utilizando métodos educacionais no saber arqueológico: Arqueologia e Educação Patrimonial. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL ARQUEOLOGIA, PATRIMÔNIO E ATUALIDADE, 2003, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: [s.n.], 2003.

_____; GASPAR, Maria Dulce; DEBLASIS, Paulo. Ações educativas no Projeto Arqueológico do Camacho: 1999-2004. **Revista de Arqueologia do IPHAN**, Florianópolis, n. 2, p. 55-62, 2005.

_____; DEBLASIS, Paulo. Notas prévias sobre a escavação do sítio Galheta IV. ENCONTRO DO NÚCLEO REGIONAL DA SABSUL, 5., 2007, Rio Grande. **Anais...** Rio Grande, [s.n.], 2007. 1 CD-ROM.

FARIAS, Márcia Regina Calderipe. **Pesca e sazonalidade no Camacho/SC: um estudo de modos de vida em deslocamento**. 2001. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2001.

FEINMAN, D.M.; PRICE, T. D. (Ed.). **Foundations of social inequalities**. New York: Plenum Press, 1995.

FIGUTI, Levy. **Les sambaquis COSIPA (4200 à 1200 ans BP): étude de la subsistance chez les peuples préhistoriques de pêcheur-ramasseurs de bivalves de la côte centrale de l'état de São Paulo**. 1992. Tese (P.H.D.)- Institut de Paléontologie Humaine de Paris, Musée National D'Histoire Naturelle, Paris, 1992.

_____. O homem pré-histórico, o molusco e o sambaqui: considerações sobre a subsistência dos povos sambaquieiros. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n.3, p. 67-80, 1993.

FIGUTI, Levy; KLÖKLER, Daniela M. Resultados preliminares dos vestígios zooarqueológicos do sambaqui Espinheiros II (Joinville, SC). **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 6, p.169-188, 1996.

FILIPPINI, José. **Biodistância entre sambaquieiros fluviais e costeiros: uma abordagem não-métrica craniana entre três sítios fluviais do Vale do Ribeira – SP (Moraes, Capelinha e Pavão XVI) e três costeiros do sul e sudeste do Brasil (Piaçaguera, Jabuticabeira II e Tenório)**. 2004. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

_____; EGGERS, Sabine. Distância biológica entre sambaquieiros fluviais (Moraes-Vale do Ribeira- SP) e construtores de sítios litorâneos (Piaçaguera e Tenório – SP e Jabuticabeira II - SC). **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 15/16, p.165-180, 2006.

FISH, Suzanne K.; DEBLASIS, Paulo; GASPAR, Maria Dulce et al. Eventos incrementais na construção de sambaquis, litoral sul do Estado de Santa Catarina. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 10, p. 69-87, 2000.

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO.
Investigações arqueológicas e geofísicas nos sambaquis fluviais do vale do Ribeira de Iguape, SP. São Paulo: [s.n.], 2004. Processo 99/12684-2.

GARCIA, Caio Del Rio. **Estudo comparativo das fontes de alimentação de duas populações pré-históricas do litoral paulista.** 1972. Tese (Doutorado em Biologia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

_____. Sítios arqueológicos costeiros e flutuações do nível marinho. **Revista de Pré-História**, São Paulo, n. 4, p.124-126, 1984.

_____; UCHÔA, Dorath P. Piaçaguera, um sambaqui do litoral do Estado de São Paulo, Brasil. **Revista de Pré-História**, São Paulo, n. 2, p.11-84, 1980.

GASPAR, Maria Dulce. A coleta de moluscos em Santa Catarina. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 11., 2002, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: [s.n.], 2002. Edição eletrônica.

_____. **Aspectos da organização de um grupo de pescadores, coletores e caçadores:** Região compreendida entre a Ilha Grande e o Delta do Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro. 1991. Tese (Doutorado em Antropologia Social)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

_____. Considerations of the sambaquis of the Brazilian coast. **Antiquity**, York, vol. 72, no. 277, p. 592-615, Sept.1998.

GASPAR, Maria Dulce . Datações, construção de sambaqui e identidade social dos pescadores, coletores e caçadores. In: REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 7., 1994, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994. p. 377-398, v. 1.

GASPAR, Maria Dulce. Espaço, rito e identidade pré-histórica. **Revista de Arqueologia.** In: REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 7., 1994, Porto Alegre . **Anais...** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

_____. **Sambaquis.** Arqueologia do litoral. Rio de Janeiro: J. Zahar Editora, 2000.

_____; BARBOSA, D.; BARBOSA, M. Análise do processo cognitivo de construção do sambaqui da Ilha da Boa Vista I. **Clio**, Recife, v.1, n.10, p.103-123, 1994. (Série Arqueologica).

_____; DEBLASIS, Paulo. Construção de sambaquis. In: REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 6., 1992, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: [s.n.], 1992. v. 2; p. 11-820.

GASPAR, Maria Dulce. FISH, Paul; SCHEEL-YBERT, Rita et al. Padrão de assentamento e formação de sambaquis: arqueologia e preservação em Santa Catarina. *Revista de Arqueologia do IPHAN, Florianópolis*, n. 1, p. 57-62, 2002.

_____; DEBLASIS, Paulo; FISH, Suzanne K. Sambaqui (shellmound) societies of coastal Brazil. In: SILVERMAN, Helaine; ISBELL, William H. (Ed.). **Handbook of South American Archaeology**. [S.l.]: Springer, 2008.

_____; AFONSO, Marisa C.; DEBLASIS, Paulo et al. Uma breve história do projeto de pesquisa “Padrão de assentamento e formação de sambaquis: arqueologia e preservação em Santa Catarina”. *Revista do CEPA, Santa Cruz do Sul*, v. 23, n. 29, p.103-117, 1999.

GIANNINI, Paulo César F. Complexo lagunar centro-sul catarinense. In: SCHOBENHAUS, C.; CAMPOS, D. A.; QUEIROZ, E. T. et al (Ed.). **Sítios geológicos e paleontológico do Brasil**. Brasília: DNPM, SIGEP – Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleontológicos, 2002. Disponível em: <http://www.unb.br/ig/sigep>, >. Acesso em: 13 set. 2008.

_____. **Sistemas deposicionais no Quaternário Costeiro entre Jaguaruna e Imbituba**, SC. 1993. Tese (Doutorado em Geologia)– Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

_____; SUGUIO, K. Diferenciação entre gerações de depósitos eólicos quaternários na costa centro-sul de Santa Catarina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, 38., 1994, Camboriú. *Anais...* Camboriú: [s.n.],1994.

HALL, Jay; MCNIVEN, Ian J. (Ed.). *Australian Coastal Archaeology. Research Papers in Archaeology and Natural History*, Canberra, n.31, 1999.

HAYDEN, B. Pathways to power: principles for creating socioeconomic inequalities. In: FEINMAN; PRICE (Ed.). **Foundations of social inequalities**. New York: Plenum Press, 1995.

HURT, Wesley R. Adaptações marítimas no Brasil. Arquivos do Museu de História Natural. In: REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 2., 1984, Belo Horizonte. *Atas...* Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1984. p. 61-72, v. VIII-IX.

_____. The interrelationship between the natural environment and four sambaquis, coast of Santa Catarina, Brasil. **Occasional papers and monographs**. Bloomington: Indiana University Museum, 1974. v.1.

HURT, Wesley R. BLASI, Oldemar. O sambaqui do Macedo: A.52.B. Paraná, Brasil. **Arqueologia**, Curitiba, n. 2, p 1-98, jul. 1960.

IRIARTE, José. **Mid-Holocene complexity and landscape transformation: the social construction of Early Formative communities in Uruguay**, La Plata basin. 2003. Tese (P.H.D.)-University of Kentucky, Lexington, 2003.

KARL, Rick J. **The relative chronology of cultural episodes at the coastal sambaqui Jaboticabeira II**, Santa Catarina, Brazil. 2000. Dissertação (M. Sc.)- University of Arizona, Tucson, 2000.

KEELEY, L. H. Hunter-gatherer economic complexity and “population pressure”: a cross-cultural analysis. **Journal of Anthropological Archaeology**, Amsterdam, vol. 7, ed. 4, p.373-411, Dec. 1988.

KLÖKLER, Daniela Magalhães. **Construindo ou deixando um sambaqui?** Análise de sedimentos de um sambaqui do litoral meridional brasileiro – processos formativos, região de Laguna, SC. 2000. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)– Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. **Food for body and soul: mortuary ritual in shellmounds** (Laguna, Brazil). 2008. Tese (P.H.D.) –University of Arizona, Tucson, 2008.

KNEIP, Andreas. **O povo da lagoa: uso do SIG para modelamento e simulação na área arqueológica do Camacho**. 2004. Tese (Doutorado em Arqueologia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

KNEIP, Lina Maria. Pescadores e coletores pré-históricos do litoral de Cabo Frio, RJ. **Ensaios**, São Paulo, n. 2, p. 145-169, 1977. (Coleção Museu Paulista).

_____; PALLESTRINI, L.; CANCRIO, F. et al. As estruturas e suas interrelações em sítios de pescadores-coletores pré-históricos do litoral de Saquarema, RJ. **Boletim do Instituto de Arqueologia Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 42, 1991. (Série Ensaios).

_____ et al. As habitações 1 e 2 do sambaqui da Pontinha (Saquarema, RJ). REUNIÃO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 6., 1992, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 1992. n. 2.

KNEIP, Lina Maria; FERREIRA, A. M. M.; MUEHE, D. Contribuição ao estudo da pré-história e do paleoambiente da região entre Cabo. SEMINÁRIO PARA A IMPLANTAÇÃO DA TEMÁTICA PRÉ-HISTÓRIA BRASILEIRA NO ENSINO DE 1º, 2º E 3º GRAUS, 1994, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ-MN, 1994. p. 127-133.

KOYAMA, S.; THOMAS, D. H. (Ed.). **Affluent foragers**. Senri Ethnological Studies 9. Osaka: National Museum of Ethnology, 1982.

KRONE, Ricardo. Informações ethnographicas do Vale do Rio Ribeira de Iguape. In: SÃO PAULO (Estado). Comissão Geográfica e Geológica. **Exploração do Rio Ribeira de Iguape**. São Paulo: Typographia Brazil de Rothschild & Cia., 1914.

LADISLAO NETTO, A. A origem dos sambaquis. **Revista Experimental de Antropologia Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p.1-37, 1882.

LAMING, A. Novas perspectivas sobre a pré-história do sul do Brasil. **Anhembi**, São Paulo, v.113, n. XXXVIII, 1960. Ano X. Separata.

_____; EMPERAIRE, Joseph. Problèmes de Préhistoire brésilienne. **Annales (Economies, Sociétés, civilisations)**, Paris, n. 5, p. 1229-1260, 1975. 30^e Année.

LIMA, Tania Andrade. **Dos mariscos aos peixes**: um estudo zooarqueológico de mudança de subsistência na pré-história do Rio de Janeiro. 1991. Tese (Doutorado em Antropologia Social)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

_____. Em busca dos frutos do mar: os pescadores-coletores do litoral centro-sul do Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 270-327, 2000.

_____; MAZZ, José M. L. La emergencia de complejidad entre los cazadores recolectores de la costa atlántica meridional sudamericana. **Revista de Arqueologia Americana**, México, n. 17/18 /19, p.129-175, 1999.

LOEFGREN, Alberto. Contribuições para a archeologia paulista: os sambaquis de São Paulo. **Boletim da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo**, São Paulo, n. 9, p. 1-91, 1893.

LUBY, Edward M.; GRUBER, Mark F. The dead must be fed: symbolic meanings of the shellmounds of the San Francisco Bay area. **Cambridge Archaeological Journal**, Cambridge, vol. 9, no. 1, p. 95-108, 1999.

MARTIN, L.; SUGUIO, K. Les variations du niveau de la mer au quaternaire récent dans le Sud de l'Etat de São Paulo (Brésil). Utilizations des "Sambaquis" (kjokkenmoddings) dans la détermination des anciennes lignes de Rivages Holocènes. In: Congresso Internacional de Americanistas, 19., 1976, Paris. **Atas...** Paris, [s.n.], 1976. p. 73-85.

MARTIN, L.; FLEXOR, J. M. As flutuações de nível do mar durante o Quaternário superior e a evolução geológica de “deltas” brasileiros. **Boletim IG-USP**, São Paulo, n. 15, p. 186, 1993. Publicação especial.

_____. Relative sea-level reconstruction during the last 7000 years along the states of Paraná and Santa Catarina coastal plains: additional information derived from shellmiddens. In: RABASSA, J. (Ed.). **Quaternary of South America and Antarctic Peninsula**. Rotterdam: Balkema, 1986. v. 4, p. 219-236.

MARTIN, L.; SUGUIO, K.; FLEXOR, J. M.; AZEVEDO, A. E. G. **Mapas geológicos do Quaternário costeiro dos estados do Paraná e Santa Catarina**. Brasília: DNPM, 1988. 2 mapas. Escalas: 1:50.000. (Série Geologia, 28; Seção Geologia Básica, 18).

MARTINHO, Thais. **Morfodinâmica e sedimentologia de campos de dunas transgressivos da região de Jaguaruna-Imbituba**, SC. 2004. Dissertação (Mestrado em Geologia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MARTINHO, C. T.; GIANNINI, P. C. F.; SAWAKUCHI, A. O. Fácies morfológicas e fácies deposicionais de campos de dunas transgressivos ativos da região de Jaguaruna-Imbituba, SC. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO QUATERNÁRIO, 9. 2003, Recife. **Anais...** Recife: ABEQUA, 2003. 1 CD-ROM.

_____; HESP, P. A. Morphological and depositional facies of transgressive dunefields of the Imbituba-Jaguaruna region, Santa Catarina State, Southern Brazil. **Journal of Coastal Research**, v. SI-39, p. 673-677, 2006.

MAZZ, José M. López. Las estructuras tumulares (cerritos) del litoral atlántico uruguayo. **Latin American Antiquity**, Washington DC, vol. 12, no. 3, p. 231-255, Sept. 2001.

MCGUIRE, R. H.; PAYNTER, R. (Ed.). **The archaeology of inequality**. Oxford: Blackwell, 1991.

MEEHAN, Betty. Hunters by the seashore. **Journal of Human Evolution**, Amsterdam, vol. 6, ed. 4, p. 363-370, May 1977.

MEEHAN, Betty. Man does not live by calories alone: the role of shellfish in a coastal cuisine. In: ALLEN, J.; GOLSON, J.; JONES, R. (Ed.). **Sunda and Sahul: prehistoric studies in Southeast Asia**. New York: Academic Press, 1977.

NEVES, Walter A.; HUBBE, Mark; MERCEDES, M. et al. A new early holocene human skeleton from Brazil: implications for the settlement of the new world. **Journal of Human Evolution**, Amsterdam, vol. 48, ed. 4, p. 403-414, Apr. 2005.

NISHIDA, Paula. **Estudo zooarqueológico do sítio Mar Virado**, Ubatuba-SP. 2001. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

NISHIDA, Paula. **A coisa ficou preta**: estudo do processo de formação da terra preta do sítio arqueológico Jabuticabeira II. 2007. Tese (Doutorado em Arqueologia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

OKUMURA, M. Mercedes M.; EGGERS, Sabine. The people of Jabuticabeira II: reconstruction of the way of life in a Brazilian shellmound. **HOMO - Journal of Comparative Human Biology**, Amsterdam, vol. 55, ed. 1-2, p. 263-281, Oct. 2005.

_____. Palaeopathology as one of the tools to unravel the way of life of a Brazilian shellmound population. XIIIth European Meeting of the Palaeopathology Association, 13., 2001, Chieti. **Proceedings...** Chieti, [s.n.], 2001. p. 221-5.

OKUMURA, M. Mercedes M.; BOYADJIAN, Célia H.; EGGERS, Sabine. Análise da exostose do meato auditivo externo como um marcador de atividade aquática em restos esqueléticos humanos da costa e do interior do Brasil. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 15/16, p.181-197, 2006.

_____. Auditory exostosis in coastal prehistoric settlements in Brazil. **American Journal of Physical Anthropology**, Wilmington, vol. 132, ed. 4, p. 558-567, Apr. 2007a.

_____. Is cold water sufficient to trigger auditory exostosis? **Ear, Nose & Throat Journal**, Cleveland, vol. 86, ed. 8, p. 468-472, Jan./ Apr. 2007b.

PETRONILHO, Cecília C. **Marcadores de atividades em populações pré-históricas e atuais: testando a diversidade**. 2005. Dissertação (Mestrado em Biologia)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PIAZZA, Walte. **Estudos de sambaquis, nota prévia**. Florianópolis: Instituto de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina, 1966.

PRICE, T. D.; BROWN, J. A. (Ed.). **Prehistoric hunters-gatherers: the emergence of cultural complexity**. San Diego: Academic Press, 1985.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília, D.F.: Editora UnB, 1992.

_____. Les sculptures zoomorphes du sud brésilién et de l'Uruguay. **Cahiers d'Archéologie d'Amérique du Sud** 5. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1977.

RAUTH, José Wilson. **Nota arqueológica sobre a formação de um sambaqui na Ilha das Cobras**. Observações gerais de um programa de salvamento. Paranaguá: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1963.

_____. Nota prévia sobre as escavações arqueológicas do sambaqui do Gomes, S.11.B. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 6., 1965, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 1965.

RAUTH, José Wilson. Nota prévia sobre a escavação do sambaqui do Porto Maurício. **PRONAPA**, 1. Resultados preliminares do segundo ano, 1965-66. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1967. p. 47-54.

_____. O sambaqui do Gomes. **Arqueologia**, Curitiba, n. 4, 1968.

_____. **O sambaqui de Saquarema**, S-10. B Paraná-Brasil. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1962.

RENFREW, Colin (Ed.) **The explanation of culture change: models in Prehistory**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1973.

ROHR, João Alfredo. A pesquisa arqueológica no Estado de Santa Catarina. **Dédalo**, São Paulo, n. 17/18, p 49-65, 1973.

_____. Exploração sistemática do sítio da Praia de Tapera. **Pesquisas**, São Leopoldo, n.15, p.1-20, 1966.

_____. Levantamento de sítios arqueológicos em Jaguaruna. **Pesquisas**, São Leopoldo, n. 18, p. 49 -51, 1968. (Série Antropologia).

_____. Os sítios arqueológicos do município sul-catarinense de Jaguaruna. **Pesquisas**, São Leopoldo, n. 22, p. 1-37, 1969b.

_____. Petróglifos da Ilha de Santa Catarina e ilhas adjacentes. **Pesquisas**, São Leopoldo, n.19, p. 30, 1969a.

_____. Pesquisas paleo-etnográficas na Ilha de Santa Catarina, I. A jazida da base aérea de Florianópolis. **Pesquisas**, São Leopoldo, n. 3, p.199-266. 1959.

ROHR, João Alfredo. Pesquisas paleo-etnográficas na Ilha de Santa Catarina, II. 1959. **Pesquisas**, São Leopoldo, n. 8, p.32, 1960.

_____. Pesquisas paleo-etnográficas na Ilha de Santa Catarina e notícias prévias sobre sambaquis da Ilha de São Francisco do Sul, III - 1960. **Pesquisas**, São Leopoldo, n. 12, p. 18, 1961.

_____. Pesquisas paleo-etnográficas na Ilha de Santa Catarina e sambaquis do litoral sul-catarinense. IV-X. **Pesquisas**, São Leopoldo, n.14, p. 16-24, 1962.

_____. Sítios arqueológicos de Santa Catarina. **Anais do Museu de Antropologia**, Florianópolis, n. 17, p. 77-168, 1984.

ROOSEVELT, A. C.; IMAZIO, M.; MARANCA, S.; JOHNSON, R. Eight millennium pottery from a shell midden in the Brazilian Amazon. **Science**, Washington DC, n. 254, p.1621-1624, Oct./ Dec. 1991.

SAWAKUCHI, André O. Sistemas deposicionais eólicos na costa Centro-Sul catarinense: relações com o nível do mar. 2003. Dissertação (Mestrado em Geologia)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SHEEL-YBERT, Rita. Man and vegetation in southeastern Brazil during late Holocene. **Journal of Archaeological Science**, Amsterdam, vol. 28, no. 5, p. 471-480, May 2001.

_____. **Stabilité de l'écosystème sur le littoral sud-est du Brésil à l'Holocène Supérieur (5500-1400 ans BP)**. Les pêcheurs-cueilleurs-chasseurs et le milieu végétal: apports de l'antracologie. 1998. Tese (P.H.D.)- Université des Sciences et Techniques du Languedoc, Montpellier, 1998.

_____. Teoria e métodos em Antracologia 1. Considerações teóricas e perspectivas. **Arquivos do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 1, p. 3-14, jan./mar. 2004a.

_____. Teoria e métodos em Antracologia 2. Técnicas de campo e de laboratório. **Arquivos do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 4, p. 343-356, out./dez. 2004b.

_____. Vegetation stability in the southeastern Brazilian coastal area from 5500 to 1400 14C yr BP deduced from charcoal analysis. **Review of Palaeobotany and Palynology**, Amsterdam, vol. 110, ed. 1-2, p. 111-138, June 2000.

_____; EGGERS, Sabine; WESOLOWSKI, Veronica et al . Novas perspectivas na reconstrução do modo de vida dos sambaquiteiros: uma abordagem multidisciplinar. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, n. 16, p. 109-137, 2003.

SCHEEL-YBERT, Rita. Subsistence and lifeway of coastal Brazilian mound-builders. In: CAPPARELLI, A.; CHEVALIER, A.; PIQUÉ, R. (Ed.). **La alimentación en la América precolombina y colonial: una aproximación interdisciplinar**. Treballs d'etnologie. Trabalho inédito..

SCHIFFER, Michael B. **The Formation Processes of the archaeological record**. Tucson: University of Arizona Press, 1987.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. Prehistoric hunters and gatherers of Brazil. **Journal of World Prehistory**, New York, vol. 1, no. 1, p. 53-126, Jan. /Mar.1987.

_____; VERARDI, Ivone; DE MAIS, Marco A. N. et al. Escavações arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr (S. J.): o sítio da Praia das Laranjeiras II, uma aldeia da tradição ceramista Itararé. **Pesquisas**, São Leopoldo, n. 49, p. 9-181, 1993. (Série Antropologia).

SERRANO, Antonio. The sambaquis of the Brazilian coast. In: STEWARD, Jules H. (Ed.). **Tropical Forest Tribes**. Washington DC: Smithsonian Institution, 1946. (Series Handbook of South American Indians, vol.3).

SERVICE, Elmer. **Origins of the state and civilization**. The process of cultural evolution. New York: WW Norton & Company, Inc., 1975.

SIMÕES, M. F.; CORREA, C. G. Pesquisas arqueológicas na região do Salgado (Pará) - a fase Areão do litoral de Mariparim. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 48, p. 30, 1971.

SOUZA, Sheila M. F. Mendonça de. **Estresse, doença e adaptabilidade**. Estudo comparativo de dois grupos pré-históricos em perspectiva biocultural. 1995. Tese (Doutorado em Arqueologia)- Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1995.

STEIN, Julie K. **Deciphering a Shell Midden**. New York: Academic Press, 1992.

STORTO, Camila; EGGERS, Sabine; LAHR, Marta Mirazón. Estudo preliminar das paleopatologias da população do sambaqui Jabuticabeira II, Jaguaruna, SC. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 9, p. 61-71,1999.

TENÓRIO, Maria Cristina. **A importância da coleta de vegetais no advento da agricultura**. 1991. Dissertação (Mestrado em História Social)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

VILLAGRÁN, Ximena Suarez. **Análise de arqueofácies na camada preta do sambaqui Jaboticabeira II**. 2008. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

WALSEKOV, G. A. Shellfish gathering and shell midden archaeology. In: SCHIFFER, M. (Ed.) **Advances in Archaeological Method and Theory**. Orlando: Academic Press. 1987.

WESOLOWSKI, Verônica. **A prática da horticultura entre os construtores de sambaquis e acampamentos litorâneos da região da Baía de São Francisco, Santa Catarina: uma abordagem bioantropológica**. 2000. Dissertação (Mestrado em Ecologia Humana)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

WIENER, Carlos. Estudos sobre os sambaquis do sul do Brasil. **Arquivos do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 1-20, 1876.

Recebido em: 14 de abril de 2008.

Aprovado em: 2 de junho de 2008.

Um painel da arqueologia pré-histórica no Estado de São Paulo: os sítios cerâmicos

Marisa Coutinho Afonso

1 Introdução

Um painel da arqueologia pré-histórica do Estado de São Paulo, a partir do estudo de sítios-chave para a discussão de fronteiras culturais, foi apresentado por AFONSO (2005a). Para tanto, foram realizados dois recortes, sendo um temporal para enfocar apenas os sítios pré-históricos, e o outro espacial, de modo a contemplar os limites territoriais do atual Estado de São Paulo. Uma vez que o Estado é delimitado por três grandes cursos d'água como o Rio Grande, ao norte, Rio Paranapanema, ao sul, e Rio Paraná, a oeste, além da Serra do Mar e do Oceano Atlântico, a leste, estes limites têm um significado geográfico e não apenas político-administrativo.

Neste artigo, pretende-se discutir uma síntese do conhecimento arqueológico do Estado de São Paulo, fazendo mais um recorte, desta vez englobando apenas os sítios cerâmicos, para proporcionar uma reflexão sobre eles.

Faltam trabalhos de síntese sobre a arqueologia de São Paulo, a exemplo de outros estados brasileiros, como o Rio Grande do Sul (KERN, 1991), ou para regiões como o Nordeste (MARTIN, 1996), mas há quadros estabelecidos regionalmente, como para a bacia do rio Paranapanema (MORAIS, 1999). Um risco inerente à elaboração de uma síntese da arqueologia de São Paulo é a sua transitorie-

dade, devido aos vários trabalhos em andamento (projetos de pesquisa acadêmica, dissertações de mestrado, teses de doutorado e, sobretudo, um grande número de projetos de arqueologia por contrato), que trazem mais informações. Portanto, a síntese é um produto datado, fragmentário e passível de modificações futuras com a incorporação de dados provenientes de novas pesquisas.

A discussão sobre as fronteiras culturais de São Paulo começou a ser realizada, de maneira mais articulada, no simpósio denominado *São Paulo: Terra de Fronteiras* que se realizou no IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira (Rio de Janeiro, 1997) quando um grupo de arqueólogos (Erika Marion Robrahn-Gonzalez, José Luiz de Moraes, Levy Figuti, Marisa Coutinho Afonso e Paulo De Blasis) discutiu diferentes aspectos das fronteiras ambientais e culturais de São Paulo (AFONSO, 1997; DE BLASIS; AFONSO, 1997; FIGUTI, 1997; MORAIS; AFONSO, 1997; ROBRAHN-GONZALEZ, 2000), tendo Pedro Ignácio Schmitz (Instituto Anchieta de Pesquisas / UNISINOS) como debatedor. O objetivo deste simpósio foi bastante específico: discutir a posição do Estado enquanto território onde ocorrem vestígios arqueológicos relacionados a diferentes regiões do país, conferindo-lhe um universo arqueológico singular.

O território de São Paulo já havia sido qualificado como área de fronteira para grupos caçadores-coletores da tradição Umbu (limite setentrional), para grupos ceramistas da tradição Itararé (limite setentrional), para ceramistas-agricultores Tupi (limite meridional) e Guarani (limite setentrional). Entretanto, a natureza e o significado desta posição ainda não haviam sido discutidos em seu conjunto. A análise deveria ser focada nos vestígios encontrados em São Paulo, e também em seu entorno para permitir uma discussão de fronteiras culturais.

No simpósio denominado *Olhares diversos da Arqueologia Paulista*, realizado no XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira (Campo Grande, 2005), foram apresentados trabalhos

sobre caçadores-coletores e ceramistas (Guarani e Kaingang) pelos arqueólogos Camila Azevedo de Moraes, José Luiz de Morais, Marisa Coutinho Afonso, Neide Barrocá Faccio, Robson Antonio Rodrigues e Solange Nunes de Oliveira Schiavetto, tendo Saul Eduardo Seiguer Milder, da Universidade Federal de Santa Maria, como debatedor (AFONSO et al., 2005b; FACCIO, 2005; MORAES, 2005; RODRIGUES, 2005; SCHIAVETTO, 2005).

Na arqueologia paulista, tenta-se filiar os achados às tradições arqueológicas definidas no sul do país, como as tradições líticas Umbu e Humaitá, e as tradições ceramistas Tupi-Guarani e Itararé-Taquara; no entanto, a metodologia de campo empregada pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa)¹ não teve muita aplicação no Estado porque contou com a participação de poucos arqueólogos. Esta dicotomia entre as metodologias empregadas em campo e as tentativas de interpretação e filiação às tradições líticas e cerâmicas para permitir uma comparação regional sempre provocou problemas. Além disso, o território paulista aponta como área limite para contextos arqueológicos definidos ao sul do país, mas também a norte e a oeste. Durante o Holoceno, grupos humanos de diferentes regiões convergiram para o território de São Paulo e as manifestações culturais dos ceramistas não parecem ser autóctones, mas reflexos das existentes nas regiões vizinhas.

Parece haver um consenso na apresentação do território de São Paulo como uma região com limites regionais entre os grupos ceramistas, mas há muitas dúvidas sobre as fronteiras culturais, como a distribuição geográfica, cronologia, grupos humanos envolvidos e os tipos de fronteiras, se eram pacíficas ou não. Enquanto no passado eram procuradas evidências que pudessem filiar os achados a uma ou outra tradição, no momento tornou-se fundamental identificar evidências de interação cultural (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1999). Os achados aparentemente “exóticos”, que poderiam ser interpretados como enclaves ou intrusões, mostram-se como

elementos diagnósticos de uma relação complexa entre grupos diferentes, verdadeiros marcadores da interação cultural. Este passado pré-histórico está se revelando cada vez mais complexo e ao mesmo tempo mais interessante e provocativo.

A discussão sobre fronteiras tem sido realizada por vários pesquisadores. SCHMITZ et al. (1982) apresentaram pela primeira vez uma definição de fronteiras, com uma abordagem histórica, tratando das fronteiras das tradições Aratu e Uru em Goiás, já que grupos filiados a estas duas tradições desenvolveram processos de interação cultural. Robrahn-González (1996) discutiu a posição da região centro-oeste brasileira como área de confluência para deslocamentos diversos relacionados a grupos ceramistas (sejam deslocamentos de informações, objetos e/ou pessoas oriundos das regiões circunjacentes). Rogge (2003, 2004) apresentou os contatos de fronteiras no Rio Grande do Sul, as áreas que poderiam se constituir zonas de fronteiras culturais entre diferentes sistemas socioculturais das populações ceramistas.

2 Uma síntese do conhecimento arqueológico do Estado de São Paulo: os sítios cerâmicos

Robrahn-González (2000) discutiu as indústrias notadamente diversas dos cerca de 200 sítios cerâmicos conhecidos em São Paulo até 1997, e agrupou-as em três grandes unidades classificatórias: a tradição Tupiguarani, mais antiga, com vestígios que se distribuem por todo o Estado de São Paulo; a tradição Itararé, com sítios localizados na porção sul, e a tradição Aratu-Sapucai com sítios na região norte. A autora indicou a região sul de São Paulo como área de fronteira entre os grupos Guarani, ao sul, e Tupinambá, ao norte.

A fronteira entre os grupos Guarani e Tupinambá em São Paulo é apresentada por Métraux (1949a,b) na região do rio

Tietê; esta fronteira também é discutida por Brochado (1984, 1990) como situada ao sul do curso do Tietê e sendo a tradição policroma amazônica a origem comum das subtradições Guarani e Tupinambá.

A tradição Itararé, relacionada a um contexto de tradições ceramistas do sul do Brasil, apresentaria, no Estado de São Paulo, seu limite setentrional. Araújo (2007) apresentou novos dados sobre a tradição Itararé-Taquara em São Paulo e propôs hipóteses sobre a origem dos grupos detentores dessa tecnologia cerâmica. Sugeriu alguns pontos para nortear futuras pesquisas, como a probabilidade dos ancestrais dos indígenas historicamente conhecidos como Kaingang e Xokleng terem se deslocado do Brasil Central/ Norte de Minas Gerais (portadores da tradição Una) por São Paulo, com uma rota de expansão ao longo da Serra da Mantiqueira e da Serra do Mar. Seguindo este raciocínio, Araújo (2007) acha possível a existência de sítios da tradição Itararé-Taquara em toda a porção sul-sudeste do Estado de São Paulo, desde a fronteira com Minas Gerais e Rio de Janeiro, passando pela Serra do Mar, pela região planáltica até Itapeva, no sudoeste de São Paulo, e considera que os sítios da tradição Taquara-Itararé com datações mais antigas estariam localizados na faixa leste-sudeste do Estado de São Paulo.

No caso da tradição Aratu-Sapucai, vinculada a sítios localizados nas regiões centro-oeste e nordeste do Brasil, esta tem nos sítios do norte de São Paulo sua manifestação mais meridional.

A seguir, serão apresentados alguns sítios cujas pesquisas têm contribuído para um quadro mais completo da ocupação ceramista em São Paulo, nas partes norte (bacia do rio Grande, com seus afluentes, os rios Pardo e Mogi-Guaçu), nordeste (bacia do rio Paraíba do Sul), centro (bacia do rio Tietê) e sul (bacias dos rios Paranapanema e Ribeira de Iguape).

3 Região sul do Estado de São Paulo: as bacias dos Rios Paranapanema e Ribeira de Iguape

Os sítios cerâmicos começaram a ser pesquisados sistematicamente na bacia do rio Paranapanema na década de 1960 por Luciana Pallestrini (Museu Paulista/ Universidade de São Paulo). Esta pesquisadora introduziu novidades metodológicas em campo como a adaptação das técnicas de escavação de André Leroi-Gourhan (que ela denominou “escavação por superfícies amplas”). Procurou também abordagens interdisciplinares relacionadas à arqueometria (foi o início da técnica de datação de cerâmica por termoluminescência em São Paulo) e à cartografia, com a produção das primeiras plantas de aldeias ceramistas Guarani do Estado de São Paulo (PALLESTRINI, 1975).

Na região do Paranapanema, o sítio Fonseca, localizado no Município de Itapeva, foi estudado na década de 1960, começando os estudos sistemáticos na região da bacia do Paranapanema que continuaram ininterruptamente (PALLESTRINI, 1969). Em 1969 foram pesquisados os sítios Jango Luís e Barreiro dos Italianos, em Angatuba.

Dentro do projeto *Arqueologia da Paisagem: Cenas do Paranapanema Paulista (da pré-história ao ciclo do café)*², os sítios já conhecidos foram revisitados e outros identificados, como o Campina, Panema, Roque e Branco (MORAIS, 1999, 2000). No sítio Campina, localizado no Município de Campina do Monte Alegre, foi encontrada uma urna com dentes humanos; no sítio Panema, além de muitos fragmentos de cerâmica na superfície, foi localizada uma urna Guarani contendo ossos humanos com marcas de corte, sulcos e queima (Mapa 1). Estes vestígios foram estudados por Piedade e Soares (2000), que obtiveram duas datações: através dos ossos humanos 290 ± 40 AP (AMS) e através de um fragmento cerâmico da urna 2.030 ± 200 anos AP (TL). Esta data representaria o mais antigo sítio cerâmico do Estado de São Paulo.

O sítio Roque, também Guarani, foi localizado no Município de Angatuba, e apresentou cerâmica com vários tipos de decoração como corrugada, ungulada e também lisa, com datação de 1.100 anos AP (TL). A dez quilômetros deste sítio, foi encontrado o sítio Branco, onde foram identificadas quatro manchas de solo antropogênico (“manchas pretas”), semelhantes às localizadas em sítios da região por Pallestrini.

Na bacia do rio Paranapanema, na microbacia do rio Taquari, Município de Nova Campina, Araújo (2001) realizou um trabalho de arqueologia regional e identificou sítios da tradição Itararé (Kaingang) e também da tradição Tupi-Guarani (Guarani)³. No Alto Paranapanema, o sítio Bianco, pesquisado por Araújo (2001), apresentou uma data de 295 ± 30 anos BP (TL).

Na bacia do médio Paranapanema, no Município de Piraju, o sítio Piracanjuba⁴ tem apresentado dados novos e uma grande quantidade de material arqueológico, como cerâmica (principalmente), mas também líticos polidos, como tembetás, machados, amoladores, calibradores, líticos lascados e vestígios faunísticos. No sítio, foram localizadas quatro manchas de solo antropogênico e este conjunto é interpretado como sendo remanescente de uma aldeia. Pelas datações obtidas por termoluminescência e Carbono 14, e pela análise do material cerâmico e faunístico, percebe-se que o sítio foi ocupado pelas populações agricultoras do século XIV ao XVII, pelo menos (AFONSO; MENDONÇA; MORAIS; PIEDADE, 2005). Foram realizadas várias datações no sítio, sendo seis em fragmentos cerâmicos por TL (360 ± 40 , 470 ± 55 , 480 ± 50 , 500 ± 60 ; 530 ± 60 e 580 ± 70) e uma por Carbono 14 no carvão da fogueira localizada pelas investigações geofísicas, com idade convencional 610 ± 50 BP (Beta – 194558) e calibrada Cal AD 1290 a 1420 (Cal BP 660 a 530).

Rodrigues e Afonso (2002, p. 155) discutiram a ocupação Guarani:

O Estado de São Paulo tem sido identificado como uma área de fronteiras entre grupos ceramistas pré-coloniais e os arqueólogos tentam compreender melhor a ocupação guarani, especialmente no vale do rio Paranapanema, no sul do Estado. Comparações entre as informações etnográficas e os achados arqueológicos estão sendo feitas, como a identificação das casas-grandes guaranis às manchas de terra preta encontradas nos sítios arqueológicos e o conjunto destes núcleos de solo antropogênico às aldeias. A compreensão da ocupação guarani nos períodos pré-coloniais pelos arqueólogos tem sido alterada pelos dados etnográficos e estudos que tratam das relações dos Guarani com outros grupos, como os Jê, estão sendo desenvolvidos”.

Morais (1999) observou que, além de sítios da tradição Guarani, há também a presença da tradição Itararé na bacia do Paranapanema de duas maneiras: compondo sítios próprios da tradição ou pela presença de materiais Kaingang em sítios de tradição Guarani. Este último caso ocorre principalmente no trecho médio-inferior da bacia, comprovando contatos entre os Guarani e Kaingang. No caso das ocupações da tradição Guarani, mais presentes na bacia do Paranapanema, a inserção cronológica é bem marcada para o período entre 740 d.C. e 1.480 d.C. (MORAIS, 1999).

No Alto Paranapanema, em Itapeva, foram localizados alguns sítios de tradição Itararé (Kaingang). O sítio Areia Branca 6 foi identificado como cemitério pela presença de montículos de terra, relatados em fontes etnográficas como cemitérios Kaingang. O sítio, datado de 1430 ± 60 anos BP foi objeto de estudo do solo e sedimentos por Amenomori (1999), principalmente para análise do fosfato. Esta autora constatou que em certas áreas do montículo houve concentração no teor de fosfato, possibilitando interpretar a existência de um sepultamento que não se preservou.

No Alto Paranapanema, foram localizadas casas subterrâneas identificadas inicialmente por Prous (1979) e estudadas por Araujo (2001) e Kamase (2003, 2004). Em uma delas, de 8 m de di-

âmetro e 1,50 m de profundidade, foram registrados fragmentos de cerâmica com datas de 1200 ± 120 anos BP e 1530 ± 150 anos BP, filiados à tradição Itararé-Taquara (KAMASE, 2003, 2004).

No sul do Estado, no vale médio do rio Ribeira de Iguape, ROBRAHN (1988) identificou sítios filiados à tradição Itararé (Kaingang), localizando sítios cerâmicos de três categorias: a céu aberto (forma entre arredondada e elíptica, 550 m^2 de dimensão e 20 cm de espessura), grutas (6 a 130 m^2) e cemitérios (montículos).

Nos vales médio e alto do rio Ribeira de Iguape, foram identificados vários sítios cerâmicos constituídos por estruturas de pequenas dimensões, implantadas em várias formas de relevo como fundo de vale, baixa, média e alta vertentes, cristas dos divisores de água (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1999). Segundo a autora, a cerâmica destes sítios apresenta vasilhames predominantemente pequenos (46,8% com capacidade de até 1 litro), médios (38,7% de 1,1 e 4 litros) e grandes (14,5% acima de 4,1 litros), alcançando um máximo de 58 litros.

Robrahn-González (1999) considera que a ocupação do vale do Ribeira de Iguape tenha sido iniciada pelo sudoeste, contíguo ao Planalto de Curitiba, com o início da penetração ocorrendo por volta do século X.

4 Norte e Nordeste do Estado de São Paulo: as bacias do rio Grande e do rio Paraíba do Sul

O sítio Maranata (Olimpia, SP) foi filiado à tradição Aratu-Sapucaí com base na reconstituição das formas dos vasilhames (MARANCA; SILVA; SCABELLO, 1994) e o primeiro desta tradição a ser identificado na bacia do Rio Grande.

O sítio Água Limpa (Monte Alto, SP) é um sítio a céu aberto, com estruturas de combustão, sepultamentos primários de indivíduos adultos, sepultamentos secundários e restos alimentares

(ALVES; CHEUICHE-MACHADO, 1995). A presença na cerâmica de urnas globulares, formas duplas e vasilhas esféricas com borda extrovertida levaram à sua filiação à tradição Aratu-Sapucaí, embora haja também atributos decorativos (pintura em faixas vermelhas) e morfológicos (bases planas e formas de perfil complexo) como possíveis indicadores de influências externas (FERNANDES, 2001). Para o sítio Água Limpa há datas de 1524 ± 215 anos AP a 375 ± 40 anos AP sinalizando uma ocupação por um período longo do século V ao século XVII, embora os materiais mais vinculados à tradição Aratu-Sapucaí tenham apresentado as seguintes datas: 720 ± 70 anos AP para uma borda ondulada e 456 ± 50 anos AP.

O sítio Água Vermelha 2 (Ouroeste), localizado no limite dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, é uma aldeia extensa, apresentando vestígios cerâmicos morfológicamente associados à tradição Aratu-Sapucaí, com formas duplas, sem decoração e antiplástico composto por mineral, caco-moído e cariapé (RO-BRAHN-GONZALEZ; AFONSO; DE BLASIS; FIGUTI; NEVES; EGGERS, 1998). Foram encontradas formas de contorno simples (vasilhas de meia elipse, cônicas e semi-esféricas) e infletido (forma esférica e forma oval), sendo que as vasilhas rasas (tigelas) serviriam ao preparo e ao consumo de alimentos, e as de contorno infletido à cocção. Segundo os autores, a ocupação do sítio Água Vermelha 2 estaria relacionada ao processo de diversificação cultural ocorrido na região centro-oeste, entre os séculos IX e X. Algumas características da cerâmica, como o uso do caco moído como antiplástico e as formas infletidas, seriam associadas à influência Tupi, e o uso de cariapé, aos grupos Uru, indicando cerâmicas de origens variadas, como as encontradas no Brasil Central. A cronologia do sítio (1010 ± 50 anos BP e 700 ± 70 anos BP) indicaria uma rapidez no processo de diversificação cultural.

Nas proximidades do sítio Água Vermelha 2, o Água Vermelha 1 apresenta características da tradição Uru, sendo que a presença de cariapé e lâminas de machado meia-lua remetem a

um contexto do oeste do Araguaia, relacionado aos grupos portadores da cerâmica Uru (ROBRAHN-GONZALEZ; AFONSO; DE BLASIS; FIGUTI; NEVES; EGGERS, 1998).

O sítio Baixadão (Paulo de Faria, SP) foi objeto de cadastramento e apesar do pouco material coletado, foram identificadas duas bordas, uma com decoração plástica externa na forma de uma linha incisa paralela à borda e a outra fazia parte de uma tigela geminada, características da tradição Aratu (PENIN; DE BLASIS, 2005/2006).

Kashimoto e Martins (2004, 2005) observaram que a ocupação do Alto Rio Paraná, limite oeste do Estado de São Paulo, apresenta diferenças nas cerâmicas. Na área de Floresta Estacional Semidecidual, abrangida pela sub-bacia do rio Ivinhema, há vestígios de povos tupiguaranis ceramistas; enquanto mais ao norte, em área de savana (cerrado), nos altos terraços são encontrados indicadores de povoamento por portadores de cerâmica lisa, ainda não classificada. A região limite entre os dois tipos de cobertura vegetal – floresta e cerrado – pode ser interpretada como uma zona de fronteira com sítios de cerâmica tupiguarani e de um outro tipo de cerâmica.

Na bacia do rio Mogi-Guaçu, um projeto iniciado em 1979 focalizou o sítio arqueológico cerâmico Franco de Godoy, no Município de Mogi-Guaçu (PALLESTRINI, 1981/1982). Mais tarde, Caldarelli (1983) pesquisou quatro aldeias ceramistas na bacia do rio Mogi-Guaçu, no Município de Luís Antônio, nas proximidades de sua confluência com o rio Pardo. Morais (1995) realizou pesquisas nos municípios de Mogi-Guaçu, Mogi-Mirim e Itapira.

Como resultado dos projetos desenvolvidos em diferentes momentos, mas na mesma bacia hidrográfica, coordenados por Pallestrini, Caldarelli e Morais, foram localizados dez sítios arqueológicos: Franco de Godoy, Franco de Campos, da Barragem, Ponta Preta, Jardim Igaçaba (sítios cerâmicos pré-coloniais), Porto de Areia (cerâmica pós-contato), do Monjolo, Ribeira, Bom Re-

tiro (com datação de 924 anos AP) e Córrego do Canavial (sítios cerâmicos pré-coloniais).

O sítio Franco de Godoy foi objeto de intervenções arqueológicas em dois momentos (PALLESTRINI, 1981, 1982; MORAIS, 1995) e datado: 1.550 anos AP. Embora todos os dez sítios sejam classificados como aldeias ceramistas de tradição tupiguarani pelas características da cerâmica e dos sítios, há diferenças entre eles. Os cinco sítios estudados durante o salvamento arqueológico da PCH Mogi-Guaçu, por Moraes, além do Franco de Godoy, localizam-se nas margens do rio Mogi-Guaçu, alguns próximos a cachoeiras. Os sítios Franco de Godoy, Franco de Campos, Barragem e Porto de Areia localizam-se a leste da sede do Município de Mogi-Guaçu (o sítio Franco de Godoy a aproximadamente 7,5 km). Os quatro sítios localizados no Município de Luís Antônio distam de 1 a 2 km do rio Mogi-Guaçu e situam-se próximos aos afluentes do curso d'água principal da região. É possível notar que houve uma ocupação de grupos ceramistas pré-históricos na região do alto e médio Mogi-Guaçu pelo menos entre 1.550 anos BP (ou 400 anos depois de Cristo) e 924 anos BP (ou 1.026 anos D.C.), portanto antes da chegada dos portugueses. Há, também, nos sítios localizados durante as pesquisas da PCH de Mogi-Guaçu, cerâmicas que apresentam alguns atributos típicos de materiais que indicam contato com os europeus.

Na região do rio Pardo, além dos sítios cerâmicos localizados na bacia do rio Mogi-Guaçu, seu afluente pela margem direita, foram encontrados quatro sítios cerâmicos, sendo três classificados como de tradição neobrasileira pela datação de um deles e características da cerâmica (sítios Lagoa Preta I, com 280 anos AP, Lagoa Preta II e Bebedouro da Pedra) e um quarto, Tamanduazinho, no Município de São Simão, datado de 990 ± 70 anos AP e com características não semelhantes à cerâmica da tradição tupiguarani (CALDARELLI, 1983; AFONSO, 1987). Moraes (2005) efetuou uma nova análise dos vestígios dos sítios Lagoa

Preta I, II e Bebedouro da Pedra e percebeu que não se trata da tradição neobrasileira, pois não apresentam características que denotem influência europeia na indústria cerâmica, e que devem estar relacionados à ocupação Jê da área.

Caldarelli e Neves (1981, p. 35) já haviam apontado que “quanto aos horticultores, nitidamente representados na área por duas ocupações distintas, uma Gê e uma Tupi-Guarani, a problemática que se nos apresenta atualmente é de ordem cronológica”. Os autores referem-se aos documentos históricos que mencionam apenas índios do grupo linguístico Jê, como os Caiapó, sendo que os Tupi-Guarani já não se encontrariam na área quando da ocupação europeia. Para os autores, haveria uma ocupação da área com os Tupi-Guarani no vale do rio Mogi-Guaçu e os Jê no vale do rio Pardo.

No Município de Casa Branca, dois sítios cerâmicos foram pesquisados: Água Branca e Lambari II (SCIENTIA, 2000; CALDARELLI, 2001/2002; AFONSO; MORAES, 2003, 2005, 2006, 2007; MORAES, 2007).

O sítio Lambari II mostrou uma indústria cerâmica filiada à tradição tupiguarani com idade 1.085 ± 130 anos (TL). No entanto, o sítio Água Branca, a 1 km de distância, é o que apresenta maior interesse, porque sua cerâmica possui características das chamadas tradições Aratu-Sapucaí (cariapé, formas duplas, apêndices, brunidura), Tupiguarani (caco moído, ombros indicando vasos de formas complexas) e Uru (cariapé, bases planas com ângulos de 90°). A planta do sítio, com a indicação das áreas de maior concentração de cerâmica, revelou uma estrutura elíptica de 200 metros por 140 metros, tendo sido coletadas quase 1.500 peças com estação total (AFONSO; MORAES, 2003, 2005, 2006).

O fato de o material cerâmico desse sítio apresentar características de tradições cerâmicas distintas demonstra um contexto de interação cultural. As características da cerâmica, a datação recente (205 ± 20 anos BP por termoluminescência para um fragmento cerâmico), a morfologia aproximadamente circular

da aldeia e os dados levantados pela pesquisa etno-histórica (MORAES, 2005) indicam que o grupo que ocupou o sítio Água Branca está associado à ocupação Jê da região.

Na re-análise do material do sítio Lagoa Preta II, foi observado que apresentam inúmeras semelhanças com a cerâmica do sítio Água Branca: presença de cariapé, bases planas, ausência de decoração e bom tratamento de superfície (AFONSO; MORAES, 2003). Essas semelhanças, aliadas às datas relativamente próximas, indicam que ambos os sítios podem ter feito parte de um mesmo sistema regional de povoamento (no sentido proposto por MORAIS, 1999, 2000).

No Município de Pirassununga, Zanettini e Moraes (2006) pesquisaram dois sítios arqueológicos. O resgate do sítio Cachoeira de Emas 1 revelou uma indústria cerâmica semelhante àquela proveniente dos sítios Água Branca e Lagoa Preta I e II, além de apresentar uma quantidade significativa de artefatos líticos lascados em silexito, não estando associado à tradição Tupiguarani. O sítio Cachoeira de Emas 2 apresentou material cerâmico relacionado à tradição Tupi-Guarani (MORAES, 2007). Godoy (1974), ao realizar pesquisas na área da Cachoeira de Emas, registrou a presença de lâminas de machado com formato semi-lunar (GODOY, 1974), comumente associado a grupos Macro-Gê, além de indicar a presença de virotes, como aquele encontrado no sítio Água Branca.

Sítios filiados à tradição Aratu também foram encontrados na bacia do rio Paraíba do Sul, no nordeste do Estado de São Paulo. O sítio Caçapava I foi o primeiro desta tradição a ser identificado na bacia do rio Paraíba do Sul e, segundo CALDARELLI (1999, p. 356),

[...] o único sítio indígena localizado, no município de Caçapava, pertence à tradição cerâmica Aratu, variedade Sapucaí, apresentando mais de trinta sepultamentos em urnas funerárias não decoradas. Objeto de resgate em 1991, foi o primeiro sítio desta tradição escavado exaustivamente no estado de São Paulo.

Gomes (2003a e b) analisou a cerâmica do sítio Caçapava I, confirmando a associação da indústria à tradição Aratu e indicou a presença de outro sítio na mesma bacia do rio Paraíba – sítio Light – no município de Jacareí, pesquisado por Wagner Bornal.

A região nordeste do Estado de São Paulo apresenta uma problemática arqueológica que merece melhor investigação, com sítios cerâmicos filiados às tradições Tupiguarani e Aratu/Sapucaí. Além do sítio Água Branca, outros apresentam características da ocupação de grupos Jê no norte e nordeste do Estado de São Paulo, como os sítios Maranata (Olimpia), Água Limpa (Monte Alto), Lagoa Preta I, Lagoa Preta II, Bebedouro da Pedra (Serra Azul), Tamanduazinho (São Simão), Água Vermelha 2 (Ouroeste) e Baixadão (Paulo de Faria) na bacia do rio Grande; o sítio Cachoeira de Emas 1 na Bacia do rio Mogi Guaçu e os sítios Caçapava I e Light na bacia do rio Paraíba do Sul.

5 Região central do Estado de São Paulo: bacia do rio Tietê

A expansão Tupi a partir da Amazônia (BROCHADO, 1989) resultou em dois ramos principais: os grupos Tupinambá, que ocorrem no litoral do nordeste e sudeste, e os grupos Guarani, situados na bacia do rio Paraná e litoral sul.

Quanto à identificação da fronteira entre Tupi e Guarani no Estado de São Paulo, tem sido delimitada na bacia do rio Tietê por alguns autores, sendo o limite norte da tradição Guarani. MÉTRAUX (1949a e b) indicava esta fronteira, assim como Clastres e Brochado (“fronteira hostil”), na região do Parapanema (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2000). No litoral, Scatamacchia (1984) propôs seu limite na região de Iguape, bem ao sul do Estado de São Paulo; Chymz (2002) sugeriu que a fronteira sul dos territórios de grupos Tupi devia se estender até a baía do Paranaguá

(litoral do Estado do Paraná) e que possivelmente a região do Alto Iguaçu e afluentes teria sido ocupada tanto pelos Tupi quanto pelos Guarani.

Os campos de cerrado entre os vales dos rios Tietê e Paranapanema eram tradicionais redutos para as populações Kaingang, grupo étnico pertencente ao tronco linguístico Jê. Rodrigues (2007) desenvolveu uma pesquisa etnoarqueológica, na região de Tupã, que representa uma pequena parcela do que foi o território ocupado pelas populações Kaingang no passado.

Alguns sítios Kaingang foram identificados em locais como no Alto Paranapanema (ARAÚJO, 2001) e até na cidade de São Paulo no sítio Jaraguá I no Pico do Jaraguá (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2003, 2005), alto topográfico onde se localiza uma aldeia Guarani no momento. ROBRAHN-GONZÁLEZ (2005, p.212) assinalou a localização do sítio Jaraguá 1, datado em 660 anos BP (1.290 d.C.):

Corresponde à data atualmente mais antiga para a Arqueologia de São Paulo. Todavia, o fato de sua indústria cerâmica remeter a um horizonte mal definido para o Brasil Meridional, mas que se configura em associação a grupos pertencentes ao tronco linguístico Macro-Gê, aponta interessantes horizontes de discussão, uma vez que apenas 200 anos depois desta data os colonizadores portugueses indicavam uma presença maciça de grupos Tupi-Guarani nos campos de Piratininga.

Tem chamado a atenção o achado de cultura material Kaingang em sítios com cerâmica tipicamente tupiguarani. É o caso de machados semi-lunares, característicos dos grupos Jê, em sítios guarani na região da Capivara, Médio/Baixo Paranapanema, como o sítio Campinho (FACCIO, 1998) ou o sítio Araruva, em Assis, localizado durante o levantamento da UHE Canoas (MORAIS, 1999). Em outros sítios, cerâmicas Kaingang e Guarani se misturam, revelando uma relação muito mais complexa entre

povos Jê e Tupi que os arqueólogos imaginavam a princípio.

Até em áreas tipicamente identificadas como de ocupação de grupos ligados à tradição Tupiguarani, como é o caso das bacias dos rios Paraíba do Sul, Tietê e Paranapanema, há evidências da tradição Itararé.

Na bacia do rio Tietê, foi desenvolvido o *Projeto do Baixo e Médio Vale do Rio Tietê*, coordenado por Sílvia Maranca, cujo início ocorreu no diagnóstico da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, no rio Paraná, oeste do Estado de São Paulo. Foram prospectados oito aldeamentos pré-históricos lito-cerâmicos (MARANCA; SILVA; SCABELLO, 1994). Quatro destes aldeamentos foram datados por termoluminescência, revelando idades de 2.200 a 1.040 AP e filiados à tradição Tupiguarani. Mais 26 aldeamentos pré-históricos foram localizados, sendo 25 lito-cerâmicos e um lítico.

No baixo vale do rio Tietê, as autoras notaram características distintas entre a área delimitada pelos rios Paraná, Tietê e São João dos Dourados e a área dos encontrados mais a leste, nos municípios de Araçatuba, Promissão e Birigui, que apresentam maior variedade de técnicas de decoração cerâmica (MARANCA; SILVA; SCABELLO, 1994).

Também no vale médio do rio Tietê, no Município de Brotas, no médio vale do rio Tietê, foi pesquisado o sítio Gramado, de tradição tupiguarani, que representa um dos poucos sítios não vinculados a caçadores-coletores desta área (GOULART; AFONSO, 1998; AFONSO, 2005a). Este sítio, datado de 190 ± 20 anos BP por TL, precisa ser melhor investigado porque o vale do Tietê tem sido considerado, por alguns autores, como o limite das subdivisões da tradição Tupiguarani, com Tupi ao norte e Guarani ao sul.

No médio Tietê, na região de Rio Claro, Altenfelder Silva (1967) identificou sítios da tradição Tupiguarani e Miller Jr. (1972) localizou dois da tradição Casa da Pedra (Paraíso N. II, com

fragmentos de cerâmica da tradição Casa de Pedra e Camaquã).

6 As fronteiras: resumindo uma discussão em andamento

Na arqueologia paulista, tratando dos grupos ceramistas, o limite Tupinambá-Guarani continua como um tema de discussão, além das influências do norte (Tupi), noroeste (Aratu-Uru) e sul (Guarani e Itararé-Taquara) no território.

Os sítios Maranata (Olimpia), Água Limpa (Monte Alto), Água Vermelha 2 (Ouroeste), Água Branca (Casa Branca), Lagoa Preta I, Lagoa Preta II, Bebedouro da Pedra (Serra Azul), Tamanduazinho (São Simão), Baixadão (Paulo de Lima) na bacia do rio Grande, o sítio Cachoeira de Emas 1 na Bacia do Mogi-Guaçu, além dos sítios Caçapava I e Light na bacia do rio Paraíba do Sul apresentam características de ocupação de grupos Jê no norte/nordeste do Estado de São Paulo.

Em alguns deles a indústria cerâmica apresenta características de mais de uma tradição, como o sítio Água Branca com características de três tradições distintas. Uma vez que o conceito de Tradição arqueológica dá ênfase à classificação dos objetos arqueológicos, optou-se pela expressão Sistema Regional de Povoamento, proposto por Morais (1999, 2000), definido pela coordenação entre sítios ou conjunto de sítios de certa região, demonstrando relações concomitantes por contemporaneidade, similaridade ou complementaridade. O autor tomou como base operacional as denominadas Tradições Arqueológicas, mas com associação a outros aspectos dos sítios arqueológicos.

Morais (1999, 2000) identificou os sistemas regionais de povoamento presentes na região Sudeste e sugeriu que as tradições Aratu, Sapucaí e Uru poderiam formar um extenso sistema regional de povoamento de agricultores pré-coloniais, mesmo guardando suas peculiaridades específicas.

Em uma reflexão regional ampla, o sítio Água Branca pode

ser inserido nesse sistema regional, chamado pelo autor de *Aratu-Sapucaí*, mas desloca para o sul os limites sugeridos para essa ocupação. Os sítios Lagoa Preta I, Lagoa Preta II e Cachoeira de Emas 1 enquadram-se nesse mesmo sistema, embora seja necessário atentar que a similaridade na cultura material, nesse caso a indústria cerâmica, não está vinculada necessariamente a uma homogeneidade étnica.

As questões levantadas por vários sítios, como as referentes ao Água Branca, referem-se à relação entre a diversidade do material arqueológico e a ocorrência de influências externas ligadas a contextos arqueológicos distintos.

A ideia de São Paulo como uma “terra de fronteiras” para os grupos ceramistas (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2000) que, a partir dos últimos séculos antes de Cristo, começam a ocupá-lo, fica mais clara com as pesquisas recentes. Esses grupos advindos de outras regiões trouxeram características próprias e, portanto, os sítios de São Paulo apresentam particularidades relacionadas a um contexto de interação cultural.

Segundo Moraes (2005), na metade norte do território paulista, os interflúvios das bacias dos rios Tietê e Grande marcam o eixo de uma larga faixa de sobreposição entre os sistemas Tupinambá e Guarani e um possível sistema Sapucaí, correlacionável à tradição arqueológica homônima.

Afonso (2005), baseando-se nos mapas propostos por Moraes (1999, 2000), reelaborados em 2005, propôs uma região de influência de grupos Jê no norte de São Paulo abrangendo a bacia do rio Grande, incluindo a sub-bacia do rio Pardo, identificando uma área de contatos com ceramistas do Planalto Central.

Os sítios ceramistas do norte de São Paulo refletem contextos extrarregionais com influências, do norte (Tupinambá), do sul e do oeste (Guarani), e do noroeste (Aratu-Sapucaí-Uru), bastante complexas e que necessitam ser melhor estudados.

Moraes (2007) estudou a variabilidade artefactual em sítios

arqueológicos associados à tradição Tupiguarani no nordeste do Estado de São Paulo e notou que, em duas regiões, sítios Tupi como o Lambari II (Casa Branca, SP) e Cachoeira de Emas 2 (Pirassununga, SP) estão associados a contextos onde, a menos de 1km, há ocupações ceramistas não-Tupi com características similares e datações tardias. Enquanto no primeiro caso não aparecem elementos de interação, no segundo algumas peças remetem à troca de objetos. Para a autora, a descoberta de sítios associados às tradições Aratu e Uru no nordeste do Estado de São Paulo e as informações etnográficas que sugerem a dominação desse território por índios Kaiapó nos séculos XVII-XVIII mostram que é necessário uma melhor avaliação da interação entre esses grupos e os grupos Tupi.

A espacialização das diferentes manifestações arqueológicas (MORAIS, 1999/2000; AFONSO, 2005) deixa mais evidentes os problemas, as áreas sem informação ou com dados contraditórios, além das lacunas cronológicas. A confecção dos mapas é um exercício importante para se compreender melhor o território de ocupação e deixar claro os melhores locais a serem investigados para a discussão de fronteiras culturais.

Para São Paulo, falta a montagem de um banco de dados digital com as informações dos sítios e um Sistema de Informações Geográficas (SIG) para dar significado espacial às manifestações arqueológicas. Este trabalho foi feito para a bacia do Paranapanema (MORAIS, 1999; OLIVEIRA, 2001) e poderia ser implementado para as outras regiões paulistas.

Por fim, nos últimos anos, devido à intensificação dos projetos arqueológicos no Estado de São Paulo, principalmente de arqueologia de contrato, novas áreas estão sendo pesquisadas produzindo conhecimento arqueológico. O entendimento das ocupações no Estado é fundamental para a compreensão das rotas de dispersão dos grupos Jê meridionais, dos Jê do Planalto Central, dos Tupi do norte e dos Guarani do sul; portanto a pes-

quisa arqueológica do território paulista pode contribuir para a melhor compreensão do contexto espacial e temporal dos grupos ceramistas do sul, sudeste e centro-oeste do Brasil.

Agradecimentos: Ao Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, pelo apoio institucional. Ao CNPq pela bolsa de produtividade em pesquisa e bolsas de iniciação científica, à FAPESP, pelo auxílio à pesquisa e bolsas. À Renovias Concessionária S.A., pelo auxílio financeiro. A Astolfo Gomes de Mello Araújo, Camila Azevedo de Moraes, Dária Elânia Fernandes Barreto, José Luiz de Moraes, José Paulo Jacob, Luciane Miwa Kamase, Pedro Ignácio Schmitz, Robson Antonio Rodrigues, Saul Eduardo Seiguer Milder, Sandra Nami Amenomori e Silvia Cristina Piedade, pelas discussões sobre a arqueologia de São Paulo.

NOTAS

- ¹ O Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) foi liderado pelos arqueólogos americanos Clifford Evans e Betty Meggers, na década de 1960, com a participação de vários arqueólogos brasileiros, como Silvia Maranca e Fernando Altenfelder Silva em São Paulo.
- ² Projeto com coordenação de José Luiz de Moraes e sub-coordenação de Marisa Coutinho Afonso, desenvolvido pelo MAE/USP de 1998 a 1999, com auxílio da FAPESP.
- ³ Há diferentes nomenclaturas: Tradição Tupiguarani (PRONAPA, 1976), Tradição Policrômica Amazônica, subtradição Guarani (BROCHADO, 1984), Cultura Arqueológica Guarani (SOARES, 1997) e Sistema Regional de Povoamento Guarani (MORAIS, 1999).
- ⁴ O sítio está sendo escavado sob coordenação geral de José Luiz de Moraes. Neide Barrocá Faccio está analisando o material cerâmico; Silvia Cristina Piedade e Manoel Gonzalez o material faunístico.

Referências

AFONSO, M. C. Ocupações ceramistas no norte do Estado de São Paulo: o sítio Água Branca. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA 14., 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2007.

_____. **Ocupação pré-histórica na região de Serra Azul e São Simão, São Paulo:** um estudo geoarqueológico. 1987. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

_____. Uma abordagem da ocupação do território paulista. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA 9., 1997, Rio de Janeiro. **Resumos...** Rio de Janeiro: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 1997. R022.

_____. **Um olhar para a arqueologia pré-histórica do Estado de São Paulo.** 2005. Tese (Livre Docência)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005a.

_____; MENDONÇA, C. A.; MORAIS, J. L.; PIEDADE, S. C. Investigações geofísicas no sítio Piracanjuba (Piraju, SP). In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA 13., 2005, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2005b.

_____.; MORAES, C. A. O sítio Água Branca: interações culturais dos grupos ceramistas no norte do Estado de São Paulo. In: **Revista do Museu de Arqueologia**, São Paulo, n.15/16, p.59-71, 2005, 2006.

_____. Uma rodovia e três sítios arqueológicos: um estudo da ocupação da bacia do rio Pardo (Nordeste de São Paulo). In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA 12., 2003, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2003.

ALVES, M. A.; CHEUICHE-MACHADO, L. Estruturas arqueológicas e padrões de sepultamento do sítio de Água Limpa, Município de Monte Alto, São Paulo. In: REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA 8., 1995, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 1995.

AMENOMORI, S. N. **Potencial analítico de sedimentos e solos aplicado à arqueologia.** 1999. Dissertação (Mestrado em Arqueologia.)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

ARAÚJO, A. G. M. A tradição cerâmica Itararé-Taquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no sudeste do Brasil. **Revista de Arqueologia**, Belém, n. 20, p. 09-38, 2007.

_____. **Teoria e método em Arqueologia Regional: um estudo de caso no Alto ParanAPANema, Estado de São Paulo.** 2001. Tese (Doutorado em Arqueologia.)—Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BROCHADO, J. P. **An ecological model of spread of pottery and agriculture into eastern South America.** 1984. Tese (P.H.D.)- University of Illinois at Urbana-Champaign, Illinois, 1984.

_____. A expansão dos Tupi e da cerâmica da tradição policrômica amazônica. **Dédalo**, São Paulo, n. 27, p. 65-82, 1989.

_____. Um modelo ecológico de difusão da cerâmica e da agricultura no leste da América do Sul. In: SIMPÓSIO DE PRÉ-HISTÓRIA DO NORDESTE BRASILEIRO 1, 1990, Recife. **Anais ... Recife: Universidade Federal do Pernambuco: Clio**, 1990.

CALDARELLI, S. B. A arqueologia do interior paulista evidenciada por suas rodovias. **Revista de Arqueologia**, Belém, n.14/15, p.29-56, 2001/2002.

_____. Aldeias tupiguarani no vale do rio Mogi-Guaçu, Estado de São Paulo. **Revista de Pré-História**, São Paulo, n.5, p.37-124, 1983.

_____. Levantamento arqueológico em planejamento ambiental. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 3, p. 347-369, 1999. (Série Suplemento).

_____; NEVES, W. A. Programa de Pesquisas Arqueológicas no Vale do Rio Pardo. **Revista de Pré-História**, São Paulo, n.3, p.13-49, 1981.

CHMYZ, I. A. Tradição Tupiguarani no litoral do Estado do Paraná. **Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes**, Curitiba, n. 16, p. 71-95, 2002.

DEBLASIS, P. A. D.; AFONSO, M. C. Confluência cultural no Estado de São Paulo ao longo do Arcaico. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA 9., 1997, Rio de Janeiro. **Resumos...** Rio de Janeiro: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 1997. R026.

FACCIO, N. B. **Arqueologia do cenário das ocupações horticultoras da Capivara, Baixo Paranapanema-SP**. 1998. Tese (Doutorado em Arqueologia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. Os índios Guarani na área do ProjPar. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA 13., 2005, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2005.

FERNANDES, S. C. G. **Estudo tecnotipológico da cultura material das populações pré-históricas do Vale do Rio Turvo, Monte Alto, São Paulo e a tradição aratu-sapucaí**. 2001. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FIGUTI, L. Sambaquis de São Paulo. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA 9., 1997, Rio de Janeiro. **Resumos...** Rio de Janeiro: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 1997.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Arqueologia da paisagem: cenas do Paranapanema paulista (da Pré-História ao Ciclo do Café)**. São Paulo, 2000.

GODOY, M. P. **Contribuição à história natural e geral de Pirassununga**. Pirassununga, 1974. v. 1.

GOMES, D. M. C. A cerâmica indígena do sítio CaçAPava I. In: S. B. Caldarelli (Coord.). **Arqueologia do Vale do Paraíba Paulista**. SP-070 Rodovia Carvalho Pinto. Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A. Santos: Instituto de Pesquisa em Arqueologia: Universidade Católica de Santos, 2003a.

_____. A distribuição da tradição Aratu no território brasileiro. In: _____. **Arqueologia do Vale do Paraíba Paulista**. SP-070 Rodovia Carvalho Pinto. Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A. Santos: Instituto de Pesquisa em Arqueologia: Universidade Católica de Santos, 2003b.

GOULART, M. M.; AFONSO, M. C. Pesquisas arqueológicas em Brotas (SP): o estudo do sítio Gramado. In: SIMPÓSIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA USP 6., 1998, São Paulo. **Resumos...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

INSTITUTO DE PRÉ-HISTÓRIA (Brasil). **Pré-história do nordeste do Estado de São Paulo: um estudo de ecologia humana**. São Paulo, 1985.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (SP): **O Resgate dos sítios Cachoeira de Emas 1 e 2 no âmbito da construção**

da ponte sobre o rio Mogi Guaçu. São Paulo, 2006.

KAMASE, L. M. A pesquisa arqueológica no Alto ParanAPANema (SP): casas subterrâneas e feições doliniformes. COLÓQUIO SOBRE SÍTIOS CONSTRUÍDOS E CASAS SUBTERRÂNEAS 1., 2003, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2003.

_____. **Casas subterrneas e feições doliniformes:** um estudo de caso na Bacia do Alto Taquari (SP). 2004. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

KASHIMOTO, E. M.; MARTINS, G. R. Archaeology of the Holocene in the upper Paraná River, Mato Grosso do Sul State, Brazil. **Quaternary International**, London, vol. 114, no. 1, p. 67-86, 2004.

_____. Interpretação da cronologia arqueológica do rio Paraná, MS, Brasil. X Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário (ABEQUA) 10., 2005, Guarapari. **Anais...** GuarAPari: 2005. 1 CD-ROM.

KERN, A. A. **Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul.** .Porto Alegre: Editora Mercado Aberto Ltda., 1991.

MARANCA, S.; SILVA, A. L. M.; SCABELLO, A. M. P. Projeto Oeste Paulista de Arqueologia do Baixo e Médio Vale do Rio Tietê: síntese dos trabalhos realizados. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 4, p. 223-226, 1994.

MARTIN, G. **Pré-História do Nordeste do Brasil.** Recife: Editora Universitária, 1996.

MÉTRAUX, A. The Guarani. In: Steward, Julian H. (Ed). **Handbook of South American Indians.** Washington DC: Smithsonian Institution Press, 1949a. v.3.

_____. The Tupinambá. In: Steward, Julian H. (Ed). **Handbook of South American Indians.** Washington DC: Smithsonian Institution Press, 1949b. v. 3.

MILLER JR., T. O. Arqueologia da Região Central do Estado de São Paulo. **Dédalo**, São Paulo, n. 16, p. 13-118, 1972.

MORAES, C. A. **Arqueologia Tupi no nordeste de São Paulo:** um estudo de variabilidade artefactual. 2007. Dissertação (Mestrado em Arqueologia.)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MORAES, C. A. Reexaminando a “Tradição Tupiguarani” no Nordeste do Estado de São Paulo. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA 13., 2005, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2005.

MORAIS, J. L. Arqueologia da região Sudeste. **Revista da USP**, São Paulo, n.44, p.194-217, 1999/ 2000.

_____. Da Pré-História ao contato: sistemas regionais de povoamento indígena no território paulista. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA 13., 2005, Campo Grande. **Resumos...** Campo Grande: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2005.

_____. **Perspectivas geoambientais da arqueologia do ParanAPANEMA Paulista**. 1999. Tese (Livre Docência)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. Salvamento arqueológico na área de influência da PCH Moji-Guaçu. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 5, p. 77-98, 1995.

_____; AFONSO, M. C. Fronteiras ambientais no território paulista. IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira 9., 1997, Rio de Janeiro. **Resumos...** Rio de Janeiro: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 1997. R024.

MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA (Universidade de São Paulo). **Relatório Científico: Resgate do traçado do gasoduto Bolívia-Brasil (GAS-BOL) no Estado de São Paulo. Trechos IX e X (de Paulínia à fronteira com o Paraná), 1997-2000.** São Paulo, 2000.

_____. **Relatório científico do projeto de iniciação científica 3: Os sítios Água Branca e Lambari II no contexto da ocupação pré-histórica do médio vale do rio Pardo/ SP.** São Paulo, 2003.

_____. **Relatório técnico científico final do projeto resgate arqueológico na área de influência da duplicação das rodovias SP342 e SP346: preservação do patrimônio dos sítios Ipê e Mota Pais.** São Paulo, 2002.

OLIVEIRA, J. F. **Utilização de SIG no mapeamento de sítios arqueológicos na bacia do Paranapanema, Estado de São Paulo.** 2001. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

PALLESTRINI, L. Cerâmica há 1.500 anos, Mogi-Guaçu, Estado de São Paulo. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, n. 28, p. 115-129, 1981 / 1982.

PALLESTRINI, L. **Interpretação das estruturas arqueológicas em sítios do Estado de São Paulo**. São Paulo: Museu Paulista, 1975. (Coleção Museu Paulista, Série Arqueologia, 1).

_____. **Sítio arqueológico Fonseca**. São Paulo: Museu Paulista, 1969.

PENIN, A.; DE BLASIS. Sítio Baixadão: um novo sítio Aratu no norte paulista. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 15/16, p. 449-453, 2005 / 2006.

PIEDADE, Silvia Cristina ; SOARES, A. L. R. Considerações sobre um enterramento Guarani: alterações e hipóteses etno-históricas. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 10, p. 31-68, 2000.

PROUS, A. Première information sur les maisons souterraines de l'État de São Paulo, Brésil. **Revista de Pré-História**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 127-145, 1979.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. **A ocupação pré-colonial do vale do Ribeira de Iguape, SP: os grupos ceramistas do médio curso**. 1988. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

_____. A ocupação ribeirinha pré-colonial do médio ParanAPANEMA. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 5, p. 99-116, 1995.

_____. Diversidade cultural entre os grupos ceramistas do sul-sudeste brasileiro: o caso do Vale do Ribeira de Iguape. In: TENÓRIO, Maria Cristina (Org.). **Pré-História da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

_____. O estudo da interação cultural em Arqueologia. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, p. 31-34, 1999. Suplemento 3.

_____. Os grupos ceramistas pré-coloniais do centro-oeste brasileiro. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 6, p. 83-121, 1996.

_____. Repensando as fronteiras culturais de grupos ceramistas no Estado de São Paulo. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA 12., 2003, São Paulo. **Resumos ...** São Paulo: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2003.

_____. **Sociedade e arqueologia**. 2005. Tese (Livre Docência)- Museu de

Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. São Paulo, terra de fronteiras: a ocupação de grupos ceramistas pré-coloniais. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA 9., 2000, Rio de Janeiro. **Anais ...** Rio de Janeiro: Sociedade de Arqueologia e Etnologia., 2000. 1 CD-ROM.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M.; AFONSO, Marisa Coutinho; DE BLASIS, Paulo Antonio Dantas; FIGUTI, Levy; NEVES, Eduardo Góes; EGGERS, Sabine. **Água Vermelha**: pesquisa arqueológica de salvamento. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia: Universidade de São Paulo: Contrato UPS/CESP, 1998.

RODRIGUES, R. A. A ocupação Kaingang no oeste Paulista. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 13., 2005, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2005.

_____. **Os caçadores-ceramistas do sertão paulista**: um estudo etnoarqueológico da ocupação Kaingang no vale do rio Feio / Aguapeí. 2007. Tese (Doutorado em Arqueologia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____; AFONSO, M. C. Um olhar etnoarqueológico para a ocupação Guarani no Estado de São Paulo. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 18, p. 155-174, 2002.

ROGGE, J. H. Fenômenos de fronteira: o contato cultural entre os portadores das tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul. **Canindé**, Aracaju, n. 4, p. 147-168, dez. 2004.

_____. **Fenômenos de fronteira**: um estudo das situações de contato entre os portadores de tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul. 2003. Tese (Doutorado em História)- Universidade do Vale do Rio Sinos, São Leopoldo, 2003.

SCATAMACCHIA, M. C. M. Ocupação Tupi-Guarani no Estado de São Paulo: Fontes Etno-Históricas e Arqueológicas. **Dédalo**, São Paulo, n. 23, p.197-222, 1984.

_____. **Tentativa de caracterização da tradição Tupiguarani**. 1981. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social.)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA . **Relatório**: Levantamento Arqueológico na Faixa de Domínio da Duplicação da Rodovia SP-340 – km 236,8 a 281,7. São Paulo, 2000.

SCHIAVETTO, S. N. **Levantamento arqueológico no Médio Mogi-Guaçu e Médio Jacaré-Guaçu, SP: um primeiro olhar sobre os sítios ceramistas.** In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA 13., 2005, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: Sociedade de Arqueologia e Etnologia, 2005.

SCHMITZ, P. I.; WÜST, I.; COPÉ, S. M.; THIES, U. M. E. Arqueologia do centro-sul de Goiás: uma fronteira de horticultores indígenas no centro do Brasil. **Pesquisas**, São Leopoldo, n. 33, p. 280-306, 1982. (Série Antropologia).

SOARES, A. L. **Guarani: organização social e arqueologia.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997. (Coleção Arqueologia, 4).

ZANETTINI, P. E.; MORAES, C. A. Contribuição para a discussão entorno da cerâmica "Neobrasileira": algumas reflexões sobre a louça produzida na Capitânia de São Paulo entre os séculos XVII e XIX. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA 13., 2005, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2005.

Recebido em: 11 de março de 2008.

Aprovado em: 22 de abril de 2008.

6

Sobre pinturas, gravuras e pessoas – ou os sentidos que se dá à arte rupestre

Loredana Ribeiro

Os sentidos da arte rupestre discutidos neste texto dizem respeito aos usos e às interpretações desse registro arqueológico em contextos históricos e sociais particulares, tanto por pesquisadores quanto por comunidades tradicionais¹.

Magia simpática da caça e da fertilidade, arte de homens, modo de acesso científico a padrões mentais ou culturais de comportamento, mecanismo de controle e manutenção de territórios são alguns entre outros tantos sentidos apresentados pela arqueologia para a arte rupestre pré-histórica. A primeira parte deste texto se dedica a explorar algumas das interpretações e teorias arqueológicas desenvolvidas ao longo do século XX no Brasil e em outras partes do mundo. São explicações para a arte rupestre no contexto das sociedades que as produziram, mesmo quando inspiradas em sociedades do presente – afinal de contas, os arqueólogos estudam os vestígios materiais de comunidades do passado.

Mas depois das populações pré-históricas que abandonaram sua cultura material nos abrigos, aldeias e acampamentos arqueológicos, outras comunidades frequentaram e exploraram estes locais, imiscuindo seus vestígios entre os mais antigos, continuamente atribuindo significados a estes locais e ao que eles contêm. Nesse contexto, podemos investigar a participação dos testemunhos pré-históricos nos processos atuais de produção de significados, um campo pouco explorado nos estudos brasileiros de cultura material (MOI; MORALES, 2007; BAETA; MATTOS, 1994; SILVA 2001).

A arte rupestre pode ganhar sentido na trajetória de comu-

nidades atuais de modos variados. Casos mencionados na literatura arqueológica e etnográfica e a discussão de um exemplo do Brasil Central, apresentados na segunda parte do texto, serão utilizados de modo a discutir os laços de diversas naturezas que se estabelecem entre estas pessoas e a arte rupestre. Estes exemplos sugerem que, explorando perspectivas similares às que ultimamente vêm sendo adotadas no estudo da arte rupestre, podemos destacar a participação e as implicações simbólicas e políticas dos sítios rupestres na vida dessas comunidades atuais. Sacralização, proteção e inclusive destruição de testemunhos arqueológicos podem ser elementos dessa interação entre comunidades atuais e registro arqueológico.

O que se pretende discutir nas próximas páginas é a possibilidade, apontada por pesquisas arqueológicas das últimas décadas, de em nossos estudos considerarmos também um novo sentido para a arte rupestre pré-histórica: o de recurso na construção, reforço e manutenção de identidades sociais e de sua participação em negociações de poder e interesses atuais.

1 Os sentidos da arte rupestre para os pesquisadores

Os estudos sistemáticos da arte rupestre brasileira se iniciaram na segunda metade do século XX. Por esta época, e de fato desde os anos pós-Segunda Grande Guerra, o desenvolvimento da arqueologia no mundo europeu e anglo-saxônico era impulsionado pela descoberta da datação por carbono 14 e, consequentemente, pela possibilidade de controle cronológico do registro arqueológico, estimulando uma crescente “cientificização” dos estudos. No Brasil dos últimos quatro decênios, desenvolveram-se principalmente duas vertentes de estudo da arte rupestre: a abordagem estruturalista das Missões Francesas e a abordagem classificatória inspirada no difusionismo cultural europeu trazida

pelo PRONAPA (BARRETO, 1999; PROUS, 1999). Em ambas, a interpretação dos significados simbólicos da arte rupestre – de difícil comprovação científica – e as analogias com sociedades etnograficamente estudadas foram preteridas em função da identificação das regras de composição dos painéis rupestres ou das variantes culturais ou étnicas manifestas na distribuição crono-espacial dos conjuntos de figuras.

Desde o final do século XIX, os investigadores da arte rupestre de várias regiões do mundo haviam sido influenciados, sobretudo, por teorias oriundas de etnografias a respeito de grupos aborígenes australianos. Assim, interpretava-se a arte pré-histórica, rupestre e mobiliária, à luz do totemismo e dos rituais propiciatórios de caça e fertilidade observados em grupos ‘primitivos’ contemporâneos dos pesquisadores (HAYS-GILPIN, 2004; PROUS, 1999). Nos anos de 1960, os dois arqueólogos que mais influenciariam os estruturalistas no Brasil – a francesa Annette Laming-Emperaire e seu conterrâneo André Leroi-Gourhan – rejeitaram sumariamente tais analogias etnográficas diretas. Ex-aluna de Breuil, um dos mais importantes defensores da arte pré-histórica como magia simpática para a caça e a fertilidade, Laming-Emperaire era radicalmente contra o comparativismo etnográfico na interpretação da arte rupestre (LAMING, 1962). Ao mesmo tempo, Leroi-Gourhan (1964, 1968) defendia que o registro arqueológico deveria ser compreendido em seus próprios termos, num enfoque estritamente empírico, sem apoio de analogias etnográficas. O uso de cálculos estatísticos para evidenciar a presença de padrões sociais ou culturais difundiu-se na pesquisa rupestre das décadas seguintes.

Estes estruturalistas abordavam a arte rupestre em busca de padrões de composição dos sítios que evidenciassem aspectos, estatisticamente demonstráveis, da estrutura de pensamento dos autores pré-históricos. Nas pesquisas da arte rupestre do paleolítico francês, essa estrutura aparece na identificação, em

todas as cavernas estudadas por Laming e Leroi-Gourhan, de um mesmo esquema de organização espacial das figuras nos sítios (LAMING, 1962; LEROI-GOURHAN, 1964; 1968). Utilizando essa abordagem, Desidério Aitay foi logo depois o autor de uma elegante monografia estruturalista sobre um abrigo rupestre brasileiro (AITAY, 1970). Nas décadas seguintes, outras análises de inspiração estruturalista foram desenvolvidas no Brasil, especialmente nas regiões Sudeste e Centro-Oeste (BAETA et al., 1992; PROUS, 1977; RIBEIRO, 1996, 1997; VIALOU, 1987; 2005).

No Brasil, os arqueólogos de inspiração francesa rapidamente inseriram em suas pesquisas a busca pelos padrões culturais de representação das figuras. Tratava-se da noção, trazida pelos coordenadores do PRONAPA, de que a autoria de grafismos rupestres com formas, técnicas e associações temáticas similares poderia ser atribuída a comunidades com afinidades culturais. Estas afinidades seriam fortes o suficiente para que seus membros compartilhassem um mesmo modo de fazer arte rupestre, mesmo se distantes centenas ou milhares de quilômetros entre si. A observação da dispersão espacial de uma tradição rupestre poderia ser comparada à dispersão de outras tradições arqueológicas, eventualmente permitindo associar as tradições arqueológicas das paredes com aquelas das camadas arqueológicas dos pisos. Essa orientação classificatória se consolidou rapidamente no Brasil a partir do final dos anos de 1960, inicialmente com os estudos de Valentin Calderón (1970). Ao longo das décadas de 1970 e 1980, foram descritas cerca de uma dezena de tradições rupestres brasileiras, além de diversos conjuntos gráficos locais².

Em ambas as perspectivas, a produção da arte rupestre manifesta a aplicação de regras culturais inconscientes, o que permite observar os padrões na cultura material como produto de comportamentos culturais específicos e pré-determinados³. A investigação dos significados simbólicos das pinturas e gravuras para seus autores, um terreno pantanoso, foi por muito tempo

rejeitada em favor de tabelas e gráficos que comprovavam padrões de repetição que permitiam separar ou unir conjuntos de sítios de modo científico.

Acreditava-se, também, que boa parte das pinturas e gravuras brasileiras fosse recente, em alguns casos permitindo interpretações a partir das tradições indígenas. Os trabalhos de Reichel-Dolmatoff (1967), que mostravam a inclusão das gravuras rupestres do rio Uaupés no mundo simbólico Desana, certamente influenciaram arqueólogos interessados na arte rupestre. O entusiasmo de Laming-Amperaire com este trabalho, por exemplo, parece ter influenciado a mudança de atitude da arqueóloga em relação ao uso de informações etnográficas na arqueologia da arte rupestre brasileira (PROUS, 1995). Todavia, a comparação etnográfica como suporte à interpretação dos significados dos grafismos brasileiros perdeu sua principal defensora com a morte de Annete Laming-Amperaire, em 1977⁴.

Mesmo com uma significativa produção bibliográfica⁵, a pesquisa da arte rupestre brasileira sempre foi periférica na cena acadêmica do país, especialmente quando consideramos as proporções do território e a intensidade e frequência de pesquisas com outros itens do registro arqueológico. Além da escassez de recursos e de profissionais de que padece a arqueologia brasileira, a arte rupestre é considerada um registro arqueológico de difícil trato científico, pela dificuldade de datação e de associação com o restante do registro arqueológico. Por este motivo, constituiu-se num tópico de menor interesse, tanto no Brasil quanto em outros países (HAYS-GILPIN, 2004).

Gozando de baixo *status* entre profissionais da arqueologia, o registro rupestre passou a ser considerado foco de estudos menores já desde as últimas décadas do século passado. A dificuldade de realizar ‘pesquisas objetivas’ da arte rupestre fez com que, em países como os Estados Unidos (e em outros locais de influência da arqueologia processual e da *new archaeology*), seu

estudo passasse a ser identificado informalmente, em conversas de corredores e outros espaços de sociabilidade acadêmica, com o gênero feminino (HAYS-GILPIN, 2004). Algumas autoras acusam os arqueólogos, homens, de se verem como os “cowboys da ciência”, associando ao gênero feminino as atividades e atribuições consideradas de menor *status*, enquanto ao gênero masculino são atribuídas aquelas mais valorizadas (GERO, 1985; HAYS-GILPIN, 2004). A crítica feminista juntamente com aquelas orientadas por outras perspectivas socialmente subalternas são as abordagens que mais têm contribuído para a identificação e discussão de uma tendência machista e elitista das interpretações arqueológicas da vida humana no passado (DURRANS, 1989; FUNARI, 2002).

Ao mesmo tempo, a produção dessa mesma arte rupestre é, há mais de cem anos, atribuída, por muitos arqueólogos, a pessoas do sexo masculino, principalmente a xamãs e caçadores.

1.1 Gênero e arte rupestre pré-histórica

Ao longo de boa parte do século XX, acreditou-se que a arte rupestre pré-histórica fosse produto de atividades exclusivamente masculinas. Essa ideia de ampla disseminação foi herdada de etnógrafos e arqueólogos do final do século XIX e início do XX, que, já vimos, extrapolaram para a pré-história informações recolhidas entre grupos australianos modernos. Observou-se que os aborígenes pintavam os abrigos rochosos durante cerimônias preparatórias de excursões de caça, quando os xamãs desenhavam nas paredes os animais que os caçadores pretendiam abater. De forma complementar, pensava-se também que as representações rupestres seriam destinadas a favorecer a reprodução dos animais. Assumiu-se, então, que toda a arte rupestre do mundo com figuras de animais, inclusive a famosa arte rupestre europeia de mais de vinte mil anos, seria relativa à caça. Aqueles sítios

onde os animais eram acompanhados de impressões de mãos pareciam confirmar a hipótese: as mãos espalmadas poderiam assegurar a posse das presas. Assim, o exercício da arte rupestre acabou por ser vinculado ao paradigma maior da masculinidade: o caçador-guerreiro (JORGE et al. 2007).

Desde as últimas décadas do século XX, perspectivas periféricas vêm abrindo espaço para análises que destacam a participação das mulheres nas sociedades do passado e lhes atribuem papéis mais ativos e diversificados. Tem-se argumentado que a perspectiva masculina dominante no pensamento ocidental teria favorecido interpretações onde a mulher aparece sempre subjugada à masculinidade, projetando para a pré-história ideologias contemporâneas (CONKEY; SPECTOR, 1984; GERO, 1985; BERTELSON et al., 1987; HAYS-GILPIN, 2004; VOSS, 2006).

Atualmente, tem sido apontada a participação – até então ignorada pelos antropólogos e etnólogos – de mulheres no xamanismo, atividade considerada exclusivamente masculina. Muitas vezes, menções a mulheres xamãs aparecem em antigos relatos e descrições dos costumes e hábitos ameríndios, mas, posteriormente, estas informações foram muitas vezes omitidas ou negligenciadas pelos pesquisadores por serem consideradas anomalias (COLPRON, 2005). Hoje, etnólogas e etnólogos têm reconhecido a presença de mulheres xamãs nas práticas religiosas e/ou na mitologia de vários grupos em diversas regiões (CROCKER, 2002; COLPRON, 2005; HAYS-GILPIN, 2004; ROSS, 2001). Também se discute que as construções culturais de gênero dos xamãs são eventualmente regidas por regras distintas das que se aplicam aos não-xamãs; em algumas sociedades, eles podem mudar de gênero ou misturar características de mais de um gênero para seguir sua vocação religiosa (HAYS-GILPIN, 2004; HOLLIMON, 2001; D'ANGLURE, 1992).

Hoje, conhecemos exemplos etnográficos ou etno-históricos que mostram uma variada e complexa rede de possibilidades

de participação de mulheres e homens nas atividades ligadas à arte rupestre. Para regiões da América do Norte, da África e da Oceania nas quais ainda se pratica arte rupestre ou onde se praticava em tempos históricos, há crônicas e relatos de viajantes, além de etnografias recentes. Neles, muitas vezes, a arte rupestre participa de experiências xamânicas traduzindo para o grupo os contatos estabelecidos pelo xamã com os mundos dos espíritos e dos mortos (OUZMAN, 1998)⁶. Na Califórnia norte-americana, relatos do século XIX informam que a arte rupestre local era praticada por mulheres em rituais de iniciação, representando as divindades protetoras das iniciadas. Os abrigos pintados nessas ocasiões, considerados sagrados, eram peças-chave num dos mais importantes rituais xamânicos daqueles grupos indígenas: o ritual de fazer chover no deserto. Sem as pinturas feitas pelas mulheres, os xamãs não garantiriam os benefícios trazidos pela chuva (WHITLHEY, 1998). Existem também relatos do exercício da arte rupestre em usos pragmáticos definidos, como demarcação de territórios (TAÇON, 1999; SCHAAFSMA, 1985), para guiar o percurso dos viajantes, indicando locais de travessias, pontos de disponibilidade de recursos naturais (ROSS, 2001). E até como simples atividade para passar o tempo (HEIDER, 1967).

Falou-se aqui de apenas alguns dos diversos esquemas interpretativos propostos pelos acadêmicos do século XX, inseridos num escopo bem mais variado. Houve também os que pensaram em uma “arte erótica” para explicar os sítios paleolíticos, nos quais corpos femininos teriam sido pintados, modelados e esculpidos para o deleite dos pintores e/ou de outros homens (COLLINS; ONIANS, 1978). Ou, ainda, numa arte-ciência representando registros matemáticos, rítmicos, cronológicos e astronômicos dos grupos pré-históricos (PROUS, 1977; MARSCHACK, 1972; ALEMANY, 1986; BELTRÃO et al., 1990)⁷.

No Brasil, o estudo do registro rupestre em discussões de gênero e papéis sexuais na pré-história foi inaugurado por Wüst

e Vaz (1998). O trabalho dessas autoras se insere num contexto de novas abordagens da arte rupestre brasileira, aplicadas desde os anos de 1990. Também fazem parte desse contexto, as investigações ligadas ao papel da arte rupestre na comunicação entre grupos pré-históricos (WÜST; VAZ, 1998; GASPAR, 2004; RIBEIRO, 2006); as possíveis implicações sociais e simbólicas do gestual técnico empregado na realização das figuras (PESSIS, 2002; 2003; RIBEIRO, 2006); o questionamento das interpretações inequívocas de padrões gráficos distintos como expressão de grupos culturais (WÜST; VAZ, 1998; RIBEIRO, 2007, 2008); o papel dos sítios rupestres na construção de paisagens arqueológicas (ISNARDIS, 2004; RIBEIRO, 2006) e novas reflexões sobre a participação da arte rupestre no processo de ocupação humana do território brasileiro (KIPNIS, 2003; DIAS, 2005).

Em conjunto, todas estas interpretações têm a pretensão de compreender a arte rupestre no próprio tempo em que ela foi criada, portanto, no passado, no contexto das sociedades que a produziram. Daí o reduzido interesse em relação aos significados da arte rupestre para as comunidades atuais, vizinhas aos sítios.

Desde as últimas décadas do século passado, estes significados contemporâneos começaram a ser considerados e explorados por arqueólogos simpáticos à arqueologia pós-processual e à arqueologia pública. A atual crítica arqueológica ao pequeno alcance das pesquisas, que geralmente afeta apenas os grupos de pesquisa, é compartilhada por várias outras disciplinas. Em diferentes áreas do conhecimento, observa-se que a circulação e apropriação do conhecimento científico na vida social ficam à mercê dos fatos políticos e das ações de movimentos sociais e de empresas atuantes no mercado, principais consumidores do conhecimento e dos objetos tecnológicos (LATOUR, 2005; SANTOS, 1989). Na arqueologia, essa discussão tem sido focada nos aspectos sociais, políticos e econômicos da produção do conhecimento e no comprometimento social dos profissionais com as

comunidades que atualmente habitam áreas com vestígios arqueológicos (HODDER, 1986; JONES, 1997; GERO, 2000; FUNARI, 2004/2005; FUNARI et al., 2001). Tem-se discutido também a necessidade de incluir os direitos e deveres de sociedades do presente, contemporâneas ao exercício da prática disciplinar, nos resultados das pesquisas arqueológicas (ASCHERSON, 2000).

2 Os sentidos locais

Diversos grupos indígenas contemporâneos têm sítios rupestres pré-históricos como elementos de sua cosmologia e genealogia. Várias tribos reivindicam os sítios rupestres localizados próximos a suas áreas de ocupação, por serem lugares marcados por seus antepassados e indicadores do direito indígena de posse da terra. Os Macuxi, de Roraima, controlam estritamente o acesso aos abrigos pintados em sua área (JORGE et al., 2007). Os Krenak, do Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, tentam há décadas conseguir o direito de frequentar os abrigos da Serra da Onça, situados em propriedades particulares. Quando podem visitá-los, preparam-se com cerimônias em que pedem a autorização dos espíritos ancestrais, pois, caso contrário, estes poderiam abandonar o lugar. Permitir que os não indígenas visitem livremente os abrigos pintados seria uma agressão de extrema gravidade, comprometendo a proteção ancestral aos Krenak (BAETA, 2000; JORGE et al., 2007). Para os Waurá, do Alto Xingu, a gruta Kamukuaká é morada dos espíritos, e as pinturas rupestres contam o mito de seu herói fundador. Por este motivo, os Waurá requerem a inserção do abrigo, localizado em uma fazenda agropecuária, nos limites protegidos do Parque Nacional do Xingu (CAVALCANTE, 2002).

Estes são alguns exemplos de manipulação política da cultura material (nestes casos, a arte rupestre) no estabelecimento ou

fortalecimento de traços identitários atuais e na negociação de interesses e poder. Tal problemática tem sido debatida por vários arqueólogos nas últimas décadas, no registro arqueológico e no que tange à relação entre grupos contemporâneos e sua cultura material (HODDER, 1982; CONKEY, 1987; HEGMON, 1992; 1998).

Muitas comunidades não-indígenas que vivem no entorno dos sítios de arte rupestre também os veem como locais de uso ou visitação especial. Os sertanejos, por exemplo, não são muito íntimos dos interiores escuros de cavernas. Para muitos deles, as lapas com arte rupestre são locais evitados e respeitados por serem assombrados e protegidos por espíritos: lá aparecem fogos-fátuos e ouvem-se risadas sobrenaturais, entre outros fenômenos assustadores. Outras vezes, abrigos pintados ou gravuras a céu aberto são locais de peregrinação cristã, motivada por sugestivas formações naturais presentes no entorno dos painéis de figuras. As cavidades rochosas também podem supostamente guardar riquezas mundanas. Nos sertões brasileiros, são comuns os relatos de abrigos escavados por caçadores de tesouros, seguindo a “pista” dada pela arte rupestre. Em Itapeva/SP, por exemplo, acreditava-se que as gravuras de um abrigo indicavam o local onde estaria guardado o ouro dos jesuítas (JORGE et al., 2007).

No cenário de aridez do *carste* do extremo norte de Minas Gerais, há um senhor (já octogenário, em 2004) que em sua juventude trabalhou nos maciços calcários prospectando rios e fontes subterrâneas que pudessem abastecer as fazendas locais. De acordo com seu relato, ele percebeu que dentro das grutas e cavernas em cuja entrada havia uns “homenzinhos vermelhos” pintados, costumava haver água. Assim, “inventou o truque” de se guiar pela presença das figuras rupestres e diz que ganhou em tempo e esforço, redescobrimo um conhecimento muito antigo (RIBEIRO, 2006). Vê-se, assim, que na relação das pessoas de hoje com a arte rupestre, as figuras podem ganhar sentido de sinalização de locais específicos facilitando a navegação e exploração

do território. A investigação das características de inserção dos sítios rupestres no meio físico e sua participação na elaboração de paisagens arqueológicas têm cada vez mais despertado o interesse de arqueólogos brasileiros. Esse interesse aparece em discussões sobre diversos temas, como as relações entre as diferenças estilísticas e os padrões de escolha de suportes, a localização em abrigos ou embasamento rochoso, e o possível uso dos grafismos como instrumento de navegação, de demarcação e de controle de territórios (MARANCA, 1983/1984; BELTRÃO; LIMA, 1986; KIPNIS, 2003; ISNARDIS, 2004; RIBEIRO, 2006).

São comuns os casos de fortes relações afetivas entre comunidades atuais e sítios de arte rupestre que se traduzem num contexto mágico-religioso: os sítios são locais de peregrinação, de prática de rituais, são locais sagrados onde teve lugar alguma façanha de um herói fundador. Essa sacralização tem uma atuação importante na identificação que as pessoas sentem em relação ao território em que vivem. Fixa na rocha, a arte rupestre confirma aos habitantes do lugar que seus antepassados míticos (heróis, entidades ou santos) estiveram ali antes deles.

Mas se a comunidade vizinha dos sítios arqueológicos foi deslocada para um distante espaço planejado por causa de um projeto governamental, a relação destas pessoas com os sítios arqueológicos pode ser diferente. Como no Estado da Bahia, onde a relação dos sertanejos da Serra do Ramalho com os sítios arqueológicos e com a terra é bem outra.

2.1 As aves e as rochas: os reassentados da Serra do Ramalho e as pinturas dos índios

A Serra do Ramalho está localizada no carste sanfranciscano do Sudoeste da Bahia, próximo à divisa com Minas Gerais, na margem esquerda do rio São Francisco. Lá são conhecidos

aproximadamente 60 sítios arqueológicos, boa parte deles com a presença de arte rupestre (RIBEIRO, 2006). Além de pequenas comunidades tradicionais antigas na região, em meados do século XX se estabeleceu um grupo indígena na Serra do Ramalho, além de 23 agrovilas, planejadas nos anos de 1970 para receber famílias de atingidos pela Barragem de Sobradinho, Bahia.

É a relação desta população atingida pela Barragem com a arte rupestre que interessa aqui. Foram reassentadas mais de mil famílias num projeto de colonização que fracassou rapidamente. Essas famílias eram principalmente “beradeiras”, moradoras das barrancas do São Francisco, pessoas que direta ou indiretamente tiravam seu sustento do rio (ESTRELA, 2006). Da margem do grande rio, foram transferidas para o local em que a planície se encontra com a serra, e para as encostas calcárias semi-áridas.

Os abrigos locais são repletos de pinturas rupestres e alguns ainda contam com a presença de fogueiras, armas e outros objetos indígenas em seus pisos. Muitos moradores já viram ou ouviram falar de caveiras encontradas no fundo de um fosso escavado para a construção de muro de arrimo, ou numa cova feita para plantio de bananeira. Outros falam de salões rochosos com paredes e tetos preenchidos por desenhos muito bonitos, mas incompreensíveis, onde os espíritos dos índios guardam o ouro enterrado. Em algumas lapas, os homens cavaram bastante, mas o que de fato conseguiram foi ouvir as risadas e os cochichos de almas indígenas às suas costas, quando iam embora⁸. Afora a busca pelos tesouros escondidos, os sítios rupestres são locais evitados. Não são usados como abrigo de caçadores, nem local de lazer ou religiosidade cristã: nestes casos, parecem ser aproveitadas as cavidades sem grafismos rupestres (as quais quase sempre guardam outros vestígios arqueológicos, como vestígios líticos ou cerâmicos de menor visibilidade).

No dizer de um dos habitantes, “a Serra toda era morada de índio” até a chegada dos colonos do INCRA. Para ele, os

índios conheciam os segredos da terra e os haviam escondido antes de fugir. Um desses segredos é talvez mais valioso que o ouro enterrado: a água. Na região há muitas “grunas tampadas”⁹ nas quais galerias teriam sido fechadas com paredes de barro e pedras para impedir o acesso à água do fundo da caverna. Supostamente tampadas pelos antigos habitantes indígenas, elas negam à população atual a água, riqueza maior do carste.

Esee índio que aparece nos relatos dos moradores da Serra do Ramalho é identificado por alguns como sendo dos Pankaru, que já ocupavam a região há algumas décadas, quando a população atingida pela Barragem de Sobradinho chegou¹⁰. Nesses relatos, os índios aparecem como furtivos e associados às matas e às formações rochosas das serras, como as lapas e os cânions (onde estão muitos sítios arqueológicos). As cavidades rochosas são também os esconderijos onde os índios teriam guardado seus segredos antes de serem confinados numa das agrovilas.

Para os colonos, os índios eram os habitantes originais da Serra e a revolta por sua expulsão os fez esconder o que não poderiam levar. As pinturas dos abrigos são como guardiãs deixadas por eles para proteger seus tesouros (que são também os tesouros da terra): muitas lapas “são assombradas”. A arte rupestre, nos discursos dos novos moradores, parece sempre representar algo que foi perdido; ela marca os locais onde a água e o ouro foram escondidos dos colonos e foram deixados pelos índios que perderam aquelas terras.

A frequência de sítios arqueológicos, muitos deles possíveis esconderijos de riquezas, mostra que no passado (indígena) era possível se viver com abundância na Serra do Ramalho. Os abrigos com arte rupestre são relativos a um tempo de comunidades enraizadas, conhecedoras da terra e de seus segredos, o que nada tem a ver com a atualidade. Os índios foram “expulsos” para a Agrovila 19; os colonos foram expulsos das barrancas do rio para a Serra. Os vestígios arqueológicos surgem, nas falas dos colonos, articulados com as carências

materiais de hoje. O bem-estar e a fartura não são projetados para o futuro, eles aconteceram no passado local de ocupação indígena e no seu próprio passado de “beraderos” do São Francisco.

Muitos colonos abandonaram o assentamento rural do INCRA e dispersaram-se por cidades à beira do São Francisco ou migraram para grandes centros urbanos. Esta população de atingidos pela Barragem de Sobradinho refere-se a si própria como “os filhos de marreca”: criaturas sem pouso certo, desenraizadas (ESTRELA, 2005). Talvez os sítios arqueológicos representem a fixação à terra, algo que os colonos não têm. A ausência de identificação, da população deslocada, com os sítios da Serra do Ramalho pode estar relacionada à recusa em aceitar sua própria fixação forçada, mantendo aberta a ferida da imposição do deslocamento territorial e da diáspora.

3 Sobre as pessoas em primeiro lugar: outros sentidos para a arte rupestre, outros usos que podemos fazer das pesquisas arqueológicas

O que nós denominamos hoje de sítios arqueológicos foi produzido ao longo do desenvolvimento de práticas humanas, às vezes durante muito tempo. Na arqueologia pré-histórica, essa noção nos permite discutir continuidades, rupturas, retomadas e mudanças nas ocupações humanas de um mesmo sítio através de milênios. No estudo da arte rupestre brasileira, muitas equipes de pesquisa preocupam-se em estudar as superposições entre os estilos dos grafismos, a fim de identificar sequências sucessórias (MARTIN, 1997; RIBEIRO; ISNARDIS, 1996/1997; BERRA, 2003; SEDA, 1990; 1996; VIALOU, 2005). Em alguns destes estudos se observa que, quando estabelecidas as posições cronológicas relativas, é possível identificar ‘comportamentos’ de alguns estilos que parecem influenciados pela presença dos

estilos anteriores¹¹. Em casos assim, consideramos as possíveis relações estabelecidas pela comunidade de autores de um estilo rupestre com as figuras precedentes. Eventualmente, os grupos de autores dos estilos superpostos nunca tiveram contato direto. Estes 'comportamentos' resultam da produção de significados para a cultura material de grupos mais antigos, constituindo relações intergrupais imaginadas, cuja visibilidade arqueológica reside nos padrões de evitação, obliteração, neutralidade etc., que identificamos na distribuição das figuras pelos suportes rochosos.

Ao expandirmos essa compreensão para a participação dos sítios arqueológicos no imaginário de grupos atuais, ampliam-se as possibilidades de estudo do registro arqueológico. Nessa ampliação, surgem novas perspectivas de discussão de estratégias de preservação cultural, relevantes nestes tempos em que arqueólogos e antropólogos são, com frequência, chamados a elaborar laudos dos impactos de obras públicas e de explorações econômicas sobre o patrimônio arqueológico e sobre as comunidades tradicionais.

Desde os anos de 1980 tem-se argumentado, num contexto introduzido pela vertente pós-processual da arqueologia e consolidado no *World Archaeological Congress*, que as interpretações sobre o passado produzidas pelos arqueólogos estão imbricadas no engajamento político e social dos pesquisadores e têm implicações efetivas sobre a vida das pessoas (HODDER, 1986; PAYTER; MACGUIRE, 1991; JONES, 1997). As pesquisas desenvolvidas sob esta inspiração, conhecida como arqueologia pública, têm se voltado especialmente para os casos em que o patrimônio arqueológico é identificado por comunidades tradicionais como referentes a seu próprio passado.

Ao considerarmos as relações afetivas de comunidades atuais com os sítios arqueológicos, abre-se uma possibilidade de reforço mútuo. Tanto essas comunidades quanto os sítios são extremamente vulneráveis aos, hoje, corriqueiros empreendimentos econômicos que implicam no deslocamento de popu-

lações e na destruição de vestígios arqueológicos. Se fosse uma prática habitual destacar a participação dos sítios arqueológicos na vida cotidiana destas pessoas, evidenciando desta forma a participação da cultura material nos permanentes processos humanos de produção de significados, enfatizaríamos também a importância do vínculo destas comunidades com a terra onde vivem. Assim, poderíamos questionar a relevância de se avaliar se essas pessoas vivem naquelas paragens há décadas, séculos ou milênios, para então decidir, pelo critério da antiguidade da fixação, se elas têm ou não direito de se apropriar de uma arte rupestre que não é “originalmente sua”. Podemos considerar que, se os ocupantes de uma região atribuem significados próprios aos sítios arqueológicos nela existentes, essas populações delineiam paisagens culturais singulares, nas quais locais e artefatos pré-históricos ganham sentido atual nas experiências e nos desejos das pessoas. Deixa de ter relevância principal, portanto, se seus antepassados foram ou não os autores da arte rupestre, pois, efetivamente, a partir das relações dessas pessoas com os sítios podemos conhecer melhor suas relações com o passado, com o presente e com o território que ocupam. O estudo das relações de comunidades tradicionais com os sítios arqueológicos pode não só ajudar a destacar seus direitos de propriedade à terra em que vivem, mas também dar visibilidade a mecanismos de resistência e recusa de processos sociais a elas impostas.

NOTAS

- ¹ Sentido é aqui utilizado como equivalente a “significado pragmático” - relativo ao uso dos significantes em um contexto singular – distanciando-se, portanto, do “significado simbólico” (ou semântico) - concernente à relação referencial dos significantes (Cf. AUSTIN, 1975; JACOB; 1985).
- ² Ver sínteses em GUIDON, 1981; PROUS, 1992; MARTIN, 1997
- ³ Desde Ruth Benedict, trabalhava-se com a idéia de que os padrões que definem e diferenciam as culturas seriam inconscientes para os indivíduos que a compartilham (CUCHE, 1999).

- ⁴ De fato, exceto por uma ou outra tentativa isolada (GRUHN, 1983; BELTRÃO, 1994), o uso de dados etnográficos no estudo da arte rupestre brasileira tem se intensificado apenas nos últimos tempos (MORALES JR., 2002; FARIA; BELTRÃO, 2002; SILVA, 2001; 2003).
- ⁵ Ver revisões em PROUS, 1992; MARTIN, 1997; PEREIRA, 2003; RIBEIRO, 2004; RIBEIRO; PROUS, 2007
- ⁶ Apoiada em fontes históricas e etnográficas, a interpretação xamânica, que ganhou fôlego no final do século XX, busca explicar a arte rupestre no contexto de rituais propiciatórios de ganhos coletivos. De acordo com esta explicação, se estimulado por danças vigorosas, sons persuasivos e substâncias psicoativas, o sistema nervoso central do ser humano pode produzir visões e experiências alucinatórias quase idênticas, resultando nas marcadas correspondências entre crenças e práticas xamânicas de grupos separados no tempo e no espaço (LEWIS-WILLIAMS; DOWNSON, 2001; OUZMAN, 1998). Assim, muitos pesquisadores têm conduzido suas interpretações para a identificação, na arte rupestre, de aspectos universais do fenômeno do xamanismo. Por exemplo, são atribuídas possíveis conexões de significado às figuras geométricas simples (encontradas em suportes rochosos de quase todo o mundo) e as imagens entópticas (a representação dos fosfenos) similares, produzidas por xamãs contemporâneos em estados alterados de consciência. Ou a interpretação possível de figuras de seres vivos que não são reconhecidos por nós na nossa realidade sensível, como a transmutação dos xamãs em outros seres; além da interpretação de figuras inacabadas como seres que emergem da ou submergem na rocha (WHITLEY, 2000; CLOTES; LEWIS-WILLIAMS, 1989; OUZMAN, 1998; LEWIS-WILLIAMS, 1989, entre outros; para o Brasil, ver FARIA, 1997; FARIA; BELTRÃO, 2002).
- ⁷ Ver discussão da arqueoastronomia da arte rupestre em RIBEIRO e PROUS, 1998.
- ⁸ Um abrigo ricamente decorado com pinturas rupestres foi encontrado em escavação feita por um dos caçadores locais de ouro. Ele encontrou uma múmia tão preservada que guardava seus longos cabelos. Levaram o corpo enrolado na mesma esteira de palha na qual foi enterrado. Os vizinhos foram chamados a ver a descoberta; passada a curiosidade, o esqueleto foi abandonado perto do curral – nunca entrou em casa. Em pouco tempo, foi destruído pelo pisoteio do gado.
- ⁹ “Grunas tampadas” são abrigos rochosos com antigos condutos preenchidos por brecha carbonática (um conglomerado de argilas, seixos e o que mais fosse arrastado pela correnteza). Muitas dessas grunas têm arte rupestre em sua entrada ou no interior devido ao intenso aproveitamento pré-histórico dos abrigos rochosos para pintar e gravar figuras rupestres.
- ¹⁰ O grupo familiar do patriarca Apolônio Kinane, originário de Pernambuco, instalou-se nas matas fechadas e devolutas da Serra do Ramalho nos anos cinquenta ou sessenta e se auto-denominou Pankaru. Em meados dos anos de 1970, os Pankaru, que viviam frequentes conflitos com posseiros e grileiros, foram surpreendidos com a chegada da população reassentada da área ocupada pelo lago de Sobradinho. Atualmente, seu território homologado compreende mil hectares e um lote com cinquenta casas na Agrovila 19 do INCRA (ESTRELA 2003; ANAI, [20--]).
- ¹¹ Ver por exemplo PROUS; SEDA, 1987; PESSIS; GUIDON, 2000; ISNARDIS, 2004; RIBEIRO, 2006.

Referências

AITAY, D. As gravações rupestres de Itapeva. **Revista da Universidade Católica de Campinas**, Campinas, SP, ano , v.14, p. 29-61, 1970.

ALEMANY, F. P. El calendario solar da “Pedra de Ingá” – una hipótesis de trabajo. **Boletim do Instituto Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 4, p.1-44, 1986. (Série Ensaíos).

ASCHERSON, N. **Public archaeology**, [S.l.], vol.1, no.1, p. 1-4, Spring 2000. Editorial.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE AÇÃO INDIGIANISTA (Brasil). **Relato dos Pankarú ontem e hoje**. Salvador: [s.n.], [20--].

AUSTIN, J.L. **How to do things with words**. Cambridge: Harvard University Press, 1975.

BAETA, A. M. Grutas e abrigos "encantados" - Parque Sete Salões - Serra Takrukkrak - Vale do Rio Doce. **O Carste**, [S.l.: s.n.], n. 12, p. 68-74, 2000.

_____; SILVA, M.; PROUS, A. Organização do espaço pictural nos sítios rupestres da região de Lagoa Santa - MG.. CONGRESSO ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS QUATERNÁRIOS, 3., 1992, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ABEQUA/MHNJB-UFMG, 1992.

_____; MATTOS, I. M. Representações rupestres, etno-história e identidade no vale do Rio Doce, MG.. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 303-320, 1994.

BARRETO, C. Arqueologia Brasileira: uma perspectiva histórica e comparada. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 3, p. 201-212, 1999. Suplemento.

BELTRÃO, M. da C. de M. C. As pinturas rupestres da Chapada Diamantina e o mundo mágico-religioso do homem pré-histórico brasileiro. **Catálogo de Exposição**, Rio de Janeiro: Organização Odebrecht ,1994.

_____; DANON, J.; NADER, R.; MESQUITA, S. DE S. et al. Les Représentations Pictographiques de la Serra Calcaria: les tocas de Buzios et de Esperança. **L'Anthropologie**, Paris, v. 94, n.1, p.139-154, 1990.

_____; LIMA, T. A. O projeto central, Bahia: os zoomorfos da serra Azul e da serra de Santo Inácio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 21, 146-157, 1986.

BERRA, J. **A arte rupestre na serra do Lageado**, Tocantins. 2003. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

BERTELSON, R; LILLEHAMMER, A.; NAESS, J-R. (Ed.). **Were they all men?** An examination of sex roles in prehistoric society. Stavanger: Arkeologist Museum i Stavanger, 1987.

CALDERÓN, V. Nota prévia sobre três fases da arte rupestre no Estado da Bahia. **Universitas**, Salvador, n. 5, p. 5-17, 1970.

CAVALCANTE, S. Kamukuaká. **Brasil indígena**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 17-21, 2002.

CLOTTE, J.; LEWIS-WILLIAMS, D. **Les chamanes de la Préhistoire** – texte intégral, polémique et réponses. Paris: La Maison des Roches, 2001.

COLLINS, D.B; ONIANS, J. The origins of art. **Art History**, [S.l.], vol. 1, no. 1, p. 1-25, Mar. 1978. Part II, commentary.

COLPRON, A. M. Monopólio masculino do xamanismo amazônico: o contra-exemplo das mulheres xamã Shipibo-Conibo. **Mana**, Rio de Janeiro, v.1, n. 11, p. 95-128, 2005.

CONKEY, M. W. New approaches in the search for meaning? A review of research in “Paleolithic Art”. **Journal of Field Archaeology**, Boston, no. 14, p. 413-430, 1987.

_____; SPECTOR, J. D. Archaeology and the Study of Gender. **Advances in Archaeological Method and Theory**, London, no. 7, p. 1-32, 1984.

CROCKER, W. H. **Canela**. [S.l.]: Enciclopédia dos povos indígenas, 2002. Disponível em:<<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/canela/print>>. Acesso em: 20 abr. 2009

CUCHE, D. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

D’ANGLURE, B. SALADIN. Rethinking inuit shamanism through the concept of ‘Third Gender’. In: HOPPÁL, M.; PENTIKÄINEN, J. (Ed.). **Northern religions and shamanism**. Budapest: Ethnological Uralica, Akadémiai Kiadó: Helsinki: Finish Literature Society, 1992.

DIAS, A. S. **Diversificar para poblar**: el contexto arqueológico brasileiro em la transición Pleistoceno-Holoceno. [S. l.]: Rupestreweb, 2005. Disponível em:<<http://www.rupestreweb.info/arqueobrasil.html>>. Acesso em: 20 abr. 2009.

DURRANS, B. Theory, profession, and the political role of archaeology. In: SHENNAN, S. (Org.). **Archaeological approaches to cultural identity**. London: Unwin Hyman, 1989.

ESTRELA, E. S. **Pankaru**. [S. l.]: Enciclopédia dos povos indígenas, 2003. Disponível em: < <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/pankaru/print> >. Acesso em: 20 abr. 2009.

_____. Como filhos de marrecas: a experiência dos “beraderos” sanfranciscanos após a construção da barragem de Sobradinho - Bahia. **Imaginário**, São Paulo, v. único, n. 10, p. 341-361, 2005.

_____. Um caso de deslocamento compulsório: o projeto especial de colonização da Serra do Ramalho, Bahia. 2006. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito. **Anais...** Quito: Associação Latino-Americana de Sociologia Rural 2006. 1 CD-ROM.

FARIA, F. S. Comparação do registro rupestre do Médio São Francisco com motivos gráficos do grupo lingüístico Tukano: um teste para a hipótese xamânica. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 7, p. 23-47, 1997.

_____; BELTRÃO, M.C. de M. C. A transformação em animal e a representação do felino no registro rupestre do Médio São Francisco. **Clio Arqueológica**, Recife, v.1, n. 15, p.109-130, 2002.

FUNARI, P. P. Desaparecimento e emergência dos grupos subordinados na arqueologia brasileira. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 8, n.18, p. 131-153, dez. 2002.

_____. Teoria e métodos na arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia. **Mneme Revista de Humanidades**, Caicó, v. 13, n. 6, p. 1-5, 2004/2005.

_____; HALL, M.; JONES, S. Public archaeology from a Latin American perspective. **Public Archaeology**, London, vol. 1, no. 1, p. 239-243, Spring 2001.

GASPAR, M. D. Cultura: Comunicação, arte e oralidade na pré-história do Brasil. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 6, p. 117-132, 2004.

GERO, J. M. Socio-Politics and the woman-at-home ideology. **American Antiquity**, Washington DC, vol. 50, no. 2, p. 342-350, Apr. 1985.

GERO, J. M. "Why? And whither? WAC. **World Archaeological Congress Bulletin**, Washington DC, vol. 12, p. 55-63, 2000.

GRUHN, R. Projections of Gê social structure in the rock art of Northern Minas Gerais, Brazil: an hypothesis. **Revista de Arqueologia**, Belém, v. 1, n. 1, p. 40-45, 1983.

GUIDON, N. Tradições e estilos da arte rupestre do Sudeste do Piauí. Pré-História Brasileira. **Aspectos da arte parietal**, São Paulo: Belo Horizonte, v. único, p.19-20, 1981.

HAYS-GILPIN, K. A. **Ambiguous images** – gender and rock art. Walnut Creek: Altamira Press, 2004.

HEGMON, M. Archaeological research on style. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto: no. 21, p. 517-536, Oct. 1992.

_____. Technology, style and social practices: archaeological approaches. In: STARK, M. (Ed.) **The archaeology of social boundaries**. Washington DC: Smithsonian Intitution Press, 1998.

HEIDER, K. G.. Archaeological assumptions and ethnographical facts: a cautionary tale from New Guinea. **Southeastern Journal of Anthropology**, Providence, n. 23, p. 52-64, 1967.

HODDER, I. Politics and ideology in the world archaeological congress 1986. **Archaeological Review from Cambridge**, Cambridge, vol. 5, no. 1, p. 113-119, Spring 1986.

_____. **Symbols in action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

HOLLIMON, S. E. The gendered peopling of the North America: addressing the antiquity of systems of multiple genders. In: PRICE, N. (Ed.). **The archaeology of shamanism**. London: Routledge, 2001.

ISNARDIS, A. **Lapa, parede, painel** – distribuição das unidades estilísticas de grafismos rupestres do vale do rio Peruaçu e suas relações diacrônicas (Alto-Médio São Francisco, Minas Gerais). 2004. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)– Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

JACOB, P. Sentido/Significado. In: AA.VV. **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda,1985.

JONES, S. **The archaeology of ethnicity**: constructing identities in the past and present. London: Routledge, 1997.

JORGE, M.; PROUS, A.; RIBEIRO, L. **Brasil Rupestre: arte pré-histórica brasileira**. Curitiba: Zencrane Livros, 2007.

KIPNIS, R. Long-term land and tenure systems in Central Brazil: evolutionary ecology, risk-mant and social geography. In: FITZHUGH, B.; HABU, J. (Ed.). **Beyond foraging and collecting: evolutionary change in hunter-gatherer settlement systems**. New York: Plenum, 2003.

LAMING, A. **La signification de l'art rupestre paléolithique: méthodes et applications**. Paris: A. & J. Picard, 1962.

LATOUR, B. From Realpolitik to Dingpolitik - or how to make things public. In: _____; WEIBEL, P. (Ed.). **Making things public: atmospheres of democracy**. Cambridge: MIT, 2005.

LEROI-GOURHAN, A. **La Préhistoire**. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.

_____. **Religions de la Pre-Histoire**. Paris: Puf, 1964.

LEWIS-WILLIAMS, D. **Images of power: understanding bushman rock art**. Johannesburg: Southern Book Publishers, 1989.

_____; DOWSON, T. Aspects of Rock Art Research – a critical retrospective. In: _____. (Ed.). **Contested images: diversity in Southern African rock art research**. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 2001.

MARANCA, S. Níveis e categorias com vistas a uma classificação preliminar dos abrigos com arte rupestre. **Revista do Museu Paulista**, n. 30, p. 235-247, 1983/1984.

MARSCHACK, A. **The roots of civilization: Cognitive Beginnings of Man's First Art Symbol and Notation**. New York: McGraw-Hill, 1972.

MARTIN, G.. **Pré-história do nordeste do Brasil**. 2. ed. Recife: Editora Universitária/UFPE, 1997.

MOI, F. P.; MORALES, W. F. Arqueologia y herencia cultural Paresi (Brasil). In: GNECCO, C.; AYALA, P. (Org.). **Pueblos indígenas y arqueologia en America Latina**. Bogotá: Fondo de Cultura, 2007.

MORALES JR., R. **The Nordeste tradition: innovation and continuity in Brazilian rock art**. 2002. Tese (P.H.D.)- Virginia Commonwealth University, Richmond, 2002.

OUZMAN, S. Towards a mindscape of landscape: rock-art as expression of world-understanding. In: CHIPPINDALE, C.; TAÇON, P. (Ed.). **The archaeology of Rock-Art**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

PAYTER, R.; MCGUIRE, R.H. The archaeology of inequality: material culture, domination, and resistance. In: PAYNTER, R.; MCGUIRE (Ed.). **The archaeology of inequality**. Oxford, UK: Blackwell, 1991.

PEREIRA, E. **Arte rupestre na Amazônia-Pará**. São Paulo: Belém: Editora UNESP: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2003.

PESSIS, A. M.; GUIDON, N. Do estudo das gravuras rupestres pré-históricas no Nordeste do Brasil. **Clio**, Recife, v. 1, n.15, p. 29-44, 2002. (Série Arqueológica).

_____. **Imagens da pré-história** – Parque Nacional Serra da Capivara. [S.l.]: FUMDHAM: PETROBRÁS, 2003.

_____. Registros rupestres e caracterização das etnias pré-históricas. In: VIDAL, L. (Org.). **Grafismo Indígena** – estudos de antropologia estética. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 2000.

PROUS, A. **Arqueologia brasileira**. Brasília: Editora da UNB, 1992.

_____. As categorias estilísticas nos estudos da arte pré-histórica: arqueofatos ou realidades? **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 3, p. 251-261, 1999. Suplemento.

_____. Histórico do Setor de Arqueologia e papel das missões franco-brasileiras. In: REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 8., 1995, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

_____. Les sculptures zoomorphes du sud Brésilien et de l'Uruguay. **Cahiers d'archaéologie d'Amerique du Sud**, Paris, n.5, p. 177, 1977.

_____; SEDA, P. Cronologias, tradições e metodologia na arte rupestre do Sudeste. **Boletim do Instituto de Arqueologia Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 3, p.177-181, 1987. (Série Catalogos).

REICHEL-DOLMATOFF, G.. Rock paintings of the Vaupés: an essay of interpretation. **Folklore Americas**, Los Angeles, vol. 2, no. 26, p.107-113, 1967.

RIBEIRO, L. Contexto arqueológico, técnicas corporais e comunicação: dialogando com a arte rupestre do Brasil Central (Alto-Médio São Francisco). **Revista de Arqueologia**, Belém, v. 21, n. 2, p. 51-72, 2008.

RIBEIRO, L. Noticias de las investigaciones en arte rupestre prehistorica brasileña (2002-2004): producción bibliográfica y eventos. **Boletín de la Siarb**, Cochabamba, n. 18, p. 28-30, 2004.

_____. O acervo gráfico da Lapa do Gigante. **Arquivos do Museu de História Natural**, Belo Horizonte, n. 17/18, p. 331-406, 1996/1997.

_____. **Os significados da similaridade e do contraste entre os estilos de arte rupestre** – um estudo regional das gravuras e pinturas do alto-médio São Francisco. 2006. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. O setor de Arqueologia da UFMG e as pesquisas sobre a arte rupestre brasileira em grandes linhas: um balanço crítico. In: OLIVEIRA, A. P. DE P. L. (Org.). **Arqueologia e patrimônio de Minas Gerais**. Juiz de Fora: Editar, 2007.

_____. Repensando a tradição: a variabilidade estilística na arte rupestre do período intermediário de representações no médio rio São Francisco. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 17, p.117-127, 2007.

RIBEIRO, L.; PROUS, A. Arqueoastronomia: uma difícil e necessária coexistência entre audácia e prudência. In: JALLES, C. (Org.). **O homem e o cosmos: visões de arqueoastronomia no Brasil**. Rio de Janeiro: Edição Museu de Astronomia e Ciências Afins, 1998.

_____; ISNARDIS, A. Os conjuntos gráficos do Alto - Médio São Francisco (Vale do Peruaçu e Montalvânia) – caracterização e seqüências sucessórias. **Arquivos do Museu de História Natural**, Belo Horizonte, n. 17/18, p. 243-286, 1996/97.

ROSS, M. Emerging trends in Rock-Art Research: hunter-gatherer culture, land and landscape. **Antiquity**, New York, vol. 75, ed. 289, p. 543-548, Sept. 2001.

SANTOS, B. de S. Da dogmatização à desdogmatização da ciência moderna. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SCHAAFSMA, P. Form, Content, and Function: Theory and Method in North American Rock Art Studies. In: SCHIFFER, M.B. (Ed.). **Advances in archaeological method and theory**. New York: Academic Press, 1985. 8 v.

SEDA, P. Arte rupestre e reconstituição arqueológica: enfoque e contexto. In: KERN, A. A. (org.) REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 8., 1996, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. p. 469-488. (Coleção Arqueologia).

_____. Estúdio de cronologia em el arte rupestre de Minas Gerais: el sitio Boqueirão Soberbo. **Boletín de la Sociedad de Investigación del Arte Rupestre de Bolívia**, La Paz, n. 4, p. 64-74, 1990.

SILVA, S. B. da.. **Etnoarqueologia dos grafismos Kaingang**: um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais. 2001. Tese (Doutorado em Antropologia Social)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. O sistema de representações visuais (Proto) Jê meridional. CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA 12., 2003, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2003.

TAÇON, P. Identifying sacred landscapes in Australia: from physical to social. In: ASHMORE, W.; KNAPP, B. (Ed.). **Archaeologies of Landscape**. Oxford: Blackwell, 1999.

VIALOU, D. Lês peintures pariétales de Santa Elina, Mato Grosso, Brésil. **Bulletin de la Société Préhistorique Française**, Paris, tome 84, no. 10/12, p. 403-406, oct./déc. 1987.

_____. Representações rupestres. In: VILHENA-VIALOU, A. (Org.). **Pré-história do Mato Grosso – Santa Elina**. São Paulo: EDUSP, 2005.

VOSS, B. L. Engendered Archaeology: men, women and others. In: HALL, M.; SILLIMAN, S.W. (Ed.). **Historical archaeology**. Malden;Oxford;Victoria: Blackwell Publishing, 2006.

WHITLHEY, D. Finding rain in the desert: landscape, gender and far western North American rock-art. In: CHIPPINDALE, C.; TAÇON, P. (Ed.). **The archaeology of Rock-Art**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

_____. **The art of the shaman**: roch art of California. Salt Lake City: University of Utah Press, 2000.

WUST, I.; VAZ, L.J. de M. Grafismos de ação no Alto São Lourenço, sudeste do Mato Grosso. **Revista do Museu Antropológico**, Goiânia, n. 2, p. 47-87, 1998.

Recebido em: 5 de março de 2008.

Aprovado em: 30 de abril de 2008.

Arqueologia e gestão de recursos culturais entre os Paresi da Chapada dos Pareci, MT (Brasil)

Flavia Prado Moi
Walter Fagundes Morales

1 Apresentação¹

No contexto brasileiro, o crescimento vertiginoso da pesquisa arqueológica associado à legislação de preservação patrimonial é consequência da democratização do país e da adoção de políticas públicas voltadas para a participação dos cidadãos na gestão social do seu patrimônio cultural. Esse crescimento permitiu uma arena para debate acerca das questões arqueológicas e de herança, sobre como elas estão relacionadas ao mundo mais amplo da economia, da cultura, da política, da ética, dos governos e das questões sociais, educacionais e de gerenciamento. Tal fato fez com que a posição dos direitos humanos, de uma maneira geral, e, em particular, dos direitos das populações indígenas, de decidir ou compartilhar decisões sobre o tratamento, a interpretação e a gestão de seus sítios e objetos, tenham aumentado paulatinamente (ASCHERSON, 2000; FUNARI, 1999a, 2001, 2005; FUNARI; ORSER JR.; SCHIAVETTO, 2005).

A pesquisa que vem sendo desenvolvida em área Paresi², povo indígena situado na Chapada dos Pareci, Estado do Mato Grosso, Brasil, é um exemplo da crescente preocupação com os aspectos públicos da arqueologia, entendidos como as questões de planejamento econômico e ações sociais e políticas envolvidas

na prática da disciplina, e procura conhecer e discutir os desdobramentos políticos, socioculturais e econômicos havidos nessa região a partir da década de 1990³.

2 Emancipação indígena, desenvolvimento econômico e sustentabilidade

O século XX foi palco de uma extraordinária explosão econômica, aliada ao acentuado crescimento demográfico, principalmente dos países mais pobres, e a intensidade e rapidez com que as informações passaram a fluir fizeram com que fossem notados dois graves problemas ambientais: poluição e deterioração ecológica.

A apropriação indiscriminada de recursos em escala mundial no pós-guerra fez com que, no início dos anos 1960, emergissem movimentos de contestação social em vários países ocidentais capitalistas. São exemplos disso os esforços que se fundem e se somam aos movimentos de contracultura, raciais e estudantis, de aversão ao militarismo, ao industrialismo e ao colonialismo dominante, e a crítica a uma sociedade de consumo sem limites (HOBSBAWM, 1995). Embora a crítica a esses movimentos fosse eminentemente cultural, voltada ao *american way of life*, em seu bojo estava inserida a preocupação com o que estava sendo feito do mundo e com a forma como os recursos naturais estavam sendo apropriados e rapidamente esgotados (GOUDIE, 1990, ARBIX et al., 2002).

Com o passar dos anos, o tema ecológico saiu da esfera dos especialistas e de pequenos grupos e atingiu as massas. Isso só aconteceu quando os desastres com petroleiros, os desmatamentos constantes e os grandes acidentes envolvendo usinas nucleares e contaminação tóxica em larga escala, como em Three-Mile Island nos Estados Unidos (1979), em Bopahl na Índia (1984), em Seveso na Itália e, em especial, em Chernobyl, na extinta

URSS (1986), se tornaram de conhecimento do grande público. Potencializados pela velocidade e pelo poder da informação e da mídia e com a forte ação de ONGs ambientalistas de alcance mundial, como o Greenpeace e a WWF, esses acidentes ultraparam o nível local, servindo de fermento para o despertar de uma consciência ambiental globalizada (GARRARD, 2006).

Com a intensificação dos problemas ambientais e o reconhecimento de que estes não podem ser vistos como um simples impacto localizado, pois suas consequências afetam todo o globo – ainda que em intensidade e de modo diferenciados –, novos e numerosos atores surgiram no campo da política internacional.

Na busca por formas de desenvolvimento sustentável⁴, grupos sociais tradicionais, minorias étnicas, grupos religiosos, Organizações Não Governamentais (ONGs) e representantes dos países em desenvolvimento (antes conhecidos pela alcunha de Terceiro Mundo) começaram a ser ouvidos na arena internacional.

Expressão direta e maior desse fato foi quando a Organização das Nações Unidas declarou 1995-2004 a Década Internacional dos Povos Indígenas do Mundo e criou, em 2002, o Fórum Permanente sobre Questões Indígenas.

Assim, vários novos atores étnicos ganharam espaço, principalmente aqueles que detêm porções de território preservados do ponto de vista ambiental e abrigam, em suas sociedades, conhecimentos tradicionais que podem auxiliar o futuro da humanidade; outros pelo reconhecimento de sua luta histórica contra a degradação ambiental. Além disso, como a globalização facilitou a organização dos povos indígenas, vários deles passaram a angariar fundos e a participar, em rede com outros grupos de todo o mundo, com maior impacto e alcance político do que anteriormente.

No caso específico do Brasil, a causa indígena também conseguiu chegar à arena internacional por meio da ação de algumas lideranças indígenas apoiadas por seus povos e algumas

organizações indigenistas. Os povos indígenas passaram de uma situação de tutela plena até os 1960, para a fase das assembleias (anos 1970), das uniões interétnicas (anos 1980), atingindo os projetos políticos, sociais e econômicos interétnicos dos anos 1990-2000 (NEVES, 2003).

As vitórias mais importantes do movimento indígena brasileiro ocorreram na década de 1980, após o fim do regime militar, como consequência da mobilização dos grupos indígenas e de um ambiente político propício: foi promulgada a atual Constituição que reconhece o direito à diferença e vários grupos étnicos intensificaram a luta pela demarcação e a homologação de suas terras.

A Constituição Federal promulgada em 1988 modificou os marcos jurídicos referentes às questões ambientais e indígenas. Nela ficou definida, em seu Capítulo II, Artigo 22, a competência da União para legislar sobre questões relativas às populações indígenas, e em seu artigo 24, a competência da União, concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal, para legislar sobre questões ambientais. Em seu Capítulo VI, Artigo 225, estabelece a incumbência do poder público de exigir estudo prévio de impacto ambiental para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de degradação do meio ambiente (Parágrafo 1º, IV).

No que diz respeito à relação entre a sociedade nacional e a população indígena, do ponto de vista jurídico, a Constituição de 1988, em seu Capítulo VIII, Artigo 231, reconhece aos índios sua organização social, costumes, línguas e tradições, e os direitos originários sobre as terras por eles ocupadas tradicionalmente, devendo a União demarcá-las, protegê-las e fazer respeitar todos os seus bens; e no Artigo 232, que os índios e suas organizações são parte legítima para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses.

Vivendo, muitas vezes, em terras que pertencem à União e protegidos por lei (Constituição de 1988), esses povos estão, de uma maneira geral, em áreas ambientalmente melhor preserva-

das (GRAY; PARELLADA.; NEWING, 1998; VICENZO, 2003)⁵.

Como em muitas delas os recursos naturais – fauna e flora – oferecem menor degradação, estabeleceu-se, no Brasil, como em vários outros países, um forte paralelismo entre a questão ambiental e a indígena (TOLEDO, 1992; BERKES et al., 1993), tratadas de forma quase indissociável nas últimas quatro décadas (REICHEL-DOLMATOFF, 1976; ALARCÓN-CHÁIRES, 2006). Essa situação fez com que na questão ambiental começasse a ser sistematicamente utilizado o conceito de sustentabilidade, e na indígena, o de multiculturalismo emancipatório, surgindo, inclusive, vínculos semânticos intrinsecamente ligados à natureza e às populações humanas sob o termo de “povos da floresta”.

Concomitante a essa crescente articulação política indígena e à tendência de fortalecer uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, aumentou a pressão em todos aqueles países que ainda mantêm parte significativa de suas reservas naturais e que optaram por reproduzir o modelo econômico dos países desenvolvidos (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento 2004), tais como a Colômbia (NINO; MONTALVO, 2006), Argentina (GORDILHO; LEGUIZAMÓN, 2002) e Brasil.

Essas novas necessidades globalizantes, longe de serem um fenômeno novo (HARVEY 1985, 1989, 1996), aceleraram os fluxos de investimento para a produção de energia elétrica e a promoção de indústrias extrativas, como o petróleo, o gás, a mineração e a madeira, ampliando os impactos causados ao meio ambiente e afetando a sobrevivência de vários povos indígenas que ocupam territórios com recursos naturais valiosos.

Tais alterações refletiram de forma direta nas realidades indígenas emergentes em povos que estão adquirindo crescente autonomia no manejo e gerenciamento dos recursos à sua disposição nos campos político, social, econômico e ambiental. A maior parte dos grupos indígenas brasileiros quer manter (ou atingir) status diferenciado como grupo étnico, com língua e

costumes próprios, dentro e fora das suas reservas, e, ao mesmo tempo, usufruir de parte dos bens de consumo e benefícios da sociedade envolvente.

Contudo, a crescente inserção e conhecimento nos meandros da sociedade envolvente - no mundo dos “brancos” – acabaram por chocar muitos segmentos sociais urbanos e rurais e a famosa frase de que haveria “muita terra para pouco índio” começou a ser substituída, por parte da mídia, nos lobbies políticos e nas grandes corporações, pela frase “nem mais índios eles são”. Sintomaticamente, após uma série de vitórias e uma melhoria considerável nas condições de saúde de várias etnias – que se refletiu em sua expansão demográfica – a partir da década de 1990 começou a haver uma diminuição da força e simpatia dentro de vários setores da sociedade brasileira pela causa indígena.

Entre os vários motivos que levaram a isso não é de se desprezar as sucessivas imagens expostas na mídia de índios proprietários de caminhonetes e aviões a custo da exploração ou de arrendamento dos recursos naturais de suas reservas. Esse desgaste acontece porque no imaginário da sociedade nacional, da mídia e da classe política, os índios deveriam continuar isolados, recebendo miçangas, usando penas na cabeça e pintura corporal, e esperando que os brancos resolvam as suas necessidades e lutem por eles em uma situação de eterna tutela. Ou seja, se por um lado há uma emancipação crescente das etnias indígenas como agentes sociais independentes, por outro, essa velocidade dos últimos anos acabou por criar um descompasso entre o amadurecimento das etnias e a percepção da sociedade brasileira sobre estes mesmos grupos.

Procurando acompanhar as mudanças que estão ocorrendo entre os povos indígenas, podemos perceber uma série de ações cujos projetos, cursos e treinamentos têm sido desenvolvidos pelas ONGs, Universidades, instituições religiosas, órgãos governamentais, como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI)

etc. Muitas dessas ações têm por objetivo apoiar as populações indígenas em sua busca pela autonomia e pela independência econômica, obtidas por meio da exploração sustentável das riquezas existentes em suas terras. Essas ações refletem a própria definição de cultura, que supõe estar em constante mudança e adaptação às novas realidades cotidianas.

É importante destacar que esses avanços não acontecem por igual entre os grupos indígenas brasileiros. O motivo desse descompasso é que existem diferenças significativas, de engajamento político dos grupos, na demografia e, principalmente, nos recursos e riquezas existentes em seus territórios, o que amplia ou diminui o poder de barganha com o “mundo dos brancos”. Isso acontece porque no Brasil existem desde grupos indígenas ainda desconhecidos, a isolados ou com pouco contato com a sociedade nacional, passando por etnias com singelos e modestos planos para a criação de galinhas e ou hortas comunitárias voltadas para a subsistência, até etnias com capacidade para articular a eleição de políticos indígenas, planejar a derrubada do cerrado para efetuar arrendamento para o cultivo de soja para latifundiários, permitir a extração da floresta por madeireiras ou desviar corpos d’água para a garimpagem de metais preciosos dentro das reservas, o que é proibido pela legislação brasileira.

O contato com os brancos e a inclusão desses grupos na economia monetária nacional levam cada vez mais à criação de desejos e necessidades que dificilmente são supridos. Como diria Marshall Sahlins (1978), “as necessidades podem ser ‘facilmente satisfeitas’, seja produzindo muito, seja desejando pouco”. Pode-se dizer que, como o limite entre o dispensável e o indispensável é bastante tênue e subjetivo, ele acaba estando relacionado à possibilidade de aquisição dos produtos.

Os produtos industrializados, obtidos a partir desses recursos monetários ou na forma de doações diretas de equipamentos, passaram a ser considerados indispensáveis no dia a dia dessas

comunidades. A existência, por exemplo, de um veículo motorizado gera custos, pois necessita de recursos para sua manutenção: combustível, peças de reposição, custos com mão-de-obra, habilitação dos condutores, impostos etc.

Essas situações inusitadas fazem com que seja cada vez mais comum a existência de grupos indígenas interessados em obter, com as riquezas das suas terras, dividendos que lhes propiciem consumir os produtos almejados. Várias sociedades indígenas brasileiras buscam usufruir de bens de consumo e, ao mesmo tempo, manter status diferenciados como grupos étnicos com línguas e costumes próprios, dentro e fora de suas reservas.

Os processos de emancipação política e econômica dos povos indígenas acabaram por criar um descompasso entre os interesses dos grupos indígenas e a percepção que a sociedade envolvente tem sobre eles, sobre suas necessidades de território e de apoio financeiro da Federação, sobre a preservação das áreas que ocupam e as mudanças culturais dessas sociedades que, assim como tantas outras, precisam utilizar os recursos ambientais a sua disposição para alcançar uma melhor qualidade de vida.

Assim, se por um lado são reconhecidos como povos protetores da floresta, cada vez mais muitos grupos indígenas, tais como os Paresi, Irantxe e Nanbikwara, no Mato Grosso, ou Kadiwéu, no Mato Grosso do Sul, têm se utilizado das terras que ocupam para obter recursos financeiros, interrompendo um processo histórico de preservação das suas reservas e territórios contra a exploração e a ganância capitalista. Por outro lado, procuram se manter como uma entidade étnica e cultural diferenciada, preservando certas características que consideram importantes. Enfrentam, como todos nós, um grande dilema: como conciliar as expectativas e exigências físicas de consumo e qualidade de vida criadas pela sociedade com a necessidade de conservação ambiental que essa mesma sociedade engendrou?

Se a justificativa inicial pela grande quantidade de terras

destinadas aos indígenas era maximizada pela ideia de uma área ambientalmente preservada, o modo atual de utilização de algumas dessas terras por muitos dos próprios povos indígenas acabou gerando uma imagem negativa e contraditória, habilmente utilizada por setores que visam contestar a demarcação ou até a manutenção dos atuais limites das terras indígenas.

3 Um estudo de caso: os Paresi da Chapada, Mato Grosso, Brasil

Povo indígena brasileiro que se autodenomina *Halití* (gente do povo), os Paresi falam uma língua que é classificada por alguns linguistas como sendo da família Aruák, sem correlação genética com qualquer tronco linguístico (MONTSERRAT, 1994). Para Greg Urban (1992), a língua Paresi estaria relacionada a uma ramificação da família Aruák, a Maipure, e teria uma profundidade cronológica de cerca de 3.000 anos.

Os Paresi se dividem em 4 subgrupos distintos – Kazíiniti, Waimaré, Warére e Káwali – que outrora habitaram territórios com limites bem definidos dentro do extenso planalto que vai desde as cabeceiras dos rios Arinos e Paraguai até as cabeceiras dos rios Guaporé e Juruena, no Meio-Oeste do Estado do Mato Grosso. Registros escritos sobre a presença Paresi no local remontam ao século XVIII (BADARIOTTI, 1898; SILVA, 1993; LÉVI-STRAUSS, 1996). Mas, se até o início da colonização europeia os Paresi ocupavam esse extenso território, estão atualmente contidos em áreas delimitadas politicamente – as Terras Indígenas – com tamanho e diversidade ambiental diferenciados e reduzidos. Segundo dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), de Cuiabá, hoje os Paresi encontram-se divididos em 11 TIs distintas⁶ – não contíguas – localizadas na Chapada: TI Utiariti, TI Estação Paresi, TI Estivadinho, TI Figueiras, TI Juini-

nha, TI Paresi, TI Ponte de Pedra, TI Rio Formoso, TI Tirecatinga, TI Uirapurú (Capitão Marco) e TI Umutina.

Ocupam, ainda hoje, parcelas do seu território tradicional abrangendo, inclusive, o local do seu mito de origem – a Ponte de Pedra. Segundo a cosmologia Paresi, na “Ponte de Pedra” teria tido início a humanidade, o mundo. Situada a 70 km da cidade de Campo Novo dos Parecis⁷, a Ponte de Pedra é uma região de origem sedimentar, bastante arenosa, de solo avermelhado, com embasamento arenítico aflorando em vários locais, como no leito do Rio Ponte de Pedra e, ocasionalmente, em grandes formações nos topos das vertentes (área conhecida como Cidade de Pedra). O principal rio da área é o Ponte de Pedra (ou Sucuruína). Seu nome deriva de uma singular formação natural existente em seu trecho – uma ponte de pedra que as águas escavaram no arenito ao longo dos séculos – e que permite a passagem de pessoas e cargas sobre seu leito.

A região é sagrada para o povo Paresi.

4 Uma cronologia do contato⁸

Ao longo dos tempos, o território tradicional Paresi foi palco da passagem de distintos grupos humanos. Em tempos históricos, é conhecida a presença dos povos indígenas Nambikwara e Irántxe, da "Comissão Constructora da Linha Telegráfica Estratégica de Matto Grosso ao Amazonas", de religiosos (ABREU, 1988; SILVA, 1994; LÉVI-STRAUSS, 1996; COSTA FILHO, 1996) e, mais recentemente, de grandes latifundiários monocultores, entre outros.

Trata-se de uma história de ocupação recente, mas de grande importância, pois abrigou frentes de expansão que, sem dúvida, mudaram a história do país – em que pesem as suas consequências, boas ou más. Em um primeiro momento, fosse por meio

da garantia dos limites territoriais brasileiros decorrentes das atividades estratégicas da "Comissão Constructora da Linha Telegráfica Estratégica de Matto Grosso ao Amazonas" ou do consequente e inevitável impacto ocasionado aos povos indígenas da região. Em um segundo momento, com o agronegócio, que embora tenha injetado quantia significativa proveniente de recursos da região, evidente nas várias obras de infra-estrutura que estão sendo desenvolvidas, traz uma preocupação, cada vez maior, quanto aos seus aspectos ecológicos. A região abriga, portanto, uma parte importante da história de ocupação do território brasileiro.

A "Comissão Constructora da Linha Telegráfica Estratégica de Matto Grosso ao Amazonas" passou, pela primeira vez na região, em 1907. Foi liderada pelo então Cel. Cândido Mariano da Silva Rondon, figura carismática, movida por ideais positivistas (DIACON, 2006), que levou a comissão a ficar conhecida pelo seu nome – Comissão Rondon. Seu objetivo era implantar uma linha telegráfica que ligasse a cidade de Cuiabá até Santo Antonio do Madeira, no ponto inicial de construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, em Rondônia. Tinha como objetivo estratégico a ocupação definitiva de territórios; como atividades a serem desenvolvidas para o reconhecimento da região, a elaboração de mapeamentos geográficos, florestais e mineralógicos e, ainda, o contato com as populações indígenas que pudessem existir na região (MISSÃO RONDON, 1915).

No ano de 1914, uma expedição científica coordenada por Theodore Roosevelt, ex-presidente dos Estados Unidos da América, se junta à Comissão Rondon nas terras do Mato Grosso. O título oficial desta expedição foi dado pelo governo brasileiro: "Expedição Científica Roosevelt-Rondon" (ROOSEVELT, 1976).

A Comissão Rondon é conhecida por dar início a uma nova etapa na história do contato com grupos indígenas em Mato Grosso que, uma vez encontrados, deveriam ficar "sob os cuidados"

da Comissão. O povo Paresi, em particular, ficou conhecido por ser o grupo indígena mais diretamente envolvido na instalação e conservação das linhas telegráficas⁹ (ROBERTO, 1987).

Famílias e até aldeias inteiras desse grupo migraram atraídas pelas linhas telegráficas. Entretanto, esse contato levou a sucessivas epidemias e a uma drástica diminuição demográfica. Além das doenças, ocorreram invasões de seringueiros e ataques por tribos inimigas que fizeram com que os sobreviventes Paresi buscassem cada vez mais a proteção e assistência de Rondon no entorno das diversas estações telegráficas que cortavam o seu território (RONDON, 1946). Com as epidemias, muitos órfãos se agregaram e cresceram vinculados à manutenção do telégrafo (ROBERTO, 1987). Como resultado, a história dessa etnia acabou por se misturar, em época recente, com a história das linhas telegráficas de Rondon. Lévi-Strauss (1996, p. 246), que percorreu, na década de 1930, essa região, resume:

Essa ignorância, combinada com as narrativas de penetração, ainda recentes, do Far-West americano e da corrida do ouro, infundiu loucas esperanças à população do Mato Grosso e inclusive à do litoral. No rastro dos homens de Rondon, que colocavam seu fio telegráfico, uma massa de emigrantes iria invadir territórios de recursos insuspeitos, construir alguma Chicago brasileira. Perderam as ilusões: à imagem do Nordeste, onde estão as terras malditas do Brasil pintadas por Euclides da Cunha em Os sertões, a serra do Norte haveria de se revelar um cerrado semi-desértico e uma das zonas mais ingratas do continente. Além disso, o nascimento da radiotelegrafia, que coincidia por volta de 1922 com a conclusão da linha, tirava todo o interesse desta última, promovida ao estatuto de vestígio arqueológico de uma época científica ultrapassada no momento exato que acabava de ser terminada. Ela conheceu uma hora de glória, em 1924, quando a insurreição de São Paulo contra o governo federal isolou-o do interior. Pelo telégrafo, o Rio de Janeiro continuou a se manter em comunicação com Cuiabá, via Belém e Manaus. Depois, foi o declínio: o punhado de entusiastas que

havia lutado por um emprego refluíram ou se deixaram esquecer. Quando lá cheguei, fazia vários anos que não recebiam qualquer abastecimento. Ninguém se atrevia a fechar a linha; mas já ninguém se interessava por ela. Os postes podiam ser derrubados, o fio enferrujar: quanto aos últimos sobreviventes dos postos, sem coragem para partir e sem meios para fazê-lo, extinguíam-se lentamente, minados pela doença, pela fome e pela solidão.

Outro acontecimento que a população Paresi e seus vizinhos Nanbikwaras tiveram que vivenciar como resultado do contato com as frentes de expansão da sociedade nacional foi a presença de uma missão religiosa jesuítica: a Congregação das Irmãs Paulinas. Com o objetivo de converter a população indígena ao cristianismo, e atrelada à Prelazia de Diamantino, a citada Congregação implantou um núcleo missionário preocupado com a educação / conversão dos índios junto a um outro importante rio dessa região, o Juruena (COSTA, 2002).

Por volta do ano de 1941, Luis Caldas Freitas, um religioso português que ajudou a construir esse núcleo, relata os difíceis tempos pioneiros em sua obra “Minhas Memórias”:

Havia duas casas de caboclo com um pouco de barro e cobertas de sapê. Em uma viviam quatro religiosas e, na outra, quatro religiosos, duas comunidades missionárias que se imolavam pelo amor das almas. A nossa choupana tinha uma salinha que era o refeitório e quatro pequenos quartos. Dava para se armar as nossas redes, além de uma mesinha e, como estante, dois caixotes de querosene. Cada compartimento tinha uma janelinha de meio metro quadrado (p. 19).

Essa missão funcionou até o ano de 1945; depois dessa data foi transferida para o salto do Utiariti. O novo local era mais acessível em função dos caminhos e picadas deixados pelas equipes da Comissão Rondon e distante da malária que assolava a área anterior. No ano seguinte, o salto do Utiariti passou a ser um Centro Educacional, sob a direção da Missão Anchieta,

aplicando o sistema de internato para as comunidades indígenas. Intrínseca à catequese do período era a proibição aos índios que viviam na missão – os povos Irantxe, Paresi e Nambikwara, entre outros – de falar seu idioma nativo e viver dentro de seus costumes (PIVETTA; FREIRE, 1993; PRICE, 1976a, 1976b, 1993; COSTA FILHO, 1996). Luiz Campos Nambikwara, que estudou na missão e hoje é cacique e professor da aldeia Utiariti, onde estão as ruínas da missão, traça suas impressões:

Num ponto foi até bom, né. A gente aprendeu muita coisa. Mas num ponto não foi bom não. Porque tirou muita gente, a cultura, né. Por exemplo, a língua da gente, a língua materna mesmo eles não ensinavam. Não tinha, era tudo proibido falar. Não podia falar idioma. Era proibido fazer, fazer ritual, né (2003, fita 1, lado A).

Em função do Concílio Vaticano II (1966), a partir da década de 1960, a forma de lidar com as populações indígenas da América Latina sofre mudanças. É deixada de lado a perspectiva colonizadora, e a possibilidade de haver um pluralismo ideológico e cultural passa a ser aceitável. Em função das novas diretrizes da Igreja Católica, a missão volta a permitir, às comunidades indígenas, professar seu idioma nativo. Em 1968, o internato é extinto e as populações “aldeadas” voltam às suas comunidades de origem:

Foram embora, né. Os padres foram embora. Foram embora. Quer dizer, na época já tava juntando os fazendeiros. Já tava chegando os fazendeiros, né. Aqui no Utiariti. Então os fazendeiros já estavam chegando. E os padres ficaram preocupados, né. Que os índios passam tudo aqui, aí eles ficavam sem terra depois para morar. Sem aldeia, né. Não sabia mais onde era aldeia. Fazendeiro queria tomar conta, então os padres espalhou eles de novo. Aí foi dando terra..., procurando a gente com a FUNAI, né. Um pedacinho de terra pra cada tribo fazer sua aldeia (NAMBIKWARA, 2003a, fita 1, lado B).

O avanço da sociedade envolvente sobre as terras antes ocupadas pelos povos indígenas levou a uma acentuada diminuição demográfica dessas populações e ao cerceamento de suas áreas de circulação. Como resultado direto dessas frentes de expansão, houve uma drástica redução do território desses povos, que hoje estão circunscritos aos limites definidos pelas terras indígenas.

De forma mais afortunada do que os seus vizinhos Nambikwara, os Paresi conseguiram, ao menos, manter parcelas de seu território tradicional de ocupação, apropriação e uso dos recursos naturais. Parte do grupo Nambikwara, entretanto, foi alijada de seu território tradicional e hoje ocupa áreas que eles e os Paresi reconhecem como território Paresi:

Os Nambikwara não moravam aqui. Eles eram do Juruena e quem morava aqui eram os Paresi. Antes da Missão dos padres vim aqui, já tinha aldeia aqui. Agora não sei como chamava a aldeia aqui, antes de ser Utiariti. Que tinha o nome da tribo, né. No idioma, eu não sei como era. “Do outro lado dos Nambikwaras era do outro lado do Juruena. Era Nambikwara também, mas outro, outra, outra, como é que fala? Eles são Nambikwara, mas são... Eles pertencem a outro grupo, né. Esses Nambikwaras aqui, que mora aqui chama Wakalitesu. E esses que moram pra lá chama Halotesu. Eles falam o mesmo idioma, ne (NAMBIKWARA, 2003b, fita 1, lado A).

Um processo sistemático de ocupação da região somente teve início entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970. Com as frentes de expansão agrícola da sociedade nacional iniciaram-se os conflitos entre fazendeiros e posseiros pela disputa do território. Não por acaso, datam também dessa época a criação da OPAN¹⁰ e o início de uma sistematização do trabalho desenvolvido pela FUNAI na região.

Os anos 1980 testemunham uma paulatina e, nem sempre pacífica, estabilização na situação fundiária. No transcorrer dessa década várias terras indígenas são delimitadas, reservadas, ho-

mologadas ou interditadas, e as fazendas e grandes propriedades começam a ter seus limites definidos.

Os anos 1990 foram um período em que os Paresi viram uma sucessão de projetos de geração de energia – as Pequenas Centrais Hidrelétricas – em diversos rios contidos em seu território de ocupação ter início. A implantação dessas PCHs são uma consequência do investimento do Estado em infra-estrutura básica, com o objetivo de criar as condições necessárias para acolher o grande capital nacional e multinacional. Pequenos povoados e pontos de parada passam a ser áreas proto-urbanas ou urbanas.

Um dos primeiros empreendimentos de geração de energia desenvolvido na região teve um final desanimador e pesou negativamente em várias esferas: no final dos anos 1990, a construção da PCH Ponte de Pedra, no rio do mesmo nome, foi contestada judicialmente e acabou não sendo concluída.

Em 2003, a Justiça Federal sustou a execução das obras e responsabilizou a empresa Elma Eletricidade de Mato Grosso, a Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEMA), a FUNAI, a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) e as associações Paresi Halitinã e Wáimare por terem iniciado a construção de uma Pequena Central Hidrelétrica – PCH em território indígena Paresi. A decisão da justiça anulou o contrato de concessão feito pela ANEEL, o licenciamento feito pela FEMA e os acordos firmados com as associações. A área, conhecida como Ponte de Pedra ou Cidade de Pedra, localizada entre os municípios de Campo Novo do Parecis, Nova Maringá e Diamantino, era uma antiga reivindicação do povo Paresi, sendo considerada de grande importância para a reprodução e sobrevivência física e cultural desse povo.

A Procuradoria da República solicitou a complementação dos estudos antropológicos na região. Nesses estudos, realizados pela antropóloga Fátima Roberto Machado (Universidade Federal do Mato Grosso), foi comprovada a existência de uma

aldeia Paresi na Ponte de Pedra até a chegada de Rondon. Depois desse período os índios teriam sido retirados dali, mas teriam continuado a fazer incursões periódicas ao local.

O Ministério Público Federal acatou o relatório e o juiz federal reconheceu a importância da área para os Paresi, suspendendo o empreendimento. A FEMA contestou a ação sustentando o processo de licenciamento pelo fato de a área ser particular. Já a Funai contestou a acusação de omissão, pois já havia constituído grupo de trabalho para identificar e delimitar o território, reconhecendo-o como área indígena.

O juiz da causa sentenciou, ainda, a nulidade do contrato de concessão e condenou a Funai a fazer a demarcação das terras no prazo de um ano. Caso a empresa desse andamento às obras da construção da PCH, estaria obrigada a pagar multa diária de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Essa infeliz empreitada, entretanto, não desanimou os consórcios geradores de energia que têm grande interesse em utilizar o potencial energético dos rios da região. Atualmente considerado "celeiro" de produtos alimentares, produtor de riquezas energéticas e de riquezas minerais, o Estado do Mato Grosso continua investindo em infra-estrutura para escoar os produtos produzidos (CAMPO NOVO DOS PARECIS (MT), 2002).

As mudanças na base econômica vêm sendo acompanhadas por alterações no campo político e no cultural. No político, a aliança entre o capitalismo moderno e a oligarquia tradicional resultaram no rejuvenescimento da já esgotada "política dos coronéis"; no cultural, incorporando progressivamente os padrões nacionais no seio da cultura local (SECCHI, 1995).

No que tange aos povos indígenas, as alterações verificadas no modelo de ocupação do Estado em pouco alteraram a realidade adversa constatada anteriormente. Contudo, pouco a pouco os Paresi têm se tornado sujeitos ativos de seu próprio destino. Chamados a opinar sobre os processos para licencia-

mento ambiental de empreendimentos que serão implantados na região que ocupam desde tempos remotos (um direito que lhes é constitucional), os Paresi de hoje negociam com os sujeitos externos e entre eles, já que muitas vezes opiniões conflitantes causam cisões internas.

De modo semelhante ao que aconteceu na PCH Ponte de Pedra, quando as associações Halitinã e Wáimare negociaram a construção da PCH, os moradores da Aldeia Sacre 2 veem a construção de uma PCH em um rio que limita sua terra indígena de modo favorável. Esperam que a implantação desta PCH propicie luz elétrica e recursos monetários – com os royalties provenientes da eletricidade gerada nas turbinas –, considerados fatores de grande importância para a sobrevivência e o desenvolvimento do seu povo.

Assim, embora haja consentimento de algumas lideranças Paresi para que esses empreendimentos se concretizem, a fim de cumprir o disposto na legislação brasileira, precisam passar por processos de licenciamento ambiental que procuram assegurar, em diferentes áreas de estudo, que os impactos negativos ocasionados ao meio ambiente sejam menores do que os benefícios provenientes da instalação do empreendimento e encontrar medidas que mitiguem e/ou compensem esses impactos em sua dimensão natural e social.

Para os Paresi, que desconheciam a área de estudo da Arqueologia, as pesquisas realizadas estão se apresentando como um meio de reafirmação política e, quiçá, de melhoria econômica, ao valorizar sua cultura e reafirmar seus direitos sobre o território que ainda ocupam. Os estudos de impacto ambiental em Arqueologia e posteriores programas de prospecção e resgate dos sítios identificados propiciaram os primeiros estudos sistemáticos sobre a ocupação pré-colonial da região da Chapada dos Parecis que levaram à identificação, escavação e análise de diversos sítios arqueológicos (DOCUMENTO ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA, 2001a, 2001b, 2003; MOI, 2003a; GRIPHU'S, 2003).

5 Território, mito e memória

A síntese histórica apresentada delinea uma situação de contato que, imposta aos Paresi, causou vários impactos na esfera sociocultural e econômica desta sociedade em tempo recente. Ela também demonstrou que os Paresi não tiveram sua cultura simplesmente eliminada com a incorporação automática de novas normas e regras. Durante três séculos, eles conseguiram reformular, transformar e adaptar padrões culturais para que sua base cultural se acomodasse aos novos contextos e ainda assim mantivesse características que lhes eram (ou são) próprias. Situações reais exigiram a reformulação das características internas e dos modelos e símbolos culturais ancestrais para que se adaptassem às novas realidades, para que novos significados fossem absorvidos (CUNHA, 1985, 1986). Alguns valores foram mantidos, outros transformados ou substituídos, sem que isso eliminasse a possibilidade de existência de uma identidade comum ou de continuidade cultural desse grupo ao longo do tempo na região conhecida como “Chapada dos Parecis” (BALANDIER, 1963; THOMAS, 1996; SHENNAN, 1994, 2000).

O contato entre padrões culturais, étnicos e condições sociais diversas, e que teve por consequência ações de dominação, resistência e assimilação diferenciadas, acabou por gerar articulações e soluções para lidar com as necessidades impostas. Essas pessoas, individualmente ou em grupos, foram agentes ativos na elaboração da ordem social e não apenas reprodutores dessa situação. O principal motivo para que isso acontecesse é que a própria identidade de um grupo é mutável. Ela depende de como os indivíduos situam, a si próprios e aos outros, dentro de categorias formuladas a partir de uma origem ou elementos culturais comuns. Esse discernimento cria grupos, os chamados grupos étnicos, que têm o poder de definir quem está dentro ou fora dele (BARTH, 1969).

Assim, a estratégia dos segmentos indígenas Paresi, para buscar melhores condições, poderia passar pela afirmação de sua origem étnica ou pela sua negação. Em alguns momentos, como na distante época das “Guerras Justas” (PERRONE-MOISÉS, 1992), ser “dócil” e de “boa índole” foi o caminho mais fácil para sobreviver. Enquanto isso seus vizinhos e inimigos ancestrais – os Nambikwara – “optaram” por outro caminho e se viram envolvidos em constantes escaramuças diante das frentes de expansão colonial que tinham os Paresi como aliados.

Ao final dessa verdadeira “prova de resistência” e depois de tantos desencontros, percalços e da drástica diminuição demográfica, a etnia Paresi conseguiu manter sua língua e algumas de suas instituições elementares. E como isso foi possível? Como eles conseguiram defender seus valores comunais com uma insistência cada vez maior, sem recorrer à violência como solução, diante de uma sociedade envolvente que marcadamente buscava aniquilá-los ou integrá-los?

Acreditamos que, entre os muitos fatores que levaram a essa sobrevivência física e cultural, talvez um dos mais marcantes tenha sido a possibilidade/habilidade desse grupo em estabelecer “pontos de contato” simbólicos com elementos palpáveis – o seu território e os marcos na paisagem que nele existem – de forma a integrar as gerações e estabelecer um sentido de pertencimento e unidade comum aos interessados (MACHADO, 2002).

Esses “pontos de contato” seriam o somatório de situações históricas, sociais e culturais que a tradição oral (e a oralidade) conseguiram manter de forma coesa ao longo do tempo. Eles permitiram que os indivíduos e a coletividade se apropriassem de elementos comuns, que puderam ser transformados no substrato da etnicidade desse povo – que pode ter agregado outros povos antes etnicamente distintos – diante de agentes e situações estranhas, adversas e factuais.

O ponto de partida desse prélio estaria no fato de os Paresi

ocuparem essa região desde tempos remotos. Essa ocupação teria como “ponto de contato” mais conhecido o mito de origem Paresi na região da Ponte de Pedra.

No mito de origem do povo halíti, coletado no início do século pelo antropólogo alemão Max Schmidt¹², um grupo de siblings (irmãos germanos) saiu do interior da terra, brotou pelas fendas, pelos buracos das rochas existentes no rio Sakuriu winã, que os imóti, os não-índios, os “civilizados” chamam de Ponte de Pedra ou Sucuruína, um tributário do Arinos. Ao sair das pedras, os halíti descobriram o mundo e todos os seus rios, seus pássaros, as árvores, que existiam mas ainda não tinham nome. Wazáre, o mais velho dos irmãos, orientou a saída dos outros, instalando cada um nos seus próprios territórios [...] (MACHADO, 2002, p. 87).

Para esse grupo, foi nesse local, que hoje está a menos de 70 km da terra indígena Utiariti, que o mundo teve sua gênese. Para eles, lá estão as evidências físicas que comprovam esse fato: a Ponte e a Casa de Pedra. Também nesse local foi implantada uma das estações telegráficas montadas por Rondon, que foi onde os índios se agregaram em busca de proteção no início do século XX. Como diria Damião, um Paresi centenário que vivia na Aldeia Sacre até 2006¹³ foi guia de Rondon: “a Ponte de Pedra é a prova que estamos aqui nessa terra desde que o mundo é mundo e nós somos Paresi”.

Tanto o mito da Ponte de Pedra quando a própria Ponte são elementos que perpassam as gerações e dão um sentido de continuidade e integração. Nas palavras de Giddens:

[...] nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes (1990, p. 37-38).

Nesse caso, a soma desses elementos palpáveis encontrados na paisagem e a tradição oral propiciariam um sentimento de pertencimento, de união, que diminuiria a distância e as diferenças entre indivíduos que, em outra situação, poderiam ser até inimigos. Ele acaba por unir os descendentes de subgrupos distintos, como os Kaxiniti, Waimaré, Kawáli, Waréré e os Kozarini.

A essa apropriação da paisagem, somam-se outros “pontos de contato”. Por habitarem essa região desde tempos pré-coloniais, existe todo um reconhecimento etnotopônimo na língua Paresi do seu território antigo, suas áreas de circulação, fronteiras, cursos de água, montanhas, caminhos, acidentes geográficos, aldeias abandonadas etc. Isso ao mesmo tempo é utilizado pelos Paresi para justificar seu domínio sobre o território – e o território de cada subgrupo dentro dele (SOUZA, 1997) – e explica porque as aldeias, mesmo as mais novas, se formam junto das grandes quedas de água, recorrentemente em locais onde antes havia outras aldeias, situação recentemente verificada pelas pesquisas arqueológicas desenvolvidas na área (onde são exemplos as antigas aldeias, hoje sítios arqueológicos, Kotikiko, Salto do Utiariti, Ponte de Pedra e Sacre):

As aldeias têm sua localização definida dentro de um território que tem significado mítico. Como já referido antes, Wazáre, o herói do grupo de irmãos original, distribuiu os descendentes halíti pelo vasto planalto que ainda hoje conserva o seu nome – o Planalto dos Parecis (MACHADO 2002, p.34).

Eles (os Paresi) explicam as diferenças no interior do grupo, e o sentimento de pertencimento que os une entre si, a partir do mito. Ao determinar, dentro do território dos Paresi, o território de cada subgrupo, Wazaré também escolheu e determinou os locais adequados para seu povo morar (*vide* COSTA, 1985, p. 59-60), construir suas aldeias. Os Paresi explicam que é por isso que as aldeias, mesmo as mais novas, se formam em locais onde antes já haviam outras (SOUZA, 1997, p. 31).

Diante disso, acreditamos que o território passa a ser o substrato da memória coletiva e dos mitos, onde a oralidade assume a forma de agente integrador entre as gerações e as pessoas que ali circulam. Fazer parte desse passado é fazer parte de algo maior, é ter um passado, uma identidade, e acaba por criar diferenças para que os outros grupos aceitem essas diferenças, definindo categorias relacionais, dicotomizadas, onde “nós” se contrapõe a “outros”. Dessa relação nascem e são construídas as diferenças, quer sejam reais, imaginárias ou até impostas.

Pode-se dizer que a ocupação desse território permitiu que houvesse uma apropriação étnica da paisagem (JONES, 1997, 1999), uma verdadeira construção política sobre o território dessa chapada e daquilo que está em seu interior. Essa apropriação, somada ao idioma e a outras características culturais, permitiu a esse povo a utilização de esferas diferenciadas de autodenominação e de reconhecimento pelos “outros”. Isso porque a identidade pode mudar de acordo com a forma como os sujeitos são interpelados ou representados. Não sendo automática, a identificação pode ser obtida ou perdida. Ela tornou-se politizada num processo que, às vezes, é descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de diferença (HALL, 2003).

Essa situação pode ser percebida entre os Paresi, os brancos e os Nambikwara nos dias de hoje. Antes inimigos, Nambikwara e Paresi hoje ocupam o mesmo território, reconhecidamente Paresi. Deixaram de ser inimigos e passaram a aliados em um pacto que não apaga o passado belicoso, onde as antigas rixas são sempre lembradas pelos mais velhos. Sabe-se que o principal assunto de um Paresi é reclamar de um Nambikwara, e o do Nambikwara é reclamar de um Paresi. O “falar mal” um do outro é comum e não impede casamentos interétnicos e boas amizades. Na verdade, estamos diante de jogos políticos, estratégias constantemente exercitadas diante do “branco”.

Pode-se dizer que quando a contraposição está presente ela é somente mais uma maneira de reforçar uma identidade e um passado em comum. Em contraposição a outros povos indígenas, os Paresi se autodenominam *Halití*, ou “gente do povo” e são reconhecidos enquanto tal. Em contraposição aos “brancos” que habitam sua região, se autodenominam “Paresi” e são reconhecidos. Em contraposição aos “brancos”, são apenas “índios”.

6 (Re)construindo a identidade: grafismos rupestres e ancestralidade

O mito da Ponte de Pedra e os demais relatos que perpassam as gerações e dão um sentido de continuidade e integração à etnia Paresi fazem parte de um universo de oralidade ao qual a pesquisa que vem sendo desenvolvida tem dado grande enfoque: a importância da conservação do patrimônio cultural não só para aumentar a auto-estima desses povos detentores de tal conhecimento, como também para melhor compreender os significados das transformações e criações de alguns dos gêneros da comunicação, aprofundar o conhecimento sobre essa sociedade e ressaltar a importância do uso metódico das fontes orais pela arqueologia e a responsabilidade social dessa disciplina.

As sociedades de tradição oral estão enraizadas nas noções de memória e de oralidade, noções estas que se apresentam como alguns dos aspectos mais vulneráveis da identidade cultural de um povo. Elas são de fundamental importância principalmente para os grupos minoritários e as populações indígenas, pois representam a fonte vital de uma identidade profundamente arraigada na tradição. São povos e comunidades para os quais os valores, saberes, celebrações e formas de expressão são transmitidos oralmente, constituindo-se em verdadeiros fundamentos da vida comunitária (MOI, 2003b).

A conservação desse patrimônio imaterial[□], ao longo do tempo, no entanto, passa por constantes transformações, já que os meios de transmissão de conhecimento são processos de recriação e reformulação coletiva (SPERBER, 1996). É por isso que por meio do estudo das fontes orais é possível:

- Compreender sua adequação à atualidade, o que garante a manutenção, a transformação e a geração do conhecimento;
- Compreender a sociedade por meio de sua adequação à realidade;
- Construir e/ou reconstruir manifestações culturais.

Os mitos de gêneses, as histórias familiares de pessoas comuns e as narrativas dos informantes Paresi contatados podem nos propiciar acesso ao interior de uma cultura e de uma época, já que tanto a história quanto o mito são modos de consciência social por meio dos quais as pessoas elaboram suas interpretações compartilhadas (HILL, 1988). O mito servindo para construir e reproduzir as diferenças entre os humanos que vivem no presente e as poderosas entidades de tempos passados, não apenas estabelece uma continuidade com a origem – tal como a Ponte de Pedra – mas uma relação que pode levar a contornos étnicos e informações passíveis de comprovação arqueológica. Assim, estamos buscando não só construir e/ou reconstruir acontecimentos ou eventos de uma sociedade, como compreendê-los em sua atualidade (LUMMIS, 1992).

O instigante é que, ao longo desse processo, podemos perceber como a manutenção e a propagação dos já citados mitos reforçam a identidade Paresi e, ainda, como alguns dos resultados de recentes pesquisas arqueológicas estão sendo inseridos no panteão mitológico e na oralidade dessa etnia (MOI, 2003a).

As pesquisas arqueológicas desenvolvidas na área¹⁴ re-

velaram um abrigo rupestre junto ao rio do Sangue – em área particular nos dias de hoje – até então desconhecido pelos Paresi que vivem nas terras indígenas. Em um primeiro momento, as imagens inéditas desse abrigo implantado no território de ocupação do povo Paresi foram mostradas a uma mulher Paresi e identificadas por ela como sendo estilos gráficos próprios do seu povo. Em um segundo momento, essas mesmas imagens foram mostradas a informantes Nambikwara, que também os reconheceram como estilos gráficos próprios do povo Paresi. Na sequência, e a partir dessas informações, foram realizadas baterias de entrevistas em várias aldeias, em horas e locais distintos, chegando a resultados bastante semelhantes em relação aos significados das imagens (MOI, 2003a).

Esses informantes confirmaram a associação desses grafismos com seu povo, uma vez que reconheceram os petróglifos como representações esquemáticas de instrumentos utilizados para caça. Ou seja, a pesquisa propiciou a relação direta do grupo étnico Paresi com representações rupestres inéditas e esboçou a possibilidade desses desenhos serem uma espécie de “manual” para confecção de instrumentos de caça.

Diante da descoberta, Rony Walter Azoinayce Paresi, filho de Daniel Cabixi, professor e importante liderança indígena que trabalha com a revitalização¹⁵ de grafismos corporais entre os mais jovens, e sua esposa Valdirene Avelino Zakenaezokerô, foram levados até o abrigo para conhecer e saber mais sobre as inscrições. Após longa contemplação, eles também acabaram por confirmar a associação entre alguns dos grafismos geométricos riscados nas paredes e aqueles de reconhecida utilização pelos Paresi. Assim como outros Paresi já haviam feito, o professor indígena nominou em seu idioma algumas imagens. No caso de Rony Azoinayce Paresi, foram nominadas imagens zoomorfas e antropomorfas, respectivamente a imagem de uma cobra e de um pé humano, e o que seria a representação de um sol.

Ao serem questionados se em seus estudos esses desenhos já existiam ou se eram recorrentes, ele afirmou que não, mas que agora passariam a ser, pois estavam junto a outros que, sem dúvida, eram do seu povo, e eles os reconheceriam como tal. Além disso, adiantou que esses novos desenhos – conhecidos ou não – começariam a fazer parte das suas aulas de revitalização dos grafismos corporais.

Podemos dizer, sem exagero, que daquele instante em diante os grafismos rupestres junto ao rio do Sangue passaram – ou voltaram? – a fazer parte da tradição, do mito e da história da própria identidade Paresi. Ao revelar aquelas imagens aos índios, tínhamos a plena compreensão da dimensão do contexto ideológico/conceitual em que estavam inseridos aqueles que se encarregam das transmissões e comunicações na sociedade Paresi. Sabíamos que essas pessoas poderiam e/ou iriam atuar como força social e política que assimila, exclui ou manipula os fatos conforme a situação. Como de fato fizeram e estão fazendo.

7 Considerações finais

Consideramos que este estudo de caso aparece como um exemplo da crescente inserção política e social da atividade do arqueólogo que, cada vez mais, se reconhece como um profissional que, embora se dedique à construção do passado, não está dissociado do engajamento político e social dos pesquisadores nem dos desdobramentos e consequências que podem resultar de suas atividades (MILLER; TILLEY, 1984; HODDER, 1986; ASCHERSON, 2000; FUNARI, 1999, 2001; FUNARI; ORSER JR.; SCHIAVETTO, 2005).

No caso Paresi, a pesquisa arqueológica é apenas uma vertente de um contexto maior, que além de lidar com temas como o de herança cultural, de ancestralidade, se transmuta em ações políticas, seja para o reconhecimento de terras ancestrais, para o direito de propriedade sobre aqueles objetos que estão sob a

guarda dos museus ou para poder utilizar livremente as terras que ocupam tradicionalmente. Por isso, as pesquisas arqueológicas, como muitas outras pesquisas desenvolvidas em áreas indígenas, devem ser praticadas com responsabilidade social, reconhecendo os papéis históricos, sociais e o contexto político da disciplina e a necessidade de tornar os estudos desta ciência relevantes para a sociedade, ainda que os usos sociais dados aos resultados das pesquisas possam fugir ao alcance destes pesquisadores e ter desdobramentos por vezes inusitados.

Agradecimentos

A Rony Walter Azoinayce Paresi e sua esposa Valdirene Avelino Zakenaezokerô, ao diretor de cultura da Prefeitura de Campo Novo dos Parecis, Vanderlei Guollo, e ao Edison Rodrigues de Sousa, da OPAN.

NOTAS

- ¹ Uma versão deste artigo será publicada em espanhol no livro *Pueblos indígenas y Arqueología en el sur de América*, editado por Cristóbal Gnecco y Patricia Ayala, Universidad de los Andes, Bogotá 2008.
- ² Pesquisa em desenvolvimento dentro do programa de doutoramento do NEPAM/ UNICAMP sob a orientação do Prof. Dr. Pedro Paulo de Abreu Funari do NEE/ Arqueologia Pública da Unicamp.
- ³ Flavia Prado Moi coordenou os trabalhos de campo para o levantamento do patrimônio cultural dos municípios presentes na área de influência das PCHs Sacre 1, Sacre 2 e outras 11 na bacia do rio Juruena. Na área de influência desses trabalhos estavam os grupos Enawenê-nawê, Nambikwara e Paresi, diretamente afetados pela construção da PCH Sacre 2, cuja implantação dependia do aproveitamento da cachoeira que limita a aldeia Sacre 2, Terra Indígena Utiariti. Walter Fagundes Morales coordenou os trabalhos de campo de arqueologia nessas 13 PCHs (DOCUMENTO ANTROPOLOGÍA E ARQUEOLOGIA, 2001a, 2001b, 2003).
- ⁴ Entendido como um conceito que problematiza os meios pelos quais as sociedades humanas gerenciam os elementos materiais para a sua manutenção, reelaborando seus princípios éticos, sociais e políticos a fim de direcionar uma melhor distribuição e utilização dos recursos ambientais disponíveis (MEYER; HELFMAN, 1993; ACSELRAD, 2004).

- ⁵ Em “Ecologia global contra diversidade cultural? Conservação da natureza e povos indígenas no Brasil. O Monte Roraima entre Parque Nacional e Terra Indígena Raposa Serra do Sol”, o autor apresenta dados que demonstram que as terras indígenas brasileiras apresentam maior grau de conservação da natureza do que as Unidades de Conservação.
- ⁶ Barros (2002) indicou exatas 1.273 pessoas. A maior parte dessa população é bilíngue, fala o português e a língua nativa, com a fluência variando conforme a faixa etária e o grau de inserção individual nas esferas da sociedade envolvente (COSTA FILHO, 1996).
- ⁷ Distante 384,5 km da capital de Mato Grosso, Cuiabá, o município de Campo Novo dos Parecis possui uma área de 9.360 km², sendo que 30% desse total são terras indígenas. Segundo o Censo Cultural do Município, tem uma população urbana de 14.620 habitantes e rural de 2.909 habitantes em 2000. Reconhecido como um “Celeiro Nacional de Produção”, a região vem apresentando uma alta taxa de crescimento populacional que atinge 6,61% ao ano.
- ⁸ As informações históricas aqui apresentadas resumem os dados de campo e a documentação elaborada pelos autores em estudos de licenciamento ambiental na região da bacia dos rios Sacre, Juruena, Sangue e Ponte de Pedra, Estado de Mato Grosso, desde o final da década de 1990, para a empresa Documento Arqueologia e Antropologia, vide Morales, 1998, Moi e Morales, 2003, Morales e Moi, 2001, 2003).
- ⁹ Dessa ocupação histórica associada à linha telegráfica restam apenas vestígios fugazes. Na Estação Telegráfica Ponte de Pedra, por exemplo, afloram pela superfície arenosa do terreno, pratos niquelados, cartuchos de munição, restos de latas corroídas, cruzes de sepulturas, a base do alicerce que teria servido ao posto telegráfico e uma inscrição grafada no arenito friável junto da ponte de pedra onde se pode ler a data de 1915 e as iniciais A.M.
- ¹⁰ Operação Amazônia Nativa, ONG que promove projetos de apoio e solidariedade a comunidades indígenas nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil (< <http://www.opan.org.br>>).
- ¹¹ Ver: Schmidt, M. “Os aruaques. Uma contribuição ao estudo da difusão cultural.” Tradução do original alemão “Die Aruaken: Ein Beitrag zum problem der Kulturver-beitruung. Studien zur Ethnologie und Soziologie.” Herausgeben von Vierkandt, Heft 1. Leipzig, 1917. Cópia existente na Biblioteca do PPGAS do Museu Nacional, UFRJ, RJ.
- ¹² Ano de falecimento do Sr. Damião.
- ¹³ *Se entiende por “patrimonio cultural inmaterial” los usos, representaciones, expresiones, conocimientos y técnicas - junto con los instrumentos, objetos, artefactos y espacios culturales que les son inherentes- que las comunidades, los grupos y en algunos casos los individuos reconozcan como parte integrante de su patrimonio cultural. Este patrimonio cultural inmaterial, que se transmite de generación en generación, es recreado constantemente por las comunidades y grupos en función de su entorno, su interacción con la naturaleza y su historia, infundiéndoles un sentimiento de identidad y continuidad y contribuyendo así a promover el respeto de la diversidad cultural y la creatividad humana* (UNESCO, 2003).
- ¹⁴ Ver os relatórios de campo de Morales (1998); Morales e Moi (2001, 2003; Moi e Morales 2003), os diagnósticos das empresas Documento Antropologia e Arqueologia (2001a, 2001b, 2003); Griphu’s (2003), trabalhos em congressos (MOI, 2003a e b) e a qualificação de mestrado “Arqueologia pública em território paresi: uma análise dos desdobramentos políticos, socioculturais e econômicos decorrentes das pesquisas arqueológicas (MOI, 2006).
- ¹⁵ Roni Walter Azoinaye atua como professor indígena e sua monografia de final de curso para a formação de professores indígenas da Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT) intitula-se “A Simbologia e o Significado do grafismo na arte do povo Haliti Paresi” (2006).

Referências

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. Brasília, DF: Conselho Editorial do Senado Federal, 1988.

ACSELRAD, Henri. Conflitos ambientais – a atualidade do objeto. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll, 2004.

ALARCÓN-CHAÍRES, Pablo. Riqueza ecológica versus pobreza social: contradicciones y perspectivas del desarrollo indígena en Latinoamérica. In: CIMADAMORE A. D.; EVERSOLE. R.; MCNEISH J. A. (Coord.). **Pueblos indígenas y pobreza: enfoques multidisciplinares**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.

ARBIX, Glauco; COMIN, Álvaro; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo.

Brasil, México África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois. São Paulo: Editora Unesp: Edusp, 2002.

ASCHERSON, Neal. Editorial. **Public Archaeology**, London, vol.1, no.1, p.1-4, Spring 2000.

_____. Editorial. **Public Archaeology**, London, vol.1, no. 2, p. 1-2, Summer 2001.

BADARIOTTI, Nicolau. **Exploração no Norte de Mato Grosso**. Região do Alto Paraguay e planalto dos Paresis. São Paulo: Escola Tyo: Salesiana, 1898

BALANDIER, George. **Sociologie actuelle de l’afrique noire: dynamique sociale en Afrique Centrale**. 2. ed. Paris: PUF, 1963.

BARROS, Márcio Carlos Vieira. **A questão ambiental e os professores Paresi do município de Tangará da Serra, Mato Grosso: uma análise contextualizada**. 2002. 245 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Mato Grosso, 2002.

BARTH, Fredrik. **Ethnic groups and boundaries: the social organization of culture difference**. Boston: Little, Brown and Company, 1969.

BERKES; FIKRET; FOLKE; CARL; GADGIL, Madhav. **Traditional ecological knowledge, biodiversity, resilience and sustainability**. Sweden: Beijer, 1993. (Discussion paper series, 31).

CAMPO NOVO DO PARECIS (MT). Prefeitura. Brasil. Celeiro nacional de produção. Ilimitado potencial agroindustrial, comercial e turístico, Campo Novo dos Parecis, v. 7, fev. 2002.

COSTA, Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira. **Senhores da memória** – uma história do Nambiquara do cerrado. Cuiabá: Unicem, 2002.

COSTA FILHO, Aderval. **Mansos por natureza, situações históricas e permanência Paresi**. 1996. 216 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia)-Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1996.

_____. **Os Paresi: sistemas econômicos**. Cuiabá: Editora Universitária da UFMT, 1994. (Série Antropológica, 2).

CUNHA, Manuela Carneiro da. Etnicidade: da cultura residual mas irre-dutível. In: _____. **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade**. São Paulo: Brasiliense;EDUSP, 1986

_____. **Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

DAMIÃO. **Damião: depoimento** [fev. 2003]. Entrevistadores: Flavia Moi e ÉdisonRodrigues. [Aldeia SacreII]: [s.n.], 2003. 1 cassete.

DIACON, Todd. **Rondon, o marechal da floresta**. Tradução de T. Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DOCUMENTO ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA SC LTDA. **Avaliação do potencial arqueológico existente na PCH Ponte de Pedra, MT**. Jundiá,1998. Mimeografado.

_____. **Avaliação do patrimônio cultural e arqueológico para o EIA/Rima de 11 PCHs projetadas no rio Juruena, MT**. Jundiá, 2003. Mimeografado.

_____. **Complexo Juruena – Diagnóstico Antropológico / Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural**. Cotia, 2003. 3 v.

_____. **Diagnóstico Arqueológico e Antropológico para o EIA/Rima da PCH Sacre/MT**. Jundiá, 2001. Mimeografado.

_____. **Diagnóstico Arqueológico e Antropológico para o projeto PCH Sacre / MT**. [S.l.], 2001b. Mimeografado.

DOCUMENTO ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA SC LTDA. **Diagnóstico de Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural para o Projeto PCH Sacre 2.** Cotia, 2001a. Mimeografado.

FREITAS, Luís Caldas. **Minhas memórias.** Belo Horizonte: Editora Mimeográfica, [1941?].

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Brazilian archaeology, a reappraisal. In: POLITIS, G.; ALBERTI, Benjamin (Ed.). **Archaeology in Latin America.** London: Routledge, 1999.

_____. Public archaeology from a Latin American perspective. **Public Archaeology**, London, vol.1, no. 4, p. 239-243, Winter 2001.

_____; ORSER JR., Charles E.; SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira. **Identidades, discurso e poder: estudos de Arqueologia contemporânea.** São Paulo: Annablume: FAPESP, 2005.

_____. L'Archéologie Nazie en Europe de l'Ouest. **Public archaeology**, West Yorkshire, vol.7, no. 2, p. 135-138, Summer 2008.

GARRARD, Greg. **Ecocrítica.** Tradução Vera Ribeiro. Brasília: Editora da UnB, 2006.

GIDDENS, Anthony. **The consequences of modernity.** Cambridge: Polity Press, 1990.

GORDILHO, Gastón; LEGUIZAMÓN, Juan Martín. **El río y la frontera: movilizaciones aborígenes, obras públicas y mercosur en el Pilcomayo.** Buenos Aires: Biblos, 2002.

GOUDIE, Andrew. **The human impact on the natural environment.** 3. ed. Oxford: Blackwell, 1990.

GRAY, A., PARELLADA A., NEWING, H. **From principles to practice: indigenous and conservation in Latin America.** Copenhagen: IWGIA, 1998. (Document 87).

GRIPHU'S CONSULTORIA LTDA. **Relatório Final - Projeto de resgate arqueológico na área diretamente afetada pela PCH Baruito, MT.** Cuiabá: Global Energia, 2003. Mimeografado.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução de Guaracira Lopes Louro, 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HARVEY, David. **Justice, nature, and the geography of difference**. Oxford: Blackwell, 1996.

_____. **The condition of postmodernity**. Oxford: Blackwell, 1989.

_____. The geopolitics of capitalism. In: GREGORY, D.; URRY, J. (Ed.). **Social relations and spatial structures**. London: St. Martin Press, 1985.

HILL, Jonathan D. Introduction. In: _____. **Myth and history**. Rethinking history and myth: indigenous south-american perspectives on the past. Illinois: University of Illinois Press, 1988.

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos extremos**. O breve século XX (1914-1991). Tradução de Marco Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HODDER, Ian. Politics and ideology in the world archaeological congress Archaeological. **Review from Cambridge**, Cambridge, n. 5, p. 13-119, 1986.

JONES, Siân. Historical categories and the praxis of identity: the interpretation of ethnicity archaeology. In: FUNARI, P.P.A.; HALL, M.; JONES, S. (Org.). **Historical archaeology**. Back from the edge. London: Routledge, 1999.

_____. **The archaeology of ethnicity**: constructing identities in the past and present. London: Routledge, 1997.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. Tradução de Rosa Freire. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LUMMIS, Trevor. Oral History. In: BAUMAN, R. (Ed.). **Folklore, cultural performances and popular entertainments**. A communications-centered handbook. Chicago: Oxford University Press, 1992.

MACHADO, Maria de Fátima Roberto. **Relatório complementar de identificação e delimitação da T. I. "Estação Parecis"** (Decreto nº 1775). Cuiabá: [s.n.], 2002. Coordenação do G. T. Portaria nº 527/FUNAI/PRES de 21 de junho de 2000. Mimeografado.

_____. **Relatório de avaliação atual dos índios Pareci na cidade – FIPE/POLONOESTE**. Cuiabá: [s.n.], 1987. Mimeografado.

MEYER, Judy L.; HELFMAN, Gene S. The ecological basis of sustainability. **Ecological Applications**, New York, vol. 3, ed. 4, p. 569-571, Nov. 1993.

MILLER, Daniel; TILLEY, Christopher. **Ideology, power and prehistory**. Cambridge: University Press Cambridge, 1984.

MISSÃO RONDON. Apontamentos sobre os trabalhos realizados pela comissão de linhas telegráficas estratégicas de Matto-Grosso ao Amazonas – 1907-1915. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, n. 54, p. 6, 1915.

MOI, Flavia Prado. **Arqueologia pública em território paresi**: uma análise dos desdobramentos políticos, socioculturais e econômicos decorrentes das pesquisas arqueológicas. 2006. 153 f. Tese (Doutorado em Arqueologia)-NEPAM, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. (Exame de qualificação de doutorado).

_____. Etnoarqueologia entre os Xerente: a construção de um modelo de organização e uso do espaço das aldeias Porteira e Rio Sono. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v.13, n. 13, p.153-172, 2003b.

_____. Patrimônio imaterial e tradição oral: potencialidades de pesquisa. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 12., 2003, São Paulo. **Resumos...** São Paulo: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2003a.

MONTERRAT, Ruth Maria Fonini. Línguas indígenas no Brasil contemporâneo. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). **Índios no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994.

NANBIKWARA, Luiz Campos. **Aldeia Utiariti** – Terra indígena Tirecatina, em fevereiro de 2003: depoimento [fev. 2003]. Entrevistador: Edson Rodrigues. [Aldeia Utiariti]: [s.n.], 2003. 1 cassete. Entrevista concedida a Edson Rodrigues e cedida a Flavia Moi e Walter Morales em fevereiro de 2003, na aldeia Utiariti.

_____. **Luiz Campos Nanbikwara**: depoimento [fev. 2003]. Entrevistadores: Flavia Moi e Walter Morales. [Aldeia Utiariti]: [s.n.], 2003a; b. 1 cassete. Entrevista concedida a Flavia Moi e Walter Morales em fevereiro de 2003, na aldeia Utiariti.

NEVES, Lino João de Oliveira. Olhos mágicos do Sul (do Sul): lutas contra-hegemônicas dos povos indígenas no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.), **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NINÓ, A. Carolina Borda; MONTALVO, Dario J. Mejía. Participación política y pobreza de las comunidades indígenas de Colombia. El caso de los pueblos Zenú y Mokaná. In: EVERSOLE, A. D.; MCNEISH, J. A. (Coord.). **Pueblos indígenas y pobreza**: enfoques multidisciplinares. Ciudad de Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Convención para la salvaguarda del patrimonio cultural inmaterial. UNESCO, Paris, 17 out. 2003. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540s.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2006.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, M. C. da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: FAPESP: SMC, 1992.

PIVETTA, Darci Luiz; FREIRE, Maria de Lourdes Bandeira Delamônica. **Irantxe: luta pelo território expropriado**. Cuiabá: Editora Universitária, 1993.

PRICE, P. David. Acculturation, social assistance and political context: the Nambikwara in Brazil. In: CONGRES INTERNATIONAL DES AMEREICANISTES, 42., 1976, Paris. **Actes...** Paris: CNRS, 1976a. p. 38, v. II.

_____. La pacificación de los Nambikwara. **América Indígena**, [s.l.], v. XLIII, n. 3, p. 23, jul.-set. 1983.

_____. Política indigenista e política indígena entre os Nambiquara. **Informativo FUNAI**, Brasília, DF, n. 15/16, p.12, 1976b.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (Portugal). **Relatório do desenvolvimento humano 2004** – Liberdade cultural num mundo diversificado. Lisboa: Mensagem Serviço de recursos editoriais Ltda., 2004.

REICHEL-DOLMATOFF, Gerardo. Cosmology as ecological analysis: a view from the rain forest. **Man**, [S.l.], n. 2, p. 32-45, 1976.

ROBERTO, Maria de Fátima. **Relatório de avaliação da situação atual dos índios Paresi na cidade**. FIPE/POLONOROESTE. Cuiabá: [s.n.], 1987.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. **Conferências realizadas em 1910 no Rio de Janeiro e em São Paulo pelo tenente-coronel Cândido Mariano da Silva Rondon**. (1922). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; CNPq; Ministério da Agricultura, 1946.

ROOSEVELT, Theodore. **Nas selvas do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Livraria Itatiaia Editora Ltda., 1976. (Coleção Reconquista do Brasil, 35).

SAHLINS, Marshall. A primeira sociedade da afluência. In: CARVALHO, Edgard Assis (Org.) **Antropologia econômica**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978.

SECCHI, Darci. **Diagnóstico da educação escolar indígena em Mato Grosso**. Programa das nações unidas para o desenvolvimento. Consultoria para educação escolar indígena. Cuiabá: PNUD/BRA/94/006/Prodeagro, 1995

SHENNAN, Stephen. Introduction: archaeological approaches to cultural identity. In: Shennan, S. (Org.). **Archaeological approaches to cultural identity**. London: Routledge, 1994.

_____. Population, culture history and the dynamics of cultural change. **Current Anthropology**, Chicago, vol. 41, no. 5, p. 811-835, Dec. 2000.

SILVA, Jovam Vilela da. **A capitania de Mato Grosso: política de povoamento e população – século XVIII**. 1993. 395f. Tese (Doutorado em História Social)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

SOUZA, Hellen Cristina de. **Entre a aldeia e a cidade: educação escolar Pareci**. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Mato Grosso, [Cuiabá?], 1997.

SPERBER, Dan. **La contagion des idées**. Paris: Editora Odile Jacob, 1996.
THOMAS, Julian. **Time, culture and identity: an interpretative archaeology**. London: Routledge, 1996.

TOLEDO, V. M. What is ethnoecology?: origins, scope and implications of a rising discipline. **Etnoecológica**, [S.l.], v.1, n. 1, p. 5-21, 1992.

URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: FAPESP: SMC, 1992 .

VICENZO, Lauriola. Ecologia global contra diversidade cultural? Conservação da natureza a povos indígenas no Brasil: o monte Roraima entre o Parque Nacional e a terra indígena Raposa – Serra do Sol. **Ambient. Soc.**, v. 6, n.1, p. 165-189, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci-arttext&pid=s1414-753x2003000200010&ing=pt&nrm=is so.>> Acesso em: 13 maio 2007.

Recebido em: 18 de março de 2008.

Aprovado em: 3 de junho de 2008.

“Sobre bonecas e carrinhos”; deconstruindo as categorias “feminino” e “masculino” no passado

Andrés Zarankin
Melisa Anabella Salerno

1 Introdução

Basta observar as ilustrações que acompanham a maioria dos livros sobre pré-história geral ou os papéis desempenhados por homens e mulheres em qualquer filme sobre um passado distante, para perceber que as representações sobre a organização dos gêneros através da história parecem ter sido sempre as mesmas. As mulheres são mostradas como criaturas frágeis, dóceis, fiéis e românticas, que passam a maior parte das suas vidas dentro do lar (sejam cavernas, palácios ou casas). Geralmente, as mulheres são caracterizadas pelas obrigações domésticas, criação dos filhos e satisfação dos seus maridos. Enquanto isso, os homens - fortes, ativos e pragmáticos - aparecem ocupados com a subsistência do grupo, desenvolvendo diversas atividades fora do lar.

É evidente que a naturalização dos modelos modernos de organização social no passado tem um profundo impacto no presente. Um de seus efeitos consiste na legitimação de determinados modelos como tipos ideais, universais e corretos. Levando em conta essa perspectiva, a manipulação e o controle da reconstrução do passado representam um dispositivo para a dominação masculina e a imposição de um modelo hegemônico branco, machista e heterossexual (BOURDIEU, 1998). Partin-

do dessa ideia, deveríamos nos perguntar como uma mulher (mesmo que tenhamos que discutir o que se entende por esse modelo) poderia se tornar independente ou assumir os papéis reservados aos homens.

Neste trabalho, traçamos um panorama geral dos estudos em arqueologia que - desde a década de 1980 - criticaram essas construções do passado, com o propósito de analisar, especificamente, as contribuições feitas pela denominada “arqueologia de gênero”. Deste modo, em primeiro lugar, discutimos as condições de surgimento deste campo de estudo, destacando suas múltiplas conexões com o movimento feminista. Levando em conta a interdisciplinaridade desse campo, apresentamos diversos conceitos básicos que acabaram guiando as análises de gênero nas últimas décadas. Na segunda parte do trabalho, analisamos as características dos estudos de gênero na arqueologia. Neste sentido, apontamos diversas críticas sobre as construções androcêntricas do passado, assinalando suas causas e efeitos no âmbito acadêmico e social. Posteriormente, analisamos as propostas metodológicas desenvolvidas para estudar as relações de gênero ao longo do tempo. Por último, explicitamos a relevância e o potencial que possuem esses trabalhos na arqueologia.

2 Estudos de gênero: fundamentos conceituais

Apesar das reivindicações feministas possuírem uma longa história (SPENCER-WOOD, 1999), foi a partir das décadas de 1960 e 1970 que se produziu uma verdadeira reformulação dos seus enfoques teóricos e sua agenda política. A terceira onda do feminismo (*third-wave femisim*) surgiu como resposta às propostas feministas anteriores. Por um lado, criticou a crença na universalidade das experiências femininas e se distanciou dos modelos que buscavam generalizar a realidade das mulheres

ocidentais de classe média diante da dominação masculina. Por outro lado, a terceira onda do feminismo estimulou as demandas de diversos grupos marginalizados, como os homossexuais. Este movimento desenvolveu-se em um contexto de crescente crítica social, preocupação com os direitos humanos e respeito pela diversidade (FUNARI; ZARANKIN, 2006).

Os trabalhos de gênero surgiram, neste contexto, como parte dos estudos culturais (*cultural studies*) desenvolvidos pela Inglaterra e pelos Estados Unidos em distintas instituições acadêmicas. O gênero constitui uma categoria de análise própria das ciências sociais que se refere à construção cultural dos papéis e das identidades sexuais, independente das diferenças biológicas. O surgimento da análise de gênero na Arqueologia remonta, praticamente, à mesma época. No entanto, somente na década de 1980 foi que esses trabalhos adquiriram força. A partir daí, multiplicaram-se os projetos de estudo sobre a temática, as publicações em revistas e livros, as apresentações em palestras especializadas e as discussões e seminários nas agendas universitárias.

Até o momento, a Arqueologia não propôs grandes marcos conceituais para a análise de gênero no passado (HILL, 1998). Da mesma forma, um número significativo dos trabalhos sobre gênero na disciplina não explicita os modelos teóricos sobre os quais sua análise se desenvolve (VOSS, 2006). Apesar disso, os registros dos pressupostos adjacentes nesses trabalhos permitem compreender que a maior parte deles fundamenta suas discussões a partir de propostas geradas por outras áreas das ciências humanas. Entre essas, a Antropologia e a Filosofia contam com um lugar privilegiado. Fica evidente que a noção de interdisciplina, entendida como um intercâmbio de informações e procedimentos que não necessitam de categorias próprias de cada ciência (GIANELLA, 1995), tornou-se relevante. Se a Arqueologia é o estudo das pessoas através da cultura material (objetos, construções, entre outros), as materialidades representam uma

categoria de análise indispensável para esta disciplina.

Deixando de lado suas diferenças, a maior parte das investigações sobre gênero nas ciências humanas centrou seu interesse na definição de diversos conceitos operacionais. As maneiras de definir o sexo, o gênero e suas relações se transformaram notavelmente ao longo do tempo (DELLE, 2000). Entretanto, as principais propostas teóricas elaboradas pelas ciências humanas discutiram esses termos em função de dois conceitos centrais: natureza e cultura. Neste artigo, procuramos descrever os três modelos sobre gênero mais frequentemente empregados por arqueólogos em seus estudos. Resumidamente, o primeiro modelo entende que o gênero corresponde à materialização das diferenças presentes no sexo biológico; o segundo coloca o gênero como uma elaboração cultural diferente do sexo natural sobre o qual se impõe; o terceiro modelo considera que tanto o sexo como o gênero são construções culturais atravessadas pelo discurso (Figura 1).

Tradicionalmente, em nossa sociedade o gênero foi assimilado ao sexo. Desta maneira, os atributos de mulheres e homens foram explicados mediante diferenças perceptíveis na constituição biológica de seus corpos. De modo geral, as diferenças registradas foram empregadas para legitimar as desigualdades entre os gêneros. Como as características que definiam mulheres e homens encontravam-se supostamente fundadas no mundo natural, o gênero foi entendido como um fenômeno universal e trans-histórico. Com o passar do tempo, os estudos em arqueologia criticaram essa concepção. Seguindo esta idéia, diversos investigadores propuseram que a identificação de sexo e gênero respondia a uma ideologia dominante com uma longa genealogia (SPENCER-WOOD, 1999), que no caso do Ocidente teria sido naturalizada pela filosofia, religião e pela ciência (ou seja, por discursos raramente questionados na vida cotidiana).

Durante a década de 1970, a antropologia começou a diferenciar os conceitos de sexo e gênero. Desta forma, estabeleceu

que o sexo compreendia as diferenças biológicas entre os corpos de mulheres e homens, enquanto o gênero correspondia a uma redefinição cultural dessas diferenças. Por esse motivo, era possível cobrar distintas expressões em diferentes contextos socio-culturais. Os mecanismos pelos quais o gênero se impunha sobre o sexo denominaram-se "sistema sexo/gênero" (RUBIN, 1975). Barbara Voss (2006) apontou que a distinção entre sexo e gênero foi importante para a arqueologia. Se o gênero era definido como uma construção, ele mesmo possuía uma história que poderia ser estudada. Seguindo esta linha, deveríamos acrescentar que se o gênero contava com uma história, ele possuía um caráter contingente. A possibilidade de registrar mudanças nas relações de gênero teve um significado especial para os arqueólogos comprometidos com o movimento feminista.

Apesar das suas contribuições, o sistema sexo/gênero foi alvo de diversas críticas. Na década de 1990, uma nova proposta foi elaborada. Neste contexto, Judith Butler (2005) considerou que o sexo e a natureza não faziam parte de uma esfera inteligível, pré-social e pré-discursiva sobre as quais se davam os significados culturais de gênero. Ao ser substituído por esses sentidos, o sexo representaria uma fantasia à qual não se tinha acesso direto. Entretanto, a existência do conceito de sexo permite que o Ocidente mantenha a integridade de sua matriz heterossexual, **permitindo expulsar o desprezível, mantendo-o como seu exterior constitutivo**. Butler (2005) considera que as categorias de sexo e gênero são igualmente produzidas mediante o discurso. Consequentemente, entende-se que o sexo é o resultado da reiteração ou citação de atos e gestos anteriores. Nestas performances é que se materializam os corpos e o poder da norma (FOUCAULT, 2002).

O modelo proposto por Butler possibilita empregar novos marcos de trabalho na arqueologia. Como aponta Alberti (1999, 2001), a tese da *performatividade* permite supor que no passado existiram sociedades que não levaram em conta a divisão sexo/

gênero que caracteriza a civilização ocidental. Atualmente, existem diversas críticas a essa proposta. Entre elas, destacam-se a falta de consideração da materialidade em relação à discursividade, e da experiência em relação à significação dos corpos (VOSS, 2006).

Sexo = Gênero (Biológico = Cultural)
Sexo ≠ Gênero (Biológico ≠ Cultural)
Sexo = Gênero (Cultural = Cultural)

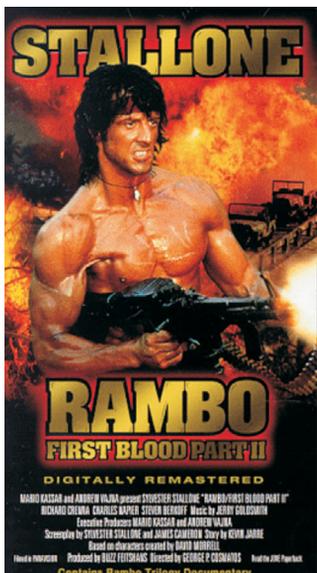
Quadro 1 – Síntese da relação entre sexo e gênero nas ciências humanas:

As identidades de gênero acabam por fazer parte do que chamamos de “senso comum”. Em nossa sociedade, essas identidades encontram-se atravessadas por discursos dominantes sobre a supremacia masculina. Esses modelos distinguem iden-



Figura 1 – Meg Ryan em “Mensagem para você” (1998).

Fonte: <<http://www.coadjuvante.com/tag/meg-ryan/>>.



tidades femininas e masculinas, associando-as a atributos e valorações contrapostos (Figura 2). O mundo masculino é associado aos traços ativos, agressivos, fortes, seguros, independentes, públicos, racionais; enquanto isso, a esfera feminina é vinculada a traços passivos, delicados, débeis, inseguros, dependentes, privados e emocionais. Este ordenamento binário encontra-se sustentado por ideias machistas e sexistas¹ que apresentam relações estreitas com o primeiro modelo sobre sexo e gênero analisado.

Figura 2 – Cartaz do filme “Rambo: First Blood – Part II” (1985).

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/Rambo_II>.

Feminino	Masculino
Passiva	Ativo
Delicada	Agressivo
Débil	Forte
Insegura	Seguro
Dependente	Independente
Privado	Público
Emocional	Racional

Figura 1 – Características femininas e masculinas assumidas pelos modelos tradicionais da sociedade ocidental.

3 Arqueologia de gênero

A arqueologia de gênero surgiu na década de 1980, associada ao sucesso do movimento feminista, à transformação dos paradigmas hegemônicos da disciplina e a uma visão crítica crescente dos enfoques positivistas que descobriam um passado verdadeiro. Com o surgimento de uma arqueologia interpretativa (uma corrente teórica pós-moderna), a disciplina se redefiniu como uma construção cultural. Assim, demarcou que não existia um passado único e real, e sim passados subjetivos múltiplos (SHANKS; TILLEY, 1987), que permitem “democratizar” a construção da história das pessoas (FUNARI, 1995/1996; FUNARI; ZARANKIN, 2006). Os restos materiais analisados pela arqueologia são produto de indivíduos e grupos. Consequentemente, torna-se possível que todos eles alcancem visibilidade e legitimidade no presente. Esses grupos não incluem apenas membros dos setores dominantes (por exemplo, os homens), mas também pessoas “sem história” (WOLF, 1982), como as mulheres e as minorias de gênero (WALL, 2000).

A princípio, a arqueologia de gênero elaborou uma crítica aos pressupostos androcêntricos estabelecidos na disciplina. Desse modo, procurou-se reivindicar o lugar das mulheres e das minorias de gênero na construção do passado, denunciando um modelo centrado exclusivamente no homem. Exploraremos, neste texto, dois momentos determinantes na história da arqueologia de gênero: a revisão crítica dos discursos gerados pela disciplina, e o desenvolvimento de modelos teórico-metodológicos que oferecem a possibilidade de se estudar a diversidade das expressões de gênero por meio do registro arqueológico.

4 Revisão crítica dos discursos gerados pela disciplina

A maior parte dos trabalhos sobre gênero, em arqueologia, buscou por em evidência os cortes androcêntricos que caracterizaram a disciplina. Alguns investigadores tentaram demonstrar que tradicionalmente a reconstrução do passado se realizou em torno da figura dos homens, ignorando ou minimizando a visibilidade das mulheres e de outros grupos. Estas circunstâncias se encontraram estreitamente vinculadas aos pressupostos machistas dos discursos do senso comum, aos modelos teórico-metodológicos utilizados pela disciplina e às posições de autoridade ocupadas por arqueólogos homens no círculo acadêmico. Ao estarem dominados pela presença masculina, os trabalhos em arqueologia não consideraram as relações de gênero como uma variável de estudo relevante. Por isso, não reconheceram seu papel na estruturação social (DELLE, 2000) e seu caráter mutante ao longo do tempo.

5 A teoria do mito original

Cada sociedade conta com suas próprias histórias para explicar seu passado, legitimando uma determinada organização das coisas no presente (em geral, de caráter mítico-religioso). No caso do mundo ocidental, essas narrativas vieram das religiões judaico-cristãs. De acordo com o relato de Adão e Eva, Deus criou o homem à sua imagem e semelhança. A mulher apareceu posteriormente. Foi criada como uma companheira, a partir de uma costela do homem. Essa história sobre a origem da humanidade coloca o homem em uma posição de superioridade em relação à mulher, e por seu caráter religioso (portanto, único), foi raramente questionada durante séculos.

A partir das transformações geradas pelo iluminismo e

pelo capitalismo, os discursos religiosos foram criticados e colocados em um plano mítico (logo, distinto do real). O pensamento científico e racional se transformou no paradigma da sociedade civilizada. A crise do sistema de explicação religioso criou um vazio que foi preenchido com novos discursos. Nesse contexto, se desenvolveram diversas disciplinas baseadas nas ciências naturais e exatas. Elas tinham o objetivo de legitimar uma nova visão do passado e, conseqüentemente, uma nova realidade, uma nova dominação e um novo sistema de poder. Esta busca está diretamente relacionada ao surgimento formal da História e da Arqueologia (além da Antropologia e da Sociologia) como disciplinas acadêmicas, durante o século XIX (o momento no qual estava se consolidando o capitalismo como sistema hegemônico mundial).

Ao longo do tempo, os discursos “científicos”, aparentemente “objetivos” e “apolíticos”, contribuíram para a construção e naturalização de uma sociedade burguesa de traços assimétricos, brancos e machistas (DÍAZ-ANDREU; SORENSEN, 1998). A partir de observações supostamente empíricas, a ciência procurou mostrar e validar a superioridade masculina através da história. A arqueologia estudou tradicionalmente as sociedades do passado em seu conjunto, já que considerou que os indivíduos eram metodologicamente inacessíveis (POLITIS, 1999). Ao não contemplar a diversidade de grupos em uma sociedade (BARRETT; 1988), os arqueólogos entenderam que a cultura material era resultado exclusivo das atividades desenvolvidas pelos homens. Durante muito tempo, a disciplina esteve interessada em explicar grandes variáveis analíticas na organização social (econômicas e políticas, entre outras) (WYLIE, 1991). O etnocentrismo e o androcentrismo apontaram que estas estavam dominadas pela presença masculina. Enquanto essas variáveis contavam com visibilidade, os vestígios de outras atividades de menor escala eram dificilmente identificáveis (por exemplo, os desenvolvidos pelas mulheres).

Atualmente, esses discursos científicos fazem parte do senso comum. Eles se encontram presentes no processo de socialização das crianças – incluindo os futuros arqueólogos. Um exemplo claro disso foi a série "Era uma vez... o homem" (*Il était une fois... l'Homme*), criada na França em 1978, por Albert Barillé, com o assessoramento de antropólogos, pedagogos e arqueólogos. O caráter androcêntrico da produção está evidente em vários aspectos. Em primeiro lugar, o título da série utiliza o termo "homem" como sinônimo de humanidade. Dessa maneira, torna invisível a presença das mulheres ao empregar uma simples convenção linguística (SPENCER-WOOD, 1999). Em segundo lugar, a apresentação da série mostra um único protagonista homem (e nenhuma mulher), atravessando distintas etapas do desenvolvimento histórico. Por fim, vários capítulos mostram homens e mulheres desempenhando papéis claramente diferenciados. Eles simplesmente reproduzem estereótipos modernos



Figura 3 – Cartaz do seriado “Érase una vez... el hombre”

Fonte: <www.youtube.com/watch?v=EyvUTWZC0xQ>.

da sociedade ocidental. Por exemplo, os episódios destinados à pré-história mostram mulheres que participam das atividades vinculadas à reprodução e nutrição (cuidando de crianças, preparando alimentos); e homens em tarefas associadas à provisão e proteção (fabricantes de ferramentas, caçadores, entre outros).



Figura 4 – Imagens da apresentação da série “Era uma vez... o homem” (1978).

Fonte: <http://images.google.com.br/images?hl=pt-BR&source=hp&q=Erase+una+vez...+el+hombre&um=1&ie=UTF-8&ei=HfbASv-iIMywuAe5y9TODQ&sa=X&oi=image_result_group&ct=title&resnum=4>.



Figura 5 – Imagens dos episódios 2 e 3 da série “Era uma vez... o homem” (1978)¹.

Fonte: <http://images.google.com.br/images?hl=pt-BR&source=hp&q=Erase+una+vez...+el+hombre&um=1&ie=UTF-8&ei=HfbASv-iIMywuAe5y9TODQ&sa=X&oi=image_result_group&ct=title&resnum=4>.

Esses discursos têm um impacto na visão de mundo das crianças. Com o objetivo de ilustrar essa afirmação, decidimos analisar de que maneiras uma turma de quarta série (crianças de 9 anos) representou as atividades que eles acreditavam que homens e mulheres desenvolviam na pré-história¹. Assim como o que foi abordado no caso da série "Era uma vez... o homem", observou-se, na totalidade dos desenhos, uma clara divisão nas tarefas de homens e mulheres. Em várias ocasiões, as mulheres foram representadas próximas a fogões que remetiam ao âmbito doméstico e ao lugar de preparação de alimentos. Frequentemente esse ambiente foi desenhado distante do contexto onde apareciam os homens. Em outros casos, as mulheres foram desenhadas perto de crianças pequenas, reforçando sua associação com a reprodução, a maternidade e a família. Por fim, algumas crianças desenharam as mulheres em atitudes passivas, sem nenhum tipo de conexão com alguma atividade (pode-se inferir a partir da cultura material, ou seus gestos e posturas). Além das atividades representadas, a identificação das mulheres também se definiu por sua aparência: os cabelos compridos, a cor de seus vestidos (por exemplo, o rosa) e os enfeites que cobriam o busto constituíam alguns dos elementos constantemente apresentados nos desenhos.

No que diz respeito aos homens, todos os desenhos os mostraram diretamente associados à provisão de alimentos (caça, pesca), seja pela presença de lanças e flechas em suas mãos ou por sua proximidade a animais perseguidos. Como no caso das mulheres, a identificação dos homens depende das atividades às quais se encontram vinculados e de sua aparência: peitoral nu e cabelos curtos. Claramente, as crianças já internalizaram alguns discursos básicos do senso comum sobre o passado. A eles se agrega a naturalização das normas de sua própria sociedade, que são levadas ao passado por serem consideradas as únicas formas de vida possíveis.



Figuras 6 – Representações de mulheres e homens na pré-história realizadas por crianças de nove e dez anos.
Fonte: Crianças de 9 e 10 anos.

Paralelamente, na prática arqueológica as relações de gênero se encontram fortemente marcadas. No imaginário coletivo, a representação do arqueólogo se reflete na imagem de Indiana Jones. Não é coincidência que esse herói criado no início da década de 1980 por George Lucas e Steven Spielberg, seja um homem branco, de idade mediana, deixando claro que a arqueologia é uma atividade masculina. Também não chama a atenção que a protagonista de Tomb Raider, Lara Croft (criada em 1993 pela

empresa inglesa de videogames core Design), represente uma arqueóloga com traços tipicamente masculinos para o imaginário ocidental (desprezando, obviamente, suas formas físicas): determinação, inteligência, destreza física, valentia, agressividade. Apesar da protagonista ser mulher, o filme acaba reforçando o caráter masculino da disciplina, já que não se trata de qualquer mulher, mas de uma que se parece com um homem.



Figuras 6 e 7 – Representações do arqueólogo presentes no imaginário coletivo, e estimuladas pela indústria cinematográfica. Na foto à esquerda, mostra-se a imagem de Indiana Jones, na da direita, a de Lara Croft em Tomb Raider.

Fonte: <www.imdb.com/title/tt0367882><http://images.google.com.br/images?hl=pt-BR&source=hp&q=Tomb+raider&um=1&ei=UTF-8&ei=pPnASpqdL46MuAeUivHODQ&sa=X&oi=image_result_group&ct=title&resnum=12>.

Claasen (2000) também aponta que desde finais do século XIX a Arqueologia foi pensada como uma esfera exclusivamente masculina. Os desafios físicos do trabalho de campo e as dificuldades intelectuais associadas às investigações pareciam confirmar tal ideia. Conseqüentemente, as mulheres deveriam adquirir atributos masculinos para participar da disciplina. Contudo, o machismo e a homofobia buscaram minimizar suas potencialidades no es-

paço acadêmico e num contexto social mais amplo. Atualmente, é interessante que, apesar de grande parte dos profissionais em arqueologia serem mulheres, o poder se encontra distribuído de forma desigual entre eles, estando mais nas mãos dos homens (o que pode ser constatado, por exemplo, em cargos gerenciais em institutos de ensino e investigação, em cargos de professores em universidades, na organização de jornadas e congressos e na apresentação de dissertações de mestrado). Isso parece ser especialmente preciso no contexto latino americano, herdeiro de uma tradição fortemente “paternalista”. Felizmente, essas circunstâncias parecem estar experimentando algumas mudanças.

6 Construção de linhas teóricas úteis para estudar a presença das mulheres no registro arqueológico

A partir da década de 1990, o objetivo da arqueologia de gênero foi elaborar propostas teórico-metodológicas que permitissem tornar visíveis na história as mulheres e outros grupos de gênero. Neste contexto, diversos investigadores destacaram as frequentes inadequações de numerosos trabalhos em Arqueologia. Apontaram os preconceitos sobre os quais os estudos se encontravam sustentados (por exemplo, o papel passivo e secundário das mulheres na sociedade). Diversos arqueólogos consideraram que o enfoque androcêntrico não só tinha lugar durante o desenvolvimento das interpretações como também ao longo de todo o processo de investigação; ou seja, desde o momento da escavação (POLITIS, 2001).

Não existe uma forma simples de encontrar as mulheres nos registros arqueológicos, tampouco uma forma simples de encontrar os homens, mas, ainda assim, não conhecemos o tipo de organização de gênero que tinha o grupo ou a sociedade pesquisada. De qualquer forma, muitas atividades atribuídas

a gêneros distintos foram supostas pelos investigadores sem que estivessem analiticamente demonstradas. Como mencionamos anteriormente, alguns destes pressupostos representaram projeções dos próprios etnocentrismo e androcentrismo dos arqueólogos. Em outras ocasiões, foram resultado de aplicações de analogias etno-históricas e etno-arqueológicas no passado. A partir dessas ideias, alguns investigadores reconheceram que a análise de gênero requeria a utilização de múltiplas linhas de evidências para compreender as relações sociais do passado (HILL, 1998). Somente dessa maneira se poderia levar em conta as particularidades históricas que definem cada contexto de estudo (BARRETT, 1988).

Conscientes das limitações metodológicas, os estudos de gênero reivindicaram que o trabalho dos arqueólogos não consiste apenas em estabelecer relações entre determinados restos materiais e grupos. Nesse sentido, a divisão entre mulheres e homens não constitui uma forma natural de diferenciação que deve ser descoberta pelos arqueólogos no passado. É, ainda, válido recordar que não existe uma correlação direta entre a cultura material e os grupos sociais. Diante dessas circunstâncias, o benefício para a Arqueologia reside na possibilidade de formular novas perguntas e formas de contemplar os dados arqueológicos. A partir dessa perspectiva, os arqueólogos têm demonstrado que o gênero – como outras expressões de identidade – consiste num processo dinâmico e mutável, que se encontra em constante negociação (BARRETT, 1988; AGOSTINI, 1999; MESKELL, 2001). Dessa forma, o gênero não só mostra variações inter e intrassociais ao longo do tempo, como também mudanças ao longo da vida das pessoas, por encontrar-se "inserido" em outras redes de práticas, como as de classe, etnia, idade, entre outras (POLITIS, 1999; JAMIESON, 2000; WALL, 2000).

7 Considerações finais

A arqueologia de gênero permitiu compreender que as diferenças de gênero não são um problema biológico, mas, na verdade, um problema cultural, associado a discursos ideológicos construídos ao redor delas. Fica claro, também, que nem todos os trabalhos de gênero em Arqueologia e Ciências Humanas são feministas. De acordo com Erica Hill (1998), os trabalhos feministas na Arqueologia almejam os objetivos políticos presentes, enquanto os trabalhos inspirados no feminismo exploram problemas propostos pela consciência política, mas se distanciam de seus objetivos. Da mesma maneira, é necessário lembrar que nem todos os trabalhos de gênero na Arqueologia se limitam a explorar os papéis e as identidades das mulheres no passado.

Nas últimas décadas, diversos investigadores se propuseram a explorar a diversidade das expressões de gênero de maneira ampla. Seus trabalhos tentaram demonstrar que limitar o estudo de gênero às mulheres é encarar a disciplina a partir de um novo viés (CONKEY; SPECTOR, 1984). A partir disso, alguns estudos buscaram discutir os ideais e os comportamentos vinculados à masculinidade em diferentes contextos socioculturais. Assim mesmo, outras investigações tentaram abordar aquelas expressões de identidade que ultrapassavam a matriz heterossexual. A arqueologia “*queer*” foi pioneira no estudo das posições sociais que desafiavam as normas de gênero dominantes. Levando em conta esta ideia, alguns autores concluíram que a Arqueologia “*queer*” não se limitava ao estudo da homossexualidade, considerando na verdade todos aqueles que são sexual, intelectual ou culturalmente marginalizados (DOWSON, 2000).

Em síntese, a Arqueologia de gênero implica a possibilidade de estudar a pluralidade de identidades em qualquer sociedade. Distintos enfoques reconhecem que as identidades de gênero são historicamente produzidas. Consequentemente, podem

ser modificadas com o objetivo de gerar uma organização mais igualitária e pluralista, em que se valorize o “diferente”.

Agradecimentos

Agradecemos especialmente às professoras da quarta série do Colégio San Francisco, Mireya e María Elena Altamiranda, por seu interesse e colaboração no projeto. A Pedro Funari e Margareth Rago, por seu apoio e interesse. A Walter Fagundes Morales, pelo seu convite para publicar nesta revista. Finalmente, a Flora Botelho e Juliana Campos pela revisão do português deste artigo.

NOTAS

- ¹ O machismo pode ser entendido como um conjunto de discursos e práticas que objetivam desvalorizar o feminino. Já o “sexismo” pode ser definido como uma série de prejuízos baseados nas diferenças biológicas entre os “sexos”.
- ² Nas figuras da esquerda se representa – de uma perspectiva androcêntrica – as atividades desempenhadas pelas mulheres na pré-história; nas imagens da direita, as tarefas cumpridas pelos homens.
- ³ Esta atividade foi desenvolvida com a professora da quarta série do Instituto Privado San Francisco (Cidade Autônoma de Buenos Aires), Mireya Altamiranda, dentro de um pequeno projeto para ensinar algumas ideias básicas sobre Pré-História e Arqueologia às crianças do curso.

Referências

AGOSTINI, Camila. Resistência cultural e reconstrução de identidades: um olhar sobre a cultura material de escravos do século XIX. **Revista de Historia Regional**, Rio de Janeiro, v.3, n. 2, p. 115-137, 1998.

ALBERTI, Benjamin. Los cuerpos en prehistoria: más allá de la división entre sexo/género. **Revista do Museu de Arqueología e Etnologia da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 3, p. 57-67, 1999.

_____. Faience goddesses and ivory bull-leapers: The aesthetics of sexual difference at late Bronze age Knossos. **World Archaeology**, Cambridge, vol. 33, no. 3, p. 189-205, Feb. 2002.

BARRETT, John. Fields of discourse. Reconstituting a social archaeology. **Critique of Anthropology**, New York, vol. 7, no. 3, p. 5-16, Jan.1988.

BOURDIEU, P. **La dominacion masculina**. Barcelona: Anagrama,1998.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan. Sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"**. Buenos Aires DF: Paidós, 2005.

CLAASEN, Cheryl. Homophobia and women archaeologists. **World Archaeology**, Cambridge, vol. 32, no.2, p.173-179, Oct. 2000.

CONKEY, Margaret; SPECTOR, Janet. Archaeology and the study of gender. **Advances in Archaeological Method and Theory**, New York, vol. 7, p. 1-32, Mar. 1984.

DELLE, James. Gender, power, and space. Negotiating social relations under slavery on coffee plantations in Jamaica, 1790-1834. In: DELLE, James; MROZOWSKI, Stephen; PAYNTER, Robert (Ed.). **Lines that divide**. Historical archaeologies of race, class, and gender. Knoxville: The University of Tennessee Press, 2000.

DÍAZ-ANDREU, Margarita; SORENSEN, Marie Luise. Excavating women. Towards an engendered history of archaeology. In: SORENSEN, Marie Luise; DÍAZ-ANDREU, Margarita (Ed.). **Excavating women**. A history of women in European archaeology. London: Routledge, 1998 .

DOWSON, Thomas. Why queer archaeology? An introduction. **World Archaeology**, .Cambridge, vol. 32, no.2, p.161-165, Oct. 2000.

FOUCAULT, Michel. **Historia de la sexualidad**. La voluntad del saber. Buenos Aires DF: Siglo veintiuno editores, 2002. v. 1.

FUNARI, Pedro P. Arqueología e historia. Arqueología histórica mundial y de América del Sur. **Anales de Arqueología y Etnología**, Buenos Aires DF, v. 50/51, p. 109-132, 1995/1996.

_____; ZARANKIN, Andrés. Introducción. In: FUNARI, Pedro; ZARANKIN, Andrés (Ed.). **Arqueología de la represión y resistencia en América Latina** (1960-1980). Córdoba: Brujas, 2006.

GIANELLA, A. **Introducción a la epistemología y a la metodología de la ciencia**. La Plata: Universidad Nacional de la Plata, 1995.

HILL, Erica. Gender-informed archaeology: the priority of definition, the uses of analogy, and the multivariate approach. **Journal of Archaeological Method and Theory**, Dordrecht, vol. 5, no. 1, p. 99-128, Mar.1998.

JAMIESON, Ross. Doña Luisa and her two houses. In: DELLE, James; MROZOWSKI, Stephen; PAYNTER, Robert (Ed.). **Lines that divide**. Historical archaeologies of race, class, and gender. Knoxville: The University of Tennessee Press, 2000.

MESKELL, Lynn. Archaeologies of identity. In: HODDER, Ian (Ed.). **Archaeological theory today**. Cambridge: Polity Press, 2001.

POLITIS, Gustavo. La actividad infantil en la producción del registro arqueológico de cazadores-recolectores. **Revista do Museu de Arqueología e Etnología Daq Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 3, p. 263-283, 1999.

_____. On archaeological praxis, gender bias and indigenous peoples in South America. **Journal of Social Archaeology**, London, vol. 1, no. 1, p. 90-107, June 2001.

RUBIN, Gayle. The traffic in women: notes on the political economy of sex. In: RETER, Rayna (Ed.). **Toward an anthropology of women**. New York: Monthly Review, 1975.

SHANKS, Michael; TILLEY, Cristopher. **Reconstructing archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SPENCER-WOOD, Suzanne. The world their household: Changing meaning of the domestic sphere in the nineteenth century. In: ALLISON, Penelope (Ed.). **The archaeology of household activities**. London: Routledge, 1999.

VOSS, Barbara. Femisims, queer theories, and the archaeological study of past sexualities. **World Archaeology**, Cambridge, vol. 32, no. 2, p. 80-192, Oct. 2000.

_____. Engendered archaeology: men, women, and others. In: HALL, Martin; SILLIMAN, Stephen (Ed.). **Historical archaeology**: studies in global archaeology. London: Blackwell Publishing Inc., 2006.

WALL, Dizerega Diana. Family meals and evening parties. Constructing domesticity in nineteenth-century middle-class New York. In: DELLE, James; MROZOWSKI, Stephen; PAYNTER, Robert (Ed.) **Lines that divide**. Historical archaeologies of race, class, and gender. Knoxville: The University of Tennessee Press, 2000.

WOLF, Eric. **Europa y la gente sin historia**. Ciudad de México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1982.

WYLIE. Gender theory and the archaeological record: why is there no archaeology of gender? In: CONKEY, Margaret; GERO, Joan (Ed.). **Engendering archaeology**: women and prehistory. Oxford: Basil Blackwell, 1991.

Recebido em: 22 de janeiro de 2008.

Aprovado em: 10 de junho de 2008.

Arqueologías latinoamericanas: de la modernidad a los Estados multiculturales

Cristóbal Gnecco

La historia es representación. Este texto, que pretende ser histórico, bosqueja la trayectoria de las arqueologías latinoamericanas, representa lo que han sido, la forma como han operado, sus relaciones con discursos a los cuales fueron funcionales y de los cuales derivaron su sentido de legitimidad. Esta historia podría contarse de otra forma. Yo escogí contarla desde dos puntos de fuga: la modernidad nacionalista (co-producida con el colonialismo) y el nuevo orden multicultural. El punto de vista que trataré de argumentar en estas páginas es que el paso de uno a otro signa la suerte de la disciplina. Por eso debería ser importante (si acaso no urgente) que los arqueólogos pensáramos qué tanto se ha hecho en las tres últimas décadas, qué tanto se ha perdido y cuáles son las oportunidades para que nuestro trabajo tome nuevos aires y nuevos rumbos. Estas líneas para pensar son contextuales. La reflexión que propongo no es disciplinaria sino un ejercicio de economía política.

1 Nacionalismo, modernidad y colonialismo

La independencia de los países latinoamericanos de la dominación europea a principios del siglo XIX fue acelerada por las reformas borbónicas de finales del siglo anterior que discriminaron a los aristócratas locales, los criollos (algunos celosamente orgullo-

sos de su “pureza de sangre” y otros juiciosamente empeñados en adquirirla a fuerza de alianzas), al atacar sus cargos y gravar sus actividades económicas. Para enfrentar la discriminación colonial los criollos construyeron nuevas figuras retóricas que crearon un sentido de unidad social y política contra los “invasores”: un “nosotros” americano (que incluyó a las castas) y un lugar de identidad, la patria, vagamente definido a no ser por la identificación del enemigo común. Los letrados coloniales fueron instrumentales en la creación de un americanismo homogeneizante que promovió la ética del sujeto moderno. Las dos principales características de esa incipiente construcción nacional que antecedió la constitución de los Estados independientes fueron (a) la negación del pasado colonial y (b) la utilización selectiva del pasado indígena como aglutinante de una comunidad que apenas se empezaba a imaginar y que pronto tomó características discriminatorias. El pasado indígena fue usado como legitimación y origen de la naciente retórica nacionalista¹. Por ejemplo, König (1994) mostró cómo en la Nueva Granada los criollos revivieron toponimos indígenas y usaron imágenes de mujeres nativas (emplumadas) en las monedas, simbolizando la libertad.

Tan pronto fue sellada la independencia se estableció una sólida estructura de dominación interna, copiada del rígido sistema de segregación racial y social establecido por españoles y portugueses. El “pueblo” fue excluido de las promesas de la modernidad, edificada en el desdén ilustrado que las elites sentían por la irracionalidad de la masa. Las luchas de independencia se proclamaron “contra la tiranía en nombre de la voluntad popular” y “contra el pueblo en nombre de la razón” (MARTÍN, 2003, p. 4). Las elites convocaron la noción abstracta de “pueblo” pero temieron la manifestación concreta de la “plebe.” Las disposiciones de los criollos dieron al traste con las tímidas políticas de igualación puestas en marcha por las reformas borbónicas a finales del siglo XVIII como el ennoblecimiento y blanqueamiento de las castas, la venta de puestos públicos y el otorgamiento

de fueros a pardos y gentes de color (GARRIDO, 1993). La elite criolla rápidamente reemplazó la burocracia europea y el endocolonialismo reemplazó las relaciones coloniales.

Una de las principales características de los Estados nacionales, la consagración de la igualdad de derechos de todos los ciudadanos, incluyendo el derecho a participar activamente en la constitución de la autoridad política, se convirtió en el estándar de la modernidad; pero en los países latinoamericanos existió un imbalance entre la promoción de la ética moderna y la exclusión de la alteridad étnica y de género. La definición de ciudadanía fue enunciada desde un locus andro-occi-céntrico; el yo fue enunciado desde el *locus* del hombre civilizado. Esta flagrante contradicción de la ética moderna caracterizó la relación entre modernidad y nacionalismo latinoamericano. Los proyectos de modernización llevaron al poder a los grupos que condujeron la independencia y la soberanía nacional fue edificada sobre la dominación interna: las funciones progresistas de las nuevas naciones fueron aparejadas con poderosas estructuras endocoloniales. El colonialismo interno fue central en la lucha, que atravesó el siglo XIX y sobrevivió transformada en el siglo XX, entre ideas liberales y conservadoras. Mientras los conservadores defendieron proyectos de naciones coloniales (europeizantes, católicas, segregadas) los liberales lucharon por naciones modernas (mestizas, seculares e integradas). El resultado de este enfrentamiento fue un desarrollo desigual del capitalismo: en algunas áreas se desarrollaron relaciones capitalistas homogéneas mientras en otras sobrevivieron relaciones feudales. Esta articulación, que en el terreno de las lógicas culturales resultó en una co-producción híbrida entre modernidad y tradición (GARCÍA, 1989), configuró un “sistema de inclusión abstracta y exclusión concreta” (MARTÍN, 2003, p. 5).

En América Latina el proyecto moderno fue variado y adquirió colores particulares de acuerdo con los antecedentes coloniales, la impronta del catolicismo y las relaciones raciales en

cada país. El propósito común fue crear una comunidad nacional, definida por criterios morales de igualdad e identidad, a partir de lo que Néstor García (1989) llamó *heterogeneidad multitemporal* de las sociedades latinoamericanas. Los discursos sobre “antigüedades indígenas”, dispares y sin regular, construyeron una temporalidad (la del pasado pre-europeo, aunque contado en términos occidentales, una paradoja que exploraré con detalle más adelante), para densificar y legitimar la novedad de las naciones recientes, distinta de la temporalidad de la conquista y la colonia. Esos discursos (que llamaré arqueológicos para abreviar, aunque la disciplinación de su práctica debería esperar aún muchos años) constituyeron uno de los dispositivos que produjeron el orden temporal necesario a la legitimidad de los Estados nacionales. Aunque la lógica de su presencia nacional no fue la misma en cada país una característica común fue la aparente contradicción de su papel en un proyecto utópico (el funcionamiento de un dispositivo de memoria en un proyecto de futuro). Lechner (2000, p. 69) lo expresó de esta manera:

En toda América Latina la independencia se realiza en nombre del futuro. Exceptuando la referencia inicial a la legitimidad monárquica no se invoca el pasado. Por el contrario, para conservar el orden social criollo hay que despojarse del pasado político [...] Pero la mera invocación de un mañana mejor es demasiado débil para unificar las expectativas dispares acerca del devenir. Se requieren experiencias concretas de algo común para alimentar una identidad colectiva. De allí que, por otro lado, la construcción del Estado nacional implica una reconstrucción del pasado.

Los estudios de finales del siglo XIX sobre “antigüedades indígenas” se propusieron sentar las bases de las *verdaderas* nacionalidades de nuestros pueblos mediante el establecimiento de una suerte de “sociología pre-europea” basada en observaciones “científicas” sobre los grupos indígenas considerados dignos de

ser rescatados por el inventario nacionalista, es decir, los pueblos americanos "civilizados" de antes de la conquista (estratificados, con varios niveles de tomas de decisiones, con discriminaciones institucionales, con aparato legal, religión, ejército, tributo; pueblos sólo diferentes en grado, pero no en clase, a las sociedades europeas de la época de la conquista y colonia). Aunque la arqueología de entonces, hecha por aficionados y carente de un aparato institucional², fue llamada para proveer parte del combustible retórico necesario para el despegue del cohete moderno³. Los tiempos de este proceso fueron distintos. Mientras en países como Colombia (LANGENBAEK, 2003) y Venezuela (NAVARRETE, 2004), ocurrió desde finales del siglo XIX en Bolivia sólo comenzó a mediados del siglo XX con la llamada "revolución" de 1952 (RIVERA, 1980). Las consecuencias discursivas de esa empresa aficionada, pero coherente y con intención, fueron numerosas y duraderas. Su producto más importante fue central a la edificación del nuevo tejido social: la alteridad pre-europea fue mostrada y vindicada como la fuente nacional mientras la alteridad contemporánea fue marginada e invisibilizada⁴. Uno de los ingredientes básicos de esa separación fue el evolucionismo: la alteridad pre-europea más "civilizada" fue escogida para ser la base de la nación, un vínculo necesario en el camino evolutivo (e inevitable) hacia la civilización plena (la modernidad), plantada por los europeos y atendida por sus herederos criollos. El énfasis en la monumentalidad (grandes obras públicas, metalurgia, estatuaria) se hizo a expensas de manifestaciones "menos civilizadas." Los sitios y obras monumentales formaron parte de la retórica del camino civilizador, cuya iniciación se localizó en las sociedades "civilizadas" del pasado; sus herederos contemporáneos, en cambio, fueron sacados de ese camino con el argumento de que apenas eran restos degradados y salvajes de sus brillantes ancestros. De esta manera las sociedades indígenas fueron temporalizadas, constituidas como sujetos lejanos en el

tiempo y el espacio (aunque este último es un espacio temporal; es decir, el lugar no es un lugar sino un tiempo). La modernidad y el colonialismo establecieron la complicidad entre el reemplazo de la alteridad indígena contemporánea en el espacio por su homóloga en el tiempo y la articulación de las diferencias culturales en jerarquías cronológicas (MIGNOLO, 1995). Fabian (1983) llamó a este fenómeno simultáneo de desespacialización y temporalización, que estableció la lógica fundante del orden colonial, *negación de la coetaneidad*. El tiempo del otro fue detenido, vuelto un no-tiempo ajeno a los eventos que la moral Occidental asocia con el cambio, el progreso y el desarrollo; fue *naturalizado*, alienado del tiempo transformado por la cultura y digno, solamente, de su objetivación y cosificación en los museos. El tiempo del otro devino objeto. A la guisa del heterodoxo nacionalismo latinoamericano la arqueología no contribuyó a disolver la rígida cosmópolis colonial sino a densificarla.

La moralidad implicada en la *negación de la coetaneidad* produjo una alteridad pasada buena y otra contemporánea mala. La localización del conflicto en el presente y no en el pasado debido a la degradación discursiva de los otros contemporáneos explica la obsesión de los arqueólogos latinoamericanos por las discontinuidades culturales, las catástrofes y las difusiones. El difusionismo es un elemento central en el papel jugado por la arqueología en la reproducción del colonialismo interno, incluso todavía. El difusionismo escribe la historia sin tiempo de pueblos sin historia (FABIAN, 1983) en virtud de su tratamiento de las comparaciones en términos espaciales y direccionales. La determinación del "origen" es un asunto político más que disciplinario (PINEDA, 1984). El vínculo con *otros* civilizados del exterior ayudó a valorizar los otros civilizados de nuestros países; también otorgó credibilidad al colonialismo español/portugués y al colonialismo interno, puestos en funcionamiento para civilizar al otro incivilizado.

La arqueología también racionalizó una concepción esqui-

zofrénica de la alteridad a través del catastrofismo. El discurso arqueológico alude a la aniquilación, a la desaparición y a la fijeza: los sujetos arqueológicos (pueblos, culturas, incluso tios-tos) no cambian sino que desaparecen. La desaparición de los pueblos pre-europeos implícita en las explicaciones catastrofistas --invasiones, migraciones, aniquilaciones - presupone su desintegración definitiva en el tiempo y en el espacio y su salvación en el texto (CLIFFORD, 1986). Pero se trata de una salvación puramente retórica (aunque a veces es también estética) pero no de una salvación social o política. Este catastrofismo ha estado muchas veces ligado a una declaración lastimera sobre las maravillas que se perdieron en el proceso. Al ser eliminadas de la escena histórica por los brochazos catastrofistas de los arqueólogos las maravillas de las civilizaciones americanas anteriores a la conquista sucumbieron ante los invasores bárbaros, justamente aquellos que estaban siendo colonizados.

De esta manera los pueblos indígenas (del pasado) fueron mostrados como las raíces originarias de los frondosos árboles nacionales. Los arqueólogos jugaron un papel destacado en la promoción del orgullo nacional. Los grandes sitios monumentales y su parafernalia asociada fueron adecuados teatros para realizar la puesta en escena del nacionalismo, sobre todo en México y Perú. En otros países también ocurrió, aunque de manera más modesta. En Colombia Luis Duque teatralizó el orgullo nacionalista por sus raíces nativas con sus imaginativas reconstrucciones monumentales de San Agustín. En Bolivia Carlos Ponce delineó este programa de una manera explícita:

[...] [la misión de la arqueología es] proveer raíces antiguas para la cultura nacional. En el caso de la gente que es testimonio del pasado, por lo tanto, la arqueología pone al descubierto la alienación en la conciencia nacional y retoma la legítima posesión de los antecedentes prehispánicos... A pesar de la intensa introducción de patrones extranjeros permanece un núcleo cultural pre-colombino

como continuidad tradicional. Por esa razón el arqueólogo de los países que tienen ancestro indígena debe descifrar hasta las más profundas raíces de la nación y los cimientos de la nacionalidad. (MAMANÍ, 1989, p. 47-50).

En Argentina, en cambio, la arqueología se construyó sobre un naturalismo de gabinete que exaltó las ricas pertenencias de la nación pero excluyó la consideración cultural e histórica de las sociedades nativas. Aunque esta arqueología también fue nacionalista (HABER, 2004) se edificó sobre la inexistencia retórica de los indígenas (pasados y presentes), sobre la recolección, exposición y (mayoritariamente) almacenamiento de objetos naturalizados, desculturizados y destemporalizados. En Argentina el “problema” indígena fue resuelto con su eliminación (física, sin duda, pero sobre todo retórica): el “desierto”, el lugar disputado a los indígenas en las guerras de exterminio del siglo XIX, se convirtió en la mejor metáfora de su desaparición forzada. El desierto fue la nada a la que Argentina, embarcada en construirse como nación, condenó a sus habitantes originales; la arqueología reforzó esa idea con su retórica naturalista⁵.

El tiempo (la historia) indígena cosificado fue apropiado por los discursos nacionales para construir comunidades mestizas⁶, excepto en Argentina. La apropiación se logró a través del canibalismo. En el *Manifiesto antropófago* Andrade (2002, p. 173, 179) mostró la antropofagia como el acto mediante el cual la América india ingirió a la Europa civilizada: “Sólo la antropofagia nos une. Socialmente. Económicamente. Filosóficamente. Única ley del mundo [...] Antropofagia. Absorción del enemigo sacro”. La arqueología fue parte del acto antropófago, pero al revés: la Europa civilizada (la de los criollos) ingirió a la América india. A pesar de que la historia que cuenta es la historia de *otros* la apropió (y glorificó, sobre todo en el aparato mnemónico) como la historia de *todos*. La gran paradoja es que de ese *todos* fueron excluidos los indígenas contemporáneos. Las arqueologías latinoamericanas

fueron hechas por y para mestizos, una herramienta de la glorificación y densificación de la unidad nacional de la cual fueron excluidas las sociedades nativas⁷. Este fenómeno fue expresado por un activista indígena boliviano (MAMANÍ, 1989) de la siguiente manera: “[...] ellos [los nacionalismos] toman posesión de lo que no es de ellos para establecer los cimientos de su ‘nación’ sobre un pasado que no les pertenece y a cuyos legítimos descendientes continúan oprimiendo” (p. 48). La apropiación nacionalista del patrimonio arqueológico pre-europeo, cortando la relación de continuidad con los pueblos indígenas contemporáneos, implicó que sólo los mestizos (la comunidad nacional) eran dignos herederos del esplendor americano de antes de la conquista y los encargados de su custodia y promoción (NAVARRETE, 2008).

La ruptura de la continuidad histórica es una estrategia poderosa que emplea el colonialismo para neutralizar las historias locales porque borra sus mitos de origen (¡y sus sociedades!) y los reemplaza por uno nuevo, el mito de la civilización. No hubo intención de establecer continuidades de ninguna clase con sociedades actuales ni se tuvo en cuenta el simbolismo indígena documentado por la etnografía en la interpretación de los datos arqueológicos. Ese comportamiento tuvo sentido en el marco de proyectos nacionales que trataron de crear identidades incluyentes. La arqueología apareció como la legitimadora de la desaparición de los indios (algo del pasado) y fue la disciplina que expidió su partida de defunción y pavimentó el camino a las ideologías nacionalistas mestizas. Esa fue (y es) la función de los museos. Como señaló Stavenhagen (2002, p. 28):

[...] los países latinoamericanos pronto se volverían modernos y los indios sólo serían reliquias de un pasado pintoresco (de hecho, se construyeron magníficos museos, como el de Ciudad de México, para homenajear a las grandes civilizaciones del pasado y para simbolizar las fuertes raíces de la nación mestiza contemporánea).

Desde finales del siglo XIX pero, sobre todo, en la primera mitad del XX la retórica reguladora de la ciencia fue invadiendo el discurso sobre las “antigüedades indígenas.” Con trayectorias y momentos distintos, con clara precedencia de los países del cono sur debido a la impronta académica europea, esos estudios laxos y desordenados, hechos por “aficionados” (generalmente miembros de las elites, empresarios de carrera y políticos interesados en la construcción nacional), dieron paso a la institucionalización de la arqueología de la mano del proyecto científico que buscó suprimir el ruido causado por la diversidad: el universalismo de la ciencia se enmarcó en el propósito moderno de desterrar la retórica (el juicio del individuo) e instaurar formas neutras de demostración racional. La modernización histórica que llegó de la mano de la arqueología fue realizada por la activación de formas de regulación discursiva que empezaron a mediados del siglo XIX con la importación de la retórica científica por parte de la filosofía liberal y que culminaron con el montaje del aparato institucional (en Argentina desde finales del siglo XIX y en otros países desde las primeras décadas del siglo XX). La institucionalización disciplinaria fue la consecuencia de un discurso disperso que demandaba ser disciplinado. El colombiano Ezequiel Uri-coechea (1984, p. 108), por ejemplo, considerándose a sí mismo un *dilettante* en materia de “antigüedades”, escribió lo siguiente en su obra sobre los muisca, publicada en 1854:

Conténtome sólo con añadir mi deseo de que pueda esta cortísima e imperfecta noticia de las antigüedades de nuestro suelo patrio producir algún efecto entre mis compatriotas. ¡Ojalá despierte el gusto por la arqueología patria; pues de ningún modo mejor vería yo coronado mi pequeño escrito que si en lo sucesivo hubiese producciones arqueológicas de nuestro país dignas del objeto de que tratan y de sus autores .

La arqueología pasó de ser una práctica poco regulada e idio-

sincrática a ser una disciplina basada en el programa científico, el modelo a ser reproducido. Desde las categorías de centro y periferia se hizo explícita la necesidad de modernizar la práctica disciplinaria (volverla científica en la periferia a través de la difusión desde el centro). Desde ese *deber ser*, modelado en los criterios positivos de universalidad, exterioridad, objetividad y neutralidad, se condenaron otras prácticas históricas. La arqueología explícitamente científica se asumió como la forma natural de conocer el pasado desde los objetos. El argumento fue simple y contundente: existe un centro que produce el conocimiento arqueológico científico (las democracias capitalistas, sobre todo Estados Unidos e Inglaterra) y una periferia que lo consume (los demás países) porque aún no está en capacidad de producirlo. ¿Cómo superar el “atraso”? De la misma manera como se superaría el atraso tecnológico: a través de la transferencia de conocimiento; a través del establecimiento de una infraestructura adecuada (incluyendo los científicos preparados en/por el centro) que proyecte la tecnología recibida para poder lograr la constitución de una ciencia nacional; a través de la modernización de la arqueología periférica. Esta retórica implicó procesos de formación académica en los países metropolitanos y la estandarización de los aparatos de censura disciplinaria, como las publicaciones en revistas internacionales (en inglés) y la internacionalización de un estilo de escribir, neutro y desprovisto de tropos retóricos, como la forma natural y correcta de emitir el discurso. De esta manera el centro seguiría produciendo y estableciendo los cánones de legitimidad (a través de prácticas estandarizadas para hacer posible su transferencia a los nuevos lugares) y la periferia consumiéndolos, es decir, reproduciéndolos.

Uno de los intentos más deliberados por modernizar la arqueología latinoamericana fue activado desde el marxismo. La propuesta ofrecida fue mostrada como *auténticamente* moderna, como una forma de enfrentar el discurso científico burgués (des-

de la ciencia marxista), de producir un discurso “propio” y de revelarse contra el hegemonismo reinante. La particularidad de ese discurso se encontró en las posibilidades de emancipación que ofrecía el materialismo histórico en países signados por la opresión clasista y el endocolonialismo. La resistencia se dirigió contra la arqueología positivista, “desligada” de la realidad:

El hecho es que, desde años atrás, en algunos arqueólogos estaba presente cierto sentimiento de irrealidad en sus actividades profesionales, a la vez que, cada día con mayor vigor, destacaba la incongruencia de nuestra posición progresista frente a una teoría y una práctica neocolonialista (LUMBRERAS, 1981, p. 5).

Pero la arqueología marxista latinoamericana no fue original (sólo la repetición de un canon ortodoxo e inflexible), no rescató un pensamiento “propio” (cuyo sentido, en todo caso, es equívoco) y su apuesta política fue, por lo menos, marginal. Tampoco se alineó con la potenciación y la descolonización de las historias locales transformadas por el colonialismo sino con la repetición de una fórmula científica conocida (objetiva y universal). Las intenciones de la arqueología marxista anglosajona, como la interpretación de las contradicciones sectoriales y de las representaciones de la “realidad”, no fueron contempladas. La modernidad marxista trajo a escena, eso sí, una discusión política (no realizada) de la práctica de los arqueólogos, hasta entonces ignorada a favor de la asepsia positiva. La política habría de atravesar el camino de los arqueólogos, hasta volverse ineludible, debido a las exigencias multiculturales.

2 Arqueología y estado multicultural

Los países latinoamericanos experimentaron, más o menos al mismo tiempo (hace unas dos décadas), una ola de reformas constitucionales y provisiones legales que dieron al traste con el

proyecto moderno-nacional vigente hasta entonces. Este proyecto fue irremediabilmente destruido por el multiculturalismo, una retórica mundial que busca organizar las sociedades en marcos de diferencia más rígidos y circunscritos que durante la modernidad, esta vez definiendo la igualdad por la distancia. Ahora no se busca que el otro sea como el yo sino que conserve (o refuerce o cree) su diferencia. La retórica multicultural alimenta un esencialismo estratégico que supone (como un hecho) las diferencias culturales y las promueve. La apología de la heterogeneidad que hacen los nuevos mandatos constitucionales latinoamericanos reconoce las demandas subalternas y los logros políticos de los movimientos sociales pero también sirve bien los propósitos de establecer nuevas diferencias o re-establecer las que parecían haberse desdibujado; además, la proliferación de identidades más locales, más específicas (étnicas, por ejemplo), milita en contra de asociaciones más amplias, fuertes y desestabilizadoras, como la identidad de clase.

La palabra clave que liga las reformas multiculturales es *autonomía*, especialmente en relación con grupos étnicos: variando en intensidad y grado las reformas pretendieron asegurar (o consagrar) su autonomía territorial, legal, educativa, administrativa, fiscal y lingüística (STAVENHAGEN, 2002; VAN COTT, 2002). Sin embargo, la autonomía histórica no fue uno de los campos simbólicos incluidos. Las provisiones legales siguen considerando la historia un monopolio del Estado y como la arena preferida para el despliegue de un *nosotros* cada vez menos claro en los tiempos multiculturales. Incluso el aparato mnemónico ha sido conservado intacto, en una acción que podría ser anacrónica sino fuera calculada (los museos centrales, por ejemplo, siguen siendo nacionales). El Estado sigue dotando sus referentes materiales y construyendo sus narrativas con un sentido particular, pero universalizado, en virtud de la argucia de la identidad incluyente: la nación se reserva la propiedad y la jurisdicción de una historia que la antecede (ASCH, 1997); la historia indígena se incorpora a la historia "de todos." Las jurisdicciones

establecen la legalidad política del Estado frente a la formulación de leyes sobre el patrimonio que, en realidad, son leyes que regulan la enunciación de la narrativa histórica y que otorgan a los saberes expertos, como el de los museos y el de los arqueólogos, la potestad para establecer y legitimar los aparatos de censura que disciplinan la producción y reproducción del discurso histórico basado en objetos. Las concesiones multiculturales tienen límites establecidos por las políticas del Estado: existen fronteras que la autonomía (étnica o de otra clase) no puede cruzar. Las demandas por autonomía nacional dentro de las viejas naciones es una de ellas⁸; la historia es otra.

El multiculturalismo es un escenario altamente dinámico porque reconfigura las relaciones sociales y las formas de identidad. Por eso podría resultar sorprendente que las representaciones estatales de la historia no hayan cambiado en las dos últimas décadas. Pero en este asunto, como en tantos otros, el multiculturalismo es (perversamente) coherente. Frente a la historia el multiculturalismo es postmoderno porque la arranca a los sujetos, especialmente étnicos. El indígena representado en la retórica multicultural sigue siendo un ser sin historia, un individuo postmoderno. Los sitios espirituales pueden ser respetados y asegurados los ritos de adoración, los objetos arqueológicos y los restos biológicos pueden ser repatriados pero el principio básico tras las promulgaciones históricas (la legitimación de un sentido colectivo que, en este caso, sería post-nacional, cualquier que sea su interpretación como local o étnico) no es igualmente reconocido.

Si desde la perspectiva del Estado el arribo del multiculturalismo no ha alterado su concepción del pasado y la historia, porque sigue siendo estado-céntrica y hegemónica, algo distinto ocurre desde la perspectiva de otros actores. En el mundo multicultural el espectro arqueológico está siendo ampliado y los lugares tradicionales de su enunciación desplazados y contestados, pero la autoría de esta obra cabe a los movimientos sociales, no a los arqueólogos. ¿Qué ha hecho la arqueología frente al contexto multicultural? Fundamentalmente

tres cosas: abrir su práctica a la participación de actores locales (en las investigaciones y en las tomas de decisión), abrir los espacios de circulación de su discurso (sobre todo con la promoción de museos locales y de medios impresos y audiovisuales) e incluir otros horizontes históricos en sus interpretaciones. ¿Existe, entonces, una arqueología multicultural? Me parece que sí. Aunque buena parte de la arqueología que se hace en AL sigue siendo caníbal (ANDRADE, 2002), deliberadamente auto-contenida y aséptica, otra busca caminos distintos. Llamaré *arqueología multicultural* a una estrategia de práctica disciplinaria que acepta y valora las simbolizaciones distintas del pasado y, aunque en menor medida, también las formas de representarlas y la ampliación de su despliegue escénico. La arqueología multicultural propone un escenario multivocal en el cual muchas voces históricas puedan escucharse y dialogar, conservando y respetando sus diferencias. Hace años escribí (GNECCO, 1999) que la multivocalidad sería un escenario deseado sólo si las voces no se excluyeran unas a otras, sólo si se evitara la construcción de nuevos escenarios de negación. Esos límites son los mismos que la retórica multicultural fija a la diferencia, cuya existencia debe transcurrir por cauces tranquilos y separados⁹. El multiculturalismo condena las posturas radicales y alaba las complacencias ante las nuevas concesiones. El escenario multivocal es un marco de organización (calmada) de las diferencias históricas; aunque puede producir escenarios abiertos y democráticos es una propuesta académica controlada y organizada que no quiere voces disonantes ni radicales.

Una de las más notorias contradicciones funcionales de la retórica multicultural es la creación de diferencias esencializadas (en lo que radica, por cierto, su efectividad y su efectismo) y, al mismo tiempo, la condena de los esencialismos porque en ellos descansa, potencialmente, la génesis de las posturas radicales y empoderadas que teme y rechaza. La alteridad debe moverse, con un extraordinario y cuidado equilibrismo, por una tenue (pero firme) línea de identificación atemporal y descontextualizada

pero evitando la estridencia esencialista (como si las esencias pudieran existir, pero en silencio, sin insinuarse demasiado, reservando su exhibición sólo para entre casa y para el mercado de lo exótico). Otra cuestión de límites. Esta contradicción también caracteriza a la arqueología multicultural, rápida en criticar (y desactivar) otras representaciones del pasado que no se ajusten a dos de sus criterios básicos: situacionalidad y autenticidad.

El esencialismo es una estrategia básica de la resistencia de la alteridad, sobre todo étnica. Los nuevos esencialismos (o los viejos, pero movilizados en el marco de luchas contemporáneas) son plataformas para transformar las relaciones tradicionales de poder a través de la valorización de un *yo* levantado sobre lo que antes era un devaluado *otro*. Pero la arqueología multicultural condena el esencialismo por "irreal" (o, por lo menos, por falta de realismo), haciendo caso omiso del hecho de que buena parte de las representaciones históricas no académicas es abiertamente esencialista. La crítica anti-esencialista descalifica intereses colectivos que van mucho más allá de las preocupaciones de unos cuantos académicos; como dijo Jonathan Friedman (1994, p. 140) "la cultura es supremamente negociable para los profesionales expertos en ella, pero este no es el caso para aquellos cuyas identidades dependen de una configuración particular. La identidad no es negociable. De otra manera no tiene existencia". La estigmatización de los esencialismos que hace la plataforma constructivista de la que parte la arqueología multicultural milita en contra de la posibilidad de entender por qué surgen y cuáles son las consecuencias de su despliegue¹⁰; esa tarea cartográfica redimensionaría los horizontes de intervención de la disciplina, alejándola de una nueva mirada distanciada, esta vez no aséptica sino cínica.

La aceptación y valoración positiva de las historias no académicas por la arqueología multicultural está atravesada por la exigencia de autenticidad, produciendo intransigencias canónicas que establecen (nuevos) límites a la legitimidad retórica. Por

ejemplo, varios arqueólogos han fustigado la falta de autenticidad de los usos indígenas contemporáneos del pasado. ¿Desde dónde lo hacen? Desde dos lugares, improbablemente complementarios: constructivismo y positivismo. El uso del pasado que hacen las organizaciones indígenas actuales es condenado por esencialista y porque reclama continuidades históricas que la arqueología y la “etnohistoria” consideran espurias. Esta lucha retórica por la autenticidad no es de poca monta y enfrenta actores que hablan desde posiciones situadas en lados opuestos del río de la identidad, tanto que existe “una absoluta incompatibilidad entre la des-autenticación de la cultura implicada en la desmitificación de las construcciones históricas y la identidad de quienes hacen la construcción” (FRIEDMAN, 1994, p.139).

La exigencia de autenticidad, siempre circunstancial y maleable, hace aparecer a las historias locales como uno de los lugares posibles (quizás el más posible) de re-activación del sentido del tiempo que la postmodernidad pretende aniquilar. En una paradoja que sólo puede ser postmoderna las historias indígenas antes apropiadas y transformadas por la historia nacional ahora son valoradas, en sus propios términos, como discursos de continuidad y sacralidad alternativos a la brutal deshistorización del pasado. La demanda de autenticidad de la arqueología multicultural se mira en el espejo de la “nostalgia imperialista” propuesta por Renato Rosaldo (1993, p. 69) para entender cómo los agentes del colonialismo

[...] normalmente exhiben nostalgia por la cultura del colonizado como era “tradicionalmente” (esto es, cuando la encontraron por primera vez). La peculiaridad de su lamento es, desde luego, que los agentes del colonialismo suspiran por la formas de vida que alteraron o destruyeron intencionalmente... una clase particular de nostalgia, usualmente encontrada en el imperialismo, en la cual las personas deploran la muerte de que lo que ellas mismas han transformado .

La equivalencia entre los discursos multiculturales del medio ambiente y del pasado es notoria. Parafraseando a Astrid Ulloa (2004) hablaré del *nativo histórico*, un guardián altamente calificado de la historia por auténtico y continuo. La autenticidad exigida a los indígenas por los arqueólogos multiculturales los carga con el peso de la culpa occidental porque ve en las comunidades nativas, que cree (y quiere) unidas orgánicamente con su pasado (un pasado auténtico), a los actores capaces de recuperar y potenciar el sentido de unidad y de armonía con la historia, redimiendo las depredaciones temporales de la postmodernidad¹¹. Pero cuando los indígenas aventuran por fuera del nuevo canon de la representación multicultural (más estrecho y vigilado que los cánones colonial y moderno) su autenticidad se pone en entredicho; es decir, son auténticos mientras sigan los senderos de la historia “cierta” (¿la de las disciplinas expertas?), no “inventen” tradiciones de la “nada” y usen el pasado en la construcción de identidad (jamás para otros fines más mundanos, como el dinero)¹².

El multiculturalismo es una política de la diferencia basada en el *reconocimiento* de la diversidad cultural. En ese mandato radica uno de sus problemas: reconocer no implica conocer sino aceptar la existencia. La aceptación, incluso de aquello que no nos gusta, se traduce en tolerancia. El multiculturalismo es una forma tolerante de organizar la sociedad pero no una forma militante de conocerla ni de tender puentes interculturales que permitan a las diferencias culturales conversar, conocerse, crear proyectos colectivos (distintos, por supuesto, del consenso hegemónico logrado alrededor de los extintos Estados nacionales). El “otro real” (que responde de maneras diversas, no siempre pacíficas, democráticas ni humanistas, a las presiones del capitalismo salvaje, a la velocidad de los flujos globales y a la violencia post-ideológica) debe dar paso, sin disonancias, al “otro imaginado” (que vive su vida bucólica y exótica en el mundo de la tolerancia y la separación). Como señaló Slavoj Žižek (1998, p. 157) de una manera brutal:

La “tolerancia” liberal excusa al otro Otro folclórico, privado de su sustancia (como la multiplicidad de “comidas étnicas” en una megalópolis contemporánea) pero denuncia a cualquier Otro “real” por su “fundamentalismo,” dado que el núcleo de la Otredad está en la regulación de su goce: el “Otro real” es, por definición, “patriarcal,” “violento,” jamás es el Otro de la sabiduría etérea y las costumbres encantadoras. Uno se ve tentado aquí a reactualizar la vieja noción marcuseana de “tolerancia represiva,” considerándola ahora como la tolerancia del Otro en su forma aséptica, benigna, lo que concluye la dimensión de lo Real del goce del Otro.

Conceptos devastadores, en verdad: regulación del goce de la alteridad; tolerancia represiva; estigmatización y, al mismo tiempo, promoción del primordialismo. El multiculturalismo organiza las diferencias, nominándolas y creándolas desde un lugar de enunciación (el del Estado, los organismos multilaterales, las ONGs, la academia) que no se despojó de su traje hegemónico. El “otro real” es reprimido por su reflejo virtual. Este perfil dibuja bien los contornos de la arqueología multicultural: una arqueología que sigue los caminos trillados y ortodoxos del manual positivo, que mira con desdén (pero usa selectivamente) las historias no académicas que el capital contemporáneo le obliga a tolerar y que se complace en existir (con la seguridad del aparato institucional) en un mundo de historias separadas, domesticado y minado por el mercado.

Si la arqueología multicultural es distanciada, tolerante, incluso cínica, ¿podemos esperar que tenga en sus manos la clave del entendimiento intercultural y de la descolonización? Creo que no. La interculturalidad cree en la existencia de consensos mínimos establecidos a través de la discusión democrática y cree que las diferencias deben ser tramitadas y promovidas; en vez de la separación y organización de la diferencia apuesta por su realización en escenarios plurales no excluyentes que derroten la iniquidad. Imagino una arqueología de y por la descolonización como una

forma que adopta la práctica disciplinaria desde cuatro plataformas mínimas: (a) enfrentar, desde un pensamiento contestatario y situado, la relación colonial que hace que la metrópoli nos produzca y nos piense (una arqueología descolonizada es un requisito mínimo e inobviable para una arqueología de la descolonización); (b) analizar la plataforma epistémica desde la cual la arqueología construyó historias colonialistas y transformó las historias de los colonizados; (c) reunir saber y poder, separados por el positivismo desde hace más de un siglo; es decir, volver conscientemente políticas las intervenciones disciplinarias; y (d) ir más allá de los límites de la academia y buscar la transformación de las relaciones sociales. La arqueología de la descolonización busca entender (y “abrirse” a otros sujetos que entienden) las nuevas relaciones de lo local con lo global, las auto-representaciones históricas de los movimientos sociales (inéditas porque nunca habían ocurrido con tanta visibilidad y con tanto poder, algo sólo posible por la retórica global del multiculturalismo) y su articulación con las representaciones académicas. Esos horizontes de intervención está signados por la valorización del pasado, del cual Walter Benjamin (1968, p. 245) señaló que “[...] lleva consigo un índice temporal por el cual se refiere a la redención”. La historia no es el recuento de las cosas que sucedieron sino de las que debieron haber sucedido. Esa moral es, por supuesto, modelada por la utopía. La historia se convierte, de nuevo, en insumo básico para la acción (que es, ni qué decirlo, arrastrada por el pensamiento utópico), en un lugar donde se produce sentido. La necesidad del horizonte histórico para la edificación del horizonte utópico, aquello por lo que se lucha, se está volviendo prominente para muchos actores sociales. La historia se convierte en génesis de sentido colectivo (la historia es el lugar de los ancestros, que guían y significan la utopía) y en memoria de eventos negativos que se quiere pervertir (como *pervertere*: trastornar, voltear), es decir, como memoria de los desastres del colonialismo. Los sentidos coloniales, poderosos

y ubicuos, ahora se pervierten y resignifican. Descolonizar significa transformar las relaciones de poder, no eliminarlas; significa empoderar los colectivos sociales que sufrieron las consecuencias del colonialismo; significa emitir expresiones contestatarias desde el lugar de la intervención y la diferencia colonial.

El interés extendido y creciente de un amplio número de actores sociales por asuntos que los arqueólogos consideraron suyos ha ampliado la significación del pasado para incluir otras cosmovisiones y diferentes proyecciones del presente y el futuro. Las autonomías locales consagradas por las reformas constitucionales, junto con las agendas étnicas establecidas antes de que el multiculturalismo se convirtiera en preocupación de los Estados, se convirtieron en plataformas para la producción de narrativas históricas y en oportunidades para resignificar el pasado. Asistimos, en suma, a la ampliación y politización de lo que Michel Foucault (1991, p. 18) llamó “el gran juego de la historia”, un juego en el cual se negocia “quién se amparará de las reglas, quién ocupará la plaza de aquellos que las utilizan, quién se disfrazará para pervertirlas, utilizarlas a contrapelo y utilizarlas contra aquellos que las habían impuesto” (p. 18).

Ante la devaluación postmoderna del pasado la búsqueda del sentido histórico es una forma de resistencia, una utopía: el pasado aparece como un lugar llenado por la significación del deseo. El encuentro entre historias alternativas y el trabajo de los arqueólogos ocurre en lo que Mary Louise Pratt (1992) llamó “zonas de contacto”¹³. Hay dos zonas de contacto fundamentales (y complementarias) donde convergen arqueólogos y otros actores sociales: la descolonización y el enfrentamiento a la disolución postmoderna de la historia.

La historia se moviliza en nuevos proyectos sociales, en nuevas imaginaciones del porvenir edificadas en el enfrentamiento y la superación del orden colonial. En este escenario histórico militante la arqueología es y puede ser una invitada principal. Desde una

perspectiva académica no hay duda de que la memoria social es crucial para la constitución y el mantenimiento del tejido social; sin embargo, en algunos casos concretos la situación puede ser diferente, especialmente cuando se trata de comunidades que experimentan difíciles condiciones de vida, muchas veces endocoloniales, en los márgenes del bienestar que el mundo industrializado da por hecho. En esos casos la sobrevivencia y la satisfacción de necesidades básicas (como la educación y la salud) son más importantes o, por lo menos, más urgentes que la memoria y su activación por la historia. Una cosa es hablar de la importancia de la memoria desde la comodidad de la oficina de una universidad y otra distinta cuando la lucha por el territorio, la economía auto-suficiente y el reconocimiento político están en juego. Pero cuando las agendas urgentes han sido satisfechas o cuando las narrativas históricas pueden acompañarlas hay esperanzas de que el deseo se encuentre, eventualmente, con la memoria. La apuesta por ese encuentro define una arqueología de la descolonización. La historia liga las luchas del pasado (de resistencia, de enfrentamiento al orden colonial) con las del presente y el futuro: las legitima, les da sentido de continuidad¹⁴.

La creciente visibilidad de apropiaciones no-académicas de la arqueología, no necesariamente étnicas, pone de relieve algo que la disciplina había ignorado: el carácter concreto de los procesos de producción histórica más que las preocupaciones abstractas por la naturaleza de las representaciones del pasado. Esa visibilidad exige determinar qué es la arqueología tanto como preguntar cómo trabaja, cómo se revela a través de la producción de narrativas específicas (TROUILLOT, 1995). Exige, en suma, ir más allá de la asepsia institucional y política de la arqueología académica. Los usos no académicos de la arqueología en un proyecto más amplio de descolonización muestran que este no es un asunto solamente disciplinario (la legitimidad y potencia de la arqueología en un escenario de concurrencia de muchos actores históricos) sino, sobre todo, político (la posibilidad de

descolonizar viejas relaciones de subordinación).

La arqueología puede encontrar un lugar donde la producción histórica sea localmente significativa, alejándose de la grandeza y futilidad de las narrativas universales. Llegar al público, algo antes sólo hecho por pocos arqueólogos, se está volviendo éticamente obligatorio y estratégicamente necesario. Sin embargo, para muchos arqueólogos llegar al público todavía es sólo una forma de compartir resultados, no una empresa colectiva y colaborativa sino un proceso de una vía por el cual el conocimiento experto es comunicado al público en general. Las comunidades nativas son incluidas en este proceso direccional con la idea de que puedan, eventualmente, encontrar información arqueológica útil para sus propias historias. En cambio, la arqueología pública (o, mejor dicho, arqueología por y para el público) puede ser concebida no como un proceso unidireccional en virtud del cual los arqueólogos sabios ilustran al público ignorante sobre su propia historia sino como una co-producción en la cual las partes interesadas (academia y comunidades, por ejemplo) producen historia conjuntamente, aunque no sin conflicto productivo (GNECCO, 2006).

La arqueología de la interculturalidad y la descolonización puede entablar un diálogo franco y contestatario con los actores que acuden a la escena histórica por primera vez o empoderados de distinta manera. En vez de imitar a la arqueología científica, que hace poco distinto de continuar su vida distanciada como si nada hubiera sucedido, excepto tomar nota (y producir, ocasionalmente, acciones en contra) de la molesta (y a veces tolerable) aparición de otras historias y sus reclamos de espacio y legitimidad, puede involucrarse con los conflictos y oportunidades que surgen de la ampliación del espectro de las representaciones históricas. Uno de los aspectos cruciales que puede discutir es el de los esencialismos, no para descalificarlos (como hace la arqueología multicultural) sino para entenderlos y proponer, acaso, su resolución. Aunque los esencialismos pueden no ser negociables en las plataformas étnicas, como testimonia el

célebre enfrentamiento entre Jean-Paul Sartre (1985) y Frantz Fanon (1967) sobre el carácter estratégico o definitivo del radicalismo y de la polarización en el movimiento de negritudes, una postura esencialista histórica pierde la oportunidad de entender lo que Walter Mignolo (1995) llamó *semiosis colonial*. Los análisis hechos desde un *locus* auto-contenido, como el de los esencialismos, no captan el amplio rango de interacciones semióticas que tienen lugar en situaciones coloniales; no pueden argumentar, como quiero hacer, que las historias locales no fueron eliminadas ni negadas sino transformadas en su encuentro con las historias coloniales¹⁵ (GNECCO; HERNÁNDEZ, 2008). Aceptar esta formulación es cambiar el punto de partida: el entendimiento de la semiosis colonial permite enfrentar y subvertir (con argumentos) el colonialismo que produjo las historias locales. El esencialismo “recupera” historias (que quiere sepultadas, silenciadas o invisibilizadas) en vez de mostrar cómo se constituyen en su relación con el colonialismo. La “recuperación” histórica evita, más que enfrenta, el colonialismo porque no expone su funcionamiento. Al ignorar el colonialismo el esencialismo de las “recuperaciones” históricas ayuda a rodearlo de un aura misteriosa, una impermeabilidad analítica que lo alimenta con placer (HABER et al., 2007). Como señaló García (1989, p. 196) sobre la cultura popular:

Al fin y al cabo los románticos se vuelven cómplices de los ilustrados. Al decidir que lo específico de la cultura popular reside en su fidelidad al pasado rural se ciegan a los cambios que la iban redefiniendo en las sociedades industriales y urbanas. Al asignarle una autonomía imaginada suprimen la posibilidad de explicar lo popular por las interacciones que tiene con la nueva cultura hegemónica. El pueblo es “rescatado” pero no conocido.

La arqueología puede imaginar el porvenir; aportar elementos analíticos para entender cómo fue construida la alteridad (como relación), cuáles son los escenarios de su despliegue contemporáneo (incluyendo los panoramas esencialistas) y

cuáles sus elaboraciones del futuro; ir más allá de una contra-modernidad de la alterización (*sensu* Castro 1996), que busca alteridades esenciales como salida a la dominación moderno-colonial, postulando, más bien, la historización de las historias locales como un camino a la subversión de su ontología colonial. En el terreno de los discursos sobre el pasado la idea de Ernesto Laclau (1996) de un enfrentamiento entre la lógica de la diferencia (la sociedad como una estructura simbólica diferenciada) y la lógica del antagonismo (la sociedad como imposible, frustrada por la escisión) es un escenario cierto, un producto multicultural. Si la lógica del antagonismo triunfa (como parece pregonar la lucha ideológica entre la arqueología académica y las comunidades indígenas en varias partes del mundo) lo hará sobre la posibilidad de una arqueología intercultural descolonizada. El antagonismo aleja la utopía de mundos mejores y separa lo que podría estar unido en esa búsqueda incesante.

Reconocimientos

Algunas de las ideas expresadas en la parte inicial de este artículo fueron publicadas en “Arqueología excéntrica en Latino América” (en *Hacia una arqueología de las arqueologías sudamericanas*, editado por Alejandro Haber, Universidad de los Andes, Bogotá, 2004). La discusión sobre arqueología y multiculturalismo proviene de “Arqueología y Estado multicultural en América Latina” que será publicado en un libro editado por Dante Angelo. Agradezco a Walter Morales la invitación a participar en este dossier.

NOTAS

¹ Esta generalización es atrevida porque la relación de los criollos con la herencia pre-europea fue dispar. Mientras en México el levantamiento de Hidalgo y Morelos

ocurrió en un ambiente propicio para la valoración positiva de las raíces indígenas, abonado por el indigenismo católico, en el Perú el discurso ilustrado las pasó por alto. Brading (1980, p. 39-40) cree que esta diferencia se debió a que en México, a diferencia de Perú, no había un movimiento indígena que buscara revitalizar (y capitalizar) ese pasado.

² Excepto en Argentina y en México.

³ Una generalización puede resultar útil: en América Latina la preocupación por las culturas prehispánicas es moderna (la búsqueda de las raíces de la nación) y la apología del legado hispánico (a expensas de la herencia indígena) conservadora y tradicional. Eso explicaría por qué durante la hegemonía conservadora en Colombia, que duró casi 50 años (desde la década de 1880 hasta la de 1930), el interés arqueológico que había expresado el científico Ezequiel Uricoechea en 1854 como uno de los componentes básicos del patriotismo fue desactivado, por lo menos como política de Estado, sólo para aparecer de nuevo con la llamada “República Liberal” de las décadas de 1930 y 1940; también explicaría por qué en México el legado precolombino fue un actor central en la construcción nacional gracias, sobre todo, a la retórica revolucionaria de 1910. Sin embargo, una indagación más cuidadosa revela la debilidad de la generalización: en el México de la primera revuelta independentista fueron los curas católicos, conservadores y anti-modernos, quienes promovieron una política de valoración positiva de las culturas prehispánicas. Generalizar la diversidad de experiencias históricas de estos países, a pesar de algunas características comunes, es una tontería mayúscula. Así que, mejor, seguiré un camino más cauto: no todas las preocupaciones latinoamericanas por el pasado prehispánico (sobre las cuales se edificaría, posteriormente, el aparato disciplinario) fueron modernas. En México la retórica del levantamiento de 1808 y el conservatismo católico de intelectuales como Servando Teresa de Mier, ambos nacionalistas e indigenistas, fueron abiertamente anti-liberales; en cambio, la filosofía liberal que habría de triunfar con las guerras de reforma (1858-1860) desdeñó el pasado indígena (BRADING, 1973). En Colombia ocurrió justo lo contrario: los liberales, como Uricoechea (1984), ensalzaron el legado indígena y los conservadores, como Arroyo (1955), el pasado colonial, el único que contaba positivamente en su horizonte discursivo.

⁴ La objetivación de la alteridad étnica en las narrativas arqueológicas contribuyó a su sometimiento por el proyecto nacional. Este sometimiento fue doble: por un lado, supuso la domesticación de la diferencia al hacerla aparecer como parte constitutiva de la identidad nacional; por otro, supuso la domesticación de la memoria social de los latinoamericanos por parte de una historia que les mostró la forma como la alteridad se transformaba en mismidad a través de su incorporación al proyecto colectivo.

⁵ Las excepciones, como Ameghino y su exaltación de la civilización pre-colonial argentina (NASTRI, 2004), sólo confirman la regla.

⁶ La apropiación de la historia indígena por la historia nacional, escrita y controlada por elites que desprecian lo indígena y se sienten “blancas,” es una paradoja brutal. José Carlos Mariátegui (1979) lo señaló de una manera contundente: “En Indo-América las circunstancias no son las mismas [que en China]. La aristocracia y la burguesía criollas no se sienten solidarizadas con el pueblo por el lazo de una historia y de una cultura comunes. En el Perú el aristócrata y el burgués blancos desprecian lo popular, lo nacional” (p. 55).

⁷ Esta apropiación, sin embargo, está edificada sobre una aporía que impide a la nación solucionar el abismo “entre el pasado y el presente [...] [pues] mientras por un lado los Estados-nación glorifican el carácter antiguo o eterno de la nación

- también buscan enfatizar la naturaleza sin precedentes del Estado-nación porque es sólo en esa forma como el pueblo-nación ha podido realizarse a sí mismo como sujeto autoconsciente de la historia". (DUARA apud ACHUGAR, 2001, p. 81).
- ⁸ Escobar (2005, p.54) ha señalado que "el proyecto dominante tiende a reorganizar el territorio y la población [a través de desplazamientos forzados y nuevas "guerras justas"], lo cual hace impensable, o totalmente inimaginable, la existencia de una autonomía en el marco del Estado-nación." Ese proyecto no es exclusivo de las elites nacionales; de él también participan los movimientos armados basados en discursos marxistas.
- ⁹ Charles Taylor (1993, p.93), uno de los principales teóricos del multiculturalismo liberal, lo expresó así: "[...]el liberalismo no puede ni debe atribuirse una completa neutralidad cultural. El liberalismo es, también, un credo combatiente. La variable tolerante que apruebo, así como sus formas más rígidas, tiene que establecer un límite."
- ¹⁰ Véase Diana Fuss (1989) para el desarrollo analítico de esta posición.
- ¹¹ Este argumento fue planteado por Alcida Ramos (1994, p. 79) en su análisis entre indigenismo y ecologismo.
- ¹² Francisco Gil (2008) ha mostrado cómo en el Altiplano de Lípez, en Bolivia "El turismo marca un antes y un después en la concepción de los sitios arqueológicos por parte del pensamiento local. Desde la perspectiva tradicional (o, mejor, tradicionalista) las ruinas constituyeron entornos liminares, ubicados en los bordes espacio-temporales de la comunidad y habitados por formas extremas de alteridad salvaje pertenecientes al pasado; sin embargo, no deja de resultar llamativo contemplar cómo hoy en día los lugareños mantienen una actitud ambigua hacia las ruinas y otros vestigios arqueológicos, a la vez de respeto (inclusive, con remanentes de ese temor tradicional) y de desacralización utilitaria en beneficio de su explotación turística." La relación entre turismo, dinero y patrimonio media, en muchas partes, la relación entre los pueblos indígenas y la arqueología; sin embargo, este asunto se mantiene oculto porque no es políticamente correcto para el requisito de autenticidad de la mirada multicultural.
- ¹³ Para Pratt (1992) las *zonas de contacto* son "...espacios sociales donde se encuentran, colisionan y luchan culturas diferentes, generalmente en relaciones de dominación y subordinación altamente asimétricas... un intento de invocar la co-presencia espacial y temporal de sujetos previamente separados por abismos geográficos e históricos y cuyas trayectorias ahora intersectan" (p. 4-7); sin embargo, mientras Pratt usa el término para describir relaciones coloniales yo lo uso para describir relaciones anti-coloniales (CLIFFORD, 1997, para un uso similar).
- ¹⁴ La *Segunda Declaración de Barbados* de 1977 recomendó el estudio de la historia para entender y transformar las situaciones de explotación y dominación de los pueblos indígenas; en suma, para jugar un papel determinante en los procesos de descolonización.
- ¹⁵ La historia impuesta por los colonizadores no borra, simplemente, la historia de los colonizados. Lo que la historia colonial hace es mucho más perverso (y efectivo): distorsiona, confunde, agrupa. El colonialismo no destruye tanto como construye; esa construcción es insidiosa y, ciertamente, más efectiva que la simple destrucción. El universo simbólico de las historias conquistadas nunca es el mismo después de la intervención de la máquina colonial. Las disciplinas históricas profundizaron este proceso.

Referências

ACHUGAR, Hugo. Ensayo sobre la nación a comienzos del siglo XXI. In: MARTÍN-BARBERO, Jesús (Ed.). **Imaginarios de nación**. Pensar en medio de la tormenta. Bogotá, DC: Ministerio de Cultura, 2001.

ANDRADE, Oswald de. Manifiesto antropófago. In: SCHWARTZ, Jorge (Ed.). **Las vanguardias latinoamericanas**. Textos programáticos y críticos. Ciudad de México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2002.

ARROYO, Jaime. **Historia de la Gobernación de Popayán**. Bogotá, DC: Ministerio de Educación, 1955.

ASCH, Michael. Cultural property and the question of underlying title. In: NICHOLAS, George P.; ANDREWS, Thomas D. (Ed.). **At a crossroads: archaeology and First Peoples in Canada**. Burnaby: Simon Fraser University, 1997.

BENJAMIN, Walter. **Illuminations**. New York: Schocken, 1968.

BRADING, David. **Los orígenes del nacionalismo mexicano**. Ciudad de México, D.F.: SepSetentas, 1973.

CASTRO, Santiago. **Crítica de la razón latinoamericana**. Barcelona: Puvill, 1996.

CLIFFORD, James. On ethnographic allegory. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George E. (Ed.). **Writing culture: the poetics and politics of ethnography**. Berkeley: University of California Press, 1986.

_____. **Routes**. Travel and translation in the late twentieth century. Harvard: Harvard University Press, 1997.

ESCOBAR, Arturo. **Más allá del Tercer Mundo**. Globalización y diferencia. Bogotá, DC: ICANH-Universidad del Cauca, 2005.

FABIAN, Johannes. Time and the other. New York: Columbia University Press, 1983.

FANON, Frantz. **Black skin, white masks**. New York: Grove Press, 1967.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, la genealogía la historia. In: **Microfísica del poder**. Madrid: La Piqueta, 1991.

FRIEDMAN, Jonathan. Cultural identity and global process. London: Sage, 1994.

FUSS, Diana. **Essentially speaking**. London: Routledge, 1989.

GARCÍA, Néstor. **Culturas híbridas**: estrategias para entrar y salir de la modernidad. Ciudad de México, D.F.: Grijalbo, 1989.

GARRIDO, Margarita. **Reclamos y representaciones**. Variaciones sobre la política en el Nuevo Reino de Granada, 1770-1815. Bogotá, DC: Banco de la República, 1993.

GIL, Francisco. Cuando los turistas llegan... Comunidades y auto-administración del patrimonio arqueológico en Lípez, Bolivia. In: GNECCO, Cristóbal; AYALA, Patricia (Ed.). **Pueblos indígenas y arqueología en América Latina**. 2008. Trabajo inédito.

GNECCO, Cristóbal. A three-takes tale: the meaning of WAC for a pluralistic archaeology. **Archaeologies**. [S.l.: s.n.] 2006

_____. **Multivocalidad histórica**: hacia una cartografía postcolonial de la arqueología. Bogotá, DC: Universidad de los Andes, 1999.

_____; HERNÁNDEZ, Carolina. History and its discontents: stone statues, native histories, and archaeologists. **Current Anthropology**. 2008. Próxima.

HABER, Alejandro. Arqueología de la naturaleza/naturaleza de la arqueología. In: _____. (Ed.). **Hacia una arqueología de las arqueologías latinoamericanas**. Bogotá, DC: Universidad de los Andes, 2004.

_____; MAMANÍ, Ernestina; RODA, Laura; LONDOÑO, Wilhelm. **Parte de la conversación**. 2007. Ponencia en la IV Reunión Internacional de Teoría Arqueológica en América del Sur, en San Fernando del Valle de Catamarca, entre los días 3 a 7 de julio de 2007.

KÖNIG, Hans Joachim. **En el camino de la nación**. Bogotá, DC: Banco de la República, 1994.

LACLAU, Ernesto. **Emancipation(s)**. London: Verso, 1996.

LANGENBAEK, Carl Henrik. **Arqueología en Colombia**. Ciencia, pasado y exclusión. Bogotá, DC: Colciencias, 2003.

LECHNER, Norbert. Orden y memoria. In: SÁNCHEZ, Gonzalo; WILLS, María Emma (Ed.). **Museo, memoria y nación**. Bogotá, DC: Museo Nacional, 2000

LUMBRERAS, Luis Guillermo. **La arqueología como ciencia social**. Lima: Peisa, 1981.

MAMANÍ, Carlos. History and prehistory in Bolivia: what about the indians? In: LAYTON, Robert (Ed.). **Conflict in the archaeology of living traditions**. London: Unwin Hyman, 1989.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Ciudad de México, D.F.: Era, 1979.

MARTÍN, Jesús. **De los medios a las mediaciones**. Bogotá, DC: Convenio Andrés Bello, 2003.

MIGNOLO, Walter. **The darker side of the Renaissance**. Literacy, territoriality, and colonization. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1995.

NAVARRETE, Federico. Ruinas y Estado: arqueología de una simbiosis mexicana. In: GNECCO, Cristóbal; AYALA, Patricia (Ed.). **Pueblos indígenas y arqueología en América Latina**. 2008. Trabajo inédito.

NASTRI, Javier. Los primeros americanistas (1876-1900) y la construcción arqueológica del pasado de los valles calchaquíes (Noroste argentino). In: HÁBER, Alejandro. **Hacia una arqueología de las arqueología latinoamericanas**. Bogotá, DC: Universidad de lo Andes, 2004.

NAVARRETE, Rodrigo. **El pasado con intención**. Caracas: Universidad Central de Venezuela: Fondo Editorial Tropykos, 2004.

PINEDA, Roberto. La reivindicación del indio en el pensamiento social colombiano (1850-1950). In: AROCHA, Jaime; FRIEDEMANN, Nina de. **Un siglo de investigación social: antropología en Colombia**. Bogotá, DC: Etno, 1984.

PRATT, Mary Louise. **Imperial eyes**. Travel writing and transculturation. London: Routledge, 1992.

RAMOS, Alcida. From eden to limbo: the construction of indigenism in Brazil. In: BOND, George; GILLIAM, Angela (Ed.). **Social construction of the past**. London: Routledge, 1994.

RIVERA, Silvia. La antropología y arqueología boliviana: límites y perspectivas. In: **América Indígena**. [S.l.: s.n.], 1980.

ROSALDO, Renato. *Culture and truth. The remaking of social analysis*. London: Routledge, 1993.

SARTRE, Jean-Paul. **Escritos sobre literatura**. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Indigenous peoples and the State in Latin America: an ongoing debate. In: SIEDER, Rachel (Ed.). **Multiculturalism in Latin America**. Indigenous rights, diversity and democracy. New York: Palgrave Macmillan, 2002.

TAYLOR, Charles. **La política del reconocimiento**. Ciudad de México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1995.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the past**. Power and the production of history. Boston: Beacon Press, 1995.

ULLOA, Astrid. **El nativo ecológico**. Bogotá, DC: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2004.

URICOECHEA, Ezequiel. **Memoria sobre las antigüedades Neo-Granadinas**. Bogotá, DC: Banco Popular, 1984.

VAN COTT, Donna Lee. Constitutional reform in the Andes: redefining indigenous-State relations. In: SIEDER, Rachel (Ed.). **Multiculturalism in Latin America**. Indigenous rights, diversity and democracy. New York: Palgrave Macmillan, 2002.

ZIZEK, Slavoj. **Multiculturalismo o la lógica cultural del capitalismo multinacional**. Buenos Aires, D.F.: Paidós, 1998.

Recebido em: 25 de março de 2008.

Aprovado em: 16 de junho de 2008.

Artigo

1

Cultura, memória e práticas relativas à morte no Brasil cacauero

André Luiz Rosa Ribeiro

1 A morte “pedagógica” e os mortos “ilustres”

A região sul-baiana, no final do século XIX, estava transformada pelo crescimento da população e pelo desenvolvimento da lavoura do cacau, que acabaram por redesenhar os seus aspectos sociais e culturais. O investimento dos principais municípios do Sul da Bahia em uma imagem de região “civilizada”, nos moldes dos grandes centros culturais do país e do exterior, era cada vez mais evidente.

Os modelos sociais europeu e fluminense eram seguidos como exemplo de civilidade. O entusiasmo pela adoção de modelos culturais como as cidades de Paris e Rio de Janeiro se fazia presente tanto na gestão pública quanto na iniciativa privada desde a última década do século XIX. A década de 1920, porém, é uma baliza que demarca, em termos da intensidade, as transformações impostas pelo desejo de “civilizar” o sul baiano. Nesse contexto, a importância social do culto aos mortos motivou os setores políticos a fazerem um forte investimento no campo tanatológico e nos suportes de recordação. A organização de funerais-espetáculo deve ser compreendida em relação a um empenho dos grupos a que pertenceu o morto - partido, família e/ou associação - em ostentar publicamente o exemplo do seu devotamento individual ao coletivo.

O comportamento social do período aponta para a construção de outra visão da sociedade sul-baiana, que difere da imagem

associada à violência e à morte “selvagem” da fase do desbravamento da mata atlântica para o plantio de roças de cacau. Nos discursos construídos nos necrológios e anúncios fúnebres, é possível perceber aspectos que remetem à ideia de morte “civilizada”. Tais discursos apontam para o papel pedagógico e exortativo do momento da morte. São verdadeiras lições de vida que mostram o caminho a ser seguido, exemplificado pela figura do morto, cujas qualidades devem guardar uma estreita equivalência com a ética a ser adotada pela comunidade em que viveu. As pompas fúnebres nas missas, nos velórios e enterros, estudados principalmente mediante a análise de fontes hemerográficas, dão a progressão das distinções sociais em uma sociedade cada vez mais pautada em valores típicos do individualismo, fenômeno este também presente nos símbolos tumulares.

O “fluxo melífluo da consagração” de um membro da família ou do partido expressa o lugar social que seus descendentes desejam usufruir (VALADARES, 1972). Nos relatos sobre os ritos fúnebres, como os cortejos e as missas, observa-se os comportamentos dos grupos familiares e políticos confrontados com a perda dos seus membros mais importantes. Tais comportamentos fundam-se nas regras de filiação e aliança que constituem identidades e a partir das quais se desenvolvem laços de sociabilidade (HÉRITIER, 1989).

Em face da possibilidade de outra eternidade, a memória apresentou-se como uma atenuante para a dissolução dos vestígios da existência individual. Podemos afirmar que a perspectiva da morte física ser superada pela sobrevivência social na lembrança dos vivos motivou a prática de consagração dos mortos, enquadrando-a em uma finalidade de cunho pedagógico e laico.

Elementos culturais europeus do período serviram de paradigma para a construção do moderno conceito de cidadania no Ocidente. No período compreendido entre 1870 e 1914, estabelecido por Hobsbawn (1988) como a fase de consolidação do Estado-nação no Ocidente, surgem os modelos de homens

públicos apoiados em um discurso voltado para o sentido de coletividade e da coisa pública. Evidentemente, esses modelos foram reelaborados de acordo com as especificidades locais, percebidas nas comemorações fúnebres, onde as camadas abastadas da população investiam maciçamente no aprimoramento de seu próprio *ethos*, expresso no poder material trazido pelo cacau e na adoção do ideário modernizante, o que incluía um controle maior do poder público sobre o comportamento social.

As ideias higienistas europeias, principalmente francesas, foram responsáveis pelas reformas funerárias que estavam no bojo das mudanças que pretendiam trazer a civilização à recente nação brasileira. Entre as principais medidas, estava a transferência dos enterramentos no interior dos núcleos urbanos para os cemitérios públicos extramuros. Além do ambiente mais higiênico, o cemitério oitocentista deveria ter uma função de lugar de memória. Nele, os túmulos monumentais celebrariam os cidadãos exemplares e rememorariam suas virtudes perante a sociedade na qual estavam inseridos.

Leis municipais passaram a proibir determinados costumes, como o transporte e a inumação de cadáveres de adultos e de crianças em caixões abertos, providência determinada a bem da saúde pública e de acordo com os preceitos da higiene, como registra o *Jornal de Ilhéos*, órgão oficial do município. No entanto, ainda em fins da década de 1910, o costume permanecia quanto aos enterros de crianças, os “anjos”. Mesmo nos períodos de surtos epidêmicos, a lei era comumente ignorada pela população, “consentindo que fiquem destampados os caixões contendo os restos mortais de crianças, filhos ou não, que são transportados assim para o cemitério, percorrendo quase sempre diversas ruas da cidade” (JORNAL DE ILHÉOS, 1918, p.1). O contato com os mortos “vítimas de moléstias contagiosas [ou que se achavam] em decomposição adiantada” (JORNAL DE ILHÉOS, 1918, p.1) era considerado anti-higiênico pelos poderes públicos e feria os

preceitos legais. A gazeta alertava que, mesmo no período agudo da *influenza*, “temos visto se sepultarem crianças em caixões sem tampa” (JORNAL DE ILHÉOS, 1918, p.1) e estimulava os fiscais do município a punirem severamente os infratores da lei.

O poder público desejava modificar o antigo costume de expor cadáveres em espaços abertos aos olhos da população. A visão de pessoas mortas deveria estar restrita ao espaço privado. Tornavam-se inaceitáveis as cenas de caixões descobertos em procissão pelas ruas de uma cidade “civilizada”. O *Jornal de Ilhéos* (1918, p.1) aludiu ao desconforto causado pela visão de um cadáver nas vias públicas, pois “ninguém gosta de olhar para pessoas mortas, há nisso um natural e um grande constrangimento, senão repugnância invencível”. Ainda segundo o periódico, o desejo de estar junto ao cadáver, “só é inato aos parentes, às pessoas que têm laços de afinidade ou mesmo de amizade íntima” (1918, p.1). A sociedade, em geral,

[...] respeita a memória dos que passam; presta as devidas homenagens aos cadáveres, acompanhando-os à sua última morada, ouvindo missas em repouso de suas almas, descobrindo-se à sua passagem [mas, em regra,] foge de ver defuntos, evita o seu contato e censura o costume de transportarem para o cemitério os cadáveres dos anjos em caixões abertos” (JORNAL DE ILHÉOS, 1918, p.1).

Era preciso acabar de uma vez com esse “mau costume” tão prejudicial “à saúde e à civilização”.

Os surtos constantes de febres e outras doenças contagiosas tiveram influência decisiva no desaparecimento do costume de expor os mortos. Em 1918, o contágio da gripe espanhola, que vai penetrando em todos os lares, quer do pobre, quer do rico, deu ensejo ao endurecimento da fiscalização sanitária e ao aumento da influência da classe médica da terra que “não se tem poupado à luta.” Para dimensionar os efeitos da tragédia, a imprensa afirmava que, nas cidades e no interior, “não há uma única habitação

que já não tenha recebido a angustiosa visita.” Em muitas casas “o terrível *morbis* tem prostrado todos os habitantes, não deixando um só de pé para acudir os derrubados, que são socorridos pela amizade de algum vizinho ou pela caridade do próximo” (JORNAL DE ILHÉOS, 1918, p. 2). A dramaticidade da notícia parece tentar convencer os leitores da necessidade imediata de superação de determinados costumes nocivos à saúde pública.

Desde agosto de 1918, os casos de *influenza* haviam se alastrado pela Europa. No mês seguinte, um navio, o Demerara, aportou no Rio de Janeiro depois de passar por Lisboa, Recife e Salvador, espalhando rapidamente a doença. O número de enfermos e mortos cresceu vertiginosamente em poucos dias e em várias cidades, primeiro as portuárias, em seguida no país inteiro (BERTUCCI, 2004). No sul da Bahia o flagelo teve uma maior intensidade entre os meses de outubro e dezembro e “em breve se aplacaria o mal que tendo entrado em todas as casas, já deveria estar farto de tanta derrubada que fez” (JORNAL DE ILHÉOS, 1918, p.1).

Assim como nos centros urbanos, a doença grassou no interior dos municípios, atingindo centenas de pessoas em Ilhéus e Itabuna. A maior incidência de casos fatais ocorreu nos bairros populares carentes de infra-estrutura sanitária. A morte ou a doença da maior parte dos empregados paralisou as atividades do comércio. O embarque e desembarque dos vapores e lanchas “fazia-se com vagar e com demora.” Os pescadores deixaram de sair para o mar para pescar, desaparecendo o peixe do mercado. A carne de boi também escasseou. Por preço algum “se encontra [vam] galinhas para os doentes [e o leite] só tem chegado para os abastados e arranjados” (JORNAL DE ILHÉOS, 1918, p.1). Inúmeras fazendas ficaram sem trabalhadores suficientes para colher o cacau, acarretando grandes prejuízos à lavoura.

Os jornais da época consideraram, porém, a violência como causa principal do grande número de óbitos no sul da Bahia e do atraso material e cultural do sul-baiano. A morte “selvagem”

caracterizou o período das lutas armadas motivadas pela posse de terras e disputas eleitorais durante as duas primeiras décadas do século XX, época das invasões de centenas de jagunços vindos de Vitória da Conquista, Condeúba, Areia, de Jequié e de Belmonte. Eram comuns as chacinas como a da fazenda de Manoel Andrade, na zona do rio Almada, onde em poucos dias tombaram vinte e duas pessoas, entre as quais o “inditoso” Berilo Deiró, fazendeiro e político, cujo assassinato “revestiu-se de um requinte de perversidade nunca vista na história dos grandes crimes de Ilhéus” (JORNAL DE ILHÉOS, 1919, p. 2).

A morte de Deiró foi marcada pelo seu “martírio”, explorado politicamente pelos correligionários. Os seus olhos foram arrancados a faca, e “depois de cego e banhado em sangue, o fizeram andar debaixo do facão, caindo aqui e acolá, entre vaias e gargalhadas dos bandidos que sem grande demora o castraram e o mataram a faca” (JORNAL DE ILHÉOS, 1919, p. 2). A imprensa temia a repercussão que esse tipo de morte teria para a imagem da região cacauceira, “quando os parentes souberem do modo porque foste assassinado, o que dirão?” (JORNAL DE ILHÉOS, 1919, p. 2). Que a zona do cacau era “uma terra inabitável, um covil de assassinos e bandidos”, o que muito concorria “para a má fama de que goza esse torrão.” Contudo, por ter sido trucidado defendendo os ideais do partido, o morto foi transformado em uma espécie de mártir do grupo político. “Berilo não morreu, imortalizou-se” (JORNAL DE ILHÉOS, 1919, p. 2).

A morte “selvagem” produziu outros “mártires”, cujos assassinatos eram lembrados, mesmo décadas depois, como forma de rejeição aos antigos costumes e manutenção da lembrança de um acontecimento particularmente significativo para o grupo familiar e político. Um artigo de *A Luta* (1906, p. 2) lembrava que “há vinte e um anos a negradada [sic] política, dirigida por vultos sinistros” mandou assassinar, na ponte do Itariri, o capitão João Carlos Hohlenwerger, um dos ilheenses “mais distintos

e queridos, pela lealdade intransigente de seu caráter, de sua bravura, do prestígio crescente de sua popularidade e esforço acurado do seu labor." Com o capitão, pereceram "seus bravos companheiros" (*A LUTA*, 1906, p.2); apenas um jovem escravo foi poupado. O artigo do *A Luta*, provocado pelo "morticínio hediondo", era a "expressão da dor", e por sobre os túmulos das vítimas "avivamos, na frente nefanda do bárbaro mandante, o estigma do crime que jamais se apagará" (1906, p. 2).

Assim como o de Berilo Deiró, o assassinato do capitão Hohlenwerger tem conotações simbólicas no que se refere aos requintes de crueldade do ato criminoso: Hohlenwerger teve a barba e olhos arrancados e as mãos decepadas. A barba serviria aos executores como prova do assassinato ao mandante. Os corpos foram crivados por dezenas de descargas antes do esquartejamento dos seus membros. De forma semelhante foram assassinados sete indivíduos na chacina de Olivença, em 1905. Essa forma de desfiguração trazia uma mensagem de ódio explicitada nas características dos ferimentos. Crimes como estes eram explorados como retratos de uma fase passada que deveria ser superada pela introdução de novos costumes. Caberia aos administradores e autoridades públicas, assim como aos órgãos de imprensa, difundir novos valores ao conjunto da sociedade, com base no exemplo dos seus mais "ilustres" e "civilizados" cidadãos.

As características marcantes da personalidade "ilustre" são alinhavadas por referência a construções póstumas. Funerais, discursos à beira-túmulo e os necrológios são algumas das formas de preservar viva a memória individual e de transformar o "homem-pessoa", com todos os erros e deslizes éticos, no "homem-instituição", indivíduo sem máculas e exemplo idealizado de valores morais e cívicos. As homenagens póstumas reelaboravam a imagem pública do indivíduo no "templo da memória", evidenciando a importância que a modernidade ocidental tem dado à imortalidade dos indivíduos (ABREU, 1996).

Os textos fúnebres destacavam as virtudes e silenciavam os defeitos do morto, em um processo depurativo que o distinguia. Apagavam-se todas as imperfeições pessoais e realçavam-se todas as qualidades do caráter, prática essa que utiliza o “esquecimento” para poder construir a exemplaridade do que se deve recordar. Este trabalho idealizador associava-se às contribuições que o morto havia dado para a sociedade em que estava integrado. O conteúdo do texto lembrava e purificava, de modo a fixar na personalidade a imagem a ser incorporada para a posteridade.

A nova dimensão das práticas fúnebres fez com que os funerais terminassem constituindo uma verdadeira consagração cívica. Aos tradicionais aspectos religiosos misturaram-se intenções laicas de ostentação das virtudes do homenageado. Nesse sentido, o necrológio e o anúncio fúnebre são essencialmente didáticos, pois exortavam os vivos a dar continuidade ao exemplo dos mortos e enfatizavam o dever das gerações futuras de conservar e perpetuar a memória das figuras-referência (BONNET, 1986).

Os anúncios possuem um caráter mais informativo dos dados relativos às datas e aos horários dos enterros e das missas, e de agradecimentos pela participação nesses rituais, que eram pagos pela família ou pela associação a que o morto pertencia. Conforme Fuchs (1973), a base da coesão familiar ou grupal é abalada sempre que a morte de um membro importante acontece. O anúncio público da morte é uma das formas de externar socialmente o sofrimento vivenciado pelo grupo social com a perda de um de seus membros. Os anúncios fúnebres contribuem para que a propagação da morte do “ente querido” permita que ocorram manifestações privadas e públicas de solidariedade, que terminam por preservar laços de coesão (FUCHS, 1973).

Os necrológios, por sua vez, compreendem a construção da imagem ideal de sociedade, mediante a celebração da memória dos principais cidadãos, assegurando-lhes a imortalidade entre os vivos. Se, por um lado, enunciam um complexo jogo de com-

posição e recomposição das elites, por outro permitem avaliar como a imprensa, na primeira metade do século passado, atuou como canal de construção de uma história específica para a região produtora de cacau da Bahia. Os necrológios dos mortos “ilustres” eram localizados na primeira página dos jornais, enquanto os anúncios fúnebres localizavam-se na “seção social”, ao lado dos nascimentos, casamentos, batizados e aniversários das famílias mais influentes.

Os textos procuravam difundir uma visão de mundo e nortear a vida individual mediante a construção de discursos integradores e coletivos, desta forma conferindo à morte uma nova significação social. Era o momento no qual, silenciados os defeitos, glorificavam-se as virtudes individuais de caráter laico. Os necrológios eram bastante seletivos quanto ao tamanho e à quantidade de adjetivações positivas. Poucos alcançavam o privilégio da publicação de textos edificantes sobre si. A vitória sobre a morte física dependia, conforme foi observado, do peso social das obras e do *status* adquirido em vida. Enquanto a lealdade aos preceitos religiosos assegurava a salvação eterna da alma, o lugar social determinava quem legava à posteridade a lembrança da sua existência.

Para alguns poucos indivíduos, que representavam determinados setores sociais, a morte não era a finitude ou o aniquilamento, mas a consagração. Invariavelmente, os necrológios culminavam em autênticas defesas dos fundamentos sociais a que o morto havia se devotado. Os textos também consolidavam uma versão oficial sobre as trajetórias pública e privada do morto ilustre, para melhor integrar sua imagem à da sociedade a que pertenceu. Os necrológios não pretendiam ser meros elogios. Eles buscavam exaltar as qualidades do morto que deviam servir como exemplo de conduta social. Isso faz com que os discursos fúnebres tornem-se textos parciais em essência, pois se propunham a contribuir para a transição dos “grandes homens” do terreno da vida para

o da memória, formando um “panteão” de referência regional.

É possível avaliar a posição socioeconômica da família do morto considerando-se o custo da disposição espacial da informação nas páginas dos jornais. A morte entre as famílias mais importantes era anunciada em mais de uma edição. A centimetragem dos anúncios e necrológicos conferia *status* ao grupo social do morto e atestava a sua influência. Ao mesmo tempo, o caráter impessoal e formular da sua apresentação quando se tratava de mortos comuns constitui evidência das formas de separar e distinguir. Estes últimos são anúncios nos quais mudam apenas os nomes dos familiares, das instituições e do morto, publicados nos espaços reservados às comunicações gratuitas (WITTER, 1983).

Os anúncios das mortes de fazendeiros, comerciantes e políticos representam maioria absoluta. As tabelas abaixo evidenciam esse fenômeno. Foram contabilizados os anúncios fúnebres da imprensa de Ilhéus e de Itabuna, em dois períodos distintos situados entre as décadas de 1900 e 1910, e as décadas de 1920 e 1930, para observação de possíveis variações. A Tabela 1 refere-se aos falecimentos de indivíduos do sexo masculino, em que categorias listadas como ocupação abrangem diversas profissões. A de operário aglutina os chamados “artistas”: carpinas, pedreiros e alfaiates. Os advogados, médicos e engenheiros estão concentrados na categoria profissional liberal. Os comerciários, tabeliães e empregados públicos estão aglutinados na categoria denominada funcionário. Entre os “jagunços”, foram classificados os assassinos profissionais que atuavam na região e cuja referência aparece somente na primeira datação.

Tabela 1 – Ocupação dos mortos do sexo masculino indicada em anúncios fúnebres por décadas. Municípios de Ilhéus e Itabuna (1900-1910 / 1920-1930)

Ocupação	1900-1910	1920-1930	Total	%
Fazendeiro	28 (27,2%)	68 (45,9%)	96	38,2
Comerciante	17 (16,5%)	26 (17,6%)	43	17,1
Político	12 (11,7%)	19 (12,8%)	31	12,4
Operário	06 (5,8%)	15 (10,1%)	21	8,4
Funcionário	08 (7,8%)	10 (6,8%)	18	7,2
“Jagunço”	16 (15,5%)	-	16	6,4
Profissional Liberal	03 (2,9%)	06 (6,8%)	09	3,6
Trabalhador Rural	09 (8,7%)	-	09	3,6
Militar	04 (3,9%)	01 (0,7%)	05	2,0
Marítimos	-	03 (2,0%)	03	1,1
Total	103	148	251	100

Fonte: Acervo do Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade estadual de Santa Cruz – CEDOC-UESC.

A Tabela 2 refere-se aos dados relativos ao falecimento de pessoas do sexo feminino. As categorias “fazendeira” e “negociante” englobam mulheres que realmente exerciam estas atividades, assim como as que são unicamente referidas como parentes - esposa, filha, irmã ou mãe de fazendeiros e negociantes. A ocupação denominada “doméstica” engloba as mulheres cujo ofício relacionava-se com atividades “do lar”. Os dados sobre o sexo masculino perfazem um total de 251 referências à atividade ocupada, enquanto os dados sobre o sexo feminino somam 85, um número bem inferior ao dos anúncios de morte de homens.

Os dados referentes ao município de Ilhéus apresentam um número muito maior de anúncios fúnebres coletados devido à quantidade superior de jornais e edições. Os dados relativos ao município de Itabuna somente foram coletados a partir de 1917, quando foi inaugurado o jornal *A Época*, cujo acervo é o mais

antigo disponível para a pesquisa, assim como apresentaram grandes claros na sua periodização. Portanto, os dados de ambos os municípios serão apresentados em bloco com o objetivo de estabelecermos uma idéia aproximada de conjunto.

Tabela 2 – Ocupação dos mortos do sexo feminino em anúncios fúnebres por décadas. Municípios de Ilhéus e Itabuna (1900-1910 / 1920-1930)

Ocupação	1900-1910	1920-1930	Total	%
Fazendeira	20 (60,6%)	38 (73,2%)	58	68,2
Comerciante	08 (24,2%)	05 (9,6%)	13	15,4
“Doméstica”	05 (15,2%)	05 (9,6%)	10	11,8
Professora	-	02 (3,8%)	02	2,3
Indigente	-	02 (3,8%)	02	2,3
Total	33	52	85	100

Fonte: Acervo do Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz – CEDOC-UESC.

Os textos da imprensa regional eram espaços privilegiados para o enaltecimento de grupos familiares “tradicionais”, valorizadas pela antiguidade, especialmente no cultivo do cacau. Em seus necrológios, os “decanos” dessas famílias eram apresentados como representantes legítimos da sociedade regional e como elo da afetividade e consanguinidade entre a parentela. O elogio fúnebre articulava a história pessoal com os valores mais prezados pela sociedade. O objetivo maior era, como já foi dito, traçar os contornos do homem público, criar um indivíduo incomum que sintetizasse a coletividade.

Os parâmetros que deveriam guiar o cidadão - o espírito cívico, a valorização do trabalho e a visão progressista de sociedade -, eram articulados em torno de figuras exemplares. Contraditoriamente, estes indivíduos diferenciados, a par de evocarem o espírito coletivo, expressam individualmente o poder oligárquico na sociedade brasileira.

2 O declínio do sagrado e a ascensão do individualismo

Como já foi observado, no período compreendido entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX ocorreu uma mudança significativa no comportamento diante da morte. O imaginário cristão continuava a fornecer padrões de expectativas e atitudes na organização dos funerais, porém a sociedade contemporânea estava voltada para as questões imanentes e tinha uma visão mais secularizada dos rituais fúnebres.

As transformações culturais da época provocaram mudanças no campo tanatológico. Gradativamente, os investimentos materiais dos funerais ganharam outra dimensão social. Os funerais e jazigos foram transformados em suntuosos suportes para a memória individual e a familiar. Em poucas décadas, os cemitérios públicos dos principais núcleos urbanos e os cortejos fúnebres passaram a figurar entre os mais importantes espaços simbólicos do poder político e econômico (CATROGA, 199).

O processo de “civilização” da região impunha novos hábitos, que terminaram por estabelecer distinções entre a elite do cacau e o restante da população, em sua maioria miserável e iletrada. Efetivamente, perpetuou-se com nova roupagem o uso da morte no reforço das relações de poder existentes no contexto social. A dimensão ritualística dos funerais se manifestava de forma teatralizada em diversos espaços cênicos privados e públicos: o velório, nas residências particulares; o cortejo, nas artérias urbanas; a inumação, nos cemitérios públicos; as missas e encomendações, nas igrejas; e o luto, nas vestes e no comportamento.

Essa “encenação” implicava não somente a presença de oficiais e adeptos, mas de um conjunto de comportamentos organizado para produzir maior eficácia no reforço a consensos e sociabilidades. Nos rituais fúnebres, os laços de solidariedade eram renovados e reforçados em volta da presença do morto. Parentes mais próximos e afastados se reencontravam e se reconheciam como oriundos de

um mesmo descendente; amigos e correligionários presentes indicavam os círculos sociais e políticos a que pertencia o morto, assim como reforçavam a rede de interesses que os uniam.

O processo pelo qual o culto aos mortos passou a centrar-se na consagração do indivíduo e na gestão afetiva e familiar da memória, mediante a ostentação dos funerais e as visitas ao cemitério, dando um caráter mais laico aos funerais, pode ser percebido no declínio do prestígio das procissões religiosas organizadas pelas antigas irmandades locais, tradicionais gestoras dos rituais fúnebres. Em meados da década de 1920, o *Correio de Ilhéos* registrou o seu pesar pelo fato de que “de alguns anos a essa parte [as festas religiosas,] outrora imponentes e que refletiam os sentimentos de fé católica da população,” estavam dia a dia, “declinando o seu brilho passado” (p. 2). A tradicional procissão do Senhor Bom Jesus dos Santos Passos, apesar de contar com a presença do próprio bispo diocesano, passou a ter uma “concorência de fiéis muito inferior a dos anos anteriores” (CORREIO DE ILHÉOS, 1926, p. 2), notando-se que a “elite da cidade”, com raras exceções, não compareceu.

Ao que parece, a população urbana ia abandonando velhos costumes, sendo a “gente do interior” a que mais concorria à procissão. O *Correio* (1926) observa que, em tempos passados, eram “raríssimas” as pessoas que não compareciam à missa e à procissão dos Passos: “A Matriz, mesmo há trinta ou quarenta anos passados, no tempo em que a população regulava a quadragésima parte da de hoje, ficava completamente cheia, sendo preciso chegar cedo para adquirir um lugar no vasto templo” (p. 2). Ainda segundo o mesmo jornal, o declínio da festa e da sua patrocinadora eram particularmente visíveis no momento em que foi escrita a matéria: “Ontem a catedral tinha grandes claros. A capela-mor e a parte da nave onde se achava colocada a imagem veneranda do Senhor Bom Jesus dos Passos, estavam vazias” (CORREIO DE ILHÉOS, 1926, p. 2). A irmandade do Senhor dos

Passos, “pode-se dizer que não compareceu, porque alguns dos que estavam enfiados em capas roxas, não são irmãos” (CORREIO DE ILHÉOS, 1926, p. 2). Sequer compareceu o provedor, cargo que “já há alguns anos não existe nessa irmandade, que está precisando de uma reforma geral, até nas capas que estão se tornando imprestáveis” (CORREIO DE ILHÉOS, 1926, p. 2).

Tradicionalmente os fazendeiros mais abastados financiavam as festas e procissões das irmandades, além de ofertarem custosos adornos às imagens mais veneradas. Ao anunciar o falecimento do doutor Fausto Fortunato Galo, antigo proprietário “de fazenda de cacaueros, engenho de açúcar e escravatura”, o *Correio* recordou que, ainda no início da década de 1920, existiam as “ricas túnicas bordadas a ouro, oferecidas pelo ilustre extinto há mais de 30 anos ao Senhor dos Passos e a Nossa Senhora que apareciam sempre na procissão de encontro nesta cidade” (1922, p. 2).

A imprensa local publicava textos nostálgicos em relação ao prestígio social dessas entidades filantrópicas: “Quem não se lembrará da pompa, da imponência e do brilho com que eram comemorados os dias de Passos” (CORREIO DE ILHÉOS, 1927, p. 1)? Os irmãos, “da outrora respeitada irmandade”, teriam sido substituídos por pessoas “sem representação, senão desclassificadas, que envergam agora a opa há anos passados disputada pelas pessoas mais representativas da terra” (CORREIO DE ILHÉOS, 1927, p. 1). Era muito forte o interesse que despertava “em todos os círculos sociais desde a cidade até o rincão mais distante deste município a notícia da vinda de um padre notável para pregar o sermão do encontro” (CORREIO DE ILHÉOS, 1927, p. 1). Os templos se enchiam literalmente, “a cidade em peso, acrescida da população do interior, acompanhava à comovente procissão” (CORREIO DE ILHÉOS, 1927, p. 1).

Igualmente festejado era o dia consagrado ao “glorioso” São Sebastião, “sob os auspícios de uma irmandade ereta há muitos anos nesta cidade” (CORREIO DE ILHÉOS, 1927, p. 1), cujo

esplendor também desapareceu. Das festas dedicadas ao santo, restavam apenas “os vestígios de uma capela em ruínas e de ano em ano, por amor à tradição, um tríduo e uma missa, quase pela madrugada” (CORREIO DE ILHÉOS, 1927, p. 1). Muitos desses rituais eram mantidos pelas mulheres, o setor da população mais assiduamente praticante dos rituais religiosos. Um grupo de senhoras pertencente à elite econômica procurava “manter o fogo sagrado das grandes festas de Nossa Senhora da Vitória, que esta é a única que o povo de Ilhéus acarinha” (CORREIO DE ILHÉOS, 1927, p. 1). Essa atitude visava a prolongar e reproduzir o ideário religioso e cultural vigente, cabendo às mulheres o papel principal na conservação das tradições religiosas deixadas pelas gerações que as antecederam. Assim, os vivos não anulariam a herança cultural que identifica e filia.

As novas atitudes diante da morte, por seu turno, buscavam consolidar e perpetuar a memória individual e a familiar como base para a construção da trajetória histórica “oficial” da sociedade cacauieira. Ao falecer, em 1929, o coronel Pedro Gaston Lavigne foi retratado como uma “respeitável figura de uma das mais tradicionais famílias de Ilhéus e destacado elemento da sociedade local” (DIÁRIO DA TARDE, 1929, p. 1). Proprietário de terras e grande cacauicultor no interior do município, onde sempre residiu, o coronel Lavigne foi em vida um “cidadão benquisto e acatado” e, como “a figura mais velha da sua família”, mereceu a consideração e a estima de todos, “já pelo seu conceito pessoal, já porque representava para os seus inúmeros parentes todas as tradições da geração a que pertencera” (DIÁRIO DA TARDE, 1929, p. 1). A notícia do falecimento do “velho conterrâneo” causou “doloroso pesar”, verificado pelo número “extraordinário de visitantes” da câmara ardente e de pessoas que acompanharam o féretro ao cemitério.

O major Félix Mariano Cardoso e Silva, “abastado fazendeiro e capitalista do mais elevado conceito, [foi um homem] prestimo-

so e muito acatado nas suas relações de amizade” (GAZETA DE ILHÉUS, 1902, p. 1), contando com verdadeira dedicação entre os seus “muitos compadres e amigos”, que compunham a base das suas relações sociais. O seu necrológio enfatizou a questão do poder social pelo exercício contínuo de diversos cargos de nomeação do governo e de eleição popular, desde o regime monárquico.

Para a Gazeta (1902, p. 1) que anunciou a sua morte, Cardoso e Silva “era um dos ilheenses de mais importância e distinção”. Havia no texto fúnebre a demonstração do interesse em elaborar uma imagem positiva do falecido. Anunciou-se que grande número de “dedicados amigos” do falecido, incluindo o redator-chefe da Gazeta de Ilhéus e outros próceres da sociedade local, acompanharam o cortejo até o cemitério “apesar da chuva”, pois a quantidade de “pessoas gradas” presentes a um enterro era uma medida social do prestígio político e/ou econômico do morto.

Os membros das famílias mais “ilustres” que morriam “fora” tinham seus corpos trasladados para o município de origem. Os seus funerais deveriam ser realizados na terra que haviam ajudado a fundar ou a desenvolver. Dona Antônia Alves Pinheiro, cuja família era considerada pioneira do município de Itabuna, veio a falecer na residência de seu genro, em Ilhéus. A “respeitosa senhora” era irmã do coronel Firmino Alves, grande fazendeiro tido, como um dos pioneiros do plantio de cacau no antigo distrito de Tabocas.

Os “desolados parentes e amigos” da matriarca mandaram uma comissão para transportar o cadáver, “em trem especial”, para sepultá-lo em solo itabunense. O enterro realizou-se “com grande acompanhamento” e contou, como cabia a pessoa da sua “qualidade”, com a presença da filarmônica Lyra dos Artistas que executou diversas marchas fúnebres (CORREIO DE ILHÉUS, 1926). O enterro de Antonia Alves mobilizou grande parte da população itabunense, que homenageou não somente um indivíduo, mas o grupo familiar detentor do prestígio de fundador.

Ser enterrado entre os seus reforçava os laços identitários existentes entre os membros das grandes famílias, cujos funerais deveriam constituir expressões de prestígio e de afinidades consanguíneas e políticas. Falecido na capital do estado, o coronel Gabino Kruschewsky teve o seu corpo embalsamado e transportado para Ilhéus, pois era vontade dos seus filhos e parentes que fosse sepultado no cemitério local. Logo que o vapor atracou, acorreram inúmeras pessoas que acompanharam o corpo até a igreja de São Jorge, “estando aí suas dignas filhas, noras e outras parentes, que tiveram crises nervosas ao avistar o caixão que envolvia o corpo” (CORREIO DE ILHÉUS, 1925, p. 1) Ao gênero feminino cabia o papel de exprimir mais enfaticamente a dor da perda. Depois da encomendação solene do cadáver na catedral, o corpo foi conduzido ao cemitério com grande acompanhamento de pessoas de todas as classes sociais. Inúmeras capelas enviadas deixavam implícitas, nas mensagens que as acompanhavam, um tipo de relação de clientelismo, como a gratidão por favores prestados aos parentes e amigos.

Os anúncios fúnebres também abriam espaço para os membros mais destacados das colônias de estrangeiros radicados nos municípios da região. O enterro de Jean Griessen, jovem natural de Berna, que trabalhava no escritório comercial de Hugo Kaufmann & Cia., realizou-se com o acompanhamento dos seus conterrâneos e pessoas ligadas ao comércio de cacau. À beira do túmulo, Robert Durand, identificado como gerente da firma exportadora Wildeberger & Comp., “orou em voz alta ouvido religiosamente por todos os presentes, especialmente a colônia suíça, presente ao ato” (DIÁRIO DA TARDE, 1929, p. 3).

A morte de Jorge Zaidan, negociante e proprietário de terras em Água Preta (atual Uruçuca) e “o mais antigo membro da colônia síria daquela povoação” (DIÁRIO DA TARDE, 1931, p. 3), foi alvo de manifestações desusadas. Esteve presente “ao tocante ato” a banda musical 1º- de Maio, que executou várias peças fúnebres “em homenagem à memória do seu antigo sócio” (DIÁRIO DA

TARDE, 1931, p. 3). O comércio de Água Preta, de que era “figura de destaque,” cerrou as portas à hora do cortejo fúnebre. Essa era uma das formas mais eloquentes de a população local expressar o reconhecimento da importância do morto e do seu grupo social.

As minorias sociais e políticas pouco são referidas nas fontes hemerográficas. Quanto mais frágil o grupo, menores são os espaços ocupados nos necrológios e anúncios fúnebres. As notícias sobre a morte de trabalhadores, pequenos proprietários e indigentes, que evidentemente constituíam uma quantidade maior de mortos, ocupavam uma centimetragem bem reduzida em relação aos setores mais abastados.

Também falecimentos de pessoas pertencentes a grupos rivais do órgão de imprensa eram notificados em poucas linhas e muitas vezes sem a individualização da notícia. Mesmo aos principais líderes rivais era dado um espaço bastante inferior ao que cabia aos correligionários muito menos influentes. Quase sempre inexistem referências positivas à vida do adversário, como no caso do coronel Ernesto de Sá Bittencourt e Câmara, opositor do grupo político ao qual pertencia a *Gazeta de Ilhéos* (1904), onde se declarou apenas local de nascimento e filiação e evidenciou-se a sua condição de ex-proprietário de “grande número de escravos”, aspecto pouco valorizado em uma sociedade que se pretendia democrática, pela origem humilde dos seus pioneiros.

Assim, em torno dos andores ou dos caixões, trajando fraque, cartola e bengala no melhor estilo europeu, as aparições públicas dos coronéis, exportadores e bacharéis do cacau eram verdadeiros espetáculos. As próprias cidades foram se revestindo de novas significações tanatológicas. Os espaços cemiteriais, antes relegados ao esquecimento por parte do poder público, passaram por um intenso processo de valorização. Tanto como os palacetes neoclássicos, os túmulos monumentais e as patentes superiores demonstravam o prestígio individual e de grupo, as comemorações cívicas, religiosas e fúnebres também marcavam diferenças.

Referências

A INFLUENZA. **Jornal de Ilhéos**, Ilhéus, n. 329, p. 1, 10 nov. 1918. (CEDOC/UESC).

A INFLUENZA. _____, Ilhéus, n. 331, p. 1, 24 nov. 1918. (CEDOC/UESC).

A PESTE. _____, Ilhéus, n. 328, p.2, 3 out. 1918. (CEDOC/UESC).

ABREU, A. **A fabricação do imortal**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

AS BENEMERÊNCIAS do mangabeirismo. **Jornal de Ilhéos**, Ilhéus, n. 350, p. 2, 6 abr. 1919. (CEDOC/UESC).

BERTUCCI, L. M. **Influenza: a medicina enferma**. Campinas, SP: UNICAMP, 2004.

BONNET, J-C. “Les morts illustres”. In: NORA, P. **Les lieux de mémoire II: La Nation**. Paris: Gallimard, 1986.

CATROGA, F. **O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos**. Coimbra: Minerva Editora, 1999.

CORONEL Ernesto Sá. **Gazeta de Ilhéos**, Ilhéus, n. 284, p. 2, 13 mar. 1904. (CEDOC/UESC).

CORONEL Gabino Kruschewsky. **Correio de Ilhéos**, Ilhéus, n. 646, p. 1, 12 set. 1925.

DONA Antonia Alves. _____, Ilhéus, n. 771, p. 2, 13 jun. 1926. (CEDOC/UESC).

DOUTOR Furtado Galo. _____, Ilhéus, n. 101, p. 2, 28 jan. 1922. (CEDOC/UESC).

EM CAIXÕES descobertos. **Jornal de Ilhéos**, Ilhéus, n. 328, p.1, 3 fev. 1918. (CEDOC/UESC).

EMPASTELAMENTO. _____, Ilhéus, n.47, p. 2, 1º jun. 1913. (CEDOC/UESC).

FALECIMENTOS. **Diário da Tarde**, Ilhéus, n. 514, p. 1, 20 nov. 1929. (CEDOC/UDESC).

_____. _____, Ilhéus, n. 298, p. 3, 20 fev. 1929. (CEDOC/UDESC).

_____, _____, Ilhéus, n. 982, p. 3, 3 jul. 1931. (CEDOC/UDESC).

FESTAS religiosas. **Correio de Ilhéos**, Ilhéus, n. 851, p. 1, 5 fev. 1927. (CEDOC/UDESC).

FUCHS, W. **Le immagini della morte nella società moderna**. Turim: Einaudi, 1973.

HÉRITIER, F. **Parentesco**. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1989. (Enciclopédia Einaudi, 20).

HOBBSBAWN, E. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MAJOR Félix Cardoso. **Gazeta de Ilhéos**, Ilhéus, n. 118, p. 1, 16 jun. 1902. (CEDOC/UDESC).

MORTICÍNIO do Itariri. **A lucta**, Ilhéus, n. 225, p. 2, 10 nov. 1906. (AFEBEC).

O MAIOR dos suplícios. **Jornal de Ilhéos**, Ilhéus, n. 342, p. 2, 9 fev. 1919. (CEDOC/UDESC).

PROCISSÕES dos Passos. **Correio de Ilhéos**, Ilhéus, n. 715, p. 2, 25. jan. 1926. (CEDOC/UDESC).

VALADARES, C. do P. **Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros**. Um estudo da arte cemiterial ocorrida no Brasil desde as sepulturas de igrejas e as catacumbas de ordens e confrarias até as necrópoles secularizadas. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

WITTER, J. S. "Os anúncios fúnebres (1920-1940)". In: MARTINS, J. de S. **A morte e os mortos na sociedade brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1983.

Recebido em: 20 de maio de 2008.

Aprovado em: 18 de junho de 2008.

Tradução

TRADUÇÃO

Estudo de impacto ambiental, gestão do
patrimônio cultural e bens históricos.
Aprendendo com os erros dos Estados
Unidos da América*

Thomas F. King**

Por Rafael Brandi

E-mail: rafaél.brandi@arqueologos.com.br

1 Gestão do patrimônio cultural

Na década de 1970, os arqueólogos dos EUA estiveram frente a um desafio. Novas leis tinham sido aprovadas promovendo a proteção dos “recursos ambientais” por um lado e de “bens históricos”¹ pelo outro. As agências governamentais² foram requisitadas para conduzir os estudos de impacto ambiental e as ações deles, procurando caminhos para proteger o meio ambiente. Como poderiam os arqueólogos ter certeza de que os lugares com os quais eles se preocupavam - sítios arqueológicos – estariam protegidos por estas exigências legais?

Entre outras coisas, eles precisavam um termo para descrever um sítio, o qual precisaria ser um pouco maior que algo esotérico como “sítio arqueológico”. Este termo deveria estar relacionado com algo parecido a “recurso natural”, mas com certeza sítios arqueológicos não são “naturais”, eles são culturais por origem. “Propriedade Histórica” é um termo que historiadores da arquitetura usam para os locais de cunho cultural – edifícios antigos e estruturas – pelas quais eles se interessavam, no entanto, este termo não descrevia muito bem os sítios arqueológicos – particularmente os sítios arqueológicos pré-históricos.

Então os arqueólogos inventaram o termo “recursos culturais”³ e chamaram o que eles fazem de – levantamentos/prospecções para encontrar sítios arqueológicos e escavá-los a fim de “mitigar” os impactos da construção de projetos sobre eles – “Gestão do Patrimônio Cultural”⁴.

Estes termos têm ganhado maior aceitação nos EUA e estão sendo usados cada vez mais por outras nações, sendo isto, a meu ver, muito desastroso.

Considere por um momento que todos os “recursos” da cultura podem ser pensados como valoráveis. Considere, por exemplo, um grupo indígena vivendo na floresta. Entre os recursos que eles usam para sustentar sua cultura, certamente, estão:

a língua indígena, os nomes dos lugares, a história, as tradições, músicas, os rituais, as práticas e crenças religiosas, os animais e plantas, a paisagem com a qual cada grupo vive ou desfruta, as fontes de água e de recursos naturais e a organização social e estrutura familiar do grupo.

Agora imagine que algum projeto controlado pelo governo está sendo proposto na vizinhança – digamos, um projeto de corte de árvores – qualquer um, governo ou empreendedor tem que executar um Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Caso seja seguido o modelo empregado nos EUA, a confecção deste EIA será supervisionada por cientistas ambientais de qualquer tipo, quiçá, biólogos. O estudo incluirá um elemento tratado como “recursos culturais”, mas ninguém irá definir este termo. Arqueólogos – muito provavelmente – estarão à frente para procurar e calcular os impactos sob tais recursos.

Irão os arqueólogos considerar a organização social dos grupos indígenas? Suas práticas religiosas? As plantas, animais e fontes de água serão valorizados? E as práticas de subsistência? Não, os arqueólogos irão considerar os impactos sobre os sítios arqueológicos. No entanto, nos EUA eles dirão que procederam a uma análise dos “recursos culturais” e que executaram uma “Gestão do Patrimônio Cultural”. Os biólogos no comando do EIA, provavelmente tomariam as palavras dos arqueólogos como a deles próprios, pois apesar de tudo, são os arqueólogos as vozes autorizadas. Assim sendo, o relatório do EIA na seção “recursos culturais” falará sobre sítios arqueológicos e talvez edifícios antigos e demais estruturas. Na maioria dos casos, o meio ambiente cultural dos grupos indígenas será ignorado; os impactos sobre as práticas religiosas, a organização social e as plantas e animais não serão, simplesmente, analisados.

Isto pode ser um tanto importante no que se refere aos aspectos culturais do meio ambiente que acabarão endereçados a outros profissionais dentro do EIA – quiçá esses realizando um

estudo de impacto social (EIS)⁵. No entanto, pelo menos nos EUA isso não ocorre, porque o estudo de impacto “social” é tido e contido dentro do “estudo de impacto socioeconômico”⁶, o qual foca apenas fatores econômicos facilmente quantificáveis. Práticas religiosas, crenças, estruturas sociais, significado cultural de plantas e animais, até mesmo aspectos de subsistência são ignorados. Então, se o projeto de desmatamento for à frente, é provável que os sítios arqueológicos sejam protegidos de alguma forma ou escavados antes de serem destruídos. Todavia, muitos dos “patrimônios culturais” que importam aos grupos indígenas não serão considerados e, por isso, estarão perdidos.

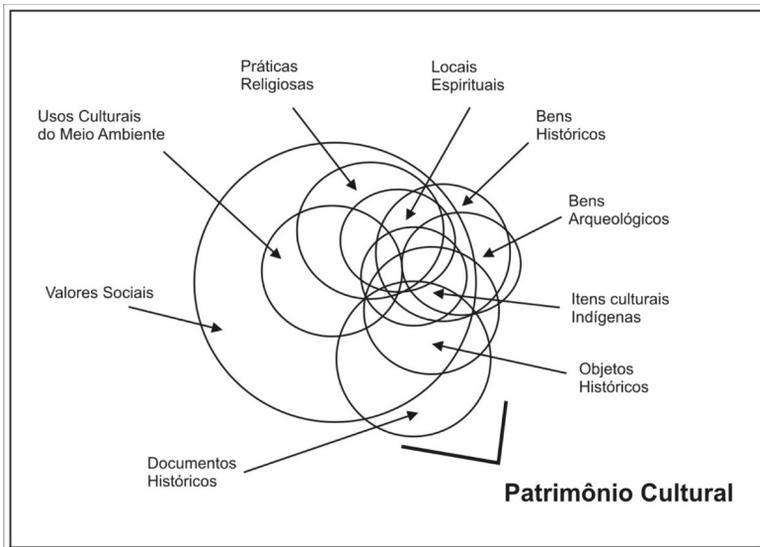


Gráfico 1 – Facetas do patrimônio cultural; adaptação¹.

Fonte: Thomas King (1998).

Assim sendo, está aqui uma lição para se aprender a partir dos erros que os EUA cometeram: Diga o que você leva em conta! Se os sítios arqueológicos são o assunto, chame-os de sítios arqueológicos; não use algum eufemismo vago como “patrimônio

cultural”. E, por outro lado, se você resolver dizer que faz um estudo de impacto em “patrimônio cultural”, considere cada um dos patrimônios relevantes para a área, como projeto, população e culturas envolvidas.

2 Bens históricos

Outro erro que os EUA vêm cometendo é usar o *National Register of Historic Places*¹ como um centralizador do sistema de preservação histórica. O *National Register* é uma lista mantida pelo *U.S. National Park Service*². A lista inclui: “regiões, sítios, edifícios, estruturas e objetos” significantes para a História, Pré-História, Arqueologia, Arquitetura, Engenharia e a cultura dos EUA. Sob a lei dos EUA, aqueles que fazem o estudo de impacto ambiental devem considerar os impactos sobre locais incluídos no *Register*³ e aqueles que ainda não foram incluídos, mas podem ser eleitos para o *Register*. Se há dúvida em relação à elegibilidade do local no *Register*, a questão é resolvida pelo “Guardião”⁴ do *Register*, um funcionário do *National Park Service*.

O maior problema é que esse sistema tem um caráter anti-democrático. Novamente considerando nosso grupo indígena hipotético, imagine que há um local em que o grupo coleta suas plantas que são usadas em um importante ritual de cura. Se o grupo necessita que este local seja considerado no EIA do projeto de corte de árvores – o projeto sendo nos EUA – o grupo terá que convencer aqueles que estão executando o EIA de que aquela área de coleta de plantas é elegível ao *National Register*. Para isto, necessitará a construção de um argumento de elegibilidade nos termos que são significativos para os “profissionais” – em sua maioria, historiadores da arquitetura e arqueólogos – do *National Park Service* e dos escritórios do *State Historic Preservation Officers*⁵. Estas pessoas estarão, provavelmente, fazendo todos os tipos de

perguntas estranhas: Quais são os limites deste local? Quantas vezes vocês usam esse local? Há quanto tempo vem sendo usado? Caso eles decidam, por qualquer razão, que o local não é elegível, o local recebera pequena, ou nenhuma consideração dentro do EIA. Isto é uma democracia aceitável? O que importa? De que maneira o governo pode considerar tais impactos, sendo o governo quem decide o que é importante? Não deveria a população ter uma forma de dizer algo a respeito, quando a importância das coisas é, teoricamente, baseada nos valores culturais deles?

Eis outra lição para se aprender. Acredito que não haja muito lugar para se dar ênfase às listas como as do *National Register*. Listas podem ser ferramentas importantes para um guarda-livros, todavia, elas são pouco úteis no planejamento e em estudos de impacto ambiental. Caso as listas assumam o status de instituição nacional – como é o *National Register* nos EUA – elas podem suprimir a voz da população na proteção de seu próprio patrimônio cultural.

3 Um modelo melhor

Um melhor caminho para tratar o patrimônio cultural no EIA, acredito ter encontrado nas Diretrizes de *Akwé:Kon*, editada em 2004, pelo *Secretariat of the Convention on Biological Diversity*⁶. Este memorável guia recomenda uma conduta integrada nos “estudos de impacto cultural, ambiental e social” quando se planejar um desenvolvimento. Estes estudos, conduzidos de perto pelas comunidades locais, apontam os impactos sobre qualquer coisa considerada importante para elas. Se os estudos de impacto ambiental forem feitos da forma recomendada pelo *Akwé:Kon* (palavra de índios Mohawk que significa “tudo em criação”), assumindo que estes sejam bem feitos e com responsabilidade – com isso nós estaríamos, verdadeiramente, fazendo “gestão

do patrimônio cultural” e poderíamos largamente dispensar as esotéricas listas como a do *U.S. National Register of Historic Places*.

Sugerindo um caminho democrático e consultivo para “gestão do patrimônio cultural”, olhar-se-á todos os aspectos do meio ambiente cultural ao invés de olhar apenas para sítios arqueológicos, prédios históricos ou estruturas. Não quero dizer que precisamos ignorar tais sítios, prédios e estruturas. Naturalmente, eles devem ser considerados no EIA, pois somos sensíveis à importância da pesquisa arqueológica e do patrimônio arquitetônico. No entanto, o que não devemos fazer é focar apenas na causa arqueológica e arquitetônica em prejuízo dos assuntos que dizem respeito à população local, entre os quais o meio ambiente cultural é o mais afetado pelo desenvolvimento moderno. Os EUA vêm desastrosamente se dirigindo para um modelo elitista, uma armadilha antidemocrática, entre outras coisas. Sugiro que tentemos escapar disto.

NOTAS DO TRADUTOR

* Título Original: *Environmental Impact Assessment, Cultural Resource Management and Historic Properties: Learning from the Errors of United States*.

** Thomas King é consultor, escritor, professor de recursos culturais e preservação histórica nos EUA. Ele é autor de sete livros e diversos artigos sobre esse tema. Possui título de doutoramento em Antropologia pela Universidade da Califórnia Riverside, e pesquisa o extremo oeste americano nas ilhas da Micronésia. Reside na Silver Spring, Maryland, EUA, e pode ser contactado pelo tking106@aol.com

¹ O conceito de *Historic Properties* é semelhante aos bens sob efeito do tombamento na legislação brasileira. Existem duas formas de uma propriedade estar no *Historic Properties*, listada como eleita ou com possibilidades de elegibilidade.

² Agência do inglês *Agency* tem o mesmo significado que as nossas secretarias e institutos governamentais.

³ *Cultural Resource*, no Brasil é muitas vezes traduzido por Patrimônio Cultural; mesmo sabendo que há discussões – não poucas – sobre o melhor emprego para a tradução, optarei por Patrimônio Cultural daqui em diante, já que a Constituição Federal, no seu artigo 216, opta por qualificar tais “recursos” dentro de um grande pacote chamado Patrimônio Cultural.

⁴ *Cultural Resource Management* - devido à nomenclatura aplicada, optei por utilizar o termo mais comum aos brasileiros.

- ⁵ O autor usa *Social Impact Assessment* (SIA) para designar um estudo que teria um maior conhecimento dos fatores arrolados.
- ⁶ A legislação brasileira segue a mesma *mens legis* e praxis dos EUA, vide Resolução CONAMA 01/86.
- ⁷ O original, em inglês, não possui tal diagrama, entretanto, o tradutor optou em apresentá-lo devido à didática, a qual demonstra as diversas facetas do patrimônio cultural.
- ⁸ Em português, a tradução livre seria “Registro Nacional de Locais Históricos”, algo muito próximo ao sistema de tombos brasileiro (Decreto-lei n.º 25 de 1937), entretanto, é mais recente, datando do ano de 1966.
- ⁹ Nos EUA existe uma série de órgãos governamentais que trabalham com a proteção de bens históricos. O *U.S. National Park Service* atua ligado ao Ministério do Interior dos EUA e não existe algo similar no Brasil. Pode-se dizer que o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade tem algumas atribuições parecidas, mas restringidas a uma das atuações da *NPS*.
- ¹⁰ *Register* ou *National Register* são as formas como o autor utiliza; tratando-se de um nome próprio, optei por usá-lo no original.
- ¹¹ Em inglês o autor ao utiliza *Keeper*, que personifica o funcionário do *NPS* como uma entidade de poderes quase que místicos.
- ¹² O *State Historic Preservation Officers* é um dos caminhos para eger um bem para a *Historic Properties*.
- ¹³ Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica.

Referências

SECRETARIAT OF THE CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY (Canada). Akwé: Kon voluntary guidelines for the conduct of cultural, environmental and social impact assessment regarding developments proposed to take place on, or which are likely to impact on, sacred sites and on lands and waters traditionally occupied or used by indigenous and local communities. Montreal, 2004. (CBD Guidelines Series). Disponível em: <<http://www.cbd.int/doc/publications/akwe-brochure-en.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2008.

KING, T. Cultural resource laws & practice: an introductory guide. Walnut Creek: Altamira Press. 1998.

Recebido em: 25 de abril de 2008.

Aprovado em: 7 de maio de 2008.

Resenha

RESENHA

Brasil rupestre: arte pré-histórica brasileira

Por Marcélia Marques

E-mail: marceliamar@terra.com.br

Palavras-chave: Arqueologia. Brasil. Pré-história. Arte rupestre.

JORGE, Marcos; PROUS, André; RIBEIRO, Loredana. **Brasil rupestre: arte pré-histórica brasileira**. Curitiba: Zencrane Livros, 2007.

Em *Brasil rupestre: arte pré-histórica brasileira*, as palavras que descrevem e interpretam o acervo de arte rupestre se aliam à imagem fotográfica numa afirmação eficaz da interrelação entre os “sentidos visuais e verbais”. A composição gráfica do livro é primorosa; destaque especial para caixas de texto onde são apresentadas especificidades dos sítios, de estilos, de técnicas e de instrumentos de elaboração da arte rupestre. Nas páginas iniciais, as fotografias de estradas recortando paisagens e um mapa do Brasil (apontando os 32 municípios brasileiros visitados) anunciam o longo trajeto realizado pela expedição. Na primeira parte do livro, o arqueólogo Pedro Ignácio Schmitz, numa narrativa poética na primeira pessoa, e o fotógrafo Marcos Jorge relembram e revelam vivências e paisagens nos cenários recriados com a arte rupestre. Pessoas no passado e no presente, ao seu modo, teriam encontrado refúgio nestes ambientes que persistem.

No primeiro capítulo, a diversidade da arte rupestre brasileira é constatada e a análise estilística se apresenta como recurso de entendimento; as semelhanças e as diferenças são passíveis de reconhecimento mediante a identificação de estilos, que adquirem expressão em figuras ou formas representadas (seres humanos, animais, plantas, objetos e figuras geométricas), segundo a particularidade das regras de cada grupo. As representações humanas estão presentes em todo o país, assumindo diferentes maneiras de composição. O potencial interpretativo destas figuras sugere posições de status (relacionadas ao gênero e à idade) e, ainda, é passível situar o papel social do indivíduo. As especificidades gráficas de todas as demais representações documentadas são também detalhadas de acordo com os elementos de composição das figuras. Prous e Ribeiro despertam um olhar relacional entre a arte rupestre e as experiências etnográficas convocando, de certo

modo, o leitor a adentrar o mundo das concepções pré-históricas possíveis. Ao longo de quase todos os escritos, a analogia etnográfica é solicitada para aclarar manifestações gráfico-culturais do mundo pré-histórico. Estas possibilidades interpretativas também se estendem para figuras, a princípio, irreconhecíveis. Tais perspectivas conferem singularidade a esta obra, na medida em que se ampliam as análises que recaem, frequentemente, sobre o estudo taxonômico das tradições da pintura rupestre em regiões brasileiras (GUIDON, 1992; PESSIS; GUIDON, 2000; PROUS, 2007).

A duração da arte, a expressão dos grafismos gravados e sua autoria, especialmente no sul do país, são temas centrais do segundo capítulo. O suporte da arte rupestre é considerado no âmbito das escolhas e do seu grau de resistência às intempéries. Na extensão do Planalto Meridional sul-rio-grandense, as “pisadas”, grafismos que sugerem rastros de animais, são recorrentes. Se até o momento, as considerações acerca da arte rupestre versavam sobre “o quê, como, e onde faziam?”, as reflexões sobre as gravuras da costa de Santa Catarina se tornam bastante instigantes, na medida em que ampliam as indagações para “quem fazia?” As escolhas do posicionamento dos painéis e a localização dos sítios são relacionadas às ocupações dos guarani históricos e sambaquieiros. No entanto, algumas argumentações não sustentam estas autorias artísticas. Por outro lado, é sugerido que os “letrados” insulares, especificamente, tenham sido concebidos pelos habitantes dos pequenos sambaquis que, ao marcarem graficamente os rochedos, estariam afirmando a posse territorial.

Antes de apresentar a arte rupestre do Centro e do Nordeste do Brasil, Prous e Ribeiro, no quarto capítulo, fazem alusão especialmente às ocupações e à cultura material destes territórios num horizonte cronológico de 12.000 a 9.000 anos atrás (sugiro consultar uma escala esquemática, nas páginas 110 e 111, intitulada: linha do tempo da pré-história brasileira). Os vestígios mais antigos de arte rupestre foram datados entre 9.000 e 7.000

anos atrás, em um painel de pintura, no Piauí, e num bloco desabado com gravuras em Minas Gerais. No entanto, a crescente correspondência de aumento de pigmentos e de objetos coloridos ocorre entre 7.000 e 4.000 anos atrás; nesse período, pode ser observada uma variação de estilos na pintura rupestre. No início, as formas animais predominam diante da pouca representatividade das figuras geométricas e, posteriormente, este estilo irá ser mais evidenciado juntamente com as representações alusivas a corpos celestes. A partir de 2.000 anos atrás, em diversas áreas, grupos agricultores representaram figuras relativas aos vegetais cultivados nas paredes de abrigos. Nesse percurso temporal, algumas das pinturas (machados de pedra semilunares) podem ser atribuídas às populações indígenas tardias, os antepassados de grupos Jê do Brasil Central; neste caso, não se trata de analogia etnográfica, mas de autoria artística.

Após este panorama cronoestilístico geral do Centro e Nordeste do Brasil, as regiões que concentram possivelmente a maior diversidade de arte rupestre na extensão do continente, Prous e Ribeiro apresentam particularidades de sítios de alguns estados (Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Bahia, Tocantins, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte e Minas Gerais). As abordagens dos sítios estão centradas, principalmente, nos aspectos geomorfológicos, na antiguidade da ocupação na região e, pontualmente, na visibilidade segundo a localização na paisagem. Para alguns dos abrigos, são atribuídos o uso e a função. No que diz respeito às representações gráficas, propriamente, são ressaltados os temas, os estilos e, em alguns casos, a sucessão de pinturas segundo a autoria de diferentes grupos. As considerações acerca da coexistência de vários estilos num mesmo painel redimensionam o termo “superposição”, referido na literatura sobre arte rupestre brasileira para indicar autorias em diferentes períodos. Neste sentido, Prous e Ribeiro apontam a “interação” entre figuras (novas e antigas) e *combinações gráficas* respeitando

espaços previamente pintados ou, ainda, com superposições harmônicas (segundo observado no sítio Fonte Grande, na Bahia e em sítios localizados na Serra do Lajeado, em Tocantins). Os contatos intertribais e as retransmissões gráficas entre grupos distintos que se deslocavam nos compartimentos ambientais locais (na região da Serra do Lajeado) podem ser considerados a partir de grafismos intrusivos, aos quais os autores se referem como redes de “conversações” da pré-história. No Estado de Minas Gerais, o estudo cronoestilístico se torna mais amplo devido à considerável variedade de estilos das pinturas rupestres que foram mudando ao longo do tempo.

Alcançando o norte do Brasil, arqueólogos e fotógrafos revelam a arte rupestre amazônica no quinto capítulo. A apresentação inicial da pré-história daquela região, assim como de outras áreas abordadas neste livro, se deteve nas ocupações mais antigas e em vestígios da cultura material. No que diz respeito à arte rupestre, há especificidades estilísticas ao longo do rio Amazonas e de seus afluentes; na porção setentrional, predomina a figura humana em pinturas e gravuras, com especial representação do rosto, enquanto que a noroeste do rio Amazonas sobressaem as figuras geométricas, e ao longo dos afluentes ao sul do rio Amazonas, as pinturas mantêm semelhança ou “parentesco” com estilos rupestres do Brasil Central. Esta correlação estilístico-espacial é passível de ser mais bem visualizada pelo leitor graças à abrangência territorial e à vasta documentação fotográfica desta obra. Prous e Ribeiro, em mais uma feliz inter-relação entre as expressões arqueológicas e etnográficas, consideram semelhanças entre os motivos rupestres e os elaborados na cerâmica de algumas populações indígenas. Penso que tal perspectiva possa ser inspiradora para os leitores que buscam ampliar o entendimento das representações gráficas rupestres a partir do modo e dos instrumentos de elaboração, da autoria e, ainda, da configuração dos sistemas semióticos. Outra relação

pode ser apontada entre povos indígenas e sítios arqueológicos no plano da reconfiguração da identidade étnico-territorial. Em Roraima, algumas populações indígenas elegeram os sítios de arte rupestre como marcos ou sinais que conferem legitimidade à antiguidade de ocupação da região.

Reflexões: eis a tônica da conclusão do livro. Indagações sobre o “por quê” e “para quem” seriam realizadas, e as representações artísticas rupestres são dimensionadas em dois modelos de explicação revisitados: a “magia simpática” e a “experiência xamânica”. No que diz respeito à autoria da arte rupestre (“por quem?”), as relações de gênero e os papéis sociais em algumas sociedades indígenas são considerados e repensados quanto aos autores (homens e/ou mulheres) da arte rupestre. Após estas reflexões iniciais, Prous e Ribeiro dedicam atenção ao potencial do universo de significação e à busca de explicações para as semelhanças e diferenças entre os grafismos (alertando para a precipitação em explicações difusionistas e para a projeção de categorias do próprio pesquisador). Dando prosseguimento a esta percepção relacional, são apontadas as tradições da arte rupestre brasileira (Planalto, São Francisco, Nordeste, Guyano-Amazônica, Litorânea e Agreste), cuja definição está relacionada aos “atributos temáticos, técnicos e morfológicos das figuras”. As palavras finais do livro são instituídas de sentido humanista e preservacionista. Embora alguns sítios tenham sido tombados e outros se encontrem em áreas de preservação, ainda são pouco representativos diante da quantidade de sítios a serem protegidos. As maiores ameaças são decorrentes das minerações industriais, usinas hidrelétricas, rodovias e linhas de transmissão. Diante deste potencial de interferências, são avaliados os processos dos licenciamentos públicos e o reconhecimento da necessidade de políticas públicas eficazes para a proteção de sítios arqueológicos. O espaço museológico de exibição, e as relações entre as populações tradicionais e os bens patrimoniais devem

ser redimensionados e respeitados para que haja reconhecimento no horizonte de significações do passado, do presente e das gerações futuras.

Brasil Rupestre: arte pré-histórica brasileira é um livro que, a todo momento, se reporta ao geral e ao particular – os sítios são relacionados a contextos nacionais e a alguns países da América do Sul. Imagens e palavras, numa aliança de sentidos, reforçam mutuamente as representações estilísticas, as temáticas gráficas e os contextos geoambientais. As interpretações decorrentes de analogias etnográficas detêm um forte potencial de ampliação, “tanto do concebido quanto do vivido” nas sociedades pré-históricas. A atenção dedicada às análises estilísticas demonstra que os universos das formas de representar desvendam um “mundo pré-histórico da arte rupestre” marcado pela diversidade.

Referências

GUIDON, Niéde. As ocupações pré-históricas do Brasil (excetuando a Amazônia). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PESSIS, Anne-Marie; GUIDON, Niéde. Registros rupestres e caracterização das etnias pré-históricas. In: VIDAL, Lux (Org.). **Grafismo indígena**. São Paulo: EDUSP, 2000.

PROUS, André. **Arte pré-histórica do Brasil**. Belo Horizonte: C / Arte, 2007. (Coleção Didática).

Recebido em: 10 de junho de 2008.

Aprovado em: 17 de junho de 2008.

Resumos/Abstracts/ Resumén

DOSSIÊ

1

Arqueologia na Bahia: uma história em construção

RESUMO

Este artigo procura traçar um histórico da pesquisa arqueológica na Bahia, destacando os indivíduos – pesquisadores, estudiosos – e as instituições responsáveis pelo seu desenvolvimento ao longo do século XX, identificando e discutindo os aspectos teóricos e metodológicos adotados e que foram empregados na construção da arqueologia no Estado, além das perspectivas apresentadas pelo cenário atual encontrado na Bahia.

Palavras-chave: História da arqueologia. Arqueologia na Bahia. Estudos arqueológicos.

ABSTRACT

Archeology in Bahia: a history in construction

This article aims at drawing an overview of the archaeological research in the State of Bahia, Brazil, by presenting individuals and Institutions that were responsible for its development throughout the twentieth century, as well as identifying and discussing the theoretical and methodological aspects that were applied in the construction of the archaeological research and its perspectives, in the State of Bahia.

Keywords: History of archaeology. Archaeology in Bahia. Archaeological studies.

Elvis Pereira Barbosa

E-mail: elvisb@uesc.br

Dos primeiros povoamentos às ocupações ceramistas em abrigos rupestres do Mato Grosso

RESUMO

Vinte e cinco anos de pesquisas arqueológicas no Estado do Mato Grosso, feitas através de um convênio entre MAE-USP e Muséum National d'Histoire Naturelle e financiadas pelo Ministério de Relações Exteriores da França, permitiram reconhecer uma longa presença humana com um passado pré-histórico no Pleistoceno de 25000 anos. Ocorrem utensílios líticos associados a vestígios ósseos da parte dianteira de um *Glossotherium* trazido ao hábitat do abrigo rupestre de Santa Elina. Atestou-se, pela primeira vez no Brasil, não só a contemporaneidade como a coexistência do homem com a fauna extinta. Outra ocupação semelhante ocorreu há 10.000 anos atrás. Períodos holocênicos foram densos e diversificados em vários sítios arqueológicos, sendo que ocupações ceramistas, a partir de 2000 anos, estão intensamente presentes na área da Cidade de Pedra e são totalmente ausentes em Santa Elina.

Palavras-chave: Santa Elina. Cidade de Pedra. *Glossotherium*. Arte rupestre. Holoceno recente.

ABSTRACT

From early settlements to ceramist occupations registered in rock shelters - Mato Grosso, Brazil.

After 25 years of archaeological researches carried out in Mato Grosso, by MAE-USP and Muséum National d'Histoire Naturelle, studies report human presence since Pleistocene around 250000 years ago. Lithic artefacts have been reported in the area as well as *Glossotherium* bones are shown

carved in the shelter walls of Santa Elina. For the first time, it was noted that human beings have coexisted with extinct fauna. Researches evince that another similar occupation took place around 10.000 years ago, and that Holocene period were dense and diversified in many archaeological sites. Ceramic occupations, around 2000 years BP, are present in Cidade de Pedra.

Keywords : Santa Elina. Cidade de Pedra. *Glossotherium*. Rock art. Later Holocene.

Águeda Vilhena Vialou
E-mail: avialou@mnhn.fr

Denis Vialou
E-mail: dviaou@mnhn.fr

3

A Amazônia em 1491

RESUMO

Em 1491, a região Amazônica estava densamente ocupada por diversos tipos de sociedades: cacicados expansionistas, pequenos cacicados, grupos de aldeias, aldeias de horticultores etc. Esse artigo revê trabalhos arqueológicos recentes na área e, com base nesses dados, reconstrói a história dos povos indígenas da Amazônia nos últimos dez mil anos.

Palavras-chave: Arqueologia amazônica. História indígena. Cacicados.

ABSTRACT

The Amazon region in 1491

In 1491, the Amazon region was densely occupied by several social groups: expansionist chiefdoms, small chiefdoms, village groups, villages of horticulturalists, etc. This article reviews recent archaeological work in the region, and, on the basis of such data, reconstructs the history of Amazonian

indigenous people in the last ten thousand years.

Keywords: Amazonian archaeology. Indigenous history. Chiefdoms.

Denise Pahl Schaan
e-mail: denise@marajoara.com

4

Os sambaquis do sul catarinense: retrospectiva e perspectivas de dez anos de pesquisas

RESUMO

Este artigo reporta as atividades e faz um balanço dos resultados das pesquisas com sambaquis no complexo lagunar do litoral sul catarinense que vêm sendo conduzidas, nos últimos dez anos, por um grupo de pesquisadores coordenados pelos autores deste artigo, em um grande projeto intitulado *Sambaquis e Paisagem*. O estudo regional da longa ocupação sambaqueira na área (aproximadamente 7.500-1.500 anos atrás) é articulado à investigação da dinâmica evolutiva do Quaternário costeiro, uma vez que fenômenos naturais e culturais ocorrem de maneira integrada no registro (geo) arqueológico. Os resultados até agora produzidos mostram um sistema de assentamento em torno das lagoas bastante duradouro, somando evidências de complexificação social e demográfica ao longo do período, onde o ritual funerário assume papel estrutural nas formas de organização social.

Palavras-chave: Sambaquis. Quaternário costeiro. Pescadores-caçadores complexos

ABSTRACT

The shell mounds of southern Santa Catarina State: retrospect and perspectives after ten-year research

This paper reports the activities and the results of a long-term research project carried out in the lagoon southern coast of Santa Catarina, Brazil. The research articulates the regional archaeological approach on shell mound

occupation (approximately 7.500-1.500 years ago) to the investigation on the dynamics and evolution of the Quaternary coastal. The results of the study make clear an articulated circum-lagoon settlement system with strong evidences of social and demographic complexification through time, where funeral rites seem to have a central role to the configuration of social organizing system.

Keywords: Shell mounds. Coastal Quaternary. Complex hunter-gatherers.

Paulo DeBlasis

E-mail: deblasis@usp.br

Madu Gaspar

E-mail: madugaspar@terra.com.br

5

Um painel da arqueologia pré-histórica no Estado de São Paulo: os sítios cerâmicos

RESUMO

Este artigo apresenta um painel da arqueologia pré-histórica do Estado de São Paulo a partir do estudo de sítios-chave para a discussão de fronteiras culturais entre os grupos ceramistas. Para tanto, foram realizados dois recortes, sendo um temporal para enfocar apenas os sítios cerâmicos pré-históricos, e o outro espacial, de modo a contemplar os limites territoriais do Estado de São Paulo (sudeste do Brasil). Uma vez que o Estado é delimitado por três grandes cursos d'água, Rio Grande, ao norte, Rio Paranapanema, ao sul e Rio Paraná a oeste, além da Serra do Mar e do Oceano Atlântico, a leste, estes limites têm um significado geográfico e não apenas político-administrativo. As indústrias dos sítios cerâmicos localizados em São Paulo podem ser agrupadas nas da tradição Tupiguarani (em São Paulo, estaria o limite entre Tupinambá, ao norte, e Guarani, ao sul), tradição Itararé/Taquara (Kaingang), no sul do Estado, tradição Aratu, no norte e leste do Estado, e tradição Uru, no norte do Estado. Indicam uma influência Tupi (abrangendo todo o território) e Jê (norte, leste e sul do estado), além de revelarem uma grande complexidade da interação cultural das ocupações ceramistas.

Palavras-chave: Sítios cerâmicos. São Paulo. Interação cultural. Tupi. Jê.

ABSTRACT

A panel of prehistoric archeology in the State of Sao Paulo: ceramic sites

This paper presents an overview of the prehistoric archaeology in the state of São Paulo, using key-sites to discuss cultural frontiers among ceramic groups. The study investigates a temporal aspect focusing prehistorical ceramic sites, and a spatial one limiting the study to São Paulo State (Southeastern Brazil). The study also takes into account that the State is limited by three big rivers- Rio Grande in the north, Rio Paranapanema in the south and Rio Paraná in the west, besides the Serra do Mar and Atlantic Ocean in the east-, and that this fact represents to the research a geographical relevance as well as a political one. The industry of ceramic sites located in São Paulo can be grouped as follow: Tupiguarani tradition (the limit between Tupinambá in the north and Guarani in the south of the state), Itararé/ Taquara tradition (Kaingang) in the south, Aratu, in the north and east part of the State, and Uru in the north of the State. This distribution indicates a Tupi influence all over the territory and a Jê influence in the north, south and east parts of the State, showing the complex cultural interactions of ceramic occupations.

keywords: Ceramic sites. São Paulo. Cultural interaction. Tupi. Jê.

Marisa Coutinho Afonso

Email: marisa@br2001.com.br

6

Sobre pinturas, gravuras e pessoas – ou os sentidos que se dá à arte rupestre

RESUMO

Este trabalho reflete sobre algumas interpretações da arte rupestre pré-histórica na prática da arqueologia e na vida de comunidades atuais, indígenas

e caboclas. Seu objetivo é sugerir, a partir de discussões arqueológicas das últimas décadas, que em nossos estudos consideremos também um novo sentido para a arte rupestre pré-histórica: o de recurso na construção, reforço e manutenção de identidades sociais e em negociações atuais de poder e interesses sociais.

Palavras-chave: Arte rupestre pré-histórica. Comunidade científica. Comunidades tradicionais. Significados. Sentido.

ABSTRACT

About paintings, prints and people - or the meaning of rock art

This text reflects on some interpretations of prehistoric rock art in archaeology and in the life of contemporary indigenous and miscegenated communities. Based on recent debates, our study aims at considering a new meaning for prehistoric rock art, which is: a resource responsible for the construction, strengthening and maintenance of social identities, as well as for contemporary negotiations involving power and social interests.

Keywords: Prehistoric rock art. Scientific community. Traditional communities. Meanings. Sense.

Loredana Ribeiro

E-mail: loredana.ribeiro@gmail.com

7

Arqueologia e gestão de recursos culturais entre os Paresi da Chapada dos Pareci. MT (Brasil)

RESUMO

A pesquisa em andamento entre os Paresi, povo indígena que habita a Chapada dos Parecis (Mato Grosso, Brasil), surge diante da crescente preocupação pelos aspectos públicos da arqueologia (i.e., a planificação econômica, as ações sociais e políticas relacionadas com a prática da disciplina e

contextos amplos). A investigação busca conhecer e discutir os desenlaces políticos, socioculturais e econômicos havidos desde a década de 1990, no marco dos estudos de impacto ambiental previstos para a implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) em vários rios da citada região. Como responsáveis por alguns desses trabalhos de campo, notamos que os aspectos técnicos desses estudos se relacionavam com uma realidade emergente associada à identidade étnica e à preservação e gestão desse patrimônio arqueológico. Como consequência, e informados de que havia um contexto maior de discussão que ia além da necessidade legal implicada nos processos de licenciamento ambiental, iniciamos estudos para ajudar na instrumentalização de programas que servissem como parâmetro para o fortalecimento da aplicação de políticas públicas. Nosso objetivo foi realizar um estudo de caso para a valorização, o manejo e a preservação do patrimônio arqueológico com a participação efetiva desses povos indígenas e fazer com que informações obtidas nestas investigações fossem um bem público a serviço dessas sociedades.

Palavras-chave: Paresi. Arqueologia pública. Gestão de recursos culturais. Arqueologia. Herança cultural.

ABSTRACT

Archeology and cultural resource management in a Paresi community - Chapada dos Pareci, Mato Grosso (Brazil).

The research in progress with Paresi, an indigenous group located in Chapada dos Pareci (Mato Grosso, Brazil), emerged from the growing concern for political aspects of archaeology, such as: financial planning, social issues, and policies related to the regulatory practices in a variety of contexts. The investigation aims at discussing the political, socio-cultural and economic developments since the 1990s, under the perspective of environmental impact studies related to the implantation of Small Hydroelectric Centrals (SHC) in various rivers in the region. Over the course of our field work, we have noticed that some technical aspects of these studies are related to emerging awareness of ethnic identity, preservation and archeological patrimony management. Considering the necessity of going beyond the debate regarding legal requirements of the environmental licensing process, this investigation intended to provide parameters to strengthen the application of public policies in this area. In other words, our goal was to carry out a case study to aid the assessment, management and preservation

of the archeological patrimony. We also intended to guarantee the effective participation of indigenous groups, in order to ensure that the results of the study would be applied in favor of these communities.

Keywords: Paresi. Public archaeology. Cultural resources management. Archaeology. Cultural heritage.

Flavia Prado Moi

E-mail: flaviapradomoi@hotmail.com

Walter Fagundes Morales

E-mail: waltermorales@hotmail.com

8

“Sobre bonecas e carrinhos”; desconstruindo as categorias “feminino” e “masculino” no passado

RESUMO

A naturalização dos modelos sociais contemporâneos por meio da manipulação do passado é uma estratégia frequentemente empregada pelo sistema. Dentro desta linha, interessa-nos discutir o caso das identidades de gênero e a maneira como a Arqueologia tem se aproximado deste tema. Assim, a projeção ao passado de nossas concepções do feminino e do masculino como tipos ideais, universais e corretos validam a existência de desigualdades de gêneros na sociedade atual.

Palavras – chave: Arqueologia. Gênero. Cultura material.

ABSTRACT

"On dolls and car toys": deconstructing "female" and "male" categories.

The naturalization of contemporary social models through the manipulation of the past is a strategy frequently used nowadays. Taking this into account, this paper discusses gender identities and how archaeologists have traditionally approached them. It is urgent to evince that the applying of

actual female and male conceptions, considered as universal, correct and ideal, to study the past validates the existence of gender inequalities in our own society.

Keywords: Archaeology. Gender. Material culture.

Andrés Zarankin

E-mail: zarankin@yahoo.com

Melisa Anabella Salerno

E-mail: melisa_salerno@yahoo.com.ar

9

Arqueologías latinoamericanas: de la modernidad los Estados multiculturales

RESUMÉN

La historia es representación. Este texto, que pretende ser histórico, bosqueja la trayectoria de las arqueologías latinoamericanas, representa lo que han sido, la forma como han operado, sus relaciones con discursos a los cuales fueron funcionales y de los cuales derivaron su sentido de legitimidad. Esta historia podría contarse de otra forma. Yo escogí contarla desde dos puntos de fuga: la modernidad nacionalista (co-producida con el colonialismo) y el nuevo orden multicultural. El punto de vista que trataré de argumentar en estas páginas es que el paso de uno a otro signa la suerte de la disciplina. Por eso debería ser importante (si acaso no urgente) que los arqueólogos pensáramos qué tanto se ha hecho en las tres últimas décadas, qué tanto se ha perdido y cuáles son las oportunidades para que nuestro trabajo tome nuevos aires y nuevos rumbos. Estas líneas para pensar son contextuales. La reflexión que propongo no es disciplinaria sino un ejercicio de economía política.

Palavras-clave: Arqueologías latinoamericanas. Multicultural. Modernidad nacionalista.

ABSTRACT

Archeology in Latin America: the modern multicultural states

History is representation. This paper, which attempts to present a historical perspective, sketches the trajectory of archaeology in Latin American. It represents the configuration of the discipline, how it has operated, and its relation to discourses to which it was functional and from which its legitimacy is derived from. This story could have been told differently. I have chosen to tell it from two points of view: the one of nationalist modernity (co-produced with colonialism) and the new one of multicultural order. I will try to show that the change of perspective caused a great impact on the discipline. Thus, it should be important (if not urgent) that we, as archaeologists, think about how much has been done in the last three decades, and which are the opportunities we have for the future. The reflection I propose does not regard to a disciplinary approach but it is an exercise on political economy.

Keyword: Latin american archaeologies. Multicultural. Nationalist modernity.

Cristóbal Gnecco

E-mail: cgnecco@unicauca.edu.co

Artigo

Cultura, memória e práticas relativas à morte no Brasil cacauero

RESUMO

O presente artigo investiga as relações existentes entre as representações da morte e a construção da memória na região cacauera do sul da Bahia entre o final do século XIX e primeira metade do século passado. As atitudes e comportamentos diante do fenômeno físico da morte são interpretados através do estudo dos necrológios e anúncios de funerais da imprensa local numa imagem ideal da sociedade do cacau no contexto histórico do Brasil.

Palavras-chave: Cultura. Memória. Morte.

ABSTRACT

Culture, memory and practices related to death in Bra-

zilian cocoa era

This paper investigates the existing relations between death representations and memory construction in the cocoa region in the south of Bahia, by the end of XIX century and first half of last century. The attitudes and behaviors concerning the phenomenon of death are interpreted through the studies of obituaries and funeral home advertisements of local press.

Keywords: Culture. Memory. Death.

André Luiz Rosa Ribeiro

E-mail: andre.5@bol.com.br

**COLABORARAM
NESTE NÚMERO**

Águeda Vilhena Vialou

Doutora em Arqueologia brasileira – FFLCH/ USP. É professora associada do Museum National D’Histoire Naturelle, professora convidada - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, pesquisa e ensino - MNHN/USP, pesquisadora responsável - CNRS Instituto de Paleontologia Humana, MNHN e professora visitante da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

André Luiz Rosa Ribeiro

Doutor em História pela Universidade Federal da Bahia. É professor do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas e Coordenador do Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC.

Andrés Zarankin

Doutor em História pela Unicamp e pós-doutor em Arqueologia no CONICET e em História pela UNICAMP. É autor de onze livros.

Cristóbal Gnecco

Doutor em Antropologia pela Universidade de Washington, EUA. É professor e coordenador da Divisão de Antropologia da Universidad del Cauca, Colômbia.

Denis Vialou

Doutor pela Université Paris I. É professor do Museu Nacional de História Natural, Paris,

professor convidado da Universidade de São Paulo, MAE/USP, e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS.

Denise Schaan

Doutora em Antropologia Social (Arqueologia) pela Universidade de Pittsburgh. É professora adjunta I da Universidade Federal do Pará (Faculdade de Ciências Sociais). Leciona nos cursos de graduação, especialização em Arqueologia e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Para.

Elvis Pereira Barbosa

Mestre em História com Área de Concentração em Arqueologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS e doutorando em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). É professor assistente na Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, Ilhéus-BA.

Flávia Prado Moi

Mestra em Etnoarqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo e doutoranda do Núcleo de Pesquisas Ambientais da Universidade de Campinas (NEPAN/UNicamp). É pesquisadora do Núcleo de Estudos Estratégicos/Arqueologia Pública da Unicamp e consultora científica do Arquivo Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa.

Loredana Ribeiro

Doutora em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia/USP e pós-doutoranda do Departamento de Sociologia e Antropologia/UFMG. É pesquisadora colaboradora do Setor de Arqueologia do Museu de História Natural/UFMG.

Rafael Brandi

Bacharel e licenciado em História (UNIVALI); Mestre em Engenharia Civil (PPGEC/UFSC) com o tema “Patrimônio Cultural Arqueológico na Gestão Territorial”; pesquisador associado do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (Projeto Sambaquis e Paisagem); membro efetivo da Sociedade de Arqueologia Brasileira; membro da *World Archaeological Congress*; atua como consultor de Arqueologia.

Madu Gaspar

Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo e pós-doutorada pela University of Arizona. É professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Marcélia Marques

Mestra em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco. É doutoranda em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e professora assistente da Fundação Universidade Estadual do Ceará.

Marisa Coutinho Afonso

Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo e livre docente em Arqueologia Brasileira pelo Museu de Arqueologia e Etnologia/ Universidade de São Paulo. Professora associada do MAE/USP, docente do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do MAE/USP e bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 do CNPq.

Melisa Anabella Salerno

Departamento de Investigaciones Prehistóricas y Arqueológicas, Instituto Multidisciplinar de Historia y Ciencias Humanas, Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Argentina.

Paulo DeBlasis

Doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo e Livre-docência em Arqueologia pela Universidade de São Paulo. É professor associado (livre-docente, MS-5) de Arqueologia e História Pré-Colônial do Brasil no Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da Universidade de São Paulo.

Walter Fagundes Morales

Doutor em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. É professor adjunto da Universidade Estadual de Santa Cruz, co-coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia (NEPAB/UESC), pesquisador do Grupo de Pesquisa em Arqueología Histórica do Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP e consultor científico do Acervo Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa em Porto Seguro, Bahia.

NORMAS PARA A APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

Os **trabalhos** devem ser entregues em três vias impressas, digitados em **editor de texto, salvo em arquivo .doc**, espaço 1,5 entre linhas, papel tamanho A4, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12; notas no fim do documento deverão ser digitadas em tamanho 10. Os artigos não devem ultrapassar 30 laudas (de 20 linhas), ou 6 mil palavras, incluindo as ilustrações gráficos, tabelas, fotografias etc.; as resenhas não devem ultrapassar 5 laudas. As traduções terão uma extensão flexível, haja vista o texto trabalhado.

As **ilustrações** devem ser de qualidade, enviadas separadamente do texto, numeradas em algarismos arábicos, com as fontes apresentadas em Times New Roman, tamanho 10, e devidamente indicadas as suas posições no texto. Os gráficos, mapas e tabelas devem ser apresentados em **planilha eletrônica** ou no **próprio editor de texto**.

O título do artigo e do subtítulo (se houver) dos trabalhos (Dossiê e artigos) deve ser digitado em caixa alta e baixa, centralizado, em Word for Windows, espaço simples, fonte Times New Roman, tamanho 14.

Nome (s) do (s) autor (es) alinhado (s) de forma centralizada, em negrito, fonte Times New Roman, tamanho 12, com a indicação abaixo do nome de: titulação, instituição de origem e e-mail para contato do(s) autor(es) e órgão financiador da pesquisa (se houver), em tamanho 10.

O título da tradução deve ser digitado em caixa alta e baixa, centralizado, em Word for Windows, espaço simples, fonte Times New Roman, tamanho 14. Nome(s) do(s) tradutor(es) alinhado(s) à direita, em negrito, fonte Times New Roman, tamanho 12, com a indicação abaixo do nome(s) de: titulação, instituição de origem e e-mail para contato do(s) autor(es) e órgão financiador da pesquisa (se houver).

O título da resenha deve ser digitado em caixa alta e baixa,

centralizado, em Word for Windows, em espaço simples, fonte Times New Roman, tamanho 14. Nome(s) do(s); a, as) resenhista(s) alinhado(a;s) à direita, em negrito, fonte Times New Roman, tamanho 12, com a indicação abaixo do nome(s) da: titulação, instituição de origem e e-mail para contato do(s) autor(es) e órgão financiador da pesquisa (se houver).

Cada texto deve ser acompanhado de um resumo com até 180 palavras, em português, em língua inglesa (**Abstract**), em língua espanhola (**Resumen**) e em língua francesa (**Résumé**). OBSERVE-SE QUE O TÍTULO E O SUBTÍTULO (SE HOUVER) DESTE TEXTO EM PORTUGUÊS, DEVEM CONSTAR TRADUZIDOS, EM INGLÊS, NO ABSTRACT, EM ESPANHOL, NO RESUMEN, E EM FRANCÊS, NO RÉSUMÉ.

Abaixo do resumo devem constar as palavras-chave, no mínimo 3 e no máximo 5, devidamente **traduzidas** para keywords, palabras clave e mots-clés.

As resenhas de livros devem ser de obras publicadas nos últimos dois anos, a contar da data de publicação da revista e devem conter três palavras-chave.

Os trabalhos recebidos serão enviados aos pareceristas *ad hoc* que irão se manifestar quanto à sua aceitação.

Os autores que tiverem seus **t rabalhos aprovados para publicação** encaminharão uma cópia impressa e arquivo em disquete ou CD-ROM, com a seguinte organização:

- Quadros, mapas, tabelas etc. em arquivo separado, com indicações claras, ao longo do texto, dos locais em que devem ser incluídos. As citações diretas de autores destacadas ou não-, no decorrer do texto, devem seguir a forma: autor, data da publicação, número da página. Exemplos: (JAGUARIBE, 1962, p. 35); (FERREIRA; MELLO, 2008, p.34-35).
- As citações indiretas (paráfrases) de autores, no decorrer do texto, devem seguir a forma: autor e data da publicação. Exemplo: (JAGUARIBE,

1962). Se houver mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, eles são diferenciados por uma letra após a data: (ADORNO, 1975a), (ADORNO, 1975b) etc.

- Qualquer que seja a ilustração (gráfico, desenho, esquema, diagrama, fluxograma, fotografia, quadro, mapa, planta, retrato etc.) sua identificação é na parte inferior, precedida da palavra designativa, seguida de seu número de ordem de ocorrência no texto, em algarismos arábicos, e da fonte.
- A tabela, cuja construção deve obedecer às normas da ABNT, é identificada na parte superior, precedida da palavra designativa, seguida de seu número de ordem de ocorrência no texto, em algarismos arábicos. A fonte dessa informação deve ser indicada na parte inferior da ilustração.
- Todas as notas devem ser inseridas no final do texto e antes das referências. NOTAS são apenas informações complementares e de natureza substantiva, restringindo-se ao mínimo necessário. Elas devem ser digitadas ao final da página, numeradas em algarismos arábicos e em ordem sequencial.
- As referências devem ser colocadas no final do artigo, após as notas, em ordem alfabética, de acordo com as normas da ABNT, atualizadas.

Referências

Todas as obras referenciadas devem ser alinhadas à esquerda. **Só devem constar na lista de referências os autores que foram citados, direta ou indiretamente, no bojo do texto**, conforme as normas da ABNT, NBR 6023/2002.

Publicação considerada no todo

Livros, folhetos (manual, guia, catálogo, enciclopédia, dicionário etc.): sobrenome do autor (em caixa alta), nome (em caixa

alta e baixa). Título (em negrito; em caixa alta e baixa). Tradução (se houver). Número da edição (se não for a primeira). Local da publicação: Editora, ano.

Exemplos com um autor:

ROMILLY, Jacqueline de. **A tragédia grega**. Brasília: UnB, 1998.

ORLANDI, E. **Análise do discurso**, princípios e procedimentos. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2003.

_____. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora Unicamp, 1997.

HAGEDORN, Peter. **Oscilações não-lineares**. Tradução de Nazem Nascimento. São Paulo: Edgard Blücher Ltda., 1984.

GOMES, L. G. F. G. **Novela e sociedade no Brasil**. Niterói: EduFF, 1998. (Coleção Antropologia e Ciência Política, 15).

Exemplo com dois autores:

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Tradução de Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telma Mourinho Baptista. Porto, Portugal: Porto, 1994.

Exemplo com três autores ou mais autores:

BARROS, R. F.; SILVA, M. S.; RAMOS, F. O. **A alegria do saber**. Salvador: SCIPIONE, 2000.

OBSERVAÇÃO: *Et al.*, abreviação de *Et Alii* (latim), atualmente é usado, preferencialmente, nas citações diretas ou indiretas. Na referência com mais de três autores, todos os nomes são grafados conforme o exemplo acima e as normas da ABNT.

Exemplo com organizador ou editor ou diretor ou compilador:

PEROTA, Maria Luiza L. R. (Org.). **Multimeios**: seleção, aquisição, processamento, armazenamento, empréstimo. 3. ed. Vitória: Fundação Ceciliano

Abel de Almeida, 1993.

Parte de publicações periódicas ou obras

Artigo, capítulo, volume, fragmento e outras obras: sobrenome do autor (em caixa alta), seguido do nome (em caixa alta e baixa). Título e subtítulo (se houver). Seguido da expressão In: e do sobrenome (em caixa alta) e nome (em caixa alta e baixa) do organizador ou editor ou diretor ou compilador ou coordenador. Título do periódico ou da obra: subtítulo (se houver). Número da edição. Local de publicação: editora, data de publicação. Número do volume e, ou localização da parte referenciada.

Exemplo:

BOLETIM GEOGRÁFICO. Rio de Janeiro: IBGE, 1943-1978. Trimestral.

REZENDE, Fernando. A imprevidência da previdência. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 51-68, abr.- jun. 1984.

PORTO, Edgard. Desenvolvimento regional na Bahia. In: AVENA, Armando (Org.). **Bahia século XXI**. Salvador: SEPLANTEC, 2002. p. 97-128.

SANTOS, F. R. A colonização da terra dos Tucuju. In: _____. **História do Amapá**, 1º. Grau. 2. ed. Macapá: Valcan, 1974. cap. 3.

Trabalhos de conclusão de cursos acadêmicos (Especialização, mestrado e doutorado): sobrenome do autor (em caixa alta), seguido do nome (em caixa alta e baixa). Título. Ano de disponibilização ao público. Número de folhas (optativo). Grau acadêmico a que se refere (titulação), nome da instituição do programa (optativo). Instituição em que foi apresentada, local, ano da apresentação.

Exemplo:

LOPES, Roberto Paulo Machado. **Universidade pública e desenvolvimento local**: uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 2001. 150 f. Dissertação - (Mestrado em Economia) Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

Documento de evento

Como um todo: Nome do evento (em caixa alta), número do evento (se houver), ano, local (cidade) de realização. **Título do documento, seguido**

de reticência (em negrito) (anais, atas, proceedings, livro de resumos etc.), Local da publicação, editora e data da publicação.

Exemplo:

CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004, Cuiabá. **Anais...**, Cuiabá: SOBER, 2004. **Em parte:** Sobrenome(s) do autor(es) (em caixa alta), nome (em caixa alta e baixa). Título. Segue a expressão In: e o nome do evento, número do evento (se houver), ano, local (cidade) de realização. **Título do documento** (anais, atas, proceedings, livro de resumos etc.)... (em negrito), Local da publicação, editora e data da publicação. Localização da parte referenciada.

Exemplo:

FERREIRA, M.; MORENO, Rogério B.; OKAMOTO, M.; GONÇALVES, Paulo S.; MATTOSO, Luiz Henrique C. Comparação da qualidade de látex e borracha natural de diferentes clones da região de Matão, SP. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE QUÍMICA, 36., 1996, São Paulo. **Resumos...** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Química, 1996. p. PN1-PN1.

* Se o acesso dessa documentação for por meio eletrônico, deve ser acrescido o tipo de suporte da referência conforme as normas da ABNT.

Exemplos:

REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 57., 2005, Fortaleza: **Anais...**, Fortaleza: UECE, 2005. 1 CDROM.

SABROZA, P. C. Globalização e saúde: impacto nos perfis epidemiológicos das populações. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EPIDEMIOLOGIA, 4., 1998, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...**, Rio de Janeiro: ABRASCO, 1998. Mesa-redonda. Disponível em: <[HTTP://www.abrasco.com.br/epirio98/](http://www.abrasco.com.br/epirio98/)>. Acesso em: 17 jan. 1999.

Documento jurídico (legislação, jurisprudência - decisões judiciais - e doutrina - interpretação dos atos legais)

Cabe: Jurisdição (ou cabeçalho da entidade, no caso de se tratar de normas; em caixa alta). Título (em negrito; em caixa alta e baixa), data de publicação

e dados da publicação.

Exemplos:

1 - No caso de legislação

BRASIL. Código civil. Organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

2 No caso de jurisprudência

BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. *Habeas-corpus* n° 181.636-1, da 6ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Brasília, DF, 6 de dezembro de 1994. **Lex:** jurisprudência do STJ e Tribunais Regionais Federais, São Paulo, v. 10, n. 103, p. 236-240, mar. 1998.

3 No caso de doutrina (monografias, artigos de periódicos, *papers* etc.) referenciar conforme o tipo de publicação.

Imagem em movimento (filme, videocassete, DVD e outros)

Cabe: Título (em caixa alta e baixa). Direção. Produção. Créditos (diretor, produtor, realizador, roteirista e outros). Elenco relevante. Local de publicação: produtora, data. Especificação do suporte em unidades física.

Exemplo:

CENTRAL do Brasil. Direção: Walter Salles Júnior. Produção: Martire de Clermont-Tonnerre e Arthur Cohn. Elenco: Fernanda Montenegro, Venícius de Oliveira, Marília Pêra, Othon Bastos e Otávio Augusto. [s.l.]: Le Studio Canal; Rio Filme; MCT Productions, 1998. 1 bobina cinematográfica.

Documento iconográfico (pintura, gravura, ilustração, desenho técnico, diapositivo, diafilme, material estereográfico, transparência, cartaz e outros)

Cabe: Sobrenome do autor (em caixa alta), nome do autor (em caixa alta e baixa). Título (em negrito) (quando não existir, deve-se atribuir um nome ou indicar entre colchetes que o documento é sem título). Subtítulo (se houver). Local, editora, data de publicação. Data do suporte. Especificação do suporte.

Exemplo:

KOBAYASHI, K. **Doença dos xavante**. [s.l.: s.n.], 1980. [s.d.]. 1 fotografia. **Documento cartográfico (Atlas, mapa, globo, fotografia de área e outros)**
Cabe: Sobrenome do autor (em caixa alta), nome do autor (em caixa alta e baixa). Título (em negrito). Local, editora, data de publicação. Designação específica e escala do suporte.

Exemplos:

ATLAS Mirador Internacional. Rio de Janeiro: Enciclopédia Britânica do Brasil, 1981. 1 atlas. Escalas variáveis.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO (São Paulo, SP). **Regiões de governo do Estado de São Paulo**. São Paulo, [s.n.], 1994. 1 atlas. Escala 1:2.000.

Documento sonoro (disco, CD, cassete, rolo de fita, mídias de estado sólido: pen- drives, flash-cards, MPs e outros)

No todo:

a- Sobrenome do compositor(es) ou interprete(es) (em caixa alta). Nome do compositor(es), interprete(es) (em caixa alta e baixa). Título (em negrito). Local, gravadora (ou equivalente), data. Especificação do suporte.

b- Sobrenome do entrevistado (em caixa alta). Nome do entrevistado (em caixa alta e baixa). Título (em negrito). Nome e sobrenome do(s) entrevistador(es). Local, gravadora (ou equivalente), data. Especificação do suporte.

Exemplos:

FAGNER, R. **Revelação**. Rio de Janeiro: CBS, 1988. 1 cassete sonoro (60 min), ¾ PPS, estéreo.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Luiz Inácio Lula da Silva**: depoimento [abr.1991]. Entrevistadores: V. Tremel e M. Garcia. São Paulo: SENAI SP, 1991. 2 cassetes sonoros. Entrevista concedida ao Projeto Memória SENAI SP.

Em parte: Sobrenome do compositor(es) e interprete(es) da parte (em caixa alta). Nome do(s) compositor(es) e interprete(es) da parte (em caixa alta e baixa). Título da parte (em caixa alta e baixa). Segue a expressão In: Nome do(s) compositor(es) ou intérprete(es) do todo da obra (em caixa alta e baixa). Título do documento referência no todo (em negrito; em caixa alta

e baixa). Local, gravadora (ou equivalente), data. Especificação do suporte. Faixa ou outra forma de individualizar a parte referenciada.

Exemplo:

COSTA, S.; SILVA, A. Jura Secreta. Interprete: Simone. In: SIMONE. **Face a Face**. [s.l.]: Emi-Odeon Brasil, 1977. 1 CD. Faixa 7.

Documento tridimensional (esculturas, maquetes, fósseis, esqueletos, objetos de museu, animais empalhados, monumentos e outros objetos e suas representações)

Cabe: Sobrenome do autor (em caixa alta). Nome do autor (em caixa alta e baixa). Título (em caixa alta e baixa; em negrito). Ano. Especificação do objeto.

Exemplos:

DUCHAMP, M. **Escultura para viajar**. 1918. 1 escultura variável.

BULE de porcelana. [China: Cia da Índias, 18--]. 1 bule.

Partituras

Cabe: Sobrenome do autor (em caixa alta). Nome do autor (em caixa alta e baixa). Título (em caixa alta e baixa; em negrito). Local, editora e ano. Especificação da partitura. Especificação do instrumento.

Exemplos:

BARTÓK, B. **O mandarim maravilhoso**. Viena: Universal, 1952. 1 partitura. Orquestra.

GALLER, L. (Org.). **Canções populares brasileiras**. Rio de Janeiro: Carlos Wehns, 185. 1 partitura (23 p.). Piano.

Outros tipos de documentos

Como um todo: Nome do documento ou título do serviço ou produto (em caixa alta e baixa). Se necessário, parte em negrito. Versão (se houver): subtítulo (se houver), data da publicação. Descrição do meio eletrônico ou suporte (se houver).

Exemplo:

LEGISLAÇÃO brasileira: normas jurídicas federais, bibliografia brasileira de Direito. 7. ed. Brasília, DF: Senado Federal, 1999. 1 CD-ROM.
BRASIL. Supremo Tribunal. **Súmula n. 14.** Não é admissível por ato administrativo, restringir em razão de idade, inscrição em concurso para cargo público. Disponível em: <http://www.truenetm.com.br/jurisnet/sumusSTF.html>>. Acesso em: 29 nov. 1998.

Documento disponível exclusivamente por meio eletrônico

As referências devem seguir o mesmo formato indicado para artigos e/ou matéria de publicações diversas, acrescida das informações relativas à

descrição física do meio eletrônico (*CD-ROM, on-line* e outros). Quando se tratar de obras consultadas on-line, são indispensáveis as informações do endereço eletrônico, apresentando os sinais <>, precedido das expressões Disponível em: e Acesso em:, é opcional referir a hora, minutos e segundos.

Exemplo:

ALVES, Castro. **Navio Negroiro.** [s.l.]: Virtual Books, 2000. Disponível em: <<http://WWW.terra.com.br/virtualbooks//Lport2/navionegroiro.html>>. Acesso em: 10 jan. 2002, 16:30:30.

NOTAS

[s.l.] Não identificado o local de publicação.

[s.n.] Não identificada a editora.

[s.d.] Não identificada a data.

Um ano ou outro - [2000 ou 2003]

Data provável [1978?]

Data certa não indicada no item [2001]

Para intervalos inferiores a 20 anos [entre 1905 e 1910]

Data aproximada [ca. 1936]

Década certa [194-]

Década provável [197-?]

Século certo [19--]

Século provável [19--?]

* Eventualmente, o(s) nome(s) do(s) autor(es) de várias obras são referenciados seguidamente, na mesma página de REFERÊNCIAS, então pode ser substituído por um traço linear que tenha o mesmo tamanho do seu

sobrenome. Porém, se nessa seqüência vier o mesmo autor e outro, os nomes serão referenciados totalmente.

Exemplos:

FREYRE, G. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira sob regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1943.

_____. **Sobrados e mocambos**: decadência do patriarcado rural no Brasil. São Paulo: Nacional, 1936.

FRAGA, Paulo Cesar Pontes. Juventude, narcotráfico e violência no Brasil. In: RIBEIRO, Ana Maria Mota; IULIANELLI, Jorge Atílio S. **Narcot ráfico e violência no campo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. Da favela ao Sertão. In: FRAGA, Paulo Cesar Pontes; IULIANELLI, Jorge Atílio S. **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FRAGA, Paulo Cesar Pontes; IULIANELLI, Jorge Atílio S. **Os jovens e o Submédio São Francisco**. Rio de Janeiro: Koinonia e Pstrmsf, 1998.

* Glossário, apêndice e anexos são opcionais.

Endereço para envio do trabalho

ESPECIARIA - CADERNOS DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ UESC
Rod. Ilhéus Itabuna, Km. 16 Torre Administrativa 3º andar Salobrinho
CEP 45650-900 Ilhéus Bahia

Maiores informações com a coordenação editorial:

Prof. Paulo Cesar Pontes Fraga
Telefone:(73)3680-5386
E-mail: especiaria@uesc.br



IMPrensa UNIVERSITÁRIA

COORDENAÇÃO GRÁFICA: Luiz Henrique Farias

DESIGNER GRÁFICO: Cristovaldo C. da Silva

IMPRESSÃO: Davi Macêdo

FOTOMECÂNICA: Cristiano Silva

ACABAMENTO: Nivaldo Lisboa

IMPRESSO NA GRÁFICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ - ILHÉUS-BA